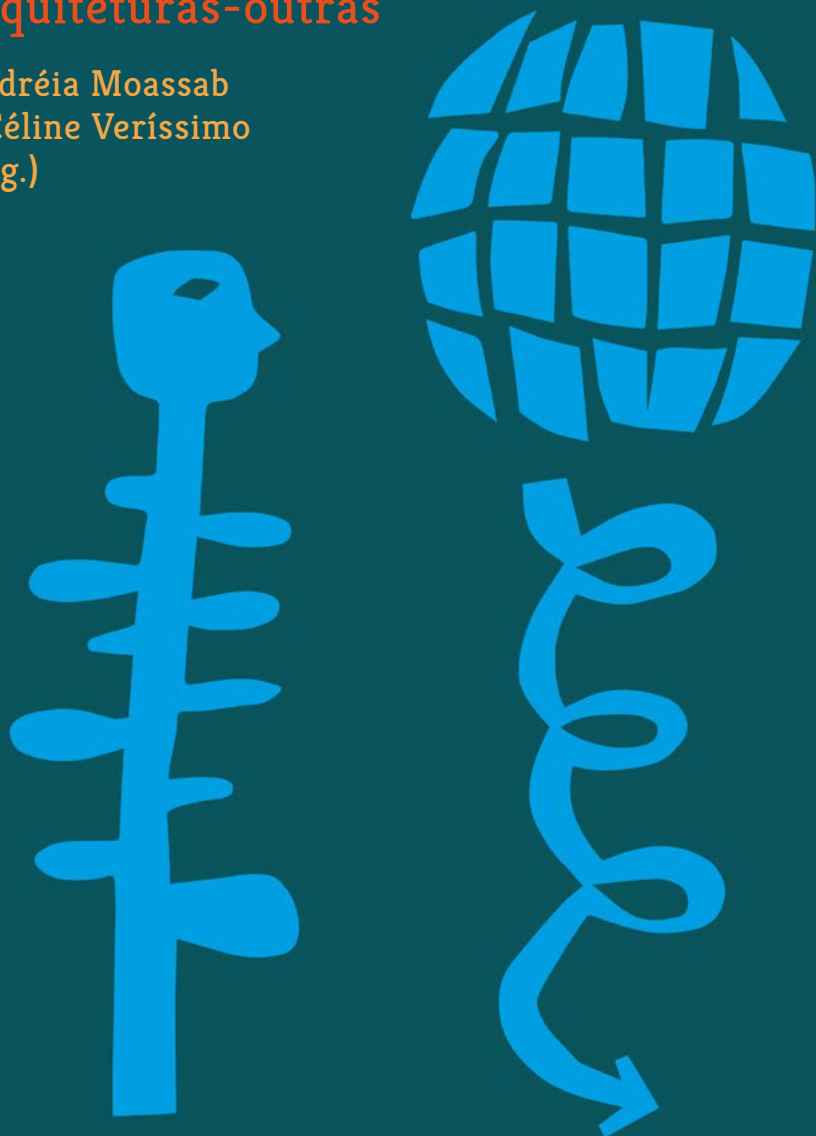


NUESTRO NORTE SIGUE SIENDO EL SUR

apontamentos para
arquiteturas-outras

Andréia Moassab
e Céline Veríssimo
(org.)



NUESTRO NORTE SIGUE SIENDO EL SUR

apontamentos para arquiteturas-outras

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Diana Araújo Pereira Reitora
Rodne de Oliveira Lima Vice-reitor

EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Julio da Silveira Moreira Coordenador da EDUNILA
Leonel Gandi dos Santos Vice-coordenador da EDUNILA
e Bibliotecário-documentalista
Andréia Moassab Membro da Coordenação Executiva
Ailda Santos dos Prazeres Assistente em administração
Claudinéia Pires Assistente em administração
Francieli Padilha Bras Costa Programadora visual
Ricardo Fernando da Silva Ramos Assistente em administração

CONSELHO EDITORIAL

Julio da Silveira Moreira Presidente do Conselho
Leonel Gandi dos Santos Vice-presidente do Conselho
Débora Viletti Zuck Representante dos/as técnico-administrativos/as
em educação da UNILA
Raulandis Magdariaga Perez Representante dos/as discentes de graduação da
UNILA
Janice Scheila Kieling Representante dos/as discentes de pós-
-graduação da UNILA
Selma Passos Cardoso Representante do Instituto Latino-Americano de
Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT –
UNILA)
Diego Chozas Ruiz-Belloso Representante do Instituto Latino-Americano de
Arte, Cultura e História (ILAACH – UNILA)
Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior Representante do Instituto Latino-Americano de
Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN – UNILA)
Ramon Blanco de Freitas Representante do Instituto Latino-Americano de
Economia, Sociedade e Política (ILAESP – UNILA)
Avacir Gomes dos Santos Silva Representante externa - Professora Associada no
Curso de Pedagogia da Universidade Federal de
Rondônia (UNIR)
Edilma de Jesus Desidério Representante externa - Professora voluntária
no Campus do Sertão da Universidade Federal de
Alagoas (UFAL)
Lilibeth Zambrano Representante externa - Coordenadora do Instituto
de Pesquisa Literária “Gonzalo Picón Febres” da
Universidade dos Andes
Ricardo Scavone Yegros Representante externo - Membro da Academia
Paraguaya de la Historia e Diretor Geral da
Academia Diplomática e Consular do Ministério de
Relações Exteriores do Paraguai
Jorge Luiz Favaro Representante externo - Professor de Extensão e
Desenvolvimento Rural na UNICENTRO

Andréia Moassab e Céline Veríssimo
(org.)

NUESTRO NORTE SIGUE SIENDO EL SUR

apontamentos para arquiteturas-outras

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA

Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2025

© 2025 EDUNILA – Editora Universitária

EQUIPE EDITORIAL

Francieli Padilha Bras Costa Projeto gráfico e diagramação
Bruno O. Capa e ilustrações (pgs. 10, 328 e 373)
Oswaldo Freitez Mapas ilustrativos e ilustração "Mãe Marina" (pg. 214)
Leonel Gandi dos Santos Normalização bibliográfica
Giuliana Risoto Nunez,
Diana Jazmin Brites Cohene e Revisão de textos
Heloise Reis Ventura
Andréia Moassab Preparação e edição de textos

Catálogo na Publicação (CIP)

N964 Nuestro norte sigue siendo el sur: apontamentos para
arquiteturas-outras / Andréia Moassab; Céline Veríssimo (org.).
Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2025.

PDF (431 p.).

ISBN: 978-65-86342-61-1

1. Arquitetura. 2. Modernidade/Colonialidade . 3.
Decolonialidade. 4. Anticapitalismo. 5. Antipatriarcalismo.
6. Antirracismo. I. Moassab, Andréia. II. Veríssimo, Céline.
III. Título.

CDD 72:316

CDU 72:300

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB11/753

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

Editoria associada à

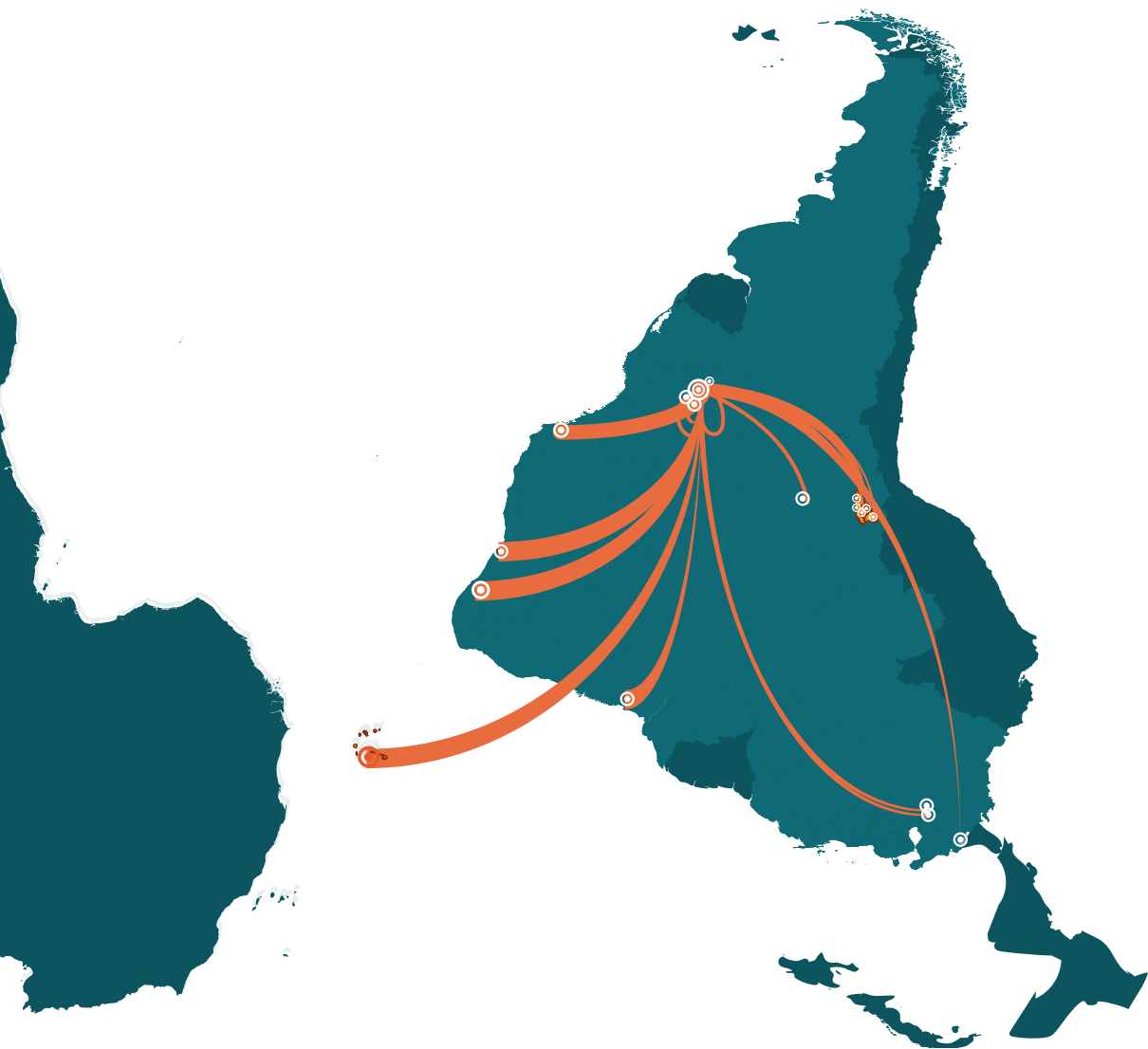


EDUNILA
Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

EDUNILA – Editora Universitária
Campus Integração - Av. Tancredo Neves, 3147 - Porto Belo
Foz do Iguaçu – PR – Brasil | CEP: 85867-970
editora@unila.edu.br | <https://portal.unila.edu.br/editora>

aranha vive do que tece

Mãe Marina Tunirê





PALAVRAS DA EDITORA



Há livros que nascem de projetos e há livros que nascem de travessias. Nuestro norte sigue siendo el sur: apontamentos para arquiteturas-outras é ambos — mas é, sobretudo, o testemunho vivo de uma travessia coletiva, estendida no tempo e ampliada pelas urgências do presente. Urgências não apenas políticas ou metodológicas, mas existenciais: como pensar, ensinar, desenhar e construir espaços em tempos de devastação? Como não sucumbir à racionalidade técnico-capitalista, à colonialidade dos saberes e ao extrativismo de vidas e territórios?

Este livro é o entrelaçar paciente de um processo de resistência ao desmonte institucional, à barbárie política, à pandemia de COVID-19 e ao luto coletivo que ela impôs. Cada capítulo aqui reunido carrega as marcas de um percurso interrompido e retomado, feito de greves, jornadas, audiências públicas, encontros de terreiro, oficinas, intercâmbios, exposições e afetos. O tempo deste livro é o tempo da luta e da elaboração — tempo espesso, tecido à mão, onde cada linha escrita traz consigo as tramas de corpos, territórios e resistências.

Organizada por Andréia Moassab e Céline Veríssimo, a obra expressa a maturidade política, teórica e afetiva do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul (MALOCA), vinculado à UNILA desde 2013 e hoje articulado em redes latino-americanas e africanas de pesquisadores(as), comunidades, movimentos e coletivos, bem como das Jornadas de Ciência, Tecnologia e Sociedade. Esta não é uma coletânea disciplinar — nem se pretende panfletária. Aqui, as arquiteturas-outras aparecem como forma de escavar o espaço desde dentro, fazendo dele matéria viva para repensar tecnologia,

moradia, ensino, espiritualidade, racialização, gênero, território e políticas públicas. Não há uma teoria unificadora a ser seguida, mas sim perguntas que se ampliam mutuamente: como habitar de modo desobediente? Como ensinar arquitetura sem repetir os alicerces da exclusão? Como nomear as espacialidades afroreligiosas, indígenas, periféricas e populares sem capturá-las no vocabulário da dominação?

Em diálogo com saberes afro-latino-americanos, indígenas e insurgentes, os textos percorrem experiências localizadas que iluminam os vínculos entre arquitetura e práticas de cuidado, pedagogia radical, tecnologia não hegemônica, religiosidades encarnadas e espacialidades racializadas. São capítulos escritos a partir de diversas regiões do Brasil — do Sudeste ao Norte, do Sul ao Centro-Oeste — e também de países latino-americanos como Argentina, Bolívia, Colômbia e Uruguai, além do continente africano, por meio da presença de Cabo Verde. Os textos tratam das espacialidades negras e periféricas, dos saberes das religiosidades afrorreligiosas, dos conflitos fundiários, da crítica à tecnologia como dispositivo colonial, das pedagogias desobedientes, da habitação popular, da saúde coletiva, da epistemologia feminista, da justiça ambiental e da arquitetura como práxis insurgente. Mais do que retratar lugares, compõem uma cartografia viva, orientada não por centros de decisão, mas por redes de cuidado, zonas de escuta e campos de invenção em disputa.

A força deste livro também reside em seu processo: um projeto forjado em extensão, ensino e pesquisa; ancorado em jornadas e encontros com a comunidade; atravessado pela dor e pela esperança do tempo histórico que o moldou. A UNILA, por sua missão internacional e sua aposta em epistemologias do Sul, é parte intrínseca dessa travessia, e vê nesta publicação um gesto de continuidade e coragem. Coragem para enfrentar os entulhos do patriarcado-racista-capitalista. Coragem para propor arquiteturas comprometidas com a justiça ambiental, com os direitos dos corpos vulnerabilizados e com a reinvenção das tecnologias sob outros modos de existência.

Nuestro norte sigue siendo el sur é também uma afirmação política da Editora da UNILA: publicar este livro é afirmar

o compromisso com a bibliodiversidade, com a crítica estrutural ao pensamento dominante e com a abertura para obras que desafiam fronteiras disciplinares. É reconhecer que o espaço não é neutro, que o saber não é único e que o projeto editorial latino-americano se constrói nas encruzilhadas, nas alianças e nas feridas abertas de nossa história.

Que este livro seja lido como quem entra em um território em disputa — não para cartografá-lo, mas para caminhar junto. Que seus apontamentos sirvam de guia e de provocação para aqueles e aquelas que insistem, mesmo entre ruínas, em erguer espaços outros: semeados de dignidade, movidos por afetos e voltados, sempre, para o sul que nos orienta.



SUMÁRIO

Prefácio

Diálogos desde el sur: reinventando epistemes, espacios y tecnologías	15
Virginia Martínez, Fernando Vanoli y Cecilia Quevedo	

Apresentação

Tecituras de ananse	29
Andréia Moassab e Céline Veríssimo	

1 DESCOLONIZANDO O SABER..... 45

1. Tecendo uma práxis da autonomia em Arquitetura	47
Andréia Moassab e Gabriel Cunha	
2. Pele negra/vermelha, máscaras brancas: contribuições à descolonização das teorias do reconhecimento	79
Marcos de Jesus Oliveira	
3. Esto es arte porque lo dijo un europeo: prolegômenos da inclusão subordinada de visualidades latino-americanas	95
Bruno Oliveira	
4. <i>Errant praxis</i> : a desenhar múltiplas possibilidades para a arquitetura africana	111
Patti Anahory	

2 ESPAÇOS E ARQUITETURA DE RESISTÊNCIA NEGRA 139

5. Invisibilidades das práticas espaciais e arquitetônicas do povo negro no Brasil 141

Maria Estela Ramos-Penha

6. La representación social del afroboliviano desde la percepción de la población cruceña 161

Miriam Chugar

7. Viver perecendo: notas pretas sobre prisões e desconsiderações desde a fronteira trinacional 183

Isadora de Assis

8. Naturezas, enredos e teias: o povo-de-santo entre (des)caminhos e (a)fronteiras 197

Marina Aureo Galdino (*in memoriam*), Maurício dos Santos e Thiago Hoshino

9. Lumbalú: espiritualidade e espacialidades em San Basílio de Palenque na Colômbia 219

Raquel Souza

10. E as varandas? (In)adequação cultural e políticas de habitação a partir do quilombo de Apepu 235

Andréia Moassab e Tiago Bastos

3 CARTOGRAFIAS POLÍTICAS: FERRAMENTAS PARA MAPEAR O (IN)EXISTENTE 253

11. Por uma geografia ontológica! Territórios urbanos transfronteiriços na América do Sul..... 255

André Luís André

12. A potência dos mapeamentos socioculturais participativos 287

Ana Paula do Val

13. Assessoria técnica paisagística para a ecologia de saberes 307

Céline Veríssimo e Gabriel Cunha

4 TECNOLOGIAS COMO PRÁTICAS SOCIAIS EM DISPUTA 327

14. O canteiro como epistemologia do Sul 329

Pedro Fiori Arantes

15. A contribuição dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade para a inserção social da tecnologia em Arquitetura... 343

Gabriel Cunha

16. O paradoxo da razão técnico-construtiva..... 361

Marcos Santos e Oneide Perius

17. Desenvolvimento, tecnologia, dependência e colonialidade na produção da moradia na América Latina 375

Andréia Moassab e Gabriel Cunha

Autoras e autores 425



PREFÁCIO

Virginia Martínez, Fernando Vanoli y Cecilia Quevedo

DIÁLOGOS DESDE EL SUR: REINVENTANDO EPISTEMES, ESPACIOS Y TECNOLOGÍAS

En el año 2018, el “Grupo de Estudios Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul” (MALOCA) organizó la “II Jornada de Ciência, Tecnologia e Sociedade” para discutir acerca de la geopolítica del conocimiento, la dependencia y la colonialidad en América Latina. En ese momento, la articulación que este grupo de investigación estaba realizando entre arquitectura, el campo de los estudios de Ciencia, Tecnología y Sociedad (CTS) y la perspectiva decolonial, nos despertó un interés particular, ya que desde el Grupo Interdisciplinar de Estudios sobre el Hábitat (GIEH), de la Universidad Nacional de Córdoba, en Argentina, transitamos caminos teóricos similares. Dos años después, la publicación del libro *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo*, por parte del grupo MALOCA, actualizó nuestra percepción de la cercanía con los debates de este grupo y en el 2021, finalmente, concretamos un encuentro, aunque virtual por la pandemia de Covid-19 que azotaba al mundo. El propósito de esa reunión fue entablar una conversación acerca de los desafíos que el grupo MALOCA enfrenta para incorporar la enseñanza de arquitectura con materiales naturales en currículas universitarias fuertemente dominadas por la construcción industrializada, principalmente con concreto armado. No obstante, la conversación discurrió por muchos otros temas y rápidamente confirmamos que ambos grupos estamos movilizados por preguntas, inquietudes y urgencias similares. Fue en este contexto que surgió la idea de escribir el

prefacio de este libro, a modo de materializar en papel el inicio de un diálogo que, *a priori*, insinúa debates interesantes.

Desde el año 2016, el GIEH opera como un espacio de encuentro en el que convergen distintas trayectorias personales y líneas de investigación. En sus inicios, la experiencia de formación del grupo estaba comprendida, principalmente, dentro de lo que se denomina producción social del hábitat y situada exclusivamente en periferias urbanas de algunas ciudades de Argentina. Seguidamente, la experiencia de trabajo junto a comunidades rurales en el noroeste de Córdoba, Argentina, amplió el horizonte hacia una nueva línea de investigación sobre hábitat rural y campesino. Este desplazamiento hacia contextos rurales nos acercó a nuevas problematizaciones en distintos lugares del país. En ese marco, encontramos muchas similitudes en el modo de pensar las habitabilidades campesinas por parte de los estados provinciales en el noroeste de la provincia de Córdoba y el noroeste de la provincia de Chaco. Advertimos que los procesos estatales de erradicación de las viviendas-ranchos tenían algún *aire de familia* que fuimos identificando con el tiempo y en el desarrollo de nuestro trabajo de campo. Con la incorporación del caso de la ruralidad uruguaya a los estudios empíricos del GIEH, identificamos que las características de dicho fenómeno de sustitución de los llamados *ranchos* por *viviendas modernas* eran prácticamente replicables en la experiencia que el gobierno uruguayo desarrolla en el marco del Movimiento para la Erradicación de Viviendas Insalubres Rurales (MEVIR). Sin duda, esa semejanza también la identificamos en el programa “*Minha Casa Minha Vida*” y, como parte de este, el “*Programa Nacional de Habitação Rural*” que el gobierno brasileño implementó desde el año 2009 (Lenzi, 2017). De allí que este tipo de políticas se haya convertido en una de nuestras problematizaciones principales, en torno a la cual articulamos muchas de nuestras preguntas de investigación.

En un sentido amplio, desde el GIEH abordamos el estudio del hábitat y, particularmente, los modos de habitar disidentes que existen en nuestras latitudes latinoamericanas y que, de diversas maneras, resisten a ser definidos por la forma dominante de habitar el mundo: urbana, moderna y eficiente. Con

integrantes provenientes de áreas de conocimiento diversas, como filosofía, comunicación, economía, arquitectura, trabajo social, ciencias políticas, nos proponemos aportar a una construcción interdisciplinar e integral sobre el hábitat a partir de metodologías situadas, de territorialidades múltiples y participativas.

En el marco de este prefacio-diálogo, nos interesa subrayar uno de los puntos nodales de nuestras argumentaciones y que recorre de manera transversal este libro: la crítica epistemológica a la producción académica. La aseveración acerca de que el capital interviene en el saber, separándolo del hacer, como estrategia de dominación es rastreable en cada uno de los capítulos que dan cuerpo a este libro y, a su vez, en los textos que hace algunos años venimos produciendo desde el GIEH. Esa dominación, primero se logra por la fuerza y luego se mantiene con la educación. De allí la necesaria alianza que el capital precisa construir con las instituciones educativas para sostener esa escisión entre saber y hacer, sobre la que se edifica su poder. Reconocer y denunciar esto nos sitúa en la incómoda, pero imprescindible obligación de revisar los privilegios que nos son asignados como voceros y voceras de la institución académica, y nos pone de frente al desafío que Marcos Antonio dos Santos y Oneide Perius señalan en este libro: ¿cómo hacer del espacio académico un *locus* de la duda y de la crítica en donde se discutan, imaginen y creen otros futuros posibles?

I. La reflexión epistemológica como trinchera

En la construcción epistémica de nuestros objetos de investigación, buscamos caminos analíticos que nos ayuden a desandar la complejidad de las realidades latinoamericanas con las que nos vinculamos desde la labor como académicos y académicas. En ese andar cognoscitivo, discutimos tanto con las categorías con las que contamos como con las disciplinas de las que partimos. Quizás la riqueza de una problemática de investigación sea más acentuada en la medida que permita, por igual,

sacarnos los encorsetamientos de las nociones y de los espacios desde los cuales pensamos el mundo. Este es justamente el potencial que tiene para nosotros el hábitat campesino como operador epistémico y singularmente disruptivo respecto a los sistemas sociales, urbanísticos y filosóficos dominantes y modernos. Pero esa es también la avidez en este libro donde cada capítulo se presenta, al mismo tiempo, como una trinchera frente a la hegemonía positivista aún reinante, al productivismo burdo de nuestras actuales exigencias profesionales y a la razón moderna occidental en sus incontables máscaras, guiones y escenarios.

Por una parte, partimos de considerar que el obstáculo de la mirada eurocéntrica atravesó un sinfín de categorías interpretativas de los procesos territoriales que abordamos. Este es el caso de aquellas conceptualizaciones sobre el reconocimiento a la otredad o la diferencia cultural o, mejor dicho, aquel tópico que desde Hegel se denominó la lucha por el reconocimiento y que en el presente se actualiza en una extensa lista de académicos de los países centrales. En los contextos coloniales como los latinoamericanos, todos los ámbitos locales y cotidianos de disputas por el reconocimiento que advertimos los interesados e interesadas en el campo del hábitat exceden ampliamente las posibilidades teóricas de esas construcciones filosóficas. Desde nuestro *locus* de enunciación, las categorías con que reflexionamos sobre nuestros procesos habitacionales o sobre el ámbito elitista, urbano y blanco de la arquitectura, nos conduce a apartarnos de las conceptualizaciones dominantes, comunitaristas o liberales sobre el reconocimiento. Tal como lo plantea Marcos de Jesus Oliveira en este libro, aparecen entonces autores como Frantz Fanon o Glen Sean Coulthard dando pistas para pensar el gran desafío de descolonizar esas categorías; y hacerlo no solo constituye una actividad intelectual sino fundamentalmente una actividad política.

A un nivel más terrenal, esta discusión bien abstracta nos conduce a una reflexión situada que experimentamos en la medida que intervenimos –y esto no es solo válido para MALOCA o el GIEH: *reconocer* a la alteridad no implica necesariamente *representarlas* como otredades esencializadas. Pues, son cuestio-

nes separadas. Las maneras del reconocimiento a los diversos mundos sociales, con los que nos encontramos en nuestras experiencias de intervención, nunca deberían hacernos suponer qué es lo que necesita ese otro u otra, así de antemano. Quizás uno de los aportes de este libro sea que, en nuestras prácticas y estrategias de intervención, *reconocer* implica más bien *dialogar* con el otro y la otra, comprender su punto de vista y sus genuinas preocupaciones, por ejemplo; muy probablemente lo espacial, lo técnico-constructivo o lo estético son las últimas prioridades ante la urgencia de tener que buscar el alimento todos los días. Como expresa Bourdieu, “comprender que si estuviera en su lugar, como suele decirse, indudablemente sería y pensaría como él” (2010, p. 543). De allí que el campo epistemológico también sea una forma de habitar, porque nos conduce a deshacernos de muchas ideas que hemos naturalizado en nuestras afiliaciones institucionales y que evidentemente ya nos incomodan, en la medida que nos alejan de las posibilidades reales de comunicarnos con los y las demás.

Por otra parte, lo gravitante de la cuestión colonial en nuestros planteos –esa matriz constitutiva y blanca pero invisible– también requiere apartarnos de algún modo de algunas tradiciones interpretativas. En gran medida, nuestras investigaciones y sus orientaciones críticas se asientan en la premisa que debemos despojarnos de las lealtades a autorías europeas y perspectivas clásicas. Pero esto es muy relativo y debemos tener mucho cuidado de no deshacernos de postulados potentes para caracterizar la violencia de nuestro presente. Siguiendo a Quijano (2007), la confrontación entre dos principales vertientes de ideas como perspectivas eurocéntricas, por un lado, la mirada hegemónica del liberalismo y, por otro lado, con intención contestataria, el materialismo histórico; implican una premisa históricamente imposible: que las relaciones entre los elementos de un patrón histórico de poder tienen ya determinadas sus relaciones antes de toda historia. En el caso de las categorías propias del marxismo, para algunos y algunas, no posibilitan ver ni la relación de dominación propia de la experiencia colonial –pues, la relación capital-trabajo no es el único eje articulador del modo de producción– ni mucho menos la

distribución del poder es solo igual a la distribución del control del trabajo.

Hoy existe una mayor certeza de que el poder no se reduce solo a las relaciones de producción, ni al orden y autoridad, separados o juntos. Sin embargo, la vitalidad de esta perspectiva crítica nos continúa siendo de gran utilidad para advertir las escurridizas lógicas de la dominación neocolonial en un *continuum* histórico –con sus combinaciones, torsiones y abigarramientos– que generan tanto las condiciones de desigualdad de extensas poblaciones, las estructuras de experiencias cada vez más mercantilizadas, así como las visualidades legítimas, tal como expresa en esta obra Bruno Oliveira, asociadas cada vez más al espectáculo y la mediatización (Debord, 1995). En este sentido, *comprender* por qué continúan generándose desigualdades, asimetrías, diferencias y subordinaciones sigue siendo la vía para reconocer la alteridad sin necesariamente caricaturizarla como una víctima vulnerable y pasiva. Una vez más: reconocer al otro no significa representarlo.

Hay algo de la categoría de reconocimiento, como ese intento dialógico de acceder al otro, como el potencial crítico de pensar la estructuración clasista, a partir de la lógica violenta del capital en nuestros días, que nos sigue seduciendo porque identificamos allí las condiciones de posibilidad para leer nuestro tiempo. Desde esas mismas categorías, aunque a la luz de nuevas lecturas, podemos cuestionar los esquemas eurocéntricos de saber y de poder desde una constelación multidisciplinaria y holística. Habitar nuestras discusiones epistémicas nos conduce a escapar del monologismo que emanan las categorías teóricas heredadas, pero de manera reflexiva. En ese recorrido, aquí aparece la cuestión de género y el patriarcado como clivajes nada desdeñables para interpelar nuestras instituciones y los lugares sagrados para *nosotros y nosotras*, los investigadores y las investigadoras, tal como va a plantear el capítulo de Patti Anahory en este libro. Y en ese punto, es que el campo de la arquitectura aparece como centro de las disputas: de las maneras legítimas de hacer, pensar y decir, de las epistemologías que obtura y las subjetividades que clausura. Quizás como ningún área del saber atesoró con tanto esmero y discreción el sistema de formas predilecto del progreso moderno. Este libro es un

llamado a gritos y golpes para quitarle al campo arquitectónico ese privilegio: erigir una *praxis* de autonomía en la arquitectura reinventando su sentido ético, como lo propone el primer texto de Andréia Moassab y Gabriel Cunha en esta compilación. Y es interesante proyectarlo a otras disciplinas y troquelados del saber científico. La discusión epistemológica es una trinchera en la medida que nos permite, al mismo tiempo, habitar nuestras categorías analíticas deshaciéndose solo de lo que no nos sirve y, sobre todo, dialogar con otros y otras como estrategia para “comprender el papel que hay que desempeñar, reconocer el propio camino, bruñir las armas” (Fanon, 2009, p. 212-213).

II. Espacialidades del Sur

El espacio, y su dimensión material enunciada principalmente a través de la arquitectura, es una expresión más de las relaciones de dominación consolidadas a lo largo de los siglos, particularmente con el punto de inflexión generado por la colonización en América Latina. Por lo tanto, es necesario hablar de la expresión espacial de las relaciones de dominación y reconocer allí el modo en que se reproducen fundamentos basados en los patrones universales de la modernidad, problematizados en profundidad a lo largo de este libro: patrones urbanos, antropocéntricos, blancocentrados, eurocéntricos, patriarcales, entre otros. Disciplinariamente, esto deviene en una práctica de arquitectura legitimada, como señalamos en términos epistemológicos, a partir de una única racionalidad: la moderna occidental.

Sin embargo, desde diversas experiencias y marcos teóricos, el derrotero de este libro va develando una tensión entre las formas de producción de espacio que problematiza el modo en que esta única racionalidad enuncia como arquitectura a determinados espacios y, en consecuencia, niega, invisibiliza y excluye otras prácticas espaciales, ampliamente producidas a lo largo de la historia y el territorio latinoamericano.

Para argumentar esta producción espacial amplia y diversa, son vitales las palabras de Lefebvre (2013) quien señala que la existencia social es posible mediante la existencia espacial, por lo tanto, las relaciones sociales se proyectan en el espacio y, a la vez, lo producen. Al decir de Milton Santos:

[...] el contenido (de la sociedad) no es independiente de la forma (los objetos geográficos); cada forma encierra un conjunto de formas, que contienen fracciones de la sociedad en movimiento. Las formas, pues, tiene un papel en la realización social (Santos, 1996, p. 28).

A pesar de reconocer que toda práctica social, con sus singularidades históricas y culturales, conlleva sus propias producciones espaciales, que involucran sus propios saberes y técnicas, la producción del espacio se encuentra hegemonizada por una racionalidad dominante, de extrema modernización del territorio, donde Estado y capitalismo se configuran como axiomas de ese proceso, que han transformado la concepción de espacio a partir de un carácter pasivo y contenedor de objetos y sujetos, dominado por una razón cartesiana donde prima la geometría y la técnica. Un tipo de espacialidad que pretende ser absoluto, de tipo mental, sometiendo a la diversidad de procesos sociales, la experiencia de lo vivido y la vida cotidiana, a las filas de la racionalidad moderna occidental.

Vale destacar que este pensamiento consolidó la planificación urbana y el ordenamiento del territorio, donde la concepción de la Naturaleza y de las personas son consideradas como ámbito ontológico diferente al del espacio, y el territorio se reduce al trazado de delimitaciones y fronteras entre funciones. Impregnando también el diseño de los espacios domésticos en las políticas públicas habitacionales.

El título de esta compilación es muy preciso para enunciar el debate espacial que discurre a través de sus páginas: *arquitecturas otras*; y nos recuerda a la propuesta *de los espacios otros* de Foucault (2010), quien propone una revisión crítica de la historia donde el reconocimiento de singularidades permite generar rupturas en su hegemónica linealidad, naturalizada como sistema universal. Para ello, las lógicas espaciales se tornan

indispensables. En esos *espacios otros*, aparecen las heterotopías como lugares diferentes al orden tradicional de la historia. Estas componen un tipo particular de espacio, con singularidades y lógicas propias, pertenecientes a un tiempo y lugar. Son espacialidades entendidas como parte de un sistema de exclusión, puesto que son negadas por la sociedad y en consecuencia suprimidas de la historia.

La recurrencia de la producción de espacio afrobrasileño presente en los artículos es un claro ejemplo de invisibilización por parte de la arquitectura y el urbanismo canónicos. La potencia de este libro radica, sin dudas, en la reivindicación de otras racionalidades históricamente negadas y sumamente vigentes en la vida cotidiana latinoamericana. Casi podría decirse que cada capítulo presenta una singularidad necesaria de ser reconocida para reconstruir otra historia, y junto a ello proponer nuevas prácticas para avizorar otro futuro, o al menos, algún futuro.

III. Tecnología y colonialidad: nada en concreto

Desde el momento en que los estudios CTS ponen en cuestión la neutralidad de la tecnología, hacen emerger la pregunta acerca de las formas en las que ella puede favorecer aquella *praxis* de autonomía que mencionamos antes o, en otras palabras: ¿qué tiene que ver la tecnología con la emancipación? Intervenir esta pregunta desde la perspectiva decolonial significa acceder a los registros coloniales que operan en la relación entre tecnología y autonomía, al igual que entre espacio y autonomía, como vimos unas líneas más arriba, que muchas veces se presentan de manera sutil y difícilmente perceptibles, debilitando la potencia de esa relación. Si desenmascarar la supuesta neutralidad de la tecnología permitió imaginar una versión de ella al servicio de la transformación social –llamémosle tecnología social, popular u otros términos afines– mantenerla afincada en la gramática del progreso impidió revisar las maneras en la que esas tecnologías reproducen lógicas patriarcales o racializantes.

La perspectiva decolonial en general –y el feminismo decolonial en particular– le dieron, por lo menos, dos vueltas de tuerca a los estudios críticos de la tecnología. Por un lado, estimulando a situar la cuestión tecnológica –y, para lo que acá nos importa, sus usos arquitectónicos– en la dinámica de acumulación mundial en la que el llamado Sur Global tiene un rol específico y desigual, orientado a la transferencia de riquezas a los países centrales, tal como plantea Pedro Fiori Arantes en su capítulo. Por otro lado, forzando a leer los procesos tecnológicos en clave de interseccionalidad, rebatiendo las teorías que interpretan a las cuestiones de género o raza como secundarias o postergables, para reponer una mirada que comprenda la manera en la que todas esas formas de dominación se articulan y se necesitan entre ellas.

Textos como el de Andréia Moassab y Gabriel Cunha que, tomando por objeto las políticas habitacionales basadas principalmente en el material concreto armado, dan cuenta de la manera en la que esto se imbrica en capitalismo global, son imprescindibles para construir evidencia empírica sobre la colonialidad de la tecnología y las relaciones de dependencia que las mismas provocan. El énfasis necesario que realizan la autora y el autor, al señalar que los efectos de las decisiones tecnológicas de esas políticas habitacionales recaen principalmente sobre los hombros de las mujeres negras, es imprescindible para profundizar en cómo opera la interseccionalidad de clase-raza-género en estas situaciones. La visibilización de la cuestión racial del problema tecnológico –que este libro le dedica un apartado completo– asume una relevancia particular en países que, aún con las conquistas significativas en materia de género, insisten en sostener discursos coloniales que los definen como países *sin negros*, como Argentina, o *sin indios*, como Uruguay.

La “ideología del concreto armado”, tal como lo nombran Moassab y Cunha, es entonces la base simbólica que sostiene un circuito económico que acumula en unas pocas manos. El lado B de este fenómeno, coconstituyente del mismo, es la ofensiva material y concreta que representa para modos de vida que se resisten a priorizar la productividad y la competitividad por

encima de cualquier otro valor o principio. La excelente síntesis que realiza Sergio Ferro para titular una de sus obras es expresiva de este costado ofensivo: el concreto como arma. Así, las políticas habitacionales que en teoría procuran garantizar el derecho a un hábitat digno, acaban por forzar una serie de sacrificios a quienes pretenden acceder a ellas: para tener una *casa moderna*, hay que dejar atrás rasgos, prácticas y creencias asociadas a aquellos modos de vida impugnados como atrasados, antihigiénicos, en fin, desechables.

Desde trayectorias teóricas diferentes, Verónica Gago (2014) y José Romero Losacco (2018) estudian el lado sacrificial de la inclusión social y los efectos despolitizantes de ese sacrificio. En nuestros trabajos de campo, las narraciones de estos sacrificios asociados a las viviendas otorgadas por las políticas habitacionales, aparecen permanentemente en las conversaciones con campesinos, campesinas, pequeños productores y productoras rurales, siempre entretejidas con aquello que esas mismas personas experimentan como efectivas mejoras en su calidad de vida.

Sin embargo, el poder ordenador de las instituciones –estatales, académicas, empresariales– nunca acaba por capturar totalmente la potencia de los grupos sociales que pretende regular. Boaventura de Sousa Santos (2003) llama a aquellas relaciones de poder más dispersas, caóticas e informales como “poder caótico”, que no solo fluyen y escapan de los dispositivos de control, sino que, a la vez, alojan los elementos sustanciales para una refundación del orden social. En lo que refiere específicamente al campo arquitectónico, Sergio Ferro (2006) también llama la atención sobre el *canteiro* como un espacio de potencia, debido al alto componente de trabajo humano que supone la imposibilidad de la automatización total del trabajo constructivo y las posibilidades que eso implica en términos del encuentro colectivo, de creatividad. En este mismo libro, Pedro Fiori Arantes señala este encuentro entre Sousa Santos y Ferro, del que surge un interesante resultado: pensar al *canteiro* como una espacialidad posible para las epistemologías del sur. Allí donde el capital no termina de regular todos los recovecos de la vida social, ya sea por imposibilidad o por desinterés, allí

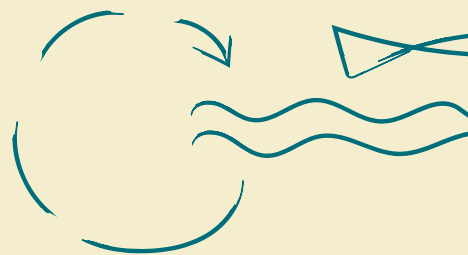
donde el encuentro colectivo sigue siendo insustituible, otras formas de vivir pueden crearse. Partiendo de la apuesta por apoyar y acompañar esta potencia del *canteiro* es que desde el GIEH realizamos trabajos de investigación militante, actualmente junto a comunidades campesinas que habitan el noroeste de la Provincia de Córdoba.

Casi a modo de mapeo de reflexiones –un tanto aleatorias pero significativas– concluimos este prefacio que, sin dudas, nos pone en diálogo para construir colectivamente la urgente propuesta de descolonizar la praxis arquitectónica. Consideramos que este libro traza un camino efectivo en esa construcción, una apuesta que articula múltiples dimensiones que nos llevan de la teoría a las experiencias, y de la educación a las políticas públicas, entre muchas más. Pero ante todo reivindicamos la perspectiva crítica, latinoamericana y dialógica que surca la persistencia colonial de nuestros territorios. Lo crucial en esta tarea no será solamente modificar las narrativas históricas –incluso las propias de las disciplinas de las que venimos– sino más bien cambiar el sentido de lo que hasta ahora significa habitar, encontrarse y dialogar con los y las demás. En ese desafío nos encontramos.

Montevideo/Córdoba/Villa María, septiembre 2021.

Referencias

- BOURDIEU, P. **La miseria del mundo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- DEBORD, G. **La sociedad del espectáculo**. Buenos Aires: La Marca, 1995.
- FANON, F. **Los condenados de la tierra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FOUCAULT, M. **El cuerpo utópico**. Buenos Aires: Nueva visión, 2010.
- GAGO, V. **La razón neoliberal**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LENZI, C. **A habitação camponesa no programa MCMV**. São Carlos: USP, 2017.
- LOSACCO, J. **La invención de la exclusión**. Caracas: El perro y la rana, 2018.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (ed.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- SANTOS, B. **Crítica de la razón indolente**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2003.
- SANTOS, M. **Metamorfosis del espacio habitado**. España: Oikos-tau, 1996.



APRESENTAÇÃO

Andréia Moassab e Céline Veríssimo

TECITURAS DE ANANSE

As tecituras desse livro remontam a 2017, quando encerramos, bastante animadas e animados, o **I Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul – MALOCA**. Apesar de já estarmos a um ano do Golpe Institucional que depôs a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, ainda nutriamos esperanças de reverter aquele cenário. Aliás, foi em 2017 que fizemos imensa luta em defesa da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que também sofria um golpe para a transformação total de seu projeto de integração solidária dos povos *hermanos*, o que nos levou a deflagrar uma semana de greve para irmos a Brasília, a Marechal Cândido Rondon, a audiências na câmara municipal de Foz do Iguaçu e para as ruas. Conseguimos frear aquele desmonte descabido. Logo nos primeiros meses de 2018, começamos a pedir para as convidadas e convidados do Encontro, para que nos enviassem os textos sobre as suas conferências. Com muitas idas e vindas, entremeadas por um processo eleitoral agressivo no Brasil, tivemos mais uma vez que ir para as ruas, especialmente nós, as mulheres, que gritamos #elenão, contra um então candidato à presidência misógino, machista, racista, LGBTfóbico e com projeto de destruição do país. A sua vitória nos perturbou... naquele antanho, voltar para o ensino, a pesquisa e a extensão, alimentando nossas reflexões junto às pessoas e suas condições materiais, foi um alento diante do que se anunciava para o ano seguinte. Já no início do mandato presidencial ficou claro que os serviços públicos, a Universidade Pública, os professores e professoras – nós – seríamos o principal alvo de ataque daqueles que ocupavam o planalto central.

Foi muito difícil e adoecedor. Mesmo assim, conseguimos já uma versão preliminar do livro em meados de 2019, com um dossiê completo para trabalharmos e com a perspectiva de finalizá-lo logo em 2020. Contudo, novamente, os fios se enroscaram todos. Esta urdidura parou para enfrentar uma pandemia mortífera, sem nenhuma ação coordenada pelo governo federal, com estados e municípios desnorteados, além de muitas mortes já nos primeiros meses. Não havia qualquer resquício de saúde mental para avançarmos com o livro, apesar de estarmos nos últimos entrançamentos. Apenas em 2021, com uma melhor compreensão desse momento histórico, com um horizonte de vacinação e vislumbre de superarmos a pandemia de COVID-19 é que foi possível, finalmente, concluí-lo.

Isto é, terminar o manuscrito para enviar para editora. Os anos seguintes foram de espera, de pareceres contraditórios, de interesses externos, até ter início, de fato, o processo editorial que culmina com tornar público estes muitos anos de trabalho e reflexões. Ainda, ontem, as instituições brasileiras julgaram e condenaram os responsáveis pela tentativa de golpe de Estado em 08 de janeiro de 2023. Seguimos num período de intensas mudanças no globo, no país e na vida de cada autor e autora das páginas que seguem.

Contar esta urdidura é trazer o fazer ciência para o mundo da vida, pois nossa produção não é neutra, não é isolada dos acontecimentos à nossa volta. Foi com muito esforço de todas autoras e autores que aqui chegamos. Alguns e algumas tiveram Covid-19, outras e outros tiveram familiares e amigos e amigas próximas com a doença, alguns e algumas viveram o luto, um luto estranho quase interditado, pela impossibilidade da despedida. As crianças ficaram em casa, nós ficamos em casa e foi inexorável debater o direito à saúde, o direito a se cuidar, que infelizmente, foi um privilégio nesta pandemia. Os textos aqui reunidos estão impregnados desta história recente, ainda que nem sempre de forma explícita. Como os operários e as operárias das antigas tecelagens, trazemos para o leitor e a leitora a ponta do fio, para que, ao puxar o rolo, cada um ou uma possa compreender o espaço-tempo entre aquele encontro de 2017 e o trabalho ora apresentado.

Nesse ínterim, temos percebido que as desigualdades socio-espaciais, a violência contra negros e negras, indígenas e mulheres, a partir do interior da casa, nas ruas e na floresta, nunca foi tão politicamente aceita, assim como a violência contra a natureza nunca foi tão destruidora. Apesar do governo genocida não ter sido reeleito, a contenção da destruição é lenta e o patriarcado-racista-capitalista, voraz. A importância que a dimensão espacial tem na luta anticolonialista, antipatriarcal e antirracista é cada vez mais determinante nos tempos austeros que vivemos e tem guiado os trabalhos do **Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul – MALOCA**. Reconhecido pela UNILA e registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) desde 2013, o **MALOCA** tem atuado a partir das necessidades prementes de buscar respostas a questões na área voltadas para o contexto de ensino, hábitos de morar e construir, políticas públicas e direitos humanos, sob uma perspectiva decolonial, com ênfase na América Latina e no Sul global.

Com vistas a uma arquitetura da autonomia na América Latina e no Caribe, o **MALOCA** possui três linhas de pesquisa: (1) Ensino de Arquitetura e Urbanismo na América Latina; (2) Hábitos de morar e de construir no contexto latino-americano e (3) Políticas públicas, território, direitos humanos e sociais. O grupo de pesquisa forma uma rede internacional de aproximadamente quarenta pesquisadores e pesquisadoras de instituições em diversas regiões do Brasil: UEG, UFC, UFBA, UFG, UFMG, UFRJ, UFRRJ, UFOP, UFPR, UFS, UFSJ, UFT, UTFPR, UNIFESP e UNIME,¹ e ainda pesquisadoras da Bolívia e de Cabo Verde, no continente africano, consolidando o diálogo de saberes a partir do Sul. Originário do quadro docente do curso de arquitetura e

1 Universidade Estadual de Goiás (UEG); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Faculdade Unime – Lauro de Freitas.

urbanismo da UNILA, o grupo atualmente está vinculado também aos programas de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento e em Integração Contemporânea da América Latina, ambos na mesma instituição.

O I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul, ocorrido em 2017, teve o objetivo de apresentar os resultados do seu primeiro triênio (2014-2016) e debater os rumos das pesquisas do grupo para o triênio 2017-2019. Os debates daquela ocasião estão registrados neste livro, ora apresentado, que ao mesmo tempo constitui memória e guia das pesquisas do grupo para os próximos anos.

Desde 2014, diversos projetos do **MALOCA** têm sido desenvolvidos em parceria com o *Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilayó*, um terreiro de Candomblé em Foz do Iguaçu, com especial atenção para a valorização da cultura afro-brasileira na região trinacional, numa valorosa ponte entre a comunidade e a universidade, que se consolidou na proposição conjunta do encontro científico, do qual a casa foi parceira. Infelizmente, a Mãe Marina Tunirê partiu cedo demais, no início de 2021. Mãe Marina, como era conhecida, vinha colaborando enormemente para os debates do **MALOCA** sobre espacialidades afro-brasileiras. Foram várias atividades em parceria com o *Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilayó*: aulas, mesas-redondas, exposições e reuniões de confraternização. Também foram muitos os materiais que produzimos em diálogo com Mãe Marina, cujos ensinamentos certamente estão presentes nas muitas linhas deste livro. Que a sua sabedoria continue orientando nossos trabalhos.

Os estudos sobre as espacialidades afrorreligiosas do **MALOCA** convergem com a pesquisa *Arquiteturas Afrolatinas*, a qual em 2017 foi selecionada para ser apresentada na *XX Bienal de Arquitectura de Chile*. Nosso trabalho foi considerado um dos vinte trabalhos mais relevantes da bienal e foi levado à *XXVI Asamblea de Ministros y Máximas Autoridades de Vivienda y Urbanismo de América Latina y el Caribe – MINURVI*, que ocorreu em Buenos Aires, no mesmo ano.

Em paralelo e imbricado às questões étnico-raciais, o **MALOCA** tem problematizado o debate sobre tecnologia, o qual, equivocadamente, se reivindica, na maior parte das vezes, como neutro. Com vistas a desconstruir tal premissa hegemônica e vislumbrar outros caminhos para as tecnologias, mais inseridos nas demandas sociais e relacionados às distintas realidades culturais, econômicas e materiais, o **MALOCA** organizou em 2015 e em 2018 as **I e II Jornada Ciência, Tecnologia e Sociedade**, na UNILA. A primeira teve como centralidade “Habitação, desenvolvimento territorial e tecnologia social na região transnacional”. Na segunda edição, o eixo temático foi “Geopolítica do conhecimento, dependência e colonialidade na América Latina”. Ambas as jornadas foram amparadas pelos projetos de extensão que vimos desenvolvendo junto às comunidades locais, reafirmando a importância da práxis para o fazer-pensar arquitetura e recuperando um projeto classista para a área, no qual reivindicar a inserção social da tecnologia é fulcral. Tais questões alimentaram e foram alimentadas pelo **I Encontro Internacional do MALOCA**.

O Encontro de 2017 reuniu, em Foz do Iguaçu, pesquisadores e pesquisadoras nas diversas áreas de conhecimento que tratam tecnologias, políticas públicas e direitos humanos, junto a integrantes do grupo de pesquisa não residentes na região, para um balanço do triênio e formulação de uma nova agenda de pesquisa e reflexão para os anos seguintes. Além disso, o **I Encontro Internacional do MALOCA** foi aberto à comunidade, seja por meio de chamada pública de trabalhos ou com a participação como ouvintes, de modo totalmente gratuito, o que permitiu estabelecer uma profícua dialogia com projetos de ensino, pesquisa e extensão locais e aprofundar parcerias de pesquisa e atuação social na região da Tríplice Fronteira. Em complementação aos Anais do Encontro, este livro reúne as reflexões dos convidados e convidadas para as mesas-redondas e oficinas pré-encontro, além de adicionar alguns debates posteriores, que de certa forma se desdobraram das pesquisas apresentadas naquela ocasião.

Foi sob esta perspectiva que desenhamos o livro ***Nuestro Norte sigue siendo el Sur: apontamentos para arquiteturas-ou-***

tras. Trata-se de um registro de experiências na luta por arquiteturas-outras, que apelam à pluriversalidade latino-americana, porque só assim poderemos dar resposta ao agravamento das violências e desafios que temos historicamente enfrentado, acirrados por um governo genocida diante da pandemia Covid-19. A arquitetura exerce um papel fundamental na materialidade e materialização da almejada transformação da sociedade, com a superação do patriarcado-racista-capitalista e consolidação de uma outra relação com a natureza, com os humanos e humanas, e com os não-humanos. Tal transformação só será completa se fizermos uma revisão cognitiva radical da tecnologia, do espaço, do território, do conhecimento e da educação e estabelecermos um diálogo corajoso com as diversidades de modos de estar e habitar o mundo.

Nessa direção, há que se valorizar as tecnologias construtivas, formas de viver, formas de sentipensar e formas de ensinar/aprender não normatizadas, cujo saber-fazer é passado de geração em geração e cuja produção está fora dos desígnios da ciência moderna-capitalista. A racionalidade cognitiva instrumental da ciência sob os auspícios da modernidade/colonialidade monopoliza o debate sobre tecnologia, espaço, território, conhecimento e educação com implicações devastadoras na sua convergência com a exploração capitalista. Também a formação da América Latina, sob estes termos, moldou as subjetividades, narrativas históricas, juízos de valores, enfim, todo um arcabouço que segue até hoje como justificativa para o genocídio da população negra ou da população indígena, para a espoliação da natureza e para o feminicídio. Junto com o patriarcado, que há milhares de anos subjuga as mulheres, o racismo é estruturante do desenvolvimento e consolidação do próprio capitalismo.

É preciso apontar para outras práxis espaciais, o desígnio desse livro, retomando para a arquitetura a causa que tão bem nos lembrou Anatole Kopp em sua obra sobre os revolucionários anos de 1920. Passado um século nos parece urgente insistir numa arquitetura anticlassista, anti-imperialista, antirracista e antipatriarcal.

Para melhor guiar a leitura, organizamos o livro em quatro partes: **I - Descolonizando o saber; II - Espaços e arquiteturas de resistência negra; III - Cartografias das ausências: ferramentas para mapear o (in)existente; e, IV - Tecnologias como práticas sociais em disputa.** A discussão epistemológica inicia na primeira parte, com o texto “**Tecendo uma práxis da autonomia em arquitetura**”, de **Andréia Moassab** e **Gabriel Cunha**, no qual a autora e o autor apresentam as bases teórico-metodológicas que vêm amparando a maior parte dos trabalhos realizados no âmbito do **MALOCA**. É o Materialismo Histórico-Dialético em diálogo com o Pensamento Decolonial (PD) que ambos julgam pertinente para uma compreensão geopolítica do fazer arquitetura com, na e a partir da América Latina. Este exercício dialético, a partir do território, deve ser feito, necessariamente, entre várias escalas, cada qual demandando distintas abordagens, indissociáveis e complementares. Na escala do território usado, dos sujeitos e sujeitas em seus territórios e espacialidades cotidianas, Moassab e Cunha acionam uma abordagem etnográfica e semiótica, sem perder a conexão com a análise geohistórica e política, da escala mais abstrata.

A seguir, **Marcos de Jesus Oliveira** apresenta algumas das limitações das críticas às teorias do reconhecimento nos últimos cinquenta anos, ainda bastante eurocêntricas. O autor busca identificar alguns dos limites dessas teorias quando pensadas desde a perspectiva (pós)colonial e em contextos não-europeus, assumindo a premissa dusseliana segundo a qual o “ego conquiro” antecede ao “ego cogito” cartesiano como condição de possibilidade da modernidade ocidental e, logo, das teorias do reconhecimento. O texto “**Pele negra/vermelha, máscaras brancas: contribuições à descolonização das teorias do reconhecimento**”, recorre às contribuições de Frantz Fanon e Glean Sean Coulthard para sugerir que nas teorias de reconhecimento dos sujeitos e sujeitas racializados e racializadas e historicamente marginalizados, marginalizadas, excluídos e excluídas existe um “déficit colonial” de gênese eurocêntrica a ser superado. A discussão segue com **Bruno Oliveira**, que trata dos processos subordinados de inclusão das artes latino-americanas no texto “*Esto es arte porque lo dijo un europeo*”. O autor

nos auxilia a entender que a valorização artística para além dos ditames ocidentais do que é arte, permite a emergência de novas percepções de mundo e a “visibilidade a outras epistemologias, categorias e gramáticas de mundo”, num processo emancipatório das artes visuais, que se fazem através de transgressões, oposições, tensões e reconfigurações contra-hegemônicas que orientam uma trajetória latino-americanista insurgente.

Por sua vez, **Patti Anahory**, transitando entre a arte e a arquitetura, conecta o debate epistemológico da primeira parte do livro com a próxima parte, dedicada ao debate dos espaços e arquiteturas de resistência negra. No seu texto “***Errant praxis: a desenhar múltiplas possibilidades para a arquitetura africana***”, a autora partilha as lutas enfrentadas nos vinte anos da sua trajetória académica e profissional nos Estados Unidos da América (EUA) enquanto arquiteta mulher e africana num lugar geográfico e epistemologicamente colonial, neoliberal e patriarcal, dominado por instituições de elite dirigidas por homens, brancos, cristãos e burgueses. Ao final de seu relato, a arquiteta se detém nas suas práticas arquitetônicas e artísticas mais recentes e em como tem vindo a produzir, a partir de Cabo Verde, um debate contundente para mostrar que os desafios para a arquitetura contemporânea em África devem forçosamente abarcar o ensino, para reverter a usual invisibilidade e desinteresse da área por práticas espaciais e arquitetônicas não-hegemônicas.

A segunda parte do livro dedica-se aos **Espaços e Arquiteturas de Resistência Negra**. O primeiro texto, “***Invisibilidades das práticas espaciais e arquitetônicas do povo negro no Brasil***”, traz para o centro do debate, a gênese sistêmica e estrutural do ser negro e negra no Brasil, o que é identificado, pela autora **Maria Estela Ramos-Penha**, também em sua vertente espacial tanto por meio da invisibilidade das práticas espaciais negras como pela espacialidade dos territórios e bairros negros, que se tornam espaços de luta e resistência nas cidades. No seguimento, é enfrentada a questão do ser afroboliviano ou afroboliviana, trazida pela autora **Miriam Chugar**, cuja pesquisa para o texto resulta de uma parceria com o projeto *Arquitetura Afrolatina* levada a cabo a partir do MALOCA. A autora nos dá

a conhecer a construção da invisibilidade da população boliviana de descendência africana, com base no imaginário dos moradores e moradoras da cidade de Santa Cruz. Seu capítulo intitulado “***La representación social del afroboliviano desde la percepción de la población cruceña***” mostra que os afrobolivianos e afrobolivianas ainda não são reconhecidos e reconhecidas pela população *cruceña*, invisibilizados e invisibilizadas na produção de sentidos local. Vista como exótica, a população afroboliviana sofre com o racismo local, sendo frequentemente associada a um fenótipo e a uma cultura distinta daquelas comumente aceitas no país.

Da discriminação de grupos para a discriminação de espaços, que é também racial, **Isadora de Assis** aproxima-se das mulheres encarceradas em Foz do Iguaçu, um debate ainda pouco presente na arquitetura. No capítulo “**Viver perecendo: notas pretas sobre prisões e desconsiderações desde a fronteira trinacional**”, Assis defende que as mulheres encarceradas no Brasil, sendo a maior parte delas negras e pobres, privadas de liberdade, são também prisioneiras do racismo, do sexismo, da intolerância religiosa e da pobreza. O espaço carcerário, então, com suas engrenagens apoiadas no racismo, pereniza as múltiplas violências que atravessam a histórias dessas mulheres negras.

Dos espaços de cárcere, adentramos os espaços sagrados. O capítulo “**Redes, enredos e teias: o povo-de-santo entre (des)caminhos e (a)fronteiras**”, de **Mãe Marina Tunirê** (*in memoriam*) e dos autores **Maurício Santos** e **Thiago Hoshino**, se debruça sobre a fronteira. Numa metáfora metodológica importante na discussão teórica sobre as religiões afro-brasileiras e sobre a encruzilhada como epistemologia, o texto parte de experiências em terreiros de Foz do Iguaçu e dos movimentos do povo-de-santo na fronteira trinacional, em caminhos que reúnem os mundos dos Ashanti com boiadeiros, orixás, exus e caboclos, construindo o seu próprio lugar.

Dos povos de *Asé* aos povos *palenqueros*, seguem-se as reflexões fundamentais sobre os espaços e espacialidades negras na América Latina. A partir da Colômbia, Raquel Souza, no capítulo “**Lumbalú: espiritualidade e espacialidades em San Basílio**

de Palenque na Colômbia”, aborda aspectos da religiosidade *palenquera* imbricados no uso do espaço durante o ritual mortuário afro-latino-americano conhecido como *lumbalú*. O ritual foi criado por africanas e africanos transladados da África que para fugir da escravidão negra na costa colombiana no século XVII, se refugiaram nos Montes María. Seu estudo percorre as influências *banto* no desenvolvimento da cerimônia, desde o preparo do corpo, o transcorrer do velório e o enterro, em oposição à segregação espacial e higienização dos ritos de morte impostos pela modernidade ocidental. Ao mesmo tempo, a autora questiona a secularização do fazer científico e as lacunas de estudos sobre as espacialidades afro-latino-americanas.

Encerrando a segunda parte do livro, o capítulo **“E as varandas? (In)adequação cultural e políticas de habitação a partir do quilombo de Apepu”**, busca evidenciar os desafios de trabalhar políticas públicas, especificamente as habitacionais, em atendimento às singularidades da população negra, fora do contexto urbano. **Andréia Moassab** e **Tiago Bastos** tanto apontam como a invisibilidade e desconhecimento dos modos de ocupar os espaços são um fato no sistema de valoração e de ensino na arquitetura e urbanismo quanto mostram como a área é profundamente brancocêntrica, urbanocêntrica, androcêntrica e eurocêntrica. Tais valores, resultantes de séculos de consolidação da modernidade ocidental definidora de políticas habitacionais universalizadas a partir dos modos de morar do homem-branco-burguês-urbano, são aqui problematizados com base no acompanhamento que fizeram do quilombo Apepu, localizado no oeste do Paraná, contemplado pelo Plano Nacional de Habitação Rural. Um “detalhe” sintetiza a inadequação: a casa financiada pela Caixa Econômica Federal não tem varanda – o espaço social mais significativo da comunidade, presente em quase todas as suas casas.

Adicionando outras camadas de complexidades ao debate, a terceira parte do livro é dedicada às **Cartografias políticas: ferramentas para mapear o (in)existente**. Logo na abertura, o texto **“Por uma geografia ontológica! Territórios urbanos transfronteiriços na América do Sul”**, o geógrafo e pesquisador **André Luís André** retoma o tema das fronteiras, desta vez

para tratar do imbricamento de Ciudad del Este-Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, no sul do país e do encontro das cidades Cúcuta e Táchira, na fronteira Colombo-Venezuelana, a norte. O autor aborda as condições, contradições e potencialidades na inserção capitalista dependente e periférica destas regiões e na consequente negligência na vida e na cidadania nas fronteiras, que precisam de uma abordagem ontológica estendida do direito à cidade, para o direito à fronteira. Neste debate, capitalismo, racismo e xenofobia são fundamentais. No capítulo seguinte, **“A potência dos mapeamentos socioculturais participativos”**, a arquiteta e urbanista **Ana Paula do Val** explica como os mapeamentos socioculturais são primordiais para promover e difundir a diversidade cultural. Partindo de uma experiência formativa com servidores e servidoras de bibliotecas públicas nas regiões norte e nordeste do Brasil, em Belém, no Pará, e Arapiraca, em Alagoas, a autora verificou que ferramentas participativas trouxeram à tona as intolerâncias e os estereótipos do grupo, estimulando os e as participantes a questionar e repensar as suas formas de mediação cultural para a valorização da diversidade cultural local, a partir do espaço das bibliotecas.

Interligando a terceira e quarta parte do livro, o capítulo **“Assessoria técnica paisagística para a ecologia de saberes”** estabelece uma ponte entre aquilo que é inexistente – no ensino na área – e a inserção social da tecnologia, propondo uma assessoria técnica paisagística a movimentos sociais. O texto de **Céline Veríssimo** e **Gabriel Cunha** reúne temas comumente ausentes dos debates e das escolas de arquitetura e urbanismo: fome, população indígena e população urbana vulnerável relacionados com ensino e atuação profissional em arquitetura e urbanismo. A partir da prática extensionista da autora e do autor numa aldeia indígena e numa ocupação urbana no oeste do Paraná, é demonstrada a relevância de incluir o paisagismo na assessoria técnica a movimentos sociais, mais especificamente, um “paisagismo comestível”, conforme defende Leo Name (2016) para a América Latina. **Veríssimo** e **Cunha** apresentam as contribuições do giro decolonial na denúncia da dominação hegemônica sobre o ambiente construído e não construído, na cidade e no campo. Ademais, a autora e o autor apontam como

a ecologia dos saberes, defendida por Boaventura Sousa Santos, leva à adoção do paisagismo comestível e do espaço exterior doméstico de forma propositiva para que as transformações espaciais do habitat humano possam originar sociedades outras.

A quarta e última parte do livro reúne várias discussões sobre **Tecnologias como práticas sociais em disputa**. No capítulo **“O canteiro como epistemologia do Sul”**, o autor **Pedro Fiori Arantes** apresenta uma crítica radical das relações de produção e cognição heterônomas impostas pelo desenho-capital ao canteiro-trabalho, tal como formulada por Sérgio Ferro - e continuada por discípulos -, como uma “Epistemologia do Sul”, nos termos propostos por Boaventura Sousa Santos. O Sul não seria, portanto, apenas o lugar geográfico, mas todos os lugares em que o colonialismo, o capitalismo, o racismo e o heteropatriarcado impuseram sofrimento, violência, opressão e predação ambiental. Sob esta ótica, os canteiros de obra são espaços do Sul, tanto pela forma de exploração brutal em que se realizam quanto pelo potencial de libertação instituinte de novas formas de invenção e produção coletiva entre livres construtores associados por vontade comum. Em continuidade, **Gabriel Cunha** apresenta o que define por **“Premissas fundamentais para a inserção social da tecnologia”**, partindo igualmente de Sérgio Ferro, mais especificamente, do grupo Arquitetura Nova, que Ferro formava com os arquitetos Rodrigo Brotero Lefèvre e Flávio Império. O autor convoca a arquitetura a se aproximar do debate da Ciência, Tecnologia e Sociedade, apostando nas possibilidades de ampliar a contribuição do e da profissional para mudar a realidade tecnológica no campo da construção civil, do espaço construído, da produção da paisagem e da produção do espaço urbano.

Esse tensionamento sobre a relação endógena entre tecnologia e capitalismo segue na discussão crítica dos autores **Marcos Santos** e **Oneide Pietrus** no capítulo **“O paradoxo da razão técnico-construtiva”**, sobre o processo de substituição de uma base técnica de produção espacial por uma base tecnológica criada pela pressão da indústria da construção civil. A fabricação de produtos e insumos, com o suposto intuito de “atualizar” os processos de organização da produção da arquitetura e do

urbanismo, avançam sobre o ensino quando reforçam diuturnamente as “vantagens” da produção com altíssimo grau tecnológico.

Em direção convergente às duras e necessárias críticas ao capitalismo, ao racismo e ao sexismo e encerrando este livro, **Andréia Moassab** e **Gabriel Cunha** articulam **“Desenvolvimento, tecnologia, dependência e colonialidade na produção da moradia na América Latina”**. A autora e o autor organizam e avançam em alguns debates que vêm fazendo nos últimos anos, a partir do que designam geopolítica do conhecimento, dependência e colonialidade na América Latina. Sob a perspectiva decolonial em diálogo com a teoria marxista da dependência são exploradas possibilidades de debater e combater a colonialidade tecnocientífica no campo da arquitetura e do urbanismo, especialmente no nível das práticas sociotécnicas de construção, procurando entender a dicotomia entre as chamadas técnicas e tecnologias construtivas normatizadas *versus* as não-normatizadas, estabelecida pela colonialidade do saber tecnológico do sistema-mundo moderno-colonial.

São muitos os temas tratados ao longo dos dezessete capítulos do livro, todos voltados a desenhar caminhos-outras para uma práxis da autonomia e para fazer valer a função social da universidade pública e de um exercício profissional voltado a atender as demandas mais prementes da sociedade. Os textos percorrem, ao mesmo tempo, um vasto território, desde as fronteiras a Norte da América do Sul, entre Venezuela e Colômbia, passando pelo interior da Bolívia, da Colômbia e de várias regiões do Brasil. Cada autor e autora, das mais diversas origens, nacionalidades e formação – antropologia, filosofia, arte, geografia, direito e arquitetura –, a sua maneira, costura suas reflexões nessa teia de Anansi.

Assim, terminando como começamos, retornemos ao título livro: *Nuestro Norte Sigue Siendo el Sur*, célebre referência ao artista uruguaio Joaquín Torres García e sua proposta para a *Escuela del Sur*, inspiradora de nossa trajetória na UNILA. Por sua vez, a frase dá nome ao trabalho de um outro uruguaio, Gustavo Tabares, que ironicamente mostra a América como um “mickey invertido” – o famoso personagem da *Disney* –

para denunciar que o “norte” do imperialismo sempre foi o Sul e continua sendo o Sul: como destino especulativo, de exploração, de espoliação, de despojo, de despejo ou de impacto ambiental. Tabares afirma, destarte, que para o imperialismo, o Sul sempre foi o norte do Norte. A obra contemporânea do uruguaio é de certa maneira uma síntese desde a invasão das Américas e a consequente racialização do sistema-mundo moderno-colonial que estruturou as bases da sociedade – e do capitalismo – e da exploração nos últimos cinco séculos, a qual pressupõe a separação ser-humano da natureza. A atual crise ambiental é o próprio colapso anunciado e previsível do patriarcado-racista-capitalista, com implicações dramáticas para a sociedade e, até mesmo, para a sobrevivência da humanidade. Ressalte-se que a exploração do trabalho e da natureza, como direito de dominação autodesignada pelo capitalismo, está levando à destruição do planeta e à morte de milhares de pessoas. É fulcral compreender, consequentemente, como tecnologia, ciência e industrialização estão submetidas ao capitalismo, cuja exploração, por sua vez, atinge com mais intensidade a classe trabalhadora dos países dependentes e, mais ainda, nesse grupo, as pessoas negras, indígenas e mulheres, o que de certa maneira os trabalhos do MALOCA têm vindo a denunciar a partir da arquitetura e do urbanismo.

Vale lembrar, ainda, da Reforma de Córdoba, de 1918, em favor da democratização do ensino superior e de suas instituições, da descolonização cultural, da autonomia e da popularização do conhecimento (Bernheim, 2008). Ao contrário, no caso específico do Brasil, os últimos cinquenta anos foram tensionados pelos constantes ataques à educação pública, cujo marco de retrocesso remonta à Reforma Universitária de 1968, imposta pela ditadura empresarial-militar, acirradas com a privatização da educação em avanço nos últimos anos (2009). O saber, agora tecnocientífico, supostamente objetivo e neutro subsidia a formação de profissionais mais voltados e voltadas ao aumento da eficiência e da eficácia, conforme padrões de medidas da produtividade capitalista, e cada vez menos aptos e aptas à reflexão crítica destes próprios padrões.

Em direção oposta, este livro visa aprofundar, desde este lugar de pesquisa-militante, reflexões críticas e geohistoricamente situadas que indiquem rumos para uma efetiva revisão cognitiva da tecnologia, do fazer ciência e da arquitetura. Voltando ao duplo sentido do título do livro, retomamos os propósitos de Joaquín Torres-García ao propor a *Escuela del Sur*:

porque en realidad, nuestro norte es el Sur. No debe haver norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte (Torres-García, 1944, p. 213).

Para Torres García, em aguda oposição ao nazi-fascismo e à ascensão do fascismo na Europa, que deixara para trás nos anos 1930, o continente² deveria se voltar a uma perspectiva própria, anti-colonial e anti-imperialista que transgredisse e se opusesse às formas de poder hegemônicas (Torres-García, 1944). Por sua vez, Gustavo Tabares afirma que a construção da identidade latino-americana serviu (e ainda serve) a um poder imperialista do Norte Global (Pereira *et al.*, 2020). Com um e com outro, apresentamos os capítulos que seguem: com um pé na realidade material, como Tabares e, outro pé, à la Torres

2 Optamos, no livro todo, por designar a América Latina como “continente” por entender que os fatores históricos, políticos e culturais acabam sobrepujando a ideia de uma característica meramente geográfica na definição dos continentes. Nem sempre uma porção única e contígua de terra, a exemplo da África, é a única maneira de designar um continente, como já afirmamos noutros trabalhos (Moassab; Fonseca, 2021). Muitas vezes eles são definidos por outros traços, a exemplo da Europa, que divide uma porção única e contígua de terra com a Ásia e ambas são consideradas continentes, dadas suas diferenças históricas e culturais. No caso da América Latina, são designados como seus países todos os que passaram por processo de colonização de nações latino-europeias. O território das Américas, no geral, também chamado *Abya Yala*, ou “Terra Viva”, em franca tentativa de unificação da ideia de continente por parte dos povos originários, corresponde hoje em sua maioria à América Latina. Ainda, pensadores latino-americanistas e anti-imperialistas designam este vasto território como *Nuestra América*, no caso do cubano José Martí, ou *Pátria Grande*, como cunhado pelo argentino Manuel Ugarte.

Garcia e Martí, a imaginar (e construir) possibilidades de futuro desde, *para y con Nuestra América*.

No exercício permanente do **MALOCA**, de descolonizar a práxis arquitetônica, temos vindo a questionar os cânones, tensionando nossa área de conhecimento para uma maior diversidade de saberes, arquiteturas-outras voltadas para as demandas sociais e ambientais, a partir deste nosso lugar: a América Latina. Este livro sintetiza, então, os muitos caminhos erráticos dessa construção permanente que vimos traçando nos últimos anos. *Oxalá* frutifique!

Referências

BERNHEIM, C. T. **Noventa años de la reforma universitaria de Córdoba (1918-2008)**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MOASSAB, A.; FONSECA, A. Território, ambiente e identidade. LANFRI, N.; DOBRY, S. (org.). **50 años del Taller Total**. Córdoba: Editorial de la FAUD/UNC, 2021. p. 862-877.

NAME, L. Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado à justiça alimentar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 13., 2016, Salvador. **Anais [...]** Salvador, 2016.

PEREIRA, D. A.; FORTES, L.; SOUZA, L. S.; RIBEIRO, S. B. C. (org.). **Territórios da arte e da memória**: São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. v. 3.

TORRES-GARCIA, J. **Universalismo constructivo**. Buenos Aires: Poseidon, 1944.



DESCOLONIZANDO O SABER



1. TECENDO UMA PRÁXIS DA AUTONOMIA EM ARQUITETURA¹

Andréia Moassab e Gabriel Cunha

A práxis de arquitetos e arquitetas num país com a dimensão territorial como a do Brasil tem de lidar, permanentemente, com o desafio de ser orgânica à realidade territorial e material onde ela se exerce, o que implica, entre outras coisas, uma indispensável atenção aos biomas, aos climas, às realidades econômicas, às distintas populações e seus, igualmente diversos, saberes técnico-construtivos. Ou seja, trata-se de desenvolver uma práxis profissional - também existencial - que deve ser iniciada desde a formação na universidade, com o objetivo de transformar tanto o e a profissional em construção quanto às realidades sociais onde este e esta estão. Afinal, Milton Santos já nos alertou que “o mundo é o que se vê de onde se está” (Encontro..., 2006).

Em outras oportunidades, a autora e o autor, já explicitaram como o ensino de arquitetura precisa ser repensado a partir de e como parte das “Epistemologias do Sul” (Moassab; Cunha, 2020; Cunha, 2020; Moassab, 2020; Moassab, 2021; Moassab; Name, 2020). Este termo, cunhado por Boaventura de Souza

1 Agradecemos os comentários valiosos de Rogério Giugliano e Maurício Santos. Vale mencionar que este capítulo é uma versão revista e atualizada do texto publicado em 2022: MOASSAB, A.; CUNHA, G. As teias das identidades políticas: tecendo uma práxis da autonomia em arquitetura. DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, [S. l.], v. 9, n. Especial, 2022. DOI: 10.20873/uftv9DAU-14543. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/14543>. Acesso em: 25 out. 2024.

Santos, é bastante útil para o tema que estamos abordando aqui, pois não se refere a um sul geográfico, mas a um sul epistemológico, ou suís, no plural, para salientar a diversidade que nos caracteriza. Em parte, a proposta de “Epistemologias do Sul” conecta-se, a nosso ver, com aquela pertinente e conhecida crítica de Roberto Schwarz das “ideias fora do lugar” (1992), referindo-se, principalmente, ao pensamento pseudo-liberal da sociedade branca e urbana, o qual progressivamente vai se ressignificando e reconstruindo seu lócus social após o final da escravidão e o início da República no Brasil. As continuidades e descontinuidades do colonialismo, integrante da denúncia de Schwarz, desta sociedade emergente do final do século XIX, são o fundamento social, isto é, a determinação histórica que dá substância àqueles modos de ser e de pensar caricatos dos tais “homens esclarecidos” que mostravam-se “alternadamente lunáticos, ladrões, oportunistas, crudelíssimos, vaidosos, parasitas etc.” e também a seu “sistema de ambigüidades assim ligadas ao uso local do ideário burguês”, e ao “choque com a instituição servil e com seus restos” (Schwarz, 1992, p. 14), num belíssimo paralelo feito, por este autor, entre a realidade brasileira e a russa daquele período, comparando as sociedades dos romances de Machado de Assis à dos russos Gogol, Dostoievski, Gontcharov e Tchecov.

Na mesma direção, a relação entre o pensamento social e o pensamento arquitetônico brasileiros que propomos não é forçoso: em ambos, e desde quando o primeiro colonizador aqui pôs os pés, somos impelidos e impelidas pela máquina colonial a uma estrutura social que nos leva, de um lado, a um epistemicídio (Santos, 2009, p. 183) dos saberes dos povos ameríndios e africanos trazidos forçosamente pelo sistema escravocrata. De outro lado, a sua substituição pela reprodução, frequentemente esvaziada, dos saberes e sistemas de valores dos europeus, mais especificamente, dos portugueses. A crítica de Schwarz assinala esta passagem do colonialismo para o oligarquismo republicano, assim como, seguindo Boaventura Santos, temos dedicado atenção em nossos trabalhos à crítica à colonialidade - a contraface da modernidade ocidental - que se perpetuou neste momento, dentro do recorte, em nosso caso, da archi-

tetura e do território. Para o autor brasileiro, o colonialismo e suas relações de dependência, subalternização e racismo era a chave do dilema das “ideias fora de lugar” a que as economias coloniais estavam atreladas, a este incansável estabelecimento e reestabelecimento de “idéias européias, sempre em sentido impróprio” (Schwarz, 1992, p. 15), ao passo que da República em diante, a continuidade e persistência deste processo se dá por meio da colonialidade e assumiu distintas roupagens e expressões ao longo do século XX, hoje mais facilmente identificáveis.

De igual maneira, Lélia Gonzalez (1988) constata que no Brasil há uma tendência histórica em se afirmar e se reconhecer como um país de formação exclusivamente branca e europeia. As razões para isso, remontam, conforme aponta Gonzalez, as questões de natureza geográfica e do inconsciente. Desta forma, o racismo brasileiro opera de modo a negar sua composição étnico-racial e histórico-cultural, sua “ladinoamefricanidade”, nos termos da autora. Ou seja, ao contrário do que considera sobre si mesmo, o Brasil compõe uma Améfrica Ladina, uma América Africana, em que todos os brasileiros e brasileiras seriam ladinoamefricanos e ladinoamefricanas, demarcando a contribuição africana para a formação da América. O período histórico de análise de Gonzalez coincide com o de Schwarz - segunda metade do século XIX em diante - só que no caso desta, o racismo é a questão central que assume, inclusivamente neste período, uma face mais sofisticada, mascarando a violência que lhe é própria e mantendo sua função de levar a população da terra a internalizar a ideia da superioridade branca europeia.

Trazendo a questão para o campo da arquitetura, no texto “Descolonizando o ensino de estruturas em arquitetura” (Moassab; Cunha, 2020), por exemplo, procuramos identificar como durante o século XX a adoção hegemônica da tecnologia do concreto armado, a tecnociência que o acompanha e a organização e divisão do trabalho que o viabiliza acabaram funcionando como instrumentos de reprodução do capital e das relações de exploração e subalternização. O “progresso” e o desenvolvimento da empreitada rural colonial, com suas relações sociais específi-

cas, cede lugar ao progresso urbano-industrial da república e ao desenvolvimentismo. Foi por meio destes dois últimos que certos componentes do colonialismo e do racismo se perpetuaram, mesmo com o fim das relações formais da colonização. O latifúndio colonial torna-se o latifúndio contemporâneo da agricultura mecanizada que mantém o perfil agroexportador do país. Em simultâneo, cede espaço para a propriedade urbana excludente, sujeita à especulação e à gentrificação, à lógica das localizações e da especulação do espaço intraurbano (Villaça, 2001). As formações urbanas com seus edifícios de taipa compactada pelas pessoas escravizadas cedem lugar, primeiro para os tijolos assentados pelos imigrantes e, depois, para o importado, “novo e moderno” concreto armado e sua manufatura serial operada por pobres (Lemos, 1989), geralmente negros das periferias urbanas, migrantes de todos os cantos do país. O desenho técnico que pouco servia aos canteiros de obra coloniais, incluindo obras de maior vulto, se torna cada vez mais elaborado, organizando e estruturando a manufatura serial, apesar de seguir alheio às edificações mais simples, as moradias populares, consolidando, na outra margem do Atlântico, a separação entre canteiro e desenho, iniciada no Renascimento (Ferro, 1979). Finalmente, os saberes técnico-construtivos dos povos que aqui estavam antes da colonização ou que acompanharam os deslocamentos forçados da África foram subalternizados pela estrutura capitalista colonial, seguindo, agora, desvalorizados pela tecnociência “moderna”, mais recentemente, camuflada sob roupagem de “limpa”, “verde” ou “sustentável” técnica construtiva.

Destarte, temos vindo a problematizar o ensino na área, em concomitância a desenvolvermos uma prática voltada para atender as demandas sociais, por meio da tríade ensino-pesquisa-extensão, defendendo o papel social da universidade pública, a partir do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Dentro do contexto exposto, na disciplina “Arquiteturas Latino-Americanas”, ministrada no sétimo semestre do curso, a autora inicia o semestre com a pergunta: existe uma arquitetura latino-americana? Foi também com essa pergunta que o número 172 da

revista AU, publicada em 2008, dedicada aos jovens arquitetos latino-americanos,² abre o seu dossiê temático. As várias respostas trazidas naquela edição, por alguns arquitetos, arquitetas, críticos e críticas de arquitetura, são todas elas em forte diálogo com debates do campo, realizados nos anos de 1980, especialmente no Seminário de Arquitetura Latino-Americana (SAL), em torno de tal temática. No IV SAL, ocorrido no México, em 1985, foi afirmado, entre outros, que “não havia nenhum interesse em avalizar ou revalorizar tendências folclóricas ou indigenistas” (Zein; Junqueira, 2010, p. 244) e tampouco “seria o caso de estabelecer uma lista de prescrições a serem preenchidas” (*ibidem*), o que seria, ao mesmo tempo, uma simplificação e subalternização das práticas arquitetônicas feitas no continente.

Na sequência, discutimos, em aula, a entrevista a Roberto Segre, na mesma revista (AU, 2008), sobre vários caminhos possíveis para as novas gerações de arquitetos e arquitetas na América Latina. A conversa é enriquecida com as várias nacionalidades que compõem a comunidade acadêmica unileira.³ Num primeiro momento, sempre os e as estudantes afirmam que existe uma identidade arquitetônica latino-americana, sendo, então, provocados e provocadas a explicarem essa “identidade” e como ela se materializa na arquitetura. Rapidamente percebem a armadilha em que se encontram, na medida em que é inviável tentar descrever a tal “identidade arquitetônica” sem cair num esteticismo superficial, conclusão semelhante, diga-se, ao debate dos SAL. Diante dessa dificuldade, usualmente, a turma passa a negar a existência da identidade arquitetônica latino-americana, quando são, então, perguntados e perguntadas: o

2 O dossiê apresenta majoritariamente homens brancos, fazendo jus à falta da linguagem inclusiva no seu título.

3 Compõem o ambiente acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da UNILA pessoas vindas de 16 países distintos: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Gana, na África. Na universidade, dados de 2024 mostram que estão presentes 33 nacionalidades de vários continentes, sendo 22 de países latino-americanos ou caribenhos. Merece destacar, ademais, a presença de 31 povos indígenas compondo a comunidade unileira.

que estamos fazendo, afinal, numa disciplina que se chama “Arquiteturas Latino-Americanas”?

A questão identitária não é nova nas ciências humanas e sociais. Ao contrário, tem avançado bastante nas últimas décadas, em relação aos anos de 1980, quando este foi tema do SAL. Hoje em dia, é de certa maneira consensual nos meios progressistas, a necessidade de equalizar igualdade e diferença, como postulou Boaventura de Sousa Santos, ao afirmar que “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2006, p. 313). Dito de outra forma, não se trata de apontar uma identidade arquitetônica latino-americana a partir dos detalhes estéticos na arquitetura, justamente para não esvaziar a arquitetura de seu conteúdo sócio-político e histórico, convertendo-a em mercadoria para consumo. Se trata, outrossim, de considerar que as determinantes materiais do continente latino-americano resultam em arquiteturas específicas a responder ao seu tempo e espaço - como, de certo modo, o conceito de “modernidade apropriada” sugerido por Cristián Fernández Cox (Zein; Junqueira, 2010) -, sem com isso homogeneizar as práticas espaciais geohistoricamente definidas numa equação que oculta e subalterniza as experiências periféricas. Ou seja, no equilíbrio entre igualdade e diferença, não é a busca estética que importa, mas a inserção política destas práticas arquitetônicas, como é o caso de tomar em conta as arquiteturas latino-americanas, no campo da arquitetura.

Um método de ação-reflexão em arquitetura

Considerar toda a América Latina, na sua inserção geopolítica, e em simultâneo, focar em práticas arquitetônicas e espaciais particulares, é um exercício dialético entre várias escalas ou esferas de determinação, o qual exige abordagens distintas entre elas, porém indissociáveis e complementares. O Materialismo Histórico-Dialético (MHD) tem nos permitido, por meio de necessárias abstrações acerca da realidade social, compreender a

organização da vida em torno da mercadoria - esta, a determinação maior da sociedade capitalista - assim como captar o seu movimento histórico, nas suas diferentes fases ou momentos. No caso latino-americano, o MHD nos permite acompanhar a estrutura de poder colonial, sua violência contra os povos subalternizados, bem como a racialização do sistema-mundo como um dos princípios fundantes do capitalismo, que se apresenta aqui, neste território: é a riqueza extraída das Américas, com base na escravização de pessoas negras, que viabiliza a Revolução Industrial na Europa. Ainda, a divisão de trabalho estabelecida pelas metrópoles europeias nas colônias valeu-se da racialização dos povos do Sul, não europeus, como critério principal, permitindo implementar a violenta exploração capitalista escravocrata.

Nesse contexto, a arquitetura, ao separar, em finais do século XVI, o canteiro do desenho (Ferro, 2006), operação paralela, diga-se, à invasão das Américas, tem sido o braço instrumental da modernidade ocidental, agudizando a exploração do trabalho e a transformação das edificações e do solo em mercadoria. Ademais, a arquitetura tem servido para materializar termos como progresso e desenvolvimento, integrantes e indiscerníveis do projeto de modernidade, solapando práticas espaciais que não coadunam com tal projeto.

Consequentemente, uma das bases teóricas para a compreensão das contradições que se manifestam em todos os aspectos da vida social, e, em nosso caso, da produção do espaço, da moradia, da cidade e do território, é a tradição marxiana, especificamente, a proposta teórico-metodológica conhecida como Materialismo Histórico-Dialético, uma entre tantas contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels. Não se trata de tentarmos uma síntese do que vem a ser esta proposta, já que não há um texto no qual os autores se dediquem exclusivamente a este tema. Primeiro, porque a dialética materialista de Marx e Engels tem como característica a busca por determinações e, consequentemente, a riqueza categorial. Os processos de abstração por eles empreendidos, típicos da dialética, são aproximações sucessivas, relacionais e não finitas. Segundo, porque separar a estrutura do pensamento, seu método, dos objetos

concretos que são analisados, o conhecimento de suas determinações, é algo que nega o próprio MHD. Assim sendo, levantaremos apenas alguns pontos que julgamos mais pertinentes aqui, a partir das relações que os filósofos mesmo estabeleceram em seus percursos intelectuais.

Alguns dos principais textos nos quais se pode compreender melhor as características do MHD, são *A ideologia Alemã* (1845), *Teses a Feuerbach* (1845), *Miséria da Filosofia* (1845), *O Capital - Livro I* (1867), e o *Anti-Düring* (1878), este escrito por Engels, após o falecimento de Marx. Em cada uma destas obras, é possível depreender, em seu conjunto, a constituição e alguns dos aspectos do Materialismo Histórico-Dialético. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels empreendem um esforço em mostrar os problemas e contradições do idealismo e da dialética hegeliana, uma das principais correntes de pensamento alemão na primeira metade do século XIX, abrindo caminho para a superação do idealismo pelo materialismo. Finalmente, a superação da própria dialética hegeliana pela dialética marxiana, não é a consciência que determina a vida, mas é propriamente esta que determina a consciência. É neste livro, inclusive, que Marx e Engels fazem a sua sociologia, dando suas definições mais claras sobre o que entendem sobre sociedade.

Em *Teses a Feuerbach* (Marx, 2017), Marx passa a debater as contradições e os limites do materialismo “contemplativo” [*der anschauende Materialismus*] do filósofo alemão Ludwig Feuerbach, mostrando que, apesar de aparentemente se aproximarem em suas oposições ao idealismo hegeliano, há incongruências nas concepções do materialismo de Feuerbach, que abstrai o processo histórico e pressupõe um indivíduo abstrata e isoladamente humano, conforme exposto na tese seis de Marx. Afirma o autor, já na tese um, que “Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva” (Marx, 2017, p. 533), isto é, sua postura não idealista, materialista, reside nesta diferenciação entre objeto e pensamento. Porém, seu materialismo revela sua limitação na medida em que não inclui a atividade humana como fato objetivo. Em seu livro com Engels, publicado no mesmo ano, *A*

Ideologia Alemã, os autores criticam o materialismo contemplativo, já que:

A “concepção” feuerbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último, e, por outro lado, à mera sensação; ele diz “o Homem” em vez de os “homens históricos reais”. “O Homem” é, na realidade “o alemão”. No primeiro caso, na contemplação do mundo sensível, ele se choca necessariamente com coisas que contradizem sua consciência e o seu sentimento, que perturbam a harmonia, por ele pressuposta, de todas as partes do mundo sensível e sobretudo do homem com a natureza. Para remover essas coisas, ele tem, portanto, que buscar refúgio numa dupla contemplação: uma contemplação profana, que capta somente o que é “palpável”, e uma contemplação mais elevada, filosófica, que capta a “verdadeira essência” das coisas. Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas (Marx; Engels, 2013, p. 30, aspas no original).

Já no capítulo II do livro *A Miséria da Filosofia* (Marx, 2017), Marx, ao debater a Metafísica da Economia Política, desmontando o método utilizado por Proudhon para explicar as relações econômicas daquele momento, revelou as fragilidades do pensamento e da “filosofia” deste francês, que naturalizou as relações econômicas e adotou como base material de análise, os dogmas construídos historicamente pelos economistas e pela economia política burguesa, ao invés de ter como objetivo e objeto de análise as relações e o movimento histórico das relações de produção. Especialmente, na primeira observação do § I —

O Método, Marx retoma em que consiste a dialética hegeliana, revelando suas deficiências atreladas ao idealismo e que Proudhon utiliza de forma muito simplificada em seu texto *Filosofia da Miséria*, de 1846 (Proudhon, 2003). Nas palavras de Marx: “Da dialética de Hegel, o sr. Proudhon tem só a linguagem. Seu movimento dialético é a distinção dogmática entre o bom e o mau” (Marx, 2017, p. 104). De certa maneira, Marx demonstra a “moralização” da filosofia que Proudhon empreende quando se propôs a investigar a economia política, o caráter pequeno burguês de sua subjetividade e filosofia - posto que quer, na verdade, estar filosoficamente acima do capital e do trabalho, da economia política e do comunismo - assim como atribuir um caráter providencial à história.⁴ De acordo com Marx, resgatando o fim providencial da sociedade, conforme Proudhon:

a igualdade é a intenção primitiva, a tendência mística, o objetivo providencial que o gênio social tem sempre em vista, girando no círculo das contradições econômicas. Por isso, a bagagem econômica do sr. Proudhon avança melhor com a locomotiva da Providência do que com sua razão pura e etérea. Ele consagra todo um capítulo à Providência, o que se segue ao capítulo sobre os impostos. [...] É indiscutível que a tendência à igualdade pertence ao nosso século. Agora, dizer que todos os séculos anteriores, com necessidades, meios de produção etc. totalmente diferentes, trabalhavam providencialmente para a realização da igualdade, é, substituir os meios e os homens de séculos anteriores pelos meios e pelos homens do nosso século e desconhecer o movimento histórico pelo qual as gerações sucessivas transformavam os resultados adquiridos pelas gerações que as precederam (Marx, 2017, p. 108-109).

4 Há um capítulo de *A Filosofia da Miséria* (1846) que Proudhon se dedica a este assunto. Seu livro tem duas traduções para o português, com títulos distintos: *Sistemas das contradições econômicas* ou *Filosofia da miséria*, publicados pela editora Ícone, em 2003, e pela Escala, em 2007, respectivamente.

Para Marx, tanto o idealismo hegeliano, quanto a história providencial de Proudhon negavam a história real, a realidade social, sua dinâmica contraditória, indeterminada, o que, para os autores comunistas, é o único ponto de partida para os processos de abstração e de teorização. Sob esta ótica, o Materialismo Histórico-Dialético possui uma forma específica e determinada de entender a relação basilar que perpassa a história da filosofia ocidental: a relação entre objeto e sujeito, entre objetividade e subjetividade, realidade e racionalidade, o concreto e o abstrato. Passados mais de um século, o filósofo marxista francês Henri Lefebvre afirma que

Concreto e abstrato não podem ser separados; são dois aspectos solidários, duas características inseparáveis do conhecimento. Convertem-se incessantemente um no outro: o concreto determinado torna-se abstrato; e o abstrato aparece como concreto já conhecido. Penetrar no real é superar o imediato – o sensível – a fim de atingir conhecimentos mediados, através da inteligência e da razão. O empirismo tem razão ao pensar que se deve partir do sensível, mas erra quando nega que seja necessário superar o sensível; o racionalismo tem razão em crer nas ‘idéias’, mas erra ao substancializá-las metafisicamente, situando-as fora do real que elas conhecem (Lefebvre, 1991, p. 111-112).

Desta contribuição de Lefebvre, pode-se sustentar que a dialética materialista se assemelha, em parte, aos interesses do empirismo e do racionalismo, porém evitando seus “erros”. A dialética tem como pressuposto a integridade e interdependência entre sujeito/objeto, objetividade/subjetividade, realidade/racionalidade, concreto/abstrato, e não a dominância e autonomia de um dos termos sobre o outro. Nestes termos, ela também evita a síntese kantiana do idealismo transcendental, já em grande medida negada pelos idealistas alemães Fichte, Schelling e Hegel, diga-se de passagem.

Em relação à dialética Hegeliana, a dialética marxiana é seu oposto, isto é, Marx inverte a estrutura hegeliana, transportan-

do-a das ideias para a história, da mente para os fatos, da consciência para a realidade social em contradição. Não é a consciência dos homens e mulheres que determina o seu ser, mas o contrário, o ser social que determina a consciência dos homens e mulheres. O modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida. O material é que determina o ideal e a abstração, para Marx, significa um processo de elevação contínua do concreto. Conforme expressa no posfácio da segunda edição de *O Capital*:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 2013, p. 90).

Se é próprio da estrutura de pensamento marxiano, do MHD, esta determinação material da abstração, é inevitável que esta estrutura considere a concretude histórica e as particularidades da realidade social em que investiga. Tendo em vista que esta realidade social é diversa, tomando como exemplo, as diferentes nações, os diferentes países, as diferentes estruturas sociais e as diferenças na divisão internacional do trabalho e da produção, as determinações a serem analisadas serão também diferentes. Constante é apenas o método. Conforme tratamos no início, com relação à práxis profissional de arquitetos e arquitetas, num país com dimensão territorial como a do Brasil, é um grande desafio compreender as distintas realidades territoriais, econômicas, as dinâmicas sociais, culturais e seus variados saberes técnico-construtivos.

Compreendemos que o Materialismo Histórico-Dialético é precípuo para o estudo das determinações presentes nestes locais, assim como ele é, de igual forma, útil para evitar construções ideológicas típicas do pensamento burguês e pequeno-

-burguês, como as detectadas nos circuitos de elite brasileiras por Schwarz (1992) ou do racismo de meados do XIX, analisado por González (1988). Algumas das determinações que estão presentes na realidade social latino-americana são a divisão racial e sexual do trabalho, o trabalho não pago de mulheres na manutenção da vida, a dependência econômica e a superexploração da força de trabalho. A combinação destas quatro determinações nos leva a uma corporeidade distinta, na qual a desumanização, o desprezo e a hipersensualização de corpos não-brancos é uma das bem conhecidas características, o que se revela, ainda, pelo grau de mecanização do trabalho, como acontece nos canteiros de obras locais. Na construção civil latino-americana, a superexploração do trabalho pressupõe uma divisão de trabalho baseada na manufatura serial com baixa qualificação e remuneração, fazendo com que o canteiro represente um dos maiores redutos de extração de mais valor absoluto. A corporeidade reside no extensivo uso da força muscular e não mecânica de trabalhadores na sua maioria negros, no Brasil, ou ameríndios, nos demais países do continente. Este lócus produtivo em terras latino-americanas é interpretado pelo pensamento burguês e pequeno-burguês como “atrasado” ou como uma externalidade e incompletude do processo de industrialização, ao invés de resultante das três determinações: a racialização da divisão do trabalho, a dependência econômica e a superexploração da força de trabalho.

Se o Materialismo Histórico-Dialético, convergente com o Pensamento Decolonial como propomos, propicia abstrações fundamentais para analisarmos a inserção geopolítica da Arquitetura, contudo, tem sido insuficiente para tratar do território vivido, da materialidade da vida, onde acontece a arquitetura. Ao descer a escala de análise do global para o local, as abordagens semióticas e etnográficas são de grande valia para lidar, de forma situada, com a diversidade de práticas espaciais no mundo. Em outras palavras, o particular é o ponto de partida do pensamento para chegar ao universal e explicar o singular. A etnografia é um método de pesquisa para captar o particular, seguindo no fluxo que se inicia na aparência, no sensível e rumo para a razão e para a abstração. Por exemplo, o Materialismo

Histórico-Dialético e o Pensamento Decolonial nos auxiliam a entender a luta pela terra travada pelas comunidades quilombolas e indígenas, mas são insatisfatórios para compreender a espacialidade de dado quilombo ou aldeia indígena. Ambas as análises, globais e locais, devem estar interconectadas, se alimentarem e se atualizarem constantemente. Acerca das diferentes escalas, Boaventura de Sousa Santos, ao conceber a sociologia das ausências mostra que uma das lógicas de produção da não-existência é a lógica da escala dominante, a qual ao ser adotada “como primordial determina a irrelevância de todas as outras escalas” (Santos, 2006, p. 103-104). O sociólogo esclarece, ainda, que tal escala dominante

aparece sob duas formas principais: o universal e o global. O universalismo é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos. Têm, por isso, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que por essa razão são consideradas particulares ou vernáculas. A globalização é a escala que nos últimos vinte anos adquiriu uma importância sem precedentes nos mais diversos campos sociais. Trata-se da escala que privilegia as entidades ou realidades que alargam o seu âmbito a todo o globo e que, ao fazê-lo, adquirem a prerrogativa de designar entidades ou realidades rivais como locais. No âmbito desta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global (Santos, 2006, p. 104).

Nessa direção, propomos o Materialismo Histórico-Dialético, em sintonia com o Pensamento Decolonial para uma análise geohistórica e política dos fatos e uma abordagem etnográfica e semiótica para estudar e produzir dados locais. Ambos devem estar alinhados, entrelaçados e se retroalimentarem de modo coerente e sem hierarquia. Ou seja, o local dá corpo e voz ao global e, o global, contextualiza politicamente o local.

Uma abordagem etnográfica e semiótica

O Materialismo Histórico-Dialético e o Pensamento Decolonial, conforme defendido no item anterior, permitem uma compreensão geopolítica da arquitetura e do fazer arquitetônico, na sua correlação de forças com a luta de classes, de modo a evitar que se tornem meros braços operacionais do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Nessa direção, para aferir questões próprias da escala do mundo vivido pelos corpos em suas diversidades e espacialidades, julgamos pertinente o uso de técnicas de pesquisa que dialoguem com uma metodologia condizente ao estudo dos fenômenos como estes são percebidos no mundo, sem a falsa distinção entre sujeito e objeto tão característica do positivismo comtiano, ainda tão presente nas ciências de um modo geral. É bastante comum, inclusive nos trabalhos de campo em arquitetura, o uso de métodos quantitativos positivistas, como aplicação de questionários e tabulações estatísticas de grandes quantidades de dados, acolhendo acriticamente métodos empregados nas ciências exatas e da natureza. Tais dispositivos vão na contramão da escuta atenta e de proposições em dialogia com as necessidades sociais mais prementes.

Lembremos que o Positivismo tem como protagonista os escritos de Augusto Comte, no início do século XIX, que tiveram por base os trabalhos precedentes de Bacon, Hobbes e Hume, se contrapondo a todo conhecimento transcendente, como a metafísica ou a teologia, desprezando, por conseguinte, as subjetividades, os sujeitos e as sujeitas. O fundamento epistemológico do Positivismo, em sua primeira fase, reduz a possibilidade de conhecimento a apenas relações de causa e efeito estáveis e previsíveis. Uma sequência de relações deste tipo configura, para o Positivismo, uma lei. Tal reflexão, feita por Comte e seus seguidores, tratou de incorporar, de maneira rígida, os ideais da Revolução Científica de forma a constituir as bases metodológicas de um olhar científico sobre a sociedade, isto é, “uma física social”, conforme denominavam os próprios positivistas.

Vale ressaltar, entre as múltiplas questões epistêmicas levantadas pelo positivismo, duas mais relevantes ao tema aqui abordado. Primeiro, o Positivismo, em seu nascimento, incor-

pora uma perspectiva universalista da vida social que busca, acima de tudo, o que há de constante ou a-histórico nas sociedades. Logo, por esta visão, a diversidade assume um papel secundário, passageiro ou, até mesmo, negativo. Desta maneira, o pensamento de Comte, assume e promove uma visão linear e progressiva de história; típica do pensamento europeu dos séculos XVII e XIX, em que a diversidade era entendida como reflexo de etapas imprescindíveis e estáveis do desenvolvimento. Nesse modelo, o formato societal europeu era apresentado como o estágio mais avançado do progresso requerido e invariável à qual toda sociedade haveria de passar, como bem denota a lei dos três estágios descrita por Comte (Mill, 2005). A segunda questão epistemológica pertinente ao objeto deste artigo trata da perspectiva positivista sobre a relação sujeito e objeto. O pensamento comtiano se constrói sobre a premissa de que o cientista - sempre homem, diga-se - possui um lócus de observação privilegiado, cuja objetividade é garantida pelo não envolvimento afetivo, ideológico ou subjetivo com seu tema de pesquisa. Há uma defesa, por tais autores, de que o distanciamento permite ao produtor de conhecimento uma visão mais clara das relações de causa e efeito, cuja descoberta constitui o principal objetivo da pesquisa científica.

Como um astrônomo ou físico, o cientista social deveria buscar as leis invariáveis da existência social, independentemente de suas preferências, sentimentos ou da visão contaminada daqueles e daquelas que compõem o tecido social em análise. Além do problema da formulação das perguntas, este procedimento isola o contexto, a realidade material do sujeito e sujeita falantes. Por sua vez, para a fenomenologia de Edmund Husserl (1989), não existe objeto sem a presença do sujeito ou da sujeita. Seu objetivo, destarte, é compreender os fenômenos e as essências, sem imperiosamente explicá-los ou analisá-los. A explicação dos fenômenos caberia à dialética e, por sua vez, a interpretação dos fenômenos no seu contexto, toca ao materialismo histórico. Dito de outra forma, o positivismo, ao negar o sujeito e a sujeita, é *per se*, oposto aos estudos das relações humanas e sociais que pretendemos em arquitetura e urbanismo, enquanto Ciências Sociais Aplicadas que são.

Transcorridos mais de dois séculos, as Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, na atualidade, ainda sentem os reflexos de tais fundamentos nas técnicas de pesquisa. No processo de elaboração de questionários, ainda muito utilizados em nosso campo - especialmente os questionários estruturados -, o pesquisador ou a pesquisadora é detentor e detentora da verdade, a qual as pessoas inquiridas se limitam a deferir ou indeferir, sem permitir diálogos e descobertas. Sob esta ótica, os inquiridos e inquiridas se constituem objeto de pesquisa. Menos limitante é o questionário não estruturado, no entanto, a despeito de admitir maior interação, ainda pressupõe uma quantidade de respostas em detrimento da qualidade delas. Em ambos os casos, é o ou a cientista que decodifica o mundo para o ou a informante se posicionar, muitas vezes partindo de pressupostos que sequer fazem sentido àquele sujeito ou sujeita. Em outras palavras, aferir o conhecimento com base em questionários incorpora, muitas vezes, esses problemas epistêmicos. Tal perspectiva impõe severas limitações à possibilidade de descoberta ou exploração de perspectivas alheias ao cientista e à cientista. Além disso, relega a diversidade ou o não estável a uma condição de menor importância. Em particular, o caráter a-histórico do Positivismo e de seus métodos de pesquisa vão na contramão do Materialismo Histórico-Dialético, bastante mais adequado, a nosso ver, para a análise e aferição de dados sociais, como é o caso da arquitetura.

Em adição, guiados pelos conceitos de ecologia de saberes e de sociologias das ausências e das emergências de Boaventura de Sousa Santos (2006), temos vindo a pesquisar o que o patriarcado-racista-capitalista invisibilizou, enquanto prática arquitetônica e espacial. Aquilo que a modernidade ocidental produziu ativamente como não existente econômica, social, política e culturalmente (Santos, 2006) não é detectável com métodos positivistas de pesquisa, já que estes, colaboram, na verdade, para a manutenção das não-existências. Deste modo, a sociologia das ausências e das emergências busca expandir e tornar visível o domínio de experiências sociais. Na sociologia das ausências é demonstrado que o que não existe é, com efeito, produzido como não existente, de modo que diversos são os

modos de produção de não-existência sob o julgo de totalidades hegemônicas e excludentes, com base em critérios hegemônicos de saber (que produz o ignorante), de desenvolvimento (que produz o atrasado ou subdesenvolvido); de classificação social (que produz o inferior, como as mulheres e os negros); de produtividade (que produz o improdutivo ou preguiçoso) (Santos, 2006). Santos demonstra, igualmente, que dentro do campo das ciências sociais, constituído sob os parâmetros dominantes, a sociologia das ausências é, ela própria, transgressiva (Santos, 2006). Além disso, o autor defende que as experiências ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas sejam pensadas fora das relações de poder que unem hierarquicamente dominador-dominado ou silenciador-silenciado. Para Santos (2006), o pensamento não-derivativo seria um pensamento pós-abissal, aquele que emergirá da superação histórica da modernidade ocidental.

A ecologia de saberes, por seu turno, considera a pluralidade epistemológica do mundo em contraposição à monocultura do saber, dominada na modernidade-colonialidade, sobretudo, pelo saber científico. É nessa direção que vimos trabalhando por uma arquitetura - ou prática arquitetônica - contra-hegemônica que, em conjunto com a sociologia das ausências, (re) construa e reposicione os lugares e seus e suas protagonistas na geopolítica do conhecimento. Consequentemente, uma direção mais coerente com a análise da realidade feita a partir do MHD e do PD, é, a nosso ver, o levantamento de dados arquitetônicos por meio da utilização do método etnográfico, uma vez que este permite maior troca e aproximações ao cotidiano das pessoas, qualificando questões muitas vezes abstratas, próprias de análises da totalidade.

Sob esta perspectiva, e em contraposição às técnicas positivistas de pesquisa, algumas correntes dos estudos etnográficos auxiliam na produção de dados qualificados, não-massificados, em consonância com o tempo do outro e da outra, com a escuta atenta e com o olhar generoso do pesquisador ou da pesquisadora. Este é o caso da etnografia conforme postulada por Clifford Geertz (2008), que se constitui como uma prática que compreende a cultura a partir do universo social, isto é, a análise do sujeito ou da sujeita inserido ou inserida em seu

contexto geográfico, histórico, político e cultural, conforme define a Antropologia Social. O autor afirma ainda que “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (Geertz, 2008, p. 4), todas técnicas integrantes da etnografia. Para Geertz, a etnografia é uma orientação teórico-metodológica cujo resultado é uma “descrição densa” (2008) e não um texto literário ou jornalístico. Trata-se, por conseguinte, de uma ferramenta para compreensão da realidade, neste caso, da realidade material arquitetônica e espacial. Além disso, deve-se ter em mente que a qualquer momento tanto pode acontecer de alguma das técnicas previamente planejadas não serem utilizadas, por não se mostrarem adequadas ao bom desenvolvimento da pesquisa, como outras técnicas podem ser somadas ao repertório inicial, a partir de elementos e evidências emanantes do imponderável, característico do empírico. Em adição, James Clifford, se contrapondo, como Geertz, à etnografia clássica e positivista de Bronislaw Malinowski (2018), implode a autoridade etnográfica e concebe a etnografia

não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos. Paradigmas de experiência e interpretação estão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia (Geertz, 2002, p. 43).

Nesta acepção, a prática etnográfica se configura como caminho a ser trilhado para uma construção polifônica, almejando a interpretação desses processos no contexto no qual eles acontecem, adquirem e produzem sentidos.

Não obstante, estes antropólogos mantêm uma compreensão limitante sobre o que é cultura, que de alguma maneira transparece em suas perspectivas etnográficas. Em adição, Marshal Sahlins, defende uma permanente politização da cultura, tendo vindo a alertar, em seus trabalhos, para uma espécie de “culturização do outro” ou, em suas palavras, de “inven-

ção da tradição” (Sahlins, 1999, p. 6, tradução nossa). No texto “*Two or three things that I know about culture*”, Sahlins aponta como os antropólogos e antropólogas têm pinçado determinados aspectos da organização social de comunidades nativas, justamente aquelas que se contrapõem à cultura do capitalismo (Sahlins, 1999). Concomitantemente, muitas destas comunidades têm se adequado, de modo pragmático, a esse contraste para alcançar seus objetivos de inserção social. É central em seu argumento, a invenção da cultura como uma colonização epistemológica do Outro, à semelhança do que Edward Said demonstrou no célebre *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente* (2003), dos anos 1970.

É imperioso fazer emergir tais questões, com vistas a evitar a “folclorização” da arquitetura, muito usuais no escopo de trabalhos sobre “arquitetura vernácula”, termo, semelhantemente problemático, por designar arquitetura realizada sem assistência profissional com base em materiais e em “tradições” locais, que estabelece de imediato uma hierarquia. Tal designação tem servido para “inventar tradições arquitetônicas”, parafraseando Sahlins, inferiorizando-as com relação às demais arquiteturas. Não se diz arquitetura vernácula, por exemplo, às experiências tectônicas da Grécia Antiga, mesmo que encaixem perfeitamente nas explicações usuais da terminologia. O termo “vernácula” denota, normalmente, as arquiteturas do Sul Global, esvaziando de significado político tais práticas, resultando, não raro, em sua exotização ou ainda, na sua estetização, que bem serve aos anseios cenográficos do capitalismo.

Por conseguinte, o uso que propomos do método etnográfico não tem o objetivo de etnografar determinada arquitetura, tampouco, para apenas descrever arquiteturas subalternas. Pelo contrário, buscamos na etnografia uma ferramenta fundamental para compreender arquiteturas e espacialidades do mundo vivido, como uma técnica de levantamento de dados primários, qualificados, não consistindo, ela própria, nas finalidades dos trabalhos. Dito de outra forma, a etnografia, como proposta aqui, não é um fim, é, antes, um meio interessante de aproximação e compreensão de modos de morar, de maneira a estabelecer um diálogo respeitoso que resulte em análises e

projetos que melhor atendam as demandas arquitetônicas ou urbanísticas de determinado grupo ou que mais adequadamente os oriente a fazer suas escolhas com autonomia.

A etnografia, portanto, no oposto de representar uma cultura - ou dada arquitetura -, estabelece processos comunicacionais de múltiplas vozes, de modo que, pode ser bem complementada com a abordagem semiótica, outra ferramenta valorosa, precisamente por estudar a construção de sentidos, permitindo, de mesmo modo, entender os silêncios, as ausências e todo o sistema sógnico estabelecido pela arquitetura e espacialidades de uma comunidade. A semiótica começa com o processo de conhecimento, indagando como a significação está ocorrendo entre as pessoas e seu ambiente, tornando viável a percepção e a cognição (Santaella, 2004). A arquitetura, como linguagem não-verbal, é um sistema semiótico a mediar a comunicação entre os espaços e as pessoas, consistindo também, o próprio desenho, parte constitutiva de seu arcabouço.

Nomeadamente, a semiótica, em diálogo com a etnografia, colabora para analisar a dinâmica da significação dos espaços e espacialidades e para produzir uma sociologia das ausências. Ao entendermos a casa como algo mais que quatro paredes e um teto, estamos afirmando que ela é dotada de significação, de forma que a perspectiva semiótica auxilia a destrinchar e, a etnográfica, a compreender os e as agentes viventes da arquitetura e do espaço. Assim sendo, após o processo de observação, os dados devem ser sistematizados, inclusive os desenhos, complementados por informações adicionais, em paralelo ao trabalho de campo. O jogo de escalas deve ser permanente, sem perder de vista, na vivência do território, as questões geohistóricas, de classe, gênero, sexualidade e raça ali implicadas.

Isto posto, o arquiteto ou arquiteta, para compreender os modos de morar e de viver, primeiro, deve desfazer-se de noções preconcebidas e juízos de valores, evitando, assim, o etnocentrismo, ou seja, a crença de que apenas uma maneira - a sua - de estar no mundo e de espacializar o cotidiano, seja válida. Além disso, é importante se apropriar dos desafios e responsabilidades da observação participante e a implicação da sua inserção nas comunidades. Há também que se estar disponível

para estabelecer uma relação duradoura e de confiança que antecede a pesquisa e continua após o seu término. Os laços de amizade e de partilha de conhecimento multidirecionais permanecem e encontram solo fértil na Universidade Pública, que viabiliza, das mais distintas maneiras, um trabalho contínuo. A este convívio duradouro Ecléa Bosi (1995) designou de “comunidade de destino”.

Esta trajetória pela etnografia não é recente, tampouco casual para a autora e autor deste texto, que há muito se deram conta da paralaxe entre a realidade e os textos e documentos institucionais. No caso da autora, no início dos anos 1990, quando estagiária na Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo (EMPLASA) integrou a equipe que trataria das questões habitacionais do Plano Metropolitano 1994/2010. Na ocasião, ficou evidente a ausência das favelas da região metropolitana da base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), num completo desencontro entre os dados oficiais e a vida das pessoas. O mesmo vai acontecer nos seus futuros trabalhos profissionais em diversas regiões do país, culminando, digamos, na sua tese de doutorado, na qual a realidade das periferias brasileiras é desenredada a partir do hip-hop, com uso da observação participante (Moassab, 2011).

Para o autor, por seu turno, a observância dos preceitos da prática etnográfica foi crucial nas experiências de Assessoria Técnica Habitacional e da Paisagem, que ocorreram já como professor da UNILA, entre 2016 e 2019. Evitar o etnocentrismo, ao se deparar com distintas espacialidades, a disponibilidade para estabelecer laços contínuos e de confiança, são procedimentos correntes nos trabalhos que vimos fazendo nos bairros e comunidades periféricas de Foz do Iguaçu, cujas experiências voltaram-se à questão técnica-construtiva, com a oferta de oficinas, cursos e demais atividades concernentes à cultura construtiva.

Mais recentemente, entre 2014 e 2017 atuaram, a autora e o autor deste texto e também o professor Tiago Bastos, junto à comunidade quilombola Apepu, no município vizinho de São Miguel do Iguaçu, contemplada com moradias do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Diversos foram os pro-

blemas encontrados, no que tange à total inadequação cultural da casa padronizada pela Caixa Econômica Federal (CEF), com base num padrão urbano de moradia, bastante dísparo àquele contexto.⁵ Entre as muitas limitações da política pública, importa para o debate ora apresentado, a nossa aproximação ao quilombo, sempre com uma escuta atenta, compreendendo as demandas e não impondo um “pacote de soluções”. Num primeiro momento, foi significativo elucidarmos as casas que seriam financiadas pela Caixa Econômica Federal, já que nunca ninguém lhes havia explicado, levando aquelas pessoas a assinarem montes de papéis contratuais sem nenhuma preocupação com o seu entendimento. Por isso, numa das visitas a Apepu, com Tiago Bastos, desenhamos a casa no chão, com papel higiênico, na escala 1:1, o que permitiu a cada um e uma vivenciar o futuro espaço pela primeira vez, percebendo a disposição dos móveis, o tamanho dos ambientes e assim por diante (Moassab; Bastos, 2020). Ao mesmo tempo, sempre apontamos outras possibilidades construtivas, às quais poderíamos assessorar, todavia, a comunidade sempre foi enfática em preferir o programa habitacional com o qual havia sido contemplada, escolha que respeitamos.⁶

Numa etapa seguinte, cientes que as novas casas alterariam radicalmente a dinâmica espacial do local, procuramos registrar a memória arquitetônica, isto é, as casas originais, seus espaços e a relação dos e das habitantes com ele. Uma preocupação central, a partir deste levantamento foi: como representar aquelas casas por meio do desenho arquitetônico, em si, uma tradução higienizada da realidade? Além de algumas oficinas e outras produções acadêmicas sobre esta questão, fizemos algumas experi-

5 Ver capítulo “E as varandas? (In)adequação cultural e políticas de habitação a partir do quilombo de Apepu”.

6 Com a crise política que se instalou no país após as eleições presidenciais de 2014, seguido do golpe de 2016, o financiamento aprovado jamais chegou a ser executado e as casas da CEF não foram construídas. Foi quando apresentamos com mais ênfase alternativas construtivas àquelas previstas na política pública. Chegamos a preparar um curso de capacitação sobre arquitetura com terra para a comunidade, o que não foi realizado por motivos alheios à nossa vontade.

mentações, que podem ser conferidas no Caderno Maloca n.01, dossier “Direito ao Território no Quilombo Apepu”.⁷

Outra comunidade que temos vindo a trabalhar, desde 2014, é o *Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilayó*, um terreiro de candomblé em Foz do Iguaçu, cuja matriarca, mãe Marina, foi uma expressiva liderança local na luta e resistência dos povos e classes oprimidas da cidade. O terreiro em questão se configura como um polo regional de cultura negra, sendo palco histórico de manifestações relacionadas à cultura afrodescendente e a promoção de debates acerca do combate à intolerância religiosa, de raça e de orientação sexual. Dentro desse contexto, a sua comunidade tem sido alvo de diversas formas de discriminação e de racismo. O racismo religioso tem feito com que maior rigor de fiscalização recaia sobre os espaços de culto afrorreligiosos, em comparação com demais templos, no país todo e, em particular, em Foz do Iguaçu.

Em 2016, fomos contactados pela comunidade devido a uma denúncia anônima no corpo de bombeiros que resultou em fiscalização severa e truculenta, a exigir documentos, sob ameaças de altas multas e interdição do espaço. A comunidade sequer tinha conhecimento ou entendeu do que se tratava a exigência, feita com um rebuscado vocabulário técnico que já denota uma hierarquização na relação. Além de mediar o conflito, em defesa da comunidade, elaboramos, via assessoria técnica, com a coordenação do autor e de Tiago Bastos, o projeto de combate contra incêndio e pânico, para aprovar no Corpo de Bombeiros (Cunha; Bastos, 2017). Esta exigência colocou em confronto duas racionalidades distintas: o rigor da representação técnica e das normas edilícias contra um espaço sagrado, com suas próprias regras e ritos. Foi a relação de confiança, a prática e a escuta atenta, próprias da observação participante, que viabilizaram equalizar estes mundos tão distintos, fazendo, ao final, uma tradução intersemiótica entre estes universos simbólicos tão pouco compatíveis.

A destacar, por fim, algumas autoetnografias que vêm sendo realizadas no âmbito do MALOCA, um método de pesquisa

7 Ver: <https://divulga.unila.edu.br/maloca/caderno-maloca/>.

qualitativa em debate na Antropologia, nas últimas décadas, que põe em xeque a autoridade do observador ou observadora, que é também sujeito ou sujeita do conhecimento (Versiani, 2002, p. 67). Estes são os casos dos trabalhos de Ariana Mara Silva, Maicon Rugeri, Maurício Santos e Oswaldo Freitez, que estudam lésbicas negras (Silva, 2015; 2019), espaço rural (Rugeri, 2017; 2020), povos de terreiro (Santos, 2016; 2018) e mapeamentos homoafetivos (Freitez, 2018), respectivamente. A autoetnografia desponta como uma ferramenta relevante, sobretudo no Brasil, como uma necessidade dos subalternos e subalternas, ou, conforme afirma Daniela Versiani, para a “construção de sujeitos *marginais* (distintas do sujeito hegemônico, branco, masculino e europeu, que se sobrepôs ao próprio conceito de Sujeito)” (Versiani, 2002, p. 58, grifo da autora).

Desta feita, são muitas as possibilidades dialógicas a tecer o conhecimento cumulativo, coletivo, do grupo de estudos, em trânsitos multiescalares e subjetividades plurais, conectados ao seu contexto geohistórico e político, as quais apontam para outros modos de fazer e pensar arquitetura.

Tecituras de Ananse

Ao longo do texto procuramos demonstrar as bases metodológicas que vêm amparando a maior parte dos trabalhos elaborados no âmbito do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul. Temos apostado fortemente no Materialismo Histórico-Dialético e no Pensamento Decolonial para uma compreensão geopolítica do fazer arquitetura com, na e a partir da América Latina. A teoria marxista nos apresenta um método para análise da realidade, que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética da transformação social. Em adição, os escritos decoloniais reescrevem, em termos epistemológicos, a história do pensamento, alterando o marco do Iluminismo - que vai definir toda a modernidade ocidental - para a invasão das Américas. Este não é um simples detalhe. Ao contrário, revela o quanto a

modernidade ocidental e o capitalismo, seu sistema econômico por excelência, foram tributários da violência colonial, da exploração das riquezas e dos corpos do outro lado do Atlântico. Isto posto, fica evidente para nós que a equação a ser superada é aquela da exploração do patriarcado-racista-capitalista, nesse imbricamento interseccional, materializado no território.

Este exercício dialético, a partir do território, deve ser feito, necessariamente, entre várias escalas, cada qual demandando distintas abordagens, indissociáveis e complementares. Na escala do território usado, como dizia Milton Santos (1999), há que se verificar e compreender os sujeitos e sujeitas em seus territórios e espacialidades cotidianas, para o que julgamos pertinente a abordagem etnográfica e semiótica, sem perder a conexão com a análise geohistórica e política.

Voltamos, assim, à pergunta inicial: existe uma identidade arquitetônica latino-americana? Por paradoxal que seja, podemos afirmar que não e que sim, existe. Tal identidade arquitetônica não existe sob a ótica de reduzir a arquitetura latino-americana a atributos estéticos, que tendem a folclorizar ou congelar as práticas construtivas, retirando-lhes o lastro geohistórico. O esvaziamento político da arquitetura tem levado, por exemplo, a projetos de intervenção urbana de caráter turístico-empresarial, mormente de inserção global, como é o caso do Pelourinho em Salvador e do novo Marco das Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu, ambos no Brasil; do projeto costeiro Bicentenário de Asunción, no Paraguai; da Arena Cochabamba, na Bolívia; da revitalização dos bairros Bellavista e Italia, em Santiago, no Chile e de San Telmo, na Argentina; do bairro Getsemaní, em Cartagena de Indias, na Colômbia; do Casco Viejo de Panamá, e tantos outros, por toda América Latina, os quais comumente expulsam a população local, empobrecida, em favor de uma ambientação da “tradição”, destinada, basicamente, a agradar o turismo de massa.

Por outro lado, na geopolítica da Arquitetura, a América Latina é invisibilizada ou subalternizada, sendo, por isto, urgente a sua inserção transversal aos diversos debates na área. Não apenas os arquitetos e arquitetas do continente merecem ter maior visibilidade, como práticas construtivas e modos de

morar particulares dos povos que aqui habitam ou habitaram são dignos de serem conhecidos e compreendidos. Da mesma maneira, há que se tomar em conta a violência colonial, cujos resultados são materializados, ainda hoje, nos territórios e nos corpos. Portanto, a luta pelo direito ao território, o direito à cidade e o direito à moradia deve integrar definitivamente tanto a formação quanto a atuação profissional de arquitetos, arquitetas e urbanistas. Importa considerar, ademais, alguns hábitos de morar que permanecem presentes em terras latino-americanas, como é o caso do uso do espaço exterior doméstico (Veríssimo, 2013) para o preparo e cultivo de alimentos, entre outros. Consequentemente, podemos afirmar que sim, existe uma identidade arquitetônica latino-americana, que é arquitetônica e política.

É nessa ação-reflexão em múltiplas escalas que temos direcionado nossos esforços, procurando fomentar um debate permanente que respeita a autonomia dos educandos e educandas, valorizando e respeitando sua cultura e seu acervo de conhecimentos empíricos no processo de ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo, buscamos formar profissionais éticos diante dos desafios que lhes serão apresentados, voltados para uma prática arquitetônica e urbanística crítica e que prezem pela integração solidária dos povos do continente.

Finalmente, nesse trânsito multiescalar e suas distintas abordagens, nesse exercício de visibilização de outras leituras e outras epistemes, vamos tecendo a *Ananse Ntontan*, a teia de aranha, a teia da sabedoria, o que aprendemos com Mãe Marina, *Iyálorixá do Ilê Asé* e do *Afoxé Oju Ogún Funmilayo*, cujos ensinamentos remontam às tradições do adinkra, dos povos acã da África ocidental, notadamente os asante do Gana. Seguimos, assim, por entre fios, tentando costurar todas as histórias que fugiram do baú de Ananse e se espalharam pelo mundo, as histórias arquitetônicas, dos territórios, das espacialidades e as histórias políticas do espaço construído e habitado da América Latina.

Referências

AU - ARQUITETURA E URBANISMO. São Paulo: Pini, n. 172, 2018. Mensal

BERNHEIM, C. T. **Noventa años de la reforma universitaria de Córdoba (1918-2008)**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CUNHA, G. Ensino de arquitetura e trabalho livre. *In*: MOASSAB, A; NAME, L. (org). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020.

CUNHA, G; BASTOS, T. Assessoria técnica na tríplice fronteira e a atuação universitária. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DO MALOCA GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM URBANISMOS E ARQUITETURAS DO SUL, 1., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Maloca, v.1, n.1, 2017.

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá, 2006. Direção de Silvio Tendler. Produção de Ana Rosa Tendler. Coordenação de Ecatherina Brasileiro. Roteiro: Cláudio Bojunga, Silvio Tendler, André Alvarenga, Miguel Lindenberg, Ecatherina Brasileiro, Daniel Tendler. [S.l.]: Caliban, 2015. 1 vídeo (89 min.), MPEG4-Visual, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>. Acesso em: 25 out. 2024.

FERRO, S. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREITEZ, O. **Diseñar desde lo Subalterno**: lenguaje y representación gráfica en arquitectura. 2018. 152 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/52bc91c1-116b-49a1-a81b-72ce41bef18e>. Acesso em: 25 out. 2024.

GEERTZ, C. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LE MOS, C. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989.

MAINARDES, J. Pesquisa etnográfica. In: BOURGUIGNON, J. **Pesquisa social**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 99-124.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Ubu, 2018.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital [Livro 1]**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILL, J. **Auguste Comte and positivism**. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2005.

MOASSAB, A. **Brasil periferia(s)**. São Paulo: EDUC, 2011.

MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias de gênero e raça no ensino de Arquitetura e Urbanismo. In: MOASSAB, A; NAME, L. (org.). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020.

MOASSAB, A. O curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e a integração solidária de *Nuestra America*. In: LANFRI, N.; DOBRY, S. (org.). **50 años del Taller Total**. Córdoba: Editorial de la FAUD/UNC, 2021. p. 427-445

MOASSAB, A; BASTOS, T. Dossier Direito ao Território no Quilombo Apepu. **Caderno Maloca**, Foz do Iguaçu, v. 1, n.1, set. 2020.

MOASSAB, A; CUNHA, G. Decolonizando o ensino de estruturas em arquitetura. In: MOASSAB, A; NAME, L. (org). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

PEREIRA, D. A.; FORTES, L.; SOUZA, L. S.; RIBEIRO, S. B. C. (org.). **Territórios da arte e da memória**: São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. v. 3.

PROUDHON, P. **Sistemas das contradições econômicas ou filosofia da miséria**. São Paulo: Ícone, 2003

RUGERI, M. **Casa branca, terra roxa**: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero. 2017. 90 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Foz do Iguaçu, 2017.

RUGERI, M. **Estética do mato**: visualidades e poéticas da flora latino-americana. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SAHLINS, M. Two or three things that I know about culture. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 5, n. 3, p. 399-421, set. 1999.

SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

SANTAELLA, L. **Teoria geral dos signos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SANTOS, B. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B.; MENESES, M. (org.) **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Espaços Sagrados**: uma etnofotografia do Candomblé da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. 2016. 106 f. TCC (Graduação) - Instituto Latino Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

SANTOS, M. **“Kosi Falá, Kosi Orixá”, língua-de-santo**: uma linguagem afro-brasileira. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SILVA, A. M. **Griôs sapatonas brasileiras e Lampião da Esquina**: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita. 2015. 108 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto Latino Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

SILVA, A. M. **Raperas sudacas**: a poética amefricana e mestiza sapatão da América Latina. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

TORRES-GARCIA, J. **Universalismo constructivo**. Buenos Aires: Poseidon, 1944.

VERÍSSIMO, C. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 100, p. 177-212, 2013.

VERSIANI, D. Autoetnografia. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 57-72, 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258>. Acesso em: 25 out. 2024.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

ZEIN, R.; JUNQUEIRA, M. **Brasil**: arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2010.

2. PELE NEGRA/VERMELHA, MÁSCARAS BRANCAS: CONTRIBUIÇÕES À DESCOLONIZAÇÃO DAS TEORIAS DO RECONHECIMENTO¹

Marcos de Jesus Oliveira

Inúmeras correntes e tradições teóricas têm criticado a concepção de sujeito cartesiano elaborado pela chamada modernidade filosófica ocidental. Em *Fenomenologia do Espírito*, Friedrich Hegel (2014), na aurora do século XIX, insurgia com um trabalho de fissura na concepção cartesiana de sujeito, já evidente nos chamados “anos de Jena”, ensejando um horizonte crítico em relação ao monismo subjetivo de Descartes, embora, é bom lembrar, ainda compartilhasse com ele certas premissas, posto que ambos faziam parte de um projeto histórico-filosófico semelhante. Nos últimos 50 anos, cresceram as discussões sobre o conflito social a partir do paradigma intersubjetivo aberto por Hegel, particularmente com o conceito de reconhecimento de seus primeiros escritos filosóficos ou, ainda, da dialética do senhor/escravizado/escravizada de anos mais tarde.

Charles Taylor (1994), Axel Honneth (2009; 2015), Nancy Fraser (2001), Will Kymlicka (1989), Michael Sandel (2011), Rainer Foster (2010) e Judith Butler (2015), não obstante as diferenças e divergências, representam alguns dos esforços teóricos

1 Texto publicado anteriormente na Revista Direitos Humanos e Democracia, 8(16), 2020, p. 112–121, publicada pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

contemporâneos de reconstrução do paradigma do reconhecimento. Seus trabalhos têm realizado, de distintas formas e, por vezes, em confronto aberto, críticas aos limites e às possibilidades do reconhecimento como categoria analítica, revelando a produtividade de tal paradigma. A despeito desse esforço, parecem ainda falar desde um ponto de vista eurocentrado, ainda que alguns deles e delas tenham se envolvido na discussão dos direitos e reivindicações de indígenas e/ou de sujeitos e sujeitas em situação diaspórica. Aqui pretende-se operar um “giro na geografia da razão” (Gordon, 2006), trazendo as críticas às insuficiências do paradigma do reconhecimento ou, mesmo, de sua impossibilidade em contextos não-europeus ou em contextos (pós)coloniais, principalmente pelas contribuições de Frantz Fanon (1968; 2008) e Glean Sean Coulthard (2014).

Situando-se, destarte, no interior dos debates sobre as teorias do reconhecimento, o presente ensaio pretende identificar algumas das fragilidades dessas teorias quando pensadas desde a perspectiva (pós)colonial e em contextos não europeus, onde têm sido hegemonicamente elaboradas, assumindo a premissa dusseliana segundo a qual o “ego conquiro” antecede ao “ego cogito” cartesiano como condição de possibilidade da modernidade ocidental e, conseqüentemente, das teorias do reconhecimento. No percalço deste objetivo, dividiu-se o capítulo em quatro partes. Ademais desta sucinta introdução, o trabalho segue com uma breve exposição da problemática com ênfase na tese de que, a despeito do esforço de inúmeros pensadores e pensadoras contemporâneos e contemporâneas na redefinição do paradigma do reconhecimento, estes e estas veem a colonização como um “mero” acontecimento histórico sem implicações teórico-metodológicas.

Em seguida, discute-se a proposta de Frantz Fanon (1969; 2008) como uma das mais paradigmáticas e influentes nos estudos (pós)coloniais, destacando sua contribuição acerca da existência de uma esfera sub-ontológica à qual sujeitos e sujeitas racializados e racializadas estão circunscritos e circunscritas, o que bloqueia o movimento de reconhecimento de suas subjetividades. Feito isso, passa-se aos aportes teóricos de Glean Sean Coulthard (2014), com o intuito de evidenciar que a ausência de

um debate sobre o colonialismo contribui para sua continuidade nas práticas estatais contemporâneas de reconhecimento de grupos historicamente marginalizados e/ou excluídos. Ao final, enfatizam-se os desafios colocados pelas teorias (pós)coloniais às teorias do reconhecimento na superação do que qualifico como “déficit colonial” das tendências hegemônicas. Conforme meu argumento, o déficit está em não teorizar a colonialidade como a face necessária da modernidade, a relação entre modernidade e extermínio/terror.

Os condenados da terra e os limites das teorias do reconhecimento conforme Frantz Fanon

Em 1492: *o encobrimento do outro (a origem do mito da modernidade)*, Enrique Dussel (1993) elabora a tese de acordo com a qual o cogito cartesiano só se tornou plausível em razão da conquista da América. Sem o acúmulo material permitido pelos primeiros séculos de exploração do continente latino-americano e do Caribe, Descartes não poderia ter publicado, na Holanda, seu *Discurso do método*, em 1637. O *conquiro* é, portanto, condição de possibilidade do *cogito*. Esse aspecto do pensamento de Dussel interessa porque põe em cena uma dimensão não teorizada pelos saberes europeus, ou melhor, eurocêntricos: a colonialidade. Embora o conceito seja comumente atribuído a Aníbal Quijano (2005), parte de sua elaboração está atrelada a uma série de debates construído por décadas no continente. Desde o limiar do século XX, pensadores e pensadoras como Du Bois (1999), Césaire (1978), Nascimento (2016), Davis (2016) e Gonzalez (1988), apenas para citar alguns e algumas, revelaram, de distintos modos e com diferentes ênfases, certa indissociabilidade entre modernidade e extermínio, ou, em outras palavras, entre modernidade e colonialidade.

Não se pretende imprimir aos autores e autoras citados o título de “pais-fundadores” ou “mães-fundadoras” da ideia de colonialidade *avant la lettre*, instituindo um cânone. É a própria ideia de “origem” e de “fundação” que deve ser questionada

(Derrida, 2008) se quisermos construir genealogias informadas por uma problematização geopolítica e corpo-política do conhecimento. O gesto almeja, prioritariamente, colocar em cena que os conceitos não são meras elaborações solitárias de determinados sujeitos ou sujeitas, exceto na ficção cartesiana do *ego cogito* ou na kantiana, do gênio do romantismo alemão. Pelo contrário, eles integram uma teia de debates, de disputas e de práticas de saber/poder cuja referência é significativa para elucidar a inteligibilidade pela qual seu sentido é realizável. Para dizê-lo de outro modo, a escolha dos autores e autoras aqui apresentados é resultado de uma trajetória pessoal de leitura cujos significados são indissociáveis de uma relação com uma comunidade mais ampla de debate, de uma geopolítica do conhecimento e, assim sendo, das condições materiais e simbólicas de quem fala desde a periferia do mundo globalizado e racializado.

Posto isto, a colonialidade, entendida como subjugação do outro e da outra, seria uma dimensão coconstitutiva da história europeia embora seja repudiada por sua retórica. Descartes jamais reconheceu a conquista – leia-se também violência, extermínio e exploração dos povos ameríndios, africanos e asiáticos – como condição de seu fazer filosófico. A elaboração de uma reflexão geolocalizada, de uma perspectiva desde o Sul global, pretende trazer à tona os elementos repudiados para que disso seja possível entrever o mundo desde outros lugares, desde outras geografias da razão, memórias e corporalidades. Quando Dussel (1996) recupera a noção de totalidade de Emmanuel Lévinas, no contexto de sua filosofia da libertação, o faz com o intuito de apontar os limites do pensamento europeu. Os povos latino-americanos, assim como os asiáticos e africanos, habitam esse espaço para além da totalidade e da completude europeia. A analética – não prevista pela dialética hegeliana – é o momento pelo qual se pode interpretar a realidade dos povos do Sul, sobretudo porque parte da dominação, desde o processo de conquista, e da experiência cotidiana do oprimido e da oprimida.

O processo de colonização e a raça como categoria fundamental da modernidade (Quijano, 2005), apontados anterior-

mente, estão ausentes dos debates sobre reconhecimento. Nem mesmo Hegel, cuja dialética do senhor/escravizado/escravizada parece ter sido retirada do impacto da Revolução Haitiana no início do século XIX (Buck-Morss, 2013), se preocupou em teorizar a questão, transformando-a em categoria abstrata desde a qual compreende o processo de constituição da subjetividade e sem referência à concretude da revolta dos “jacobinos negros” (James, 2010). A produção teórica de Frantz Fanon não passou ilesa à problemática da colonização; seu saber/fazer teórico constrói-se por um corpo-político, em que a memória corporal assume centralidade: “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (Fanon, 2008, p. 191).

Sem dúvida, uma das maiores contribuições de Fanon está em tratar a colonização como uma categoria de análise explicativa com implicações teórico-metodológicas importantes e singulares, e não como um “mero” acontecimento histórico datado e acabado. Entre as consequências, está, certamente, a necessidade de autorreflexividade do pesquisador e da pesquisadora para que o mecanismo colonizador não colonize a teoria pela qual se pretende explicar a colonização (Gordon, 2008). A descrição da sociogênese pela qual homens e mulheres se constituem como sujeitos e sujeitas de uma dada realidade histórico-social é uma das estratégias para contornar os meandros que condicionam o horizonte das experiências do colonizado e da colonizada e suas chances de libertação.

Consoante a Fanon (1968), o mundo colonial é dividido em duas zonas: a do colonizado e colonizada e a do colonizador. As fronteiras estão guardadas pelas forças policiais cuja principal estratégia para preservar sua integridade simbólica e material é a violência física direta e frontal. São dois mundos tão irreduzivelmente diferentes que seu maniqueísmo funda uma ontologia irreconciliável, uma diferença incomensurável com a qual se pretende garantir a submissão de um com relação ao outro. Esses universos simbólicos e materiais paralelos coexistem na necessidade de dominação e exploração; porém, não se misturam ou se tocam, não permitem um movimento de síntese, no entendimento dialético do termo. A miscigenação é algo socialmente condenado e condenável. Os sujeitos e sujeitas que

habitam essas zonas estão fadados a ficar nelas; o trânsito não é autorizado, uma vez que inexequível por conta da irredutibilidade de sua própria configuração.

Dialogando com a dialética, cuja discussão estava em voga nas décadas de 1950 e 1960 na América Latina e Caribe e, também, na França, Fanon se esforçará por mostrar a insuficiência desta dialética, quando pensada desde contextos coloniais. No mundo colonial maniqueísta não há dialética, pois o negro e a negra escravizados estão destituídos de toda a sua humanidade, o que impede movimento e transformação:

A crítica de Fanon à circularidade ontológica da dialética hegeliana do senhor/escravo – sua presumida reciprocidade, simetria e reversibilidade – prepara o cenário não para rejeitar a dialética, mas sim para a descolonização total e a reconstrução da abordagem de Hegel desde o início. Ou mais precisamente, desde abaixo do fundamento: diagnosticar a existência de um domínio sub-ontológico ao qual os racializados são condenados aponta para a necessidade de luta pré-dialética, para uma violência contra-ontológica que cria a base para a oposição verdadeiramente dialética (Cicciariello-Maher, 2017, p. 70).

Hegel (2010), em *Filosofia da história*, se recusa a tratar do continente africano em sua discussão sobre a história-mundo, preferindo centrar-se no apogeu onde esta história supostamente se desenvolve – na Europa –, ou, mais especificamente, na Alemanha, pois, para ele, os africanos e africanas ainda não saíram do estágio da natureza. O filósofo está, mesmo que não reconheça, relegando os e as habitantes do continente africano à zona dos colonizados e colonizadas, daqueles e daquelas destituídos de humanidade, a uma sub-ontologia. Na dialética da manifestação do espírito absoluto, a África não tem nada a agregar porque seria ontologicamente inferior, restando apenas uma assimilação forçada ou uma submissão inquestionável. Fanon aponta, pois, as falhas da dialética no reconhecimento de sujeitos racializados, posto que, décadas depois de Hegel escrever sua obra mais famosa – *Fenomenologia do espíri-*

to (1807) –, em 1807, acontecerá o Congresso de Berlin, quando as potências europeias partilham a África entre si, atestando o sentido instrumental dos povos do continente. De acordo com Fanon,

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais (Fanon, 1968, p. 28).

Na visão de Fanon, tal como apresentada por George Ciccariello-Maher (2017), a dialética hegeliana pressupõe reciprocidade, circularidade e simetria, além de estar ancorada em uma concepção teleológica, progressiva e determinista de mundo. A dialética hegeliana encena a necessidade de uma contingência histórica que quer se tornar imprescindível. Em outras palavras, trata-se da determinação europeia em se posicionar como potência econômica e militar e, mais além, epistêmica. Isto é, trata-se de construir uma ordem simbólica que afirme e confirme sua superioridade. A dialética hegeliana é a dialética do ponto de vista do senhor que se crê soberano e independente de uma referência ao outro ou a outra, ou melhor:

O nome dado à dialética do senhor/escravo de Hegel é enganador, já que não começa nem com mestres nem com escravos. Em vez disso, prevê uma autoconsciência simples em busca de uma autoconsciência mais verdadeira, autonomia e auto-suficiência (*Selbstständigkeit*). O caminho para a autoconsciência passa inevitavelmente pelo outro, que, como tal, parece ser magneticamente: uma ameaça a ser superada, mas não evitada (Ciccariello-Maher, 2017, p. 54).

Provincializar (Chakrabarty, 2009) o paradigma do reconhecimento significa evidenciar que a dialética é corpo-localizada e geossituada, uma dialética cuja pretensão de universalidade deixa revelar, inadvertidamente, sua “vontade de poder” e seu

querer teleológico por produzir certos efeitos sobre a realidade. Ao ser obstruída em contextos coloniais, a dialética se torna uma retórica europeia cuja finalidade é criar uma ilusão de movimento, posto que os sujeitos e sujeitas escravizados/as e, em vista disso, racializados/as, não são considerados propriamente humanos, relegados à zona do mundo colonial destinada a sujeitos e sujeitas destituídos de humanidade. A violência como forma de libertação parte da ideia de que a entrada do colonizado na dialética do reconhecimento se faz por uma ruptura. Algo assim levou Fanon a criticar os movimentos nacionalistas africanos que não traziam em seu bojo a radicalização do humanismo. Os movimentos de libertação nacional na África corriam o risco de reproduzir os erros que criticavam, caso não conseguissem operar uma ruptura da ordem que limita a entrada do negro e da negra na dialética do reconhecimento.

As (des)continuidades do colonialismo no marco do Estado liberal conforme Glean Sean Coulthard

De imediato, o título *Pele vermelha, máscaras brancas*,² do livro de Glean Sean Coulthard (2014), sugere uma alusão ao famoso *Pele negra, máscaras brancas* de Fanon (2008), com o qual dialogará intensamente. Seu subtítulo, “rejeitando a política colonial do reconhecimento”, traça uma crítica veemente a um modelo de política do reconhecimento existente, cuja promessa de consideração e de respeito é o mecanismo pelo qual o Estado liberal contemporâneo coopta as demandas e reivindicações dos povos e comunidades indígenas do Canadá, acomodando-as a seu ímpeto colonialista. A imagem oferecida é, com efeito, bem distante daquela consagrada pela visão idílica oferecida pelas teorias tradicionais do reconhecimento, situando alguns dos problemas das correntes hegemônicas, especificamente, no marco do Estado moderno/colonial e seus desdobramentos contemporâneos.

2 No original *Red Skin, White Masks: Rejecting the Colonial Politics of Recognition*, livro publicado pela University of Minnesota, em 2014.

No interior deste debate, *Pele vermelha, máscaras brancas* (Coulthard, 2014) é um ponto de inflexão interessante, nomeadamente, porque sai da polarização entre “liberais” *versus* “comunitaristas”, quando o debate sobre o reconhecimento se vê, muitas vezes, limitado, e cujos contornos impedem entrever o caráter colonial das formações estatais contemporâneas. Além da influência fanoniana, suas contribuições alinham-se, em alguma medida, aos trabalhos de Taiaiake Alfred (2005; 2009) e Taiaiake Alfred e Paulette Regan (2011), cujo pensamento combativo é uma forma de insurgência contra os legados coloniais contemporâneos de violência a indígenas. O livro de Coulthard (2014) está dividido em cinco capítulos, ademais da introdução e da conclusão. No final, ele apresenta, de modo resumido, cinco teses sobre a militância indígena do futuro, e é por elas que se pretende aqui demonstrar os aportes teóricos à rediscussão das teorias do reconhecimento. A conclusão é aberta da seguinte forma:

Ao escrever este livro, propus-me a problematizar a suposição cada vez mais comum de que a relação colonial entre povos indígenas e o Estado canadense pode ser reconciliada através da “política de reconhecimento” liberal. Caracterizei a “política de reconhecimento” como uma abordagem baseada no reconhecimento para conciliar as afirmações dos povos indígenas com a soberania do Estado colonial por meio da acomodação de reivindicações relacionadas à identidade indígena através da negociação de assentamentos em detrimento de questões como terra, desenvolvimento econômico e autogoverno. Argumentei que essa orientação para a reconciliação da nacionalidade indígena com a soberania do Estado ainda é *colonial* na medida em que permanece estruturalmente comprometida com a desapropriação de povos indígenas de nossas terras e autoridade autodeterminada (Coulthard, 2014, p. 151, grifo do autor).

Mais adiante, Coulthard explica que as formas de violência assumidas pelas formações sociais modernas contemporâneas

não são obrigatoriamente marcadas pelo uso da força ou pela coerção. É o oposto, mas por formas mais sutis de extermínio físico e simbólico do outro e da outra. Nem por isso essas formas são menos ruins e menos nefastas em suas consequências:

E, finalmente, argumentei que as formas de poder colonial associadas à acumulação primitiva não precisam ser entendidas como estritamente coercitivas, repressivas ou de natureza explicitamente violenta; em vez disso, as práticas de expropriação central à manutenção do colonialismo dos colonos em contextos democráticos liberais, como o Canadá, dependem muito do caráter de produção do poder colonial como acontece com a autoridade coercitiva do Estado colonizador (Coulthard, 2014, p. 152).

A primeira tese “Sobre a necessidade de uma ação direta” aborda a necessidade de práticas mais incisivas de luta por libertação baseada na premissa de que, conforme Coulthard mesmo afirma, citando Fanon, o mestre não quer o reconhecimento por parte do escravizado ou da escravizada, mas trabalho (Coulthard, 2014). Tal compreensão ancora-se na ideia de que a política liberal de reconhecimento é cúmplice de práticas de expropriação das terras indígenas e da negação de suas existências singulares. O reconhecimento estatal liberal não implica mudanças ou transformações em sua estrutura. Ao invés disso, pressupõe uma acomodação das demandas e reivindicações indígenas àquela estrutura colonial. Para dizê-lo de outro modo, o Estado liberal contemporâneo caracteriza-se por um conjunto de mecanismos pelos quais se manifesta o genocídio físico e cultural daquele e daquela que, desde a formação da modernidade, são considerados seus outros.

Há, em conformidade com Coulthard, três núcleos argumentativos contra as formas de insurgência indígena mais incisivas e mais assertivas com o intuito de bloqueá-las ou impedi-las. O primeiro ressalta que para garantir e assegurar os direitos das comunidades indígenas, a negociação e o diálogo não violentos são sempre os melhores caminhos. O segundo núcleo argumenta que o uso de força é uma forma de alienação

indígena, contribuindo para aumentar a hostilidade de grupos que, a princípio, poderiam trabalhar pela sua causa. Finalmente, o último núcleo despreveria a luta indígena de pendor mais contundente, na esteira de uma perspectiva nietzschiana, como essencialmente reativa. Para estes, o ressentimento e a raiva são manifestações da incapacidade dos fracos ou fracas de agir e de transformar a sua própria realidade, de ser propositivo e propositiva. Para Coulthard, o primordial seria canalizar tais sentimentos, uma vez que também são portadores de moralidade, motores essenciais à luta por justiça e por autonomia indígenas (Coulthard, 2014).

“Capitalismo, não mais” (Coulthard, 2014) representa uma incisiva e incontornável crítica ao modo de produção capitalista. Algo assim é significativo de relatar, uma vez que os estudos (pós)coloniais são, amiúde, acusados de não levar o capitalismo a sério. Em suas melhores expressões, a pós-colonialidade nunca renunciou a uma discussão crítica em relação à exploração capitalista; propôs-se apenas a pensá-lo desde um marco teórico mais amplo ou desde sua relação com fenômenos diversos sem reduzi-los a manifestações epifenomênicas. Para Coulthard, a “acumulação primitiva” de Marx não é apenas um mero estágio inicial do capitalismo, mas algo que se reatualiza constantemente nos diferentes momentos de sua trajetória de acumulação (Coulthard, 2014). Nesse sentido, a saída é a construção de economias alternativas à produção capitalista, bem como o fortalecimento de mecanismos contra a exploração das pessoas. Coulthard tem, em seu horizonte, os inúmeros desafios implicados nessa sua escolha. A demissão de formas capitalistas não é um mero ato da vontade, envolvendo a construção de relações de solidariedades e de redes de trocas em nível nacional e transnacional.

Ao descrever o processo histórico pelo qual os e as indígenas têm suas terras usurpadas pelos colonizadores, a tese exposta em “Expropriação e soberania indígena na cidade” (Coulthard, 2014) reitera alguns dos elementos aludidos na defesa de modos de insurgência indígena. Tal processo não se finda com a independência ou com a construção do Estado-nação cujo lócus de controle político passa a ser interno. Conforme

colocado anteriormente, a contribuição de Coulthard está em mostrar como o processo de expropriação indígena continua e como as políticas do reconhecimento, no marco do Estado liberal, tendem a impedir a construção de uma autonomia indígena. Atualmente, inúmeros grupos indígenas vivem na cidade; no entanto, o discurso supremacista branco operou uma assimilação através de processos de higienização social e cultural. Isso contribuiu para ofuscar as relações entre “colonizadores” e “colonizados” ou “colonizadas”, destituindo a luta de seu ímpeto por uma transformação mais radical.

Por seu turno, “Justiça de gênero e descolonização” (Coulthard, 2014) coloca, no cerne da discussão, a necessidade de avaliar a violência simbólica e misógina do colonizador e das sociedades ocidentais de modo mais amplo. Esse processo histórico, no qual as mulheres indígenas têm sido vítimas, acentua o fosso de assimetrias que marca a vida e existência indígenas. Para o autor, as mulheres indígenas sofrem com inúmeras privações sociais e econômicas; algumas delas bastante elementares, como a falta de acesso à água potável (Coulthard, 2014). A necessidade de uma revolução cultural como resistência às diferentes formas de violência e desigualdades de gênero é parte da estratégia de luta, na medida em que o simbólico que ordena as relações sociais de gênero tende a privilegiar os homens brancos canadenses.

Fechando sua linha argumentativa com “Para além do Estado-nação” (Coulthard, 2014), o Estado moderno é tomado como uma forma política, uma condição indispensável ao processo de acumulação capitalista. O desenho estatal contemporâneo reafirma a ordem da desigualdade, uma vez que o Estado representa aquele que detém o monopólio da violência física legítima e, também, a simbólica, posto que inseparáveis. Violência física e simbólica misturam-se e fazem parte dos processos de exclusão de determinados grupos, populações ou indivíduos, pois seu funcionamento ancora-se em uma administração da diferença e da identidade em perspectiva de conciliação. A superação da dominação branco-colonial-burguesa implica a política como:

prática decolonial, emancipadora de gênero, e lei e autoridade soberana sobre estruturas econômicas alternativas de não exploração fundamentada na reformulação crítica das melhores tradições legais e políticas indígenas (Coulthard, 2014, p. 179).

O “déficit colonial” e a descolonização das teorias do reconhecimento

Situar o Estado moderno no horizonte do processo de colonização e do racismo impõe inúmeros desafios à discussão sobre o reconhecimento de sujeitos e sujeitas racializados. Seria o Estado moderno/colonial capaz de garantir o reconhecimento das identidades indígenas quando este foi historicamente instituído para manter as fronteiras muito bem delimitadas entre zonas do colonizado ou colonizada e do colonizador? O agente histórico da civilização branca-cristã-ocidental seria capaz de ouvir outras gramáticas da justiça e da dignidade humana? Pode o subalterno ou a subalterna falar diante de um tribunal do reconhecimento forjado pelo *conquiro/cogito*? Estas são problemáticas às quais quem trabalha com a perspectiva (pós) colonial não pode se furtar, posto que, consagradamente, o Estado é perpetrador do extermínio daqueles e daquelas que são considerados o outro e a outra da nação: indígenas e afrodescendentes, sobretudo.

As teorias de Fanon e Coulthard, e de outros e outras, provocam os debates contemporâneos sobre as teorias e políticas do reconhecimento, ultrapassando os limites a que tais discussões se viram circunscritas nas últimas décadas, em particular, por conta da polarização em torno de “liberais” e “comunitaristas”. A entrada do subalterno ou da subalterna na dialética do reconhecimento implica situar a sociedade branco-colonial-burguesa em suas inúmeras estratégias para assegurar seus privilégios históricos pelos quais a ordem da desigualdade e da violência se reproduz. O marco teórico-político pós-colonial

situa as formações sociais modernas em sua intrínseca relação com o colonialismo e o imperialismo, tornando factível compreender o processo pelo qual as lutas por justiça e por igualdade acabam sendo acomodadas às estruturas de dominação.

Um conjunto de pensadores e pensadoras consagrados no âmbito da discussão sobre reconhecimento têm chamado a atenção para a necessidade de superação do “déficit sociológico” (Honneth, 1990) na compreensão das dinâmicas de conflito na atualidade, bem como nas energias utópicas e emancipadoras do presente. A despeito disso, parecem não ter conseguido dar uma resposta totalmente adequada, pois o que está em jogo é literalmente o que conta como “déficit”. Desde a perspectiva das teorias pós-coloniais aqui apontadas, o déficit está em não teorizar a colonialidade como a face inevitável da modernidade, a relação entre modernidade e extermínio/terror. Fazê-lo significa qualificar o “déficit sociológico” como um “déficit colonial” com o qual se pode abrir novos horizontes de interpretação acerca da temática do reconhecimento, suas insuficiências e seus desafios.

Os pensadores e pensadoras aqui brevemente apresentados são, certamente, caminhos possíveis para a realização de tal empreitada. Todos eles e elas apresentam, de distintos modos e com ênfases diversas, aportes teóricos essenciais para pensar a “linha de cor”, o problema central do século XX, na visão de Du Bois (1999). O desafio da linha de cor, ou melhor, da linha colonial, segue no século XXI, com nuances próprias e matizes específicos, posto que, embora os processos de descolonização tenham se efetivado, a divisão maniqueísta e racializada do mundo continua como efeito mais duradouro e deletério na conformação de instituições e práticas sociais. Reconhecer esse legado implica considerar os meandros pelos quais a sociedade se organiza, favorecendo o debate acerca de suas continuidades e rupturas com o processo de colonização e de racialização, com vistas à transformação futura de suas estruturas de dominação e de desumanização.

Referências bibliográficas

BUCK-MORSS, S. **Hegel, Haiti y la historia universal**. Cidade do México: Fondo De Cultura Económica, 2013.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

CICCARIELLO-MAHER, G. **Decolonizing dialectics**. Durham: Duke University Press, 2017.

COULTHARD, G. **Red skin, white masks**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DERRIDA, J. **Da gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. **The underside of modernity**. Nova York: Humanity Books, 1996.

FANON, F. **Os condenados da terra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FOSTER, R. **Contextos da justiça**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? *In*: SOUZA, J (org.). **Democracia hoje**. Brasília: EdUnB, 2001.

GONZÁLEZ, L. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GORDON, L. **Disciplinary decadence**. Londres: Paradigms Publishers, 2006.

GORDON, L. **An introduction to africana philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HEGEL, F. **Filosofia da história**. Brasília: EdUnB, 2010.

HEGEL, F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

HONNETH, A. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KYMLICKA, W. **Liberalism, community and culture**. New York: Oxford University Press, 1989.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SANDEL, M. **Justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

TAIAIAKE, A. **Wasase: indigenous pathways of action and freedom**. Toronto: University of Toronto Press, 2005.

TAIAIAKE, A. **Peace, power, righteousness**. Nova York: Oxford University Press, 2009.

TAIAIAKE, A; REGAN, P. **Unsettling the settler within**. Vancouver: UBC Press, 2011.

TAYLOR, C. The politics of recognition. In: GUTMANN, A. (org.). **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

3. ESTO ES ARTE PORQUE LO DIJO UN EUROPEU: PROLEGÔMENOS DA INCLUSÃO SUBORDINADA DE VISUALIDADES LATINO-AMERICANAS

Bruno Oliveira

Figura 1 - Mictório da UNILA.



Fonte: O Autor, 2017.

Este capítulo resulta da minha pesquisa de mestrado que teve como objetivo investigar os processos de inclusão subordinada de visualidades latino-americanas no cânone artístico, assim como o condicionamento dessas práticas a categorias moderno/coloniais de entendimento da arte.

Um dos principais elementos a organizar estas visualidades são as representações cartográficas do território latino-americano, por meio das quais se articulam construções normativas desse território, a influenciar profundamente na (re)produção social e estética de estruturas modernas/coloniais de sentido e existência, e em especial, do ver. Tais imagens possibilitam o rastreamento dos diversos projetos que constituem a ideia de América Latina; das maneiras como se conformam as disputas de poder no espaço; e de como esse próprio espaço é condicionado a determinadas perspectivas e experiências de mundo.

O território é representação e, ao mesmo tempo, de maneira espelhada, mercadoria (Quijano, 2005). Dessa forma, a representação cartográfica, percebida por sua capacidade de trazer à luz ou ocultar determinadas experiências históricas, sociais, culturais e econômicas, deve ser questionada em cada gesto. Ela não deve ser, simplesmente, associada à ideia de uma técnica isenta e de imparcialidade. O pesquisador André Mesquita discorre sobre a importância deste processo de compreensão dos discursos que estruturam a representação cartográfica, afirmando que:

Os mapas devem ser desestabilizados e desconstruídos, para que possamos ler suas agendas ocultas entre ‘as linhas e as margens do texto’. No entanto, essa resistência à autoridade cartográfica não se faz apenas ou somente desvendando e interpretando omissões, efeitos e intenções, mas também – e principalmente – construindo outros mapas que estejam mais próximos de nós, dos nossos interesses e das diversas lutas políticas onde o mapeamento é uma ferramenta de libertação e não de exploração. Desconstruir significa ‘reinscrever e ressituar significados, eventos e objetos dentro de estruturas e movimentos mais amplos’ (Mesquita, 2014, p. 18).

As imagens de mundo, compostas a partir dos sistemas de visualidade moderno/colonial que se iniciam na expansão ibérica, possuem seus enunciados orientados a perspectivas próprias, a nortes específicos. Essa orientação particular aponta para uma tensão crítica na representação do continente americano: seria esta a única orientação admissível, fundamentada na Europa? Outro, ou melhor, outros nortes são possíveis? Ainda, para além das constantes serializações e reterritorializações, apropriações e cooptações engendradas pelas economias hegemônicas, como se articulam redes de sentido e existência, identificação e pertinência, representação e visualidade em relação a uma comunidade e um território?

O exercício de representação e visibilidade de sujeitos e sujeitas subalternizados deve se orientar de forma a garantir a liberdade e a emancipação. Ao mesmo tempo, precisa ser, necessariamente, atrelado à negação de regimes de homogeneização, de totalitarismo e de ocultamento dos processos de violência inerentes à dominação. Só assim, na contramão da hegemonia moderno/colonial ocidental, a visualidade passaria a se constituir da heterogeneidade e do compartilhamento da diferença, confrontando a colonialidade do ver. Para tal, faz-se imperioso uma breve contextualização do desenvolvimento do conjunto de epistemologias e proposições teóricas que se opõem ao colonialismo, especificamente, aquelas críticas do pensamento pós-colonial e decolonial, que se consolidaram a partir das últimas décadas do século XX.

Perspectivas críticas ao colonialismo possuem origens distintas em populações, momentos históricos, territórios e campos do conhecimento como literatura, filosofia, psicanálise e sociologia, podendo ser entendidos, de forma abrangente, como o conjunto de reflexões sobre as relações entre colonizadores e colonizados ou colonizadas, tomando o lugar de enunciação deste segundo como estruturante. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que a resistência anticolonial pressupõe um conjunto de táticas híbridas, “assente em tradução, não se sustentando nem em ancestralidades pré-coloniais, nem na imitação pura e simples dos ideais liberais ocidentais” (Santos, 2006, p. 237). Esse antagonismo será crucial para o entendimen-

to do campo: as múltiplas vertentes do pensamento que se estabelecem a partir do paradigma da colonialidade vão, basicamente, compartilhar essa oposição a instrumentos de opressão fundados no processo do colonialismo. Por conseguinte, entende-se como “pós-coloniais” um conjunto múltiplo de proposições teóricas condensadas na segunda metade do século XX, que se caracterizará como movimentos de caráter intelectual e político desde o Sul, pautadas, sobretudo, pelos movimentos de libertação dos continentes africano e asiático, muitos dos quais, atrelados ao marxismo-leninismo.

A historiografia recente do pensamento pós-colonial aponta como origens de seus argumentos as obras de Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi, embora esses autores, em seu tempo, não se autodesignassem dessa maneira, outrossim, estavam, todos eles, atrelados a partidos comunistas que se organizavam na frente de lutas anti-imperialistas do século XX.

A formação do Grupo de Estudos Subalternos no Sul Asiático, ao final da década de 1970, agrega diversos intelectuais, pesquisadores e pesquisadoras com a tarefa de empreender uma análise da história colonial da Índia sob uma perspectiva que não seja eurocentrada (Ballestrin, 2013, p. 93). Liderado pelo historiador Ranajit Guha, o grupo terá como potência a produção teórica de seus membros Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak. Não obstante, a contribuição que se caracteriza como catalizadora do campo acadêmico pós-colonial é o livro *Orientalismo* (2003), de Edward Said, publicado em 1978. Os estudos subalternos se tornam parte do cânone acadêmico nos anos 1980, com a circulação da produção desses autores e autoras e de seus avanços teórico-metodológicos, principalmente no campo das ciências sociais e da crítica literária. O que se evidencia na circulação dessas teorias é a complexidade das relações entre metrópole/colônia, centro/periferia e a denúncia das formas de opressão e violência intrínsecas aos processos de dominação colonial.

Contudo, o debate desenvolvido na Inglaterra e nos Estados Unidos acaba por ocultar as diferenças inerentes à dominação colonial das Américas, o que leva um grupo de intelectuais latino-americanos e latino-americanas, residentes nos Estados

Unidos, a formar, no início dos anos 1990, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos (GLAES), aproximando o continente do debate pós-colonial. Em 1998, o grupo se dissolve pela compreensão, de parte de seus e de suas integrantes, de que os estudos pós-coloniais elaborados na ótica latino-americana não haviam se desprendido de forma efetiva do pensamento eurocentrado (Ballestrin, 2013, p. 94). Alguns dos antigos membros e membras do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, gradualmente, se reorganizam, formando o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), com a proposta de radicalizar o posicionamento contra a centralidade do pensamento europeu na produção crítica latino-americana. O novo grupo desenvolve seus aportes a partir de diversas publicações e seminários durante os anos que seguem à dissolução do GLAES, articulados, principalmente, a partir de Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo e Immanuel Wallerstein, culminando com a publicação da importante coletânea *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, no ano 2000, organizado por Edgardo Landier. Outros pesquisadores e pesquisadoras que mantêm diálogos com o grupo, cujas contribuições são reconhecidas para o propósito desta investigação, são Catherine Walsh, Boaventura de Sousa Santos, Edgardo Landier e Zulma Palermo. Ademais, Luciana Ballestrin (2013) destaca que alguns avanços teóricos foram essenciais para a formação do perfil do grupo M/C, advindas de investigações realizadas desde os anos 1970, por pesquisas com extensa trajetória, como a *Filosofia da Libertação*, de Enrique Dussel, a *Teoria do Sistema-Mundo*, de Immanuel Wallerstein, a *Colonialidade do Poder*, de Aníbal Quijano, e a *Teoria da Dependência*.

Em especial as teorias do sistema-mundo e da colonialidade do poder são fundamentais para compreender as relações de poder que atravessam a subjetividade e a construção de narrativas visuais, centrais neste capítulo. Immanuel Wallerstein irá estabelecer sua noção de sistema-mundo a partir da publicação *The Modern World-System*, que tem seu primeiro volume lançado em 1974. A teorização compreende que há uma divisão sistêmica na economia mundial capitalista, que tem suas origens na expansão do mercantilismo europeu no século XVI e

transcende suas fronteiras geográficas. Outrossim, Wallerstein aponta que alguns países ocupam espaços centrais na hierarquia desse sistema, desempenhando papéis estruturantes e determinantes, assim como existem os periféricos e semiperiféricos. A economia-mundo é caracterizada, para o autor, por um conjunto de relações de dependência entre os países centrais e os periféricos, tendo os semiperiféricos um papel alternante, oscilando entre as duas posições. A particularidade do sistema-mundo de Wallerstein está tanto na percepção da coexistência de sistemas de poder político integrados que atravessam as hierarquias entre os países na economia mundial quanto na compreensão de que tal sistema possui uma trajetória, normas e uma ordem própria de operação.

No caso da produção visual, é evidente na historiografia a universalização da tradição da arte europeia como uma experiência total, ocultando, inferiorizando ou ignorando práticas artísticas elaboradas por povos não-europeus. Juntamente com Wallerstein, Aníbal Quijano, ao descrever a configuração de um padrão histórico de poder, compreende que as relações sociais e políticas são articuladas em redes de poder, que não são harmoniosas e são percebidas como uma dinâmica de conflitos e fragmentos. Dessa elaboração, podemos apreender que o sistema-mundo se estrutura a partir da complementaridade das relações entre colonizadores e colonizados ou colonizadas, e não somente a partir da Europa: o sistema capitalista moderno é, nesse cenário, uma reverberação do sistema colonial (Quijano; Wallerstein, 1992). A partir desse ponto, Quijano forja o conceito de colonialidade do poder, no texto “Colonialidad y Modernidad-Racionalidad”, em que discorre sobre o padrão histórico de poder global iniciado com a conquista das sociedades que viviam nas Américas, constituindo uma série de relações de domínio e de exploração que se estendem até a atualidade.

Ao encadear a lógica de acumulação capitalista ao momento da conquista, Quijano designa dois fundamentos que são cruciais para a elaboração do argumento da decolonialidade: aponta tanto a continuidade histórica dos padrões de opressão desde o período colonial quanto o fato de que esses poderes não se manifestam apenas na esfera política e econômica,

como subsistem em uma dimensão epistêmica (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 9). Decerto, tais estruturas deflagradas pelo colonialismo e expandidas por Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein no conceito de colonialidade, não têm fim com as lutas por independência nas Américas nos séculos XIX e XX, nem na Ásia e África no século XX. Grosfoguel, na leitura de Luciana Ballestrin, explicita o caráter contemporâneo da colonialidade como um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais e na produção social da riqueza. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem, hoje, sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da Organização do Tratado do Atlântico Norte. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (Grosfoguel *apud* Ballestrin, 2013, p. 100).

Em suma, a contribuição efetiva do conceito de colonialidade do poder se dá na constatação de que a estrutura colonial constitui uma operação de produção e reprodução de relações sociais hierarquizadas do sistema-mundo moderno. Nessa sequência, ela atua também na colonização da interioridade da epistemologia dos povos dominados (Quijano, 1992, p. 438), que foram posteriormente compreendidas em outras clivagens, como da sexualidade, gênero, raça e classe. De acordo com Quijano, “essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de apresentação ‘científica’ e ‘objetiva’) de significação ahistórica”¹ (Quijano, 1992, p. 438, tradução nossa), que definiriam a percepção de um mundo total, linear e hegemônico. Em vista disto, a colonialidade compreende processos de reprodução de lógicas de opressão, domínio e exploração

1 No original: “esas construcciones intersubjetivas, producto de la dominación colonial por parte de los europeos, fueron inclusive asumidas como categorías (de pretensión ‘científica’ y ‘objetiva’) de significación ahistórica”.

que extrapolam a esfera do poder político-econômico, versando também sobre a colonização do imaginário, que alimenta e é alimentada, inclusive, pelos regimes de visualidade. Este seria o mecanismo essencial de dominação, constituído por um processo de violências epistemológicas, se caracterizando para Quijano como a:

Imposição do uso dos próprios padrões de expressão dos dominantes, bem como suas crenças e imagens referentes ao sobrenatural, as quais serviram não apenas para impedir a produção cultural dos dominados como também como meio muito eficaz de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática² (Quijano, 1992, p. 438, tradução nossa).

A colonialidade, conforme elaborada por Quijano e Wallerstein é, então, a face oculta e estruturante da modernidade (Mignolo, 2003, p. 30). Por este motivo é imperativo rastrear as estruturas de construção de significados – no caso, na visualidade – dos sistemas coloniais, para apreender a persistência de padrões de domínio históricos na construção de padrões hierarquizantes estéticos e visuais. A tarefa de investigar a visualidade possibilita ainda, a revisão dos instrumentos e práticas de construção de subjetividades de vozes subalternizadas e invisibilizadas pelos mecanismos moderno/coloniais e suas formas de opressão, como o racismo, o sexismo e o colonialismo.

Sob esta perspectiva, a produção de visualidades se estabelece como um mecanismo colonial de (re)construção simbólica de realidades eurocentradas e universalizantes. O historiador Edmundo O’Gorman define de forma inaugural esse mecanismo em seu livro *A invenção da América*, publicado em 1958, como um processo inventivo que se inicia em 1492 com a chegada dos europeus ao continente americano. Afirmo o autor, que a “real,

2 Em espanhol: “imposición del uso de los propios padrones de expresión de los dominantes, así como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática”.

verdadeira y literalmente América, como tal, no existe” (O’Gorman, 1992, p. 5), no entanto, continua ainda O’Gorman, o novo território, com o tempo, acabaria por ceder a esses sentidos a ele atribuídos. A proposta do autor instaura a noção de que ao elaborar discursos sobre suas viagens, Colombo teria o objetivo de incluir as descobertas nos cânones de representação do mundo: projetar a Europa sobre a América. As representações do “novo” (e do “velho”) mundo que serão moldadas a partir desse confronto, por relatos textuais e visuais dos conquistadores e viajantes, indica a conformação, naquele momento, de um sistema visual que busca “interpretar, representar, compreender, imaginar, simbolizar e problematizar o mundo [que] nos retorna ao projeto moderno/colonial no qual se estabeleceram categoria do que podia ou não ser considerado como arte”³ (Achinte, 2014, p. 54, tradução nossa), isto é, o “lugar do ver”, centrado no continente europeu.

Aponta-se aqui, para a complexidade dos processos de representação dos territórios latino-americanos e a subalternização de uma pluralidade de experiências visuais a estes ordenamentos modernos e ocidentais do ver (Barriendos, 2011). A consagração e projeção das imagens canônicas por instituições de saber/poder, por meio de seus instrumentos como publicação e circulação, dita a relevância de determinadas pautas e define categorias hierárquicas. Encontramos, dessa forma, as reverberações da colonialidade do ver; esta, inaugurada com a invenção da América – na esteira de Quijano (1992) e em coro com Barriendos (2009) –, pode ser acompanhada e identificada na história da visualidade das Américas após 1492. Neste sentido, os museus, galerias e os espaços culturais, suas exposições, eventos e publicações, assim como universidades e a própria disciplina da História da Arte, podem ser compreendidos como parte inerente de um conjunto de instituições disciplinares (Foucault, 1987, p. 198), que se ocupam da estruturação e manutenção de memórias e representações sociais estáveis e homogêneas.

3 No original: “interpretar, representar, comprender, imaginar, simbolizar y problematizar el mundo [que] nos retrotrae al proyecto moderno/colonial en el cual se establecieron categorías de lo que podía o no ser considerado como arte”.

Importa destacar que a garantia do domínio sobre as narrativas do território e sobre a cultura e a sociedade, em especial no contexto latino-americano, foram (e ainda são) fundamentais para a organização dos Estados modernos (Anderson, 2008, p. 30). As representações canonizadas por instituições museográficas e por universidades – o “saber científico” – são os grandes contribuintes para a perpetuação de imagens especulativas e homogêneas sobre um território cujas expressões são plurais e diversas. Deste modo, a produção de sentidos é instrumentalizada pelas elites para controle social, naquilo que Antonio Gramsci definiu como hegemonia cultural (Gramsci, 2004), isto é, a dominação ideológica – no caso, por meio da visualidade – da burguesia sobre a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, considerando o poder numa perspectiva ampla, “desvinculado do Estado e disseminado por toda estrutura social” (Moassab, 2011, p. 117), a hegemonia do poder produz um processo constante de disputas, opressões, apagamentos e invisibilizações.

Sob este aspecto, é preciso perguntar se as produções artísticas dissidentes, propostas na perspectiva de um Sul Global e por sujeitos e sujeitas não hegemônicos e não pertencentes às tradições canônicas do campo da arte ocidental, quando presentes em acervos, livros, museus e pesquisas acadêmicas, têm sido suficientes para modificar a hegemonia das narrativas. Em outras palavras, a presença dessas produções visuais tem desconstruído e reconstruído a historiografia da arte ou se trata de uma integração subordinada (Santos, 2006, p. 293) no circuito hegemônico? Como se estruturam as categorias de obras feitas por populações invisibilizadas, inferiorizadas e marginalizadas historicamente, tais como as da arte produzida na América Latina, por mulheres, por pessoas indígenas ou negras? Esses grupos constroem outras possibilidades de representação simbólica ou perpetuam as perspectivas e os discursos dominantes? Qual o significado dessas categorias – América Latina, mulheres, indígenas, negros e negras – em coleções e exposições de arte quando não questionam a estrutura de clivagem do sistema e da historiografia da arte?

Diante dessas questões, três imagens de épocas distintas podem contribuir para o debate. A primeira, a cartografia

do espanhol Antonio de León Pinelo, apresentada no livro “El Paraíso en el Nuevo Mundo. Comentario apologético, historia natural y peregrina de las Indias Occidentales, islas de tierra firme del mar Océano”, em 1656 (Pellicer, 2009), na qual o viajante indica o paraíso terreno no centro do Novo Mundo, na porção chamada Ibérica Meridional.

Sua representação coloca o Éden ao centro, regado pelos rios Amazonas, Prata, Orenoco e Magdalena (Galeano, 2010, p. 32). De acordo com Pellicer, Antonio de León Pinelo elabora um:

mapa do Paraíso, além de destacar os quatro grandes rios, a região correspondente ao norte do Brasil, Colômbia e Venezuela se rotula como *Habitatio filiorum hominum* e a consta do pacífico, *Habitatio filorum Dei*. Na região que corresponde ao Peru atual aparece a Arca de Noé e o caminho que empreendeu nos tempos do dilúvio (Pellicer, 2009, p. 33, tradução nossa, grifo do autor)

A outra imagem é um mapa de uma América invertida, dessa vez de autoria do uruguaio Joaquín Torres García. O desenho com potência de manifesto, de 1943, propõe uma outra representação do continente, desta vez, pensada a partir de uma identidade continental ampliada, politicamente orientada, que não se baseia em um discurso homogeneizante e totalitário. A ideia é a de um continente construído por práticas que se configuram em um “ser-em-comum” político, que assume a distância entre diversas esferas de vida e se constrói a partir dela. A imagem-manifesto (Melendi, 1999) de Torres García seria reproduzida e reafirmada de forma recorrente – até hoje –, atrelada a uma perspectiva latinoamericanista de resistência e contestação.

Por fim, a terceira imagem desse conjunto que proponho, é extraída da série “Mickes sudakas”, do artista uruguaio Gustavo Tabares, em diálogo estreito com o trabalho de Torres García. Com o título *Nuestro Norte sigue siendo el Sur* (2013), a imagem traz o desenho de um Mickey Mouse – personagem da empresa *The Walt Disney Company* – ecoando um *readymade* ducham-

piano –, referência paradigmática da cultura estadunidense. O rato aparece de cabeça para baixo sobre um fundo azul, com o título da obra sobrescrito em preto. A figura invertida de Mickey Mouse nos faz lembrar a forma do continente americano.

As inversões da América e a reorientação dos mapas constroem, em seus diferentes períodos, enunciados distintos e servem a projetos de mundo específicos. Para Pinelo, no século XVII, a América se apresenta como paraíso terreno, o continente do paraíso, com riquezas e maravilhas a serem encontradas, exploradas, descobertas; essa visão serve como justificativa de uma exploração e das investidas de dominação colonial, pois se trata da própria descoberta do paraíso. Para Torres García, duzentos anos depois, o continente toma uma perspectiva própria, anticolonial, que transgride e se opõe às formas de poder hegemônicas. Tabares, com seu “mapa-mickey”, aponta que a construção da identidade latino-americana serviu (e ainda serve) a um poder imperialista do Norte Global. Apesar de terem estabelecidos outros paradigmas de visualidade, ao se confrontarem as três representações da América Latina, é preciso questionar e tensionar seus mecanismos de poder: outros nortes são possíveis, porém podem configurar, ainda, instrumentos de poder e hegemonia, reproduzindo e perpetuando instrumentos de opressão moderno/coloniais, a despeito de suas novas vestimentas.

Esta síntese reflexiva é viabilizada quando pautada por intensos embates epistemológicos promovidos pelo contato com a produção, prática e exercícios decoloniais das últimas décadas. A expansão dos espaços de visibilidade de práticas subalternizadas é indispensável, assim como o questionamento das categorias moderno/coloniais de entendimento da arte e das formas como se analisam esses trabalhos. Este texto não pretende chegar a rumos conclusivos, estando seu foco em apontar e destacar a complexidade das relações de poder no campo da visualidade, particularmente, na história da América Latina.

Desta feita, realinhar os mapas, revisar as narrativas canônicas e incluir práticas historicamente invisibilizadas contribuem de forma substancial para a ampliação da diversidade dos discursos. Não obstante, ao sujeitar essa pluralidade de

visualidades a categorias que corroboram a subalternização das visualidades marginais, anula-se a potência emancipatória e descolonizadora das práticas estéticas. Interessa complexificar a inserção dessas visualidades dissidentes em categorias normativas: é imperioso, destarte, lidar com a complexidade desses processos e debater de forma interseccional, para que sejam reconhecidos os diferentes discursos e estruturas de poder em jogo.

Por fim, apontamos para o cerne desta elaboração: compreender que determinadas produções se tornam arte ou ganham valor “porque lo dijo un europeo” possibilita abrir espaço para novas categorias e percepções da materialidade vivida, viabilizando o acesso e a visibilidade a outras epistemologias, categorias e gramáticas de mundo, para que as práticas visuais possam efetivamente ser emancipatórias para seus territórios e comunidades. É por esta via que nos interessa, por exemplo, retomar os ordenamentos do ver e a linguagem que se instauram com fundamentos nos relatos dos viajantes e toda a cultura visual que se seguiu à tradição modeno/colonial do ver. É ainda de grande relevância ocupar e rearranjar as categorias de entendimento da visualidade, reconfigurar e fazer ver imagens e narrativas marginais obscurecidas pela historiografia hegemônica, ressemantizar e recontextualizar as representações e projetos do continente, para repensar a visualidade e as diversas opressões que compõe esse sistema visual – gênero, classe, raça, nação.

Referências

ACHINTE, A. Arte, docencia e investigación. In: MIGNOLO, Walter *et al.* **Los desafíos decoloniales de nuestros días**. Neuquén: EDUCO, 2014.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira Ciência Política**, Brasília, n.11, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 14 set. 2016.

BARRIENDOS, J. La colonialidade del ver. **Nómadas**, n. 35, p. 13-29, oct. 2011.

BARRIENDOS, J. Desconquistas (políticas) y redescubrimientos (estéticos). **Desbordes**, n. 0, jun., 2009. Disponível em: https://des-bordes.net/des-bordes/joaquin_barriendos.php. Acesso: 25 out. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUGEL, R. (org.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALEANO, E. **Patatas arriba**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

GRAMSCI, A. Socialismo e cultura. In: GRAMSCI, A. **“Escritos políticos (1910-1920)”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MELENDI, M. A. A imagem cega: arte, texto e política na América Latina. **Revista em Tese**, Belo Horizonte, v. 4, p. 1-96, 2000.

MESQUITA, A. L. **Mapas dissidentes**: proposições para um mundo em crise (1960-2010). 2013. 284 f. Tese (Doutorado) -

Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://making-maps.net/wp-content/uploads/2015/04/2013_andreluizmesquita_vcorr.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

MIGNOLO, W. **Histórias locais, disenos globales**. Madri: Ediciones Akal, 2003.

MOASSAB, A. **Brasil periferia(s)**. São Paulo: EDUC, 2011.

O'GORMAN, E. **A invenção da América**. São Paulo: UNESP, 1992.

PELLICER, R. Continens Paradisi. **América sin nombre**, Alicante, n. 13, 2009.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidade**. Lima: Perú Indígena, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, A; WALLERSTEIN, I. Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World-System. **International Social Science Journal**, UNESCO/ERES, v. 44, n.4, p. 549-557, nov. 1992.

SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

SANTOS. B. S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

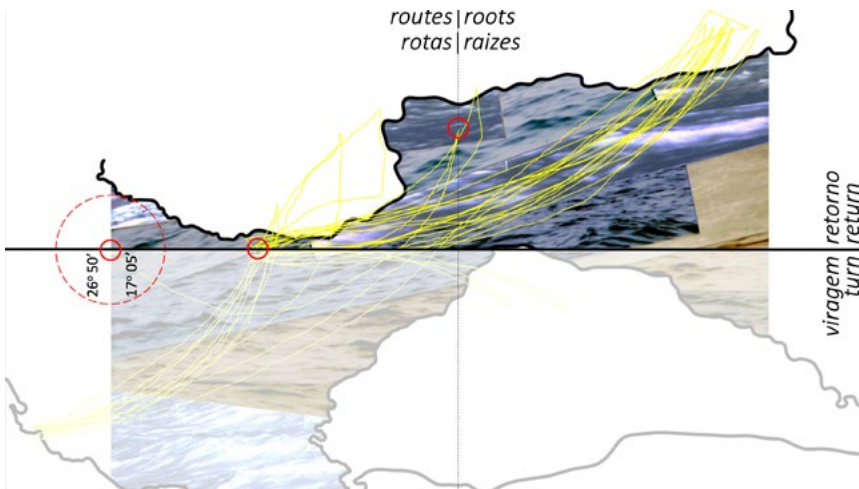
WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**. Nova York: Academic Press, 1974.



4. *ERRANT PRAXIS: A DESENHAR MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES PARA A ARQUITETURA AFRICANA*

Patti Anahory

Figura 1 - Rotas/Raízes, colagem digital e texto.



Fonte: A Autora, 2020.

A meu ver, é preciso compreender a arquitetura (e a arte) de modo alargado, como produção material do espaço, como conhecimento e como linguagem. É sob esta perspectiva que tenho atuado, há mais de duas décadas, num primeiro momento nos Estados Unidos, onde me formei arquiteta. Na última dé-

cada, exerço a profissão a partir de Cabo Verde, desenvolvendo projetos de arquitetura, arte, curadoria e assessoria ao ensino em diversos países do continente Africano. Este texto resulta desse meu deslocamento entre vários continentes, o que desenhou aquilo que compreendo e exerço enquanto uma profissional do espaço no continente africano.

Importa lembrar que a África é um continente povoado há milhares de anos, com práticas arquitetônicas em profunda sintonia com o ambiente, com os materiais locais, com boas respostas às condições climáticas e culturalmente adequadas às necessidades locais. As consequências da expansão do imperialismo no século XIX e XX e de uma inserção dependente do continente no capitalismo global são profundas e complexas, a exigir enormes desafios para uma avaliação e compreensão de possíveis caminhos para a atuação no campo da arquitetura em África. O que é certo é que existe uma necessidade de expandir a noção dos significados que definem e são definidos por esse campo, isto é, ampliar as formas de pensar e atuar da arquitetura.

Em primeiro lugar, é de ressaltar que há um contexto bastante diverso e complexo de urbanidades nos distintos países africanos, que em grande parte observa um crescimento extremamente acelerado. Além disso, a maioria da população constrói sem acesso a serviços técnicos de arquitetos e arquitetas - o que não é um problema em si, especialmente quando muito da formação profissional é de base privada e liberal, mais pronta para responder ao mercado imobiliário do que às necessidades das pessoas. Em Cabo Verde, pode-se afirmar que mais de 70% da população não recorrem a estes e estas profissionais para a concepção e eventual construção ou reparação de suas habitações, o que se repete no resto do continente africano (Moassab; Anahory, 2022). Isto significa, por sua vez, um desafio para o modelo de escritório privado, focado na prestação de serviços, na medida em que as demandas são escassas. Ademais, os serviços públicos mantêm poucos arquitetos ou arquitetas em seus quadros, o que faz com que certamente muitas regiões não tenham nenhum acesso a tais profissionais. Estes limites impõem as seguintes questões: que tipos de atuação se

adequam a estes contextos e qual o papel social do arquiteto e da arquiteta nessas situações?

Ao mesmo tempo, a arquitetura como área de conhecimento ou forma de compreender a nossa relação com o mundo tem como grande desafio, o ensino. São poucas as universidades no continente africano que têm departamentos ou faculdades de arquitetura, levando a que muitos/as jovens estudem fora dos seus contextos - mormente com pouco ou quase nada de base curricular pertinente às suas realidades. A maioria das escolas existentes em África têm, de modo geral, um currículo desatualizado, eurocentrado, pouco crítico e que não está a dar resposta às necessidades e à forma de estar nos diversos contextos, climas, paisagens e culturas do continente. No entanto, também já se encontram propostas de “pedagogias transformadoras”, como são os casos da criação e sucesso do programa de pós-graduação da **Graduate School of Architecture** (GSA), da Universidade de Johannesburgo, na África do Sul, em funcionamento desde 2015, sob a coordenação da multipremiada arquiteta e educadora Lesley Lokko, até 2021;¹ do **African Design Centre**, fundada em Ruanda por volta da mesma altura, com a visão e implementação do arquiteto Christian Benimana, que já foi descrita, inclusive, com a referência eurocêntrica e limitada de ‘African Bauhaus’ (Monks, 2016); ou do **African Centre for Cities** (ACC), na África do Sul, fundada em 2007 e dirigida, desde então, por Edgar Pieterse.

O modelo pedagógico da GSA, é centrado no questionamento das ferramentas do campo da arquitetura a partir de experimentações que confrontam os legados racistas, coloniais e eurocêntricos que ainda dominam o ensino da arquitetura. Nesse sentido, os exercícios projetivos são desenvolvidos ao longo de um ano, sob orientação de um mesmo professor ou professora. A partir da dialogia com o corpo estudantil, formado por arquitetos e arquitetas, são definidas as abordagens da pesquisa a guiar a atividade projetual com base no tema pré-definido.

1 Em 2021, a arquiteta retornou a seu país natal, Gana, onde fundou o African Futures Institute, uma escola de pós-graduação em arquitetura e eventos públicos. Ver: <https://www.africanfuturesinstitute.com/>.

Esta metodologia é baseada na *unit system*² que Alvin Boyarsky desenvolveu na *Architectural Association*, em Londres, nos anos de 1970 (Sunwoo, 2009).

Por sua vez, o *African Design Centre* propõe um currículo interdisciplinar com uma abordagem abrangente, por assim dizer, que visa formar designers com uma compreensão “profunda conexão entre o meio ambiente construído e os direitos humanos” (Mission, [s.d.], s/p). O currículo foca num aprendizado “localizado”, a partir da conexão dos alunos e alunas aos seus contextos, em busca de soluções especificamente pensadas para suas realidades africanas, explorando “as tradições artesanais locais e pesquisam questões urgentes que afetam o continente” (Curriculum, [s.d.], s/p), conforme consta na página do centro.

Importa lembrar, ademais, do *African Centre for Cities*, dentro da Universidade de Cape Town, na África do Sul, que desde a sua implementação, em 2007, tem vindo a produzir conhecimento sobre cidades africanas para o desenvolvimento de políticas públicas e qualificar quadros para a gestão urbana no continente. Assim, conforme consta na página web do centro, um dos seus principais objetivos é fomentar

pesquisas colaborativas e desenvolver práticas criativas em políticas públicas para promover cidades vibrantes, justas e sustentáveis. Este propósito se torna ainda mais pertinente com a adoção da Agenda 2063 em nível panafricano, que converge com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Portanto, muito do trabalho de pesquisa e desenvolvimento de capacidades [do centro] busca colocar em primeiro plano as dimensões urbanas desses novos horizontes políticos, embutidos num compromisso epistêmico com a solidariedade e com a construção de teorias Sul-Sul (ACC, [s.d.], tradução nossa).

2 O *unit system* foi a base do programa pedagógico da escola londrina, estabelecendo seu funcionamento por estúdios verticais, cada qual com seus tutores a orientar experimentos e debates críticos em arquitetura. Para Boyarsky, a nova missão da escola de arquitetura é ser crítica da sociedade e não mera provedora de formas (Sunwoo, 2009).

Estes centros têm abordagens muito distintas e ao mesmo tempo complementares. Um voltado para as técnicas locais, outro que incentiva uma busca dos significados da arquitetura e um mais voltado para o contexto urbano. São muitos caminhos possíveis. Estas escolas e centros estão fomentando imaginários do que pode vir a ser a arquitetura africana, não vinculado, necessariamente, ao contexto que construiu a profissão na Europa Central, no início do século XX. Está-se permitindo um exercício livre para analisar o continente, experiências vividas, propor futuros e utopias e, ao mesmo tempo, desenhar o campo disciplinar que emerge desse contexto. Ou seja, há uma jovem, emergente e potente exploração investigativa nesse sentido a despontar no continente. Este é o momento, então, para perguntarmos: qual o lugar da arquitetura na África contemporânea? De qual arquitetura? Para a seguir, indagar quais as bases a reger o ensino de arquitetura no continente e, por que não, pelo mundo?

Usualmente, a educação profissional inclui vários semestres de história da arquitetura, sem qualquer referência fora do contexto hegemônico de produção arquitetônica. No meu tempo de universidade, nos anos de 1990, o que prevalecia e, ainda, prevalece em muitas universidades até hoje, eram os estudos dos assim chamados “clássicos” da arquitetura ocidental, desde a Grécia Antiga. Possivelmente, há a inclusão do Antigo Egito – nem sempre, sem qualquer outra referência da rica tradição arquitetônica no continente africano, seja da antiguidade, seja da atualidade. Além disso, sequer era incluída qualquer relação ou referência com as demandas atuais do continente africano para qualificação de seu espaço construído e habitado. Poucas pessoas, ou mesmo estudantes de arquitetura, conhecem as civilizações africanas antigas, seus modos de morar e fazer cidades - distintos dos critérios europeus para definição de urbanidade - ou a grandiosidade arquitetônica de Lalibela, as técnicas construtivas milenares em terra, como as usadas em Djenné,³

3 Grande Mesquita de Djenné é o maior edifício em adobe do mundo, no Mali (norte da África). O monumento mede 150 metros de comprimento, tem 40 metros de largura e outros 20 de altura, o que equivale a um prédio de seis andares. A mesquita foi construída em 1280 por Kunburu, o 26º sultão de Djenné numa época em que a religião islâmica, chegava à cidade

a arquitetura biomimética dos Dogon,⁴ no Mali, para citar somente estas. É também relevante, ressignificar este passado construtivo e espacial pré-colonial para conceber uma arquitetura atual própria. Não se pretende com isso um olhar nostálgico para o passado, nem buscar soluções para uma arquitetura estilizada africana. Pelo contrário, visa-se a valorizar os saberes e a compreender profundamente as formas de habitar e de construir milenares que possam apontar para modos mais equilibrados de conceber e materializar os espaços contemporâneos.

Sob o império Mali, por exemplo, foi construída a mesquita JingerBer em Timbuktu, pelo poeta-arquiteto Abu Issak, no século XIII. Este é, até a atualidade, o maior edifício em adobe do mundo (Joy, 2016). Localizada na cidade de Djenné, no Mali, o templo foi declarado patrimônio mundial pela Unesco em 1988. Outra mesquita que vale mencionar é a de Bobo-dioulasso, em Burkina Faso. A construção, do século XIX, é toda em adobe e madeira, cujos pináculos salientes são utilizados de apoio para a constante manutenção das paredes. Suas cúpulas ogivadas são características da arquitetura sudanesa. Da terra para a pedra, as igrejas de Lalibela, na Etiópia, foram “extraídas” da rocha no século XII. Isto é, foram escavadas em grandes monólitos de rocha vulcânica a muitos metros de profundidade, constituindo um exemplar único e grandioso deste tipo de construção (Asquith; Vellinga, 2005). É inconcebível que os cursos de arquitetura, mesmo no continente africano, não tratem destas práticas arquitetônicas em suas aulas, o que tem chamado minha atenção desde a graduação.

de Djenné (fundada cerca de 300 anos antes de Cristo) tendo se tornado o principal centro islâmico africano. Como a mesquita sofre erosão cíclica pelas chuvas, ela se mantém intacta até os dias de hoje graças à manutenção regular coletiva de “rebocadura” que ocorre anualmente durante a estação seca, na forma de um festival (Asquith; Velling, 2005).

- 4 Quando o povo Dogon chegou pela primeira vez ao penhasco de Bandiagara, no século XV, fugindo da expansão do império islâmico, encontrou o povo Tellem já vivendo na área. Os Tellem construíam suas casas na face do penhasco ao redor de cavernas naturais como estratégia de proteção contra inimigos e o clima. O povo Dogon aprendeu a construir em terra e pedra encostados ao penhasco tendo assim conseguido preservar sua cultura ao longo dos séculos (Jong; Rowlands, 2016).

Cresci nos contextos insulares de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, nos anos seguintes à independência destes países. Após concluir o liceu, equivalente ao ensino médio no Brasil, fui morar nos Estados Unidos,⁵ onde estudei e trabalhei durante mais de duas décadas. Minha mudança de país para seguir os estudos foi, em grande medida, devido a inexistir ensino superior em Cabo Verde naqueles anos, como acontece em muitos países africanos, consequência das políticas de dominação coloniais, desinteressadas em qualificar a população local, constituindo-se em uma das maneiras para manter a dominação. Nos Estados Unidos, nem na graduação, nem no mestrado, o percurso curricular fez qualquer referência ao meu contexto cultural, político ou socioeconômico. Tampouco as escolas de arquitetura estavam preocupadas em estabelecer um debate geopolítico mais amplo, que procurasse entender as implicações espaciais e construtivas decorrentes da dominação colonial, não apenas em África. Por isto, este tema é uma luta central e constante, tanto no meu processo de auto-educação como naquilo em que posso colaborar para alterar este cenário, como venho fazendo nos diversos tipos de assessorias a universidades e cursos de arquitetura no continente.

A estas questões estende-se a de representatividade. Durante os quatro primeiros anos da faculdade só conheci duas outras colegas negras. Dos colegas homens negros, havia um pouco mais, mesmo assim eram menos de seis. Nessa instituição, sentia-me multiplamente isolada: (a) economicamente, (b) identitariamente (por ser negra, ou seja, minoria), (c) pelas ausências de referências curriculares e (d) nos espaços de convívio, fora da universidade. O meu desenquadramento era notável nas minhas roupas, por vezes, impróprias ao clima, e na disponibilidade financeira para a aquisição de material do curso. Nessa altura, não tínhamos o auxílio de computadores para a produção de trabalhos, requerendo enorme investimento em materiais de desenho, para maquetes e, claro, livros. Lembro-me de um

5 Nota das organizadoras: Os EUA, em específico, Boston, é a cidade com maior número de caboverdianos e caboverdianas fora do arquipélago. Historicamente, Cabo Verde é um país caracterizado pela emigração, tendo mais habitantes vivendo no exterior do que nas ilhas.

incidente em que os meus colegas apontaram para os meus sapatos inadequados para a neve e eu, constrangida, justifiquei que era por não saber que ia nevar, o que era bastante improvável, já que as previsões do tempo eram bem divulgadas. Quando iniciei os meus estudos, era ainda muito jovem, sensível, mas politicamente *naïve*, sem ferramentas para me posicionar.

No contexto das dinâmicas raciais, equivocadamente binárias dos Estados Unidos, eu era de difícil encaixe nessas categorias. Não branca, no entanto, visivelmente pouco negra. Em parte, eu era acolhida como hispânica/caribenha e menos acolhida pela comunidade afro-americana, uma espécie de “sem lugar”. Soma-se aí que o conteúdo curricular nunca abordou qualquer questão minimamente relacionada a realidades mais próximas dos meus contextos culturais e de identidade. A despeito de localizar-se num bairro negro, a escola de arquitetura e as disciplinas não abordavam essa realidade. A história de arquitetura que estudei mencionou o continente africano apenas por meio do Egito. Nunca estudamos África subsaariana ou qualquer arquiteto ou arquiteta negros. Não tive nenhum professor negro e havia poucas professoras mulheres. Em termos de convívio, ressalto que passava pouco tempo na universidade, porque vivia com os meus avós – não nas residências estudantis – e porque tinha que trabalhar para poder complementar os empréstimos para pagar os estudos. Eu era a única aluna na minha turma – e de outras mais – que estudava em período integral e trabalhava, em média, 20 horas por semana.

Apesar dos meus estudos e atuação profissional nos EUA sempre foquei minha pesquisa e muito dos meus trabalhos no continente africano. Depois do mestrado fui contemplada com o prêmio Rotch Fellowship, que financia viagens de estudos de arquitetura. Importante mencionar que fui a segunda mulher a ganhar o prêmio em mais de um século de sua existência. E fui a primeira a propor que a viagem fosse pelo continente africano. Cheguei a ouvir comentários surpresos com a minha escolha, indagando o porquê viajar pela África, já que no continente “não tinha arquitetura”, tamanha a falta de desinformação e interesse pela arquitetura africana.

Com a bolsa, pude viajar durante catorze meses por diversos países africanos: Marrocos, Mali, Níger, Benin, Togo, Gana, Burkina Faso, Senegal, Etiópia, Quênia, Tanzânia, Zanzibar e, claro, Cabo Verde. Foram dezenas de localidades – mais do que cidades, definição eurocêntrica que nem sempre cabe para o contexto das urbanidades africanas. Destaco que a maior parte da viagem foi por terra, evitando o traslado aéreo. Assim, entre um destino e outro, utilizei ônibus, avionetas, trem, camelo, grand-pirogue, tanto dentro dos países como entre os países. Foi uma experiência muito significativa, com imenso aprendizado sobre arquitetura africana, das mais diversas influências e origem, desde as pequenas comunidades ao longo do rio Níger, com sua arquitetura plenamente integrada na paisagem, até os burburinhos e profusão de cores do movimentado mercado semanal de Djenne ou de grandes cidades, como Bobo-Dialassou, em Burkina Faso.

Em outras palavras, venho tentando compensar a minha educação formal em instituições de elite nos EUA, nas quais não havia oportunidade de pensar os meus espaços culturais, como mulher e como mulher africana que quer exercer a profissão e quer pensar e projetar para esse contexto. Em 2009, regressei a Cabo Verde onde tive oportunidade de fazer parte da primeira universidade pública do país, recém-implantada. A Universidade de Cabo Verde (UNICV) não tem curso de arquitetura, no entanto, fui convidada a montar e dirigir seu Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (CIDLOT), juntamente com a arquiteta brasileira Andréia Moassab. Na ocasião pudemos colocar em prática esta perspectiva de pensar o território a partir das questões locais, nos esforçando por frear a imposição de uma agenda externa, em particular, vinda da União Europeia. O desafio posto era enorme, a começar pela total ausência de bibliografia – se é difícil livros sobre arquiteturas e cidades africanas, mais árduo é consegui-los numa perspectiva crítica e, ainda mais raro, em língua portuguesa. De qualquer maneira, nos quase quatro anos que estive à frente do Centro pudemos alinhar uma agenda própria e pautar diversos debates significativos para o país naquele momento.

Riscos e rabiscos no território: por uma práxis estético-política

Em paralelo ao meu retorno a Cabo Verde, desde 2010, tenho vindo a dedicar-me ao que designo “intervenções enraizadas”, isto é, projetos que buscam questionar narrativas dominantes hegemônicas e ressignificar sentidos geopolíticos a partir do continente africano. Trata-se de um esforço epistêmico de pensar o mundo, considerando as múltiplas opressões de gênero, raça, classe e geografia, simultaneamente. Apesar de trazer no meu corpo estes marcadores, por ser uma mulher, negra, africana, da classe trabalhadora, é impostergável desconstruir cotidianamente o hegemônico em nós, sob o risco de reproduzi-lo acriticamente. Inseridos num capitalismo que mata pessoas e destrói a natureza todos os dias, muitos países acabam por adotar os discursos das agências internacionais, reforçando assimetrias sociais ou, pior, culpabilizando a população mais pobre, não por acaso, não-branca e, em maior número, formada por mulheres.

Num primeiro momento, desenvolvi o que designo como uma práxis estético-política, concomitante à minha atuação no CIDLOT, onde, inclusive, estabelecemos desde o início, uma ponte com artistas que vinham trabalhando o espaço urbano. Além disso, vínhamos assimilando a arte, junto com o fazer científico, como ferramenta fundamental para interpretar o mundo. Nesse constante diálogo com as artes, percebi algumas limitações dos eventos e projetos acadêmicos do centro de investigação, com sua linguagem muito específica, em alcançar um público mais amplo. Assim, enveredei por trilhar caminhos outros, que buscassem questionar narrativas dominantes hegemônicas e ressignificar seus sentidos. Em 2012, decidi sair da universidade para poder ter um pouco mais de liberdade nos projetos próprios, num processo também de dar a conhecer essa realidade que não consta nos programas de ensino e pesquisa, isto é, a produção de conhecimento fora do ambiente acadêmico. Apresento a seguir, essa minha “errant práxis” da última década.

Junto ao **XU: Collective**, formado por mim, Andréia Moassab e Salif Silva, participamos com o trabalho *Cape verde social [un]sustainability* na exposição *Climate Change in Africa: Africa Speaks and Connects* 2010, que contou com artistas, cientistas e ativistas, organizada pela *Heinrich Böll Foundation* África do Sul. Os trabalhos integraram uma exposição paralela à 16ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP16, ocorrida no México, 2010, com o intuito de pautar o encontro do ano seguinte, que seria no continente africano. A nossa proposta buscou fazer emergir uma compreensão sistêmica do conceito de sustentabilidade em Cabo Verde, utilizando uma linguagem artística. Além da exposição no México, em 2015, o trabalho, em sua versão digital, abriu a quarta edição do encontro internacional *Balance-Unbalance*, com o tema “*water, climate, and place reimagining environment*”, realizado na *Arizona State University*, na região desértica dos Estados Unidos.

Figura 2 - Interface interativa do trabalho “*Cape Verde social [un] sustainability*”, 2011.



Fonte: Xu4innovation, 2011.

Em Cabo Verde, em 2011, montamos a exposição completa, complementando a versão digital, no Centro Cultural Ildo Lobo, na cidade da Praia. Na ocasião, por meio de fotomontagens, vídeos e hipermídia conduzimos quatro pilares de uma contra-narrativa: a água, a lenha, a areia e o território, devido a

sua centralidade para boa parte da população cabo-verdiana. O trabalho convidava a uma reflexão e compreensão de um ciclo ampliado da produção dos impactos ambientais, especialmente, nos países pobres. Ao tensionar o conceito de sustentabilidade, incluindo a questão social, procuramos mostrar as contradições do discurso hegemônico da preservação ambiental, útil à manutenção do capitalismo e, ao mesmo tempo, extremamente inadequado para contextos de população carenciada e de escassez de recursos naturais.

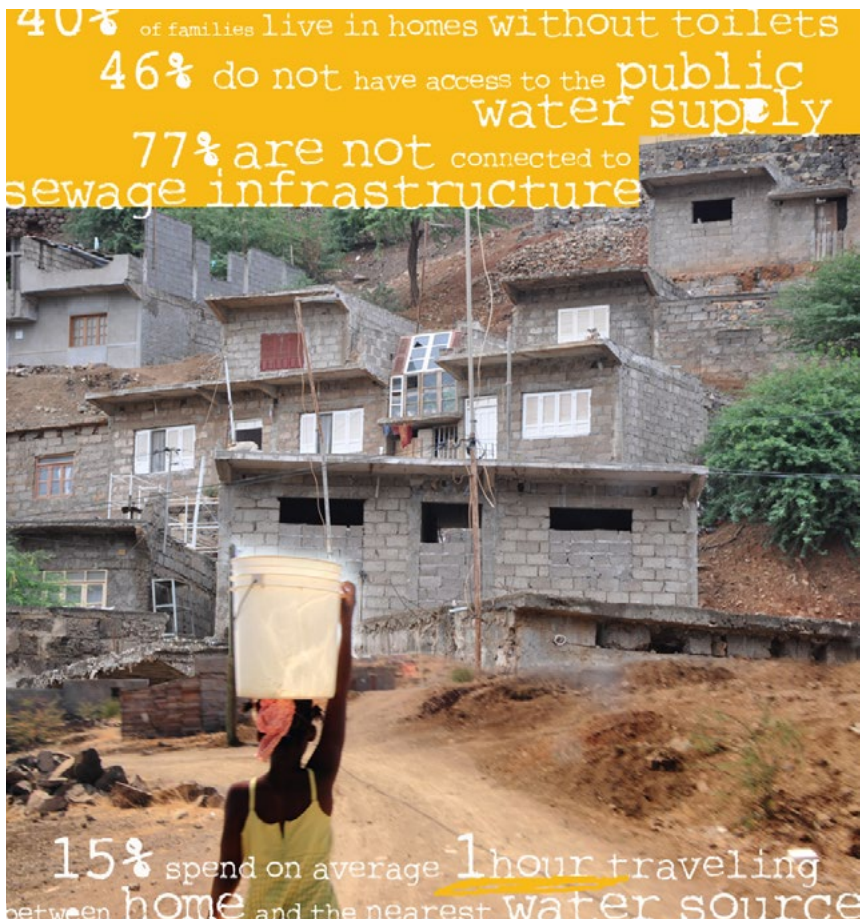
Com uma origem bem específica, a de compor uma exposição paralela ao COP16, o trabalho do XU: Collective teve por principal objetivo problematizar o debate das agências internacionais sobre alterações climáticas, que muitas vezes excluem da equação o próprio capitalismo e as desigualdades abissais dele decorrentes. Por meio da arte, pudemos expor questões acerca da sociedade de consumo atual, com enormes pressões sobre o ambiente, na qual grupos econômicos deflagraram uma forte concorrência para aceder a recursos primários basilares à produção. Ao mesmo tempo, um largo contingente populacional no mundo permanece sem atendimento às suas necessidades básicas, como acesso à água e energia elétrica. Este é um cenário do continente africano, do qual Cabo Verde é parte. As imensas fotomontagens expunham alguns dados do país, extraídos dos órgãos governamentais e de pesquisas da universidade:

- 40% das casas não possuem banheiros;
- 46% das moradias não têm acesso ao fornecimento de água encanada;
- 77% dos domicílios não estão conectados à rede de esgoto;
- 15% da população gasta em média uma hora no trajeto entre a casa e a fonte de água potável mais próxima;
- Algumas mulheres passam até 22 horas diretas dentro da gélida água do mar cabo-verdiano para a apanha de areia, com enormes riscos à saúde e à vida.

Não é razoável, nesse contexto, aceitar paradigmas ambientais correntes, desenhados a partir do Norte e impostos ao resto do mundo. Por este motivo, a exposição, por meio de vídeos in-

terativos, fotocolagens e os materiais em questão – água, lenha, areia e pedra – levou para o público a necessidade de incluir, no debate sobre preservação ambiental, a população na gestão da natureza, garantindo o acesso universal à infraestrutura básica. É prioritário que os e as mais pobres acedam a níveis mínimos de consumo antes de culpabilizá-los pelo (mau) uso da natureza – o que, a grosso modo, tem sido feito pelas discussões ambientais hegemônicas e pouco críticas às disputas geopolíticas atuais, lamentavelmente, reproduzidas também pelos países pobres.

Figura 3 - Fotomontagens impressas em canvas, da exposição “*Cape Verde social [un]sustainability*”. Tamanho médio das telas 100 x 150 cm.



Fonte: Xu4innovation, 2011.

Inspirado no contexto cabo-verdiano de escassez de recursos naturais e dadas as características da sua população carente, ao invés de culpabilizar - o que vinha ocorrendo -, especialmente as mulheres, pela apanha de areia ou lenha, o trabalho revelou a cadeia produtiva nacional, sobretudo da construção civil pautada pelo betão armado, e as necessidades de sobrevivência que levam as pessoas a trabalhos insalubres, mal remunerados e de alto impacto ambiental, em específico, no que diz respeito à apanha de areia no país.

Nos anos seguintes ao meu desligamento da Universidade de Cabo Verde, visando poder ter mais liberdade em projetos próprios de engajamento local, mapeamentos e práticas participativas, propus, com o artista multimédia César Schofield Cardoso, a plataforma **“Storia na Lugar”**, em 2016. Este é um projeto em que trabalhamos diretamente com as comunidades, num processo também de dar a conhecer essa realidade que não consta nos programas de ensino superior, de produção de conhecimento fora do ambiente académico. O nome, **Storia na Lugar**, em língua cabo-verdiana tem um duplo sentido: são histórias de vida das pessoas, que produzem o seu espaço, que produzem a cidade e, ao mesmo tempo, diz respeito a histórias no lugar. Isto é, pode significar “colocar a história no lugar”, ou seja, ter outras perspectivas dos lugares, nomeadamente perspectivas dos próprios habitantes. Estas palavras também formam um trocadilho em cabo-verdiano, por conta de seus múltiplos significados. Storia é estória (mito, conto, fábula) e história. O camponês quando diz “nha lugar” (o meu lugar), refere-se à sua área de cultivo, área fértil.

A partir destas várias sutilezas é que embasamos nossas análises socioespaciais e desenhamos modos de dar visibilidade a várias comunidades. Este é o caso do web-documentário “Finka Pe”, que conta a história de um espaço comunitário num dos bairros pobres da capital, criado a partir da ocupação, por um grupo de jovens ativistas, de um antigo vestiário esportivo desativado. Com a ocupação de edificações abandonadas, estes e estas artistas reivindicavam espaços, políticas públicas para as comunidades e participação política nos espaços de decisão sobre a cidade.

Figura 4 - Interface do webdocumentário “Finka Pe”.



Fonte: Marques, 2014.

O Spasu Finka Pe rapidamente passa a ser usado por crianças e adolescentes do bairro, ao mesmo tempo em que são organizadas formações e sensibilização política. Com isso, acabamos por mapear o espaço a partir da perspectiva das crianças, fazendo emergir debates como a inexistência de fronteira entre espaço público e privado; da casa (home) que é constituída de várias casas (houses), como é o caso de uma das moradoras do bairro. Ela dormia numa casinha, com o filho, porém, fazia as refeições mais acima, na casa da mãe. Assim por diante, buscamos mapear esta materialidade da vida que os dados oficiais não dão conta de apreender.

Ademais, ao produzir o web-documentário, foi marcante ouvir ex-membros de gangs, ex-reclusos, a falar de família, reconstruir a vida, cuidar das crianças, fazer militância política. De alguma maneira, nosso trabalho problematizou as narrativas de “bairro perigoso”, a partir de estórias dos seus moradores e moradoras, que nos mostram os seus dramas e, por outro lado, as suas alegrias, a sua criatividade e a sua vontade de viver em paz. Este, talvez, tenha sido de seus aspectos mais marcantes quando exibimos o trabalho, pois o público rapidamente percebeu como a violência vem muito mais do estigma do que das condições de vida. Levar os olhares para essa comunidade,

na sua parte mais humana, teve também um enorme impacto positivo em quem habita aquele território. Acredito, portanto, que por meio da prática artística, as pessoas são envolvidas nas dinâmicas de resistência e de transformação dos lugares.

Outro trabalho significativo que fizemos pela plataforma **Storia na Lugar**, foi a instalação multimídia *Island Crossings: between myths and hallucinating realities*, apresentada na exposição “*African Mobilities*”, promovida pelo Architekturmuseum der Technischen Universität, na Alemanha, em 2018. A instalação abordou noções de imaginários e deslocamentos insulares, através das lentes do comércio e da circulação de produtos em Cabo Verde, explorando as múltiplas passagens, reais e imaginárias, forçadas e desejadas, que caracterizam o país.

Por meio do *bidon*,⁶ um utensílio emblemático em Cabo Verde por conta tanto do envio de mercadorias – novas e usadas – ao país, pelos familiares emigrados, principalmente nos EUA, quanto para o armazenamento doméstico de água, buscamos tecer uma paisagem insular visual, textual e sonora numa narrativa caleidoscópica, referenciando mitos que estão na base da retórica da identidade nacional de Cabo Verde. Enviado aos milhares anualmente, os *bidon* são objetos onipresentes encontrados nas ruas, mercados e casas no país. Seus conteúdos, conhecidos como YAH, fazem referência à expressão americana que indica suas origens e traça uma linha direta com a diáspora caboverdiana. A circulação desses objetos e dos produtos que eles carregam cria uma imagem complexa de emigração, consumo, sobrevivência, transformação. Diante disso, recolhemos os dados e as trajetórias dos diversos produtos enviados nos *bidon*, para desenhar cartografias do cotidiano, aspirações e sobrevivência na cidade da Praia. Eles são os principais protagonistas dessa narrativa visual, uma unidade móvel de valor que encapsula desejos, vincula aqui e ali, fala de partidas e retornos, aspirações e sobrevivência.

6 Nota das organizadoras: Bidon é equivalente a tonel, no Brasil. Um vasilhame cilíndrico, usado normalmente para o transporte de líquidos, com capacidade para 200 litros. Em respeito à língua cabo-verdiana, que não faz a marcação de plural, as organizadoras mantiveram a palavra sempre no singular.

Em 2017, desta vez como artista sola, fui uma de seis artistas, entre nacionais e internacionais, a propor uma instalação no Museu da Resistência de Cabo Verde. O Museu ocupa as instalações de um antigo campo de concentração utilizado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político do Estado Novo (Barros, 2009). Eram desterrados para as ilhas de Cabo Verde, mais especificamente para o Tarrafal, na ilha de Santiago, os opositores do regime ditatorial e lutadores anti-coloniais que defendiam a independência dos países africanos sob dominação portuguesa. Atualmente, as antigas instalações administrativas do campo de concentração, ao redor do Museu, estão ocupadas há décadas por pessoas em sua maioria retornadas de São Tomé e Príncipe, após a independência dos países africanos.

Vale esclarecer que durante a ditadura de Salazar, um grande contingente populacional foi deslocado de Cabo Verde para trabalhar nas *plantations* de São Tomé e Príncipe, em situação análoga à escravidão (Hernandez, 2002; Semedo, 2016; Berthet, 2022). Até hoje o retorno destas pessoas e seus descendentes é uma questão a ser enfrentada, pois nem as pessoas nem suas famílias ou mesmo o governo de Cabo Verde tem verbas suficientes para a repatriação ou para lhes garantir uma vida digna. Nos anos de 1980, alguns retornados foram alocados no entorno do campo de concentração, nos arredores da cidade do Tarrafal, onde vivem atualmente, com seus descendentes, em precariedade, sem água encanada tampouco saneamento básico e com energia elétrica apenas em pouco mais da metade das casas.

Com o peso inerente ao sofrimento imposto a pessoas neste lugar - do passado e do presente -, realizei duas intervenções convergentes: “Pedestais de [X]clusão”, no circuito turístico proposto pelo governo para visita da parte administrativa externa aos muros da prisão, hoje habitada, em péssimas condições de moradia, e “Volumes Vazios [de] Memórias”, no interior do espaço prisional.

Este trabalho problematiza as exclusões inerentes a projetos museológicos distantes de seus lugares. O Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas investiu enorme verba para calcear os caminhos deste circuito, cujo esmero é contrastante com as condições das edificações ao redor. Ao mesmo tempo, o circuito turístico ergueu pedestais expositivos para descrever as funções administrativas do passado - relativas ao campo de concentração, ignorando totalmente as pessoas que moram naquele lugar nos dias de hoje, como se elas não existissem, como se não estivessem ali, num ato simbólico de extrema violência. Ainda, causa enorme desconforto, um circuito que expõe as pessoas, remontando às nefastas Exposições Coloniais dos séculos XIX e XX, designadas recentemente, por historiadores e historiadoras, como “zoológicos humanos”.

Figura 5 - Intervenção “Pedestais de [X]clusão”
no interior do Museu da Memória



Fonte: A Autora, 2017.

Diante dessa total desconexão e imensa insensibilidade do projeto museológico governamental, propus afixar nos pedestais de pedra, sem uso, placas com espelhos, quadros-negros e placas de compensado com fundo branco, onde foram desenhados diversos mapeamentos - eram cerca de vinte placas. Os espelhos tinham por intuito chamar a atenção do público, do ato voyeurístico de visitar o local. Ao buscar no pedestal as usuais informações expositivas, cada visitante se deparava com si mesmo ao olhar para o outro, fazendo emergir todo o desconforto daquela situação. Por sua vez, os quadros-negros traziam mensagens a giz, destinadas a evidenciar a temporalidade da palavra escrita na narração da história daquele local e a memória em movimento; já os vários mapeamentos, alguns feitos pelas crianças, visava implicar os moradores e moradoras, na escrita de suas próprias narrativas.

Já as placas compensadas, colocadas nos pedestais, serviram a diversos mapeamentos. Em duas delas, as crianças desenharam suas casas, isto é, um mapa do local pelo olhar das crianças. Outras foram deixadas em branco para que a comunidade desenhasse livremente. Noutras placas mapeei as infraestruturas, como foi o caso de distinguir, com ícones, as casas com acesso à energia elétrica em contraposição àquelas que utilizam velas, em outra expus dados numéricos sobre este acesso; ainda, uma placa indicava o ponto de água, com horários e preços. Finalmente, propus um diagrama, por meio de linhas, das relações de parentesco da comunidade, resultando num emaranhado que dava visibilidade às histórias dos afetos e laços daquelas pessoas.

Em complementação e em simultâneo ao “Pedestais de [X]clusão”, o trabalho “Volumes Vazios [de] Memórias” questionava as (im)possibilidades de reconstrução da memória de espaços de violência em projetos museológicos. A partir do referencial dimensional da célula de isolamento do campo de concentração, conhecida como Holandinha - designação dada pelos próprios prisioneiros, num humor sarcástico a evidenciar as condições insalubres e desumanas, de intenso calor no interior da cela -, um espaço com aproximadamente 90 cm de

largura, 190 centímetros de comprimento e 180 centímetros de altura, propus a construção, no interior do espaço prisional murado, quatro volumes exatamente com estas dimensões. Como uma estratégia de articulação das narrativas de violência ao longo de eixos temporais e espaciais, estes cubos com perímetro de ferro perfilado, espalhados no interior do campo de concentração, foram preenchidos com os materiais essenciais ao árduo cotidiano das famílias que moram atualmente nos arredores: galões de plástico, sucata, lenha e linha de pesca. Todos os dias ir cortar lenha para o lume, buscar água na fonte e trazer para casa na cabeça, sair ao mar para a pesca, um dispêndio de energia para garantir a própria existência material nem um pouco facilitada pelas promessas da modernidade. Em outras palavras, conforto e consumo estão distantes de inúmeras pessoas no planeta, cuja riqueza é desigualmente usufruída, apesar de socialmente produzida.

Figura 6 - Intervenção “Volumes Vazios [de]Memórias”
no interior do Museu da Memória



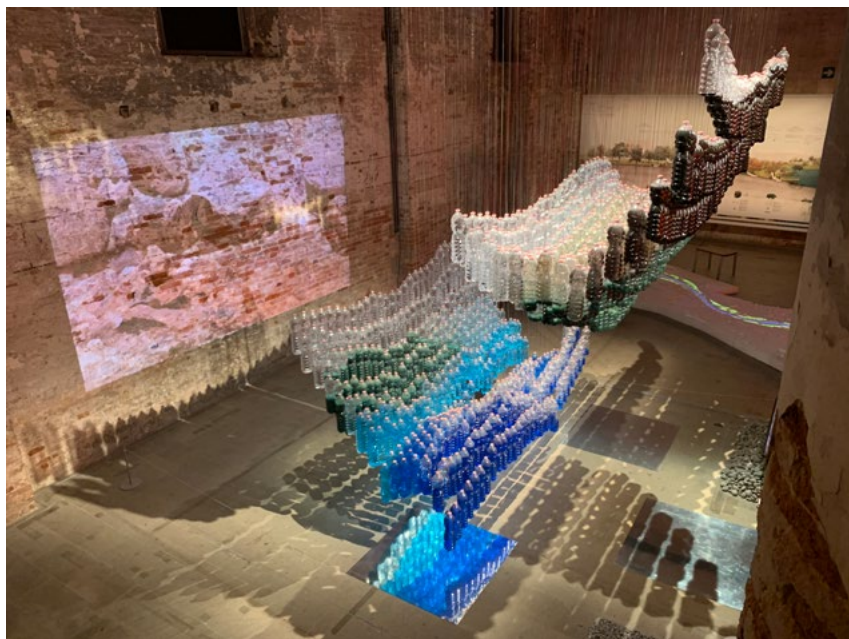
Fonte: A Autora, 2017.

Os galões de plástico são os onipresentes recipientes de armazenamento de água coloridos utilizados pelas famílias para buscar e armazenar água para seu uso diário, pois não há abastecimento de água em suas casas. Um dos volumes foi preenchido com uma série deles, empilhados. Na superfície de cada galão foi escrito o nome de um ex-presos anticolonial cabo-verdiano, com vistas a ligar a vida dos envolvidos na história passada, de luta, e presente do campo, de sobrevivência. Outro volume foi entulhado com material descartado, encontrado dentro e ao redor do campo de concentração, contando por meio dos objetos, a história de vários tempos sobrepostos àquele lugar. Num terceiro volume reunimos galhos de madeira usados diariamente como lenha pelas famílias no preparo de suas refeições. Note-se que, como boa parte da população do país, estas famílias não possuem os meios financeiros para comprar gás ou fogões. O último volume foi todo encerrado em linha de pesca, um monofilamento fluorescente, fazendo referência à pesca, atividade de subsistência daqueles moradores e moradoras.

Assim como na instalação dos “Pedestais de [X]clusão”, ao serem desmontados, os materiais utilizados nesta instalação deveria ser (e foram) apropriados pelos moradores e moradoras. As armações de metal dos cubos foram concebidas para serem cortados e transformados em armações de camas, a madeira usada para cozinhar e os galões de plástico para armazenamento de água.

A água segue sempre uma questão basilar para compreender e debater Cabo Verde. Novamente, é em torno da água que em 2021, o **Storia na Lugar** leva sua intervenção “Água(s), Produção de Territórios e Imaginários” para a 17ª Exposição Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza, que teve como tema central “como iremos viver juntos?”. A nossa proposta partiu do imaginário de um país marítimo, rodeado pela imensidão do oceano, onde gigantescos resorts oferecem oásis, com vegetação abundante e piscinas imensas, que estendem a imensidão do azul, que se contrapõem, perversamente à extrema escassez de água potável no país.

Figura 7 - "Água(s), Produção de Territórios e Imaginários", trabalho apresentado na 17ª Exposição Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza.



Fonte: A Autora, 2021.

Nessa direção, a obra expõe o contraste do “imaginário azul” de ambientes encenados de lazer e abundância para algumas pessoas – os resorts turísticos da ilha da Boa Vista –, que são ao mesmo tempo espaços de força de trabalho local, composta por trabalhadores e trabalhadoras que sentem sofrer a referida escassez de água potável. Consequentemente, a água torna-se, em nossa proposta, um protagonista apresentando uma oportunidade de fabricar rupturas que permitem sonhar formas mais equitativas e ecológicas de convivência. Tendo essa questão como base, a instalação cria um horizonte alargado e estratificado, fundindo escalas e entrelaçando imagens multimídia com a forma construída, por meio da utilização de garrafas de água PET, como unidade de construção, unidade de valor (e de disparidade), símbolo da privatização da água no planeta, bem como da pressão ecológica.

Errant praxis: a desenhar múltiplas possibilidades para a arquitetura africana

Voltando ao início do texto, onde proponho um alargamento da compreensão de arquitetura e tensiono algumas das limitações e insuficiências do ensino na área, acredito que por meio de experiências e práticas artísticas pode-se mostrar como muitas vezes as universidades estão distantes das realidades das pessoas – no mundo todo e não é diferente no continente africano. Em adição, há um agravante: as universidades do Norte, em especial as estadunidenses, apesar de extremamente conceituadas, têm historicamente ignorado certos saberes ou um continente inteiro, como o africano. A universidade onde fiz meu mestrado, Princeton, foi fundada no século XVIII. Não obstante, em arquitetura, reforça e reproduz aquela mais hegemônica, dos grandes projetos autorais assinados e excepcionais, normalmente descolados das realidades locais. Tive que vir a resgatar por interesse próprio outras práticas e reflexões críticas no processo formal educativo e fora dele, o que nem sempre aconteceu de maneira tranquila.

O meu projeto de mestrado foi um memorial para a escravidão – a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tinha acabado de publicar um edital para concepção de um memorial no Senegal, que seria no ponto mais ocidental do continente africano. Ou seja, para a agência internacional, o marco geográfico se impunha como escolha locacional para tratar desse período violento na história da humanidade. A minha dissertação, finalizada em 1999, com o título *Home[ing] landscapes: Mapping Memory[-ial] Dakar, Senegal, a counter-memorial for slavery*, era sobretudo um projeto arquitetônico em resposta aos problemas de concepção do edital e uma provocação sobre a memória, os espaços de violência, como a arquitetura poderia responder ou conectar uma história remota com o contexto e o momento atual onde seria inserido o projeto.

Devo ressaltar, ainda, que foi muito difícil encontrar um orientador na universidade para este projeto. Por acaso, naquele

semestre havia uma arquiteta negra, Mabel Wilson, que estava de visita no departamento e acabou sendo minha coorientadora. Atualmente, ela tem um trabalho crucial de resgate da história afro-americana, o que há quase vinte anos, era uma raridade. Devo ressaltar as dificuldades emocionais subjacentes a tais escolhas inusuais. Havia muito preconceito entre os e as colegas, na medida em que o tema passou a despertar curiosidade dos professores e professoras. Foram muitas batalhas diárias, inclusive contra o racismo velado e por vezes, escancarado mesmo. Numa ocasião um professor perguntou como é que eu tinha entrado em Princeton, com insinuações vexatórias de desconfiança por uma arquiteta negra africana conseguir estar num espaço “tão privilegiado”.

Dito de outra forma, muitas vezes é uma experiência bastante solitária, por não ter nem colegas, nem professores ou professoras com quem comunicar a minha realidade, com quem debater. Por isso, julgo imprescindível criar espaços dentro das instituições, que eu considero o espaço de criar espaço, como por exemplo o MALOCA que se propõe, numa espécie de militância para dentro da academia, a debater estas questões, estas identidades e histórias excluídas. Ao buscar sempre localizar os meus projetos – mesmo estudos acadêmicos – no continente africano, eu não tinha uma orientação apta a dar respostas, nem mesmo para pensar junto. Então, os desafios para a arquitetura contemporânea em África devem imperiosamente abarcar o ensino, enfrentando a invisibilidade e o desinteresse por práticas espaciais e arquitetônicas não-hegemônicas, pausando as instituições e o fazer científico para a reversão deste cenário.

Felizmente, nos últimos anos tem-se fortalecido uma rede de arquitetos e arquitetas africanas críticas, cujos resultados começam a despontar. Em 2017, fui júri do primeiro prêmio de arquitetura africana – *Africa Architecture Award*, realizado na África do Sul. Apesar das complexidades e das imensas contradições de um prêmio foi uma oportunidade excelente para travar debates significativos. Em primeiro lugar, uma premiação sempre dá visibilidade, o que em termos de arquitetura africana, é vital. Além disso, as categorias da premiação saíram do

lugar comum de valorizar apenas obras construídas, chamando a atenção para a arquitetura na sua vertente mais alargada: trabalhos críticos, trabalhos de estudantes e projetos não construídos. Ressalte-se que as assimetrias econômicas regionais aparecem no que diz respeito às possibilidades de construir. Deste modo, a possibilidade de concorrer ao prêmio com obras não-construídas é vital num contexto de premiação no continente africano.

Outra novidade positiva naquele prêmio foi viabilizar que as candidaturas fossem apresentadas numa plataforma digital – evitando os altos gastos com impressão – ao mesmo tempo em que permite a um largo público o acesso aos projetos concorrentes. A página do prêmio teve mais de um milhão de visitantes, cobrindo uma lacuna da total ausência de publicações especializadas que se dedicam a produção de arquitetura no continente africano. Existem muitos concursos internacionais onde estamos excluídos e excluídas de alguma forma, direta ou indiretamente. Consequentemente, este foi um espaço muito significativo para dar visibilidade, para gerar debate – o que nunca vai ser consensual, as escolhas são sempre sob tensão. Foi, sem dúvida, um trabalho bastante difícil para o júri, que marcou uma posição que gerará muito debate nos próximos anos, cumprindo assim o valioso papel de arejar e fomentar o debate sobre arquitetura no continente africano e sobre arquitetura africana.

Toda essa *práxis errante* que venho vindo a construir é ao mesmo tempo uma desconformidade com aquilo que nos impõem como sendo arquitetura, ignorando diversos saberes espaciais e continentes inteiros. Ela é, também, desenho propositivo e provocativo às instituições e ordens profissionais com vistas a desenhos múltiplos e inclusivos para a(s) arquitetura(s) africana(s).

Referências

ACC - AFRICAN DESIGN CENTRE. **Curriculum**. Disponível em: <https://www.africandesigncentre.org/curriculum>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ACC - AFRICAN DESIGN CENTRE. **Mission**. Disponível em: <https://www.africandesigncentre.org/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ACC - AFRICA CENTRE FORCITIES. **Mission and strategic objectives**. Disponível em: <https://www.africancentreforcities.net/about/acc-at-uct/>. Acesso em: 15 maio 2021.

ASQUITH, L.; VELLINGA, M.. **Vernacular architecture in the 21st century: theory, education and practice**. Londres: Taylor & Francis, 2005.

BARROS, V. **Campos de concentração em Cabo Verde**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

BERTHET, M. Espaços, movimentos e circulações na ilha de São Tomé, em São Tomé e Príncipe. *In*: MOASSAB, A.; BERTHET, M (org.). **Territórios, cidades e identidades africanas em movimento**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2022.

HERNANDEZ, L. **Os filhos da terra do sol**. São Paulo: Summus, 2002.

JONG, F.; ROWLANDS, M. **Reclaiming heritage: alternative imaginaries of memory in West Africa**. Londres: Taylor & Francis, 2016.

JOY, C. **The politics of heritage management in Mali**. Londres: Routledge, 2016.

MOASSAB, A., ANAHORY, P. **Panorama da arquitetura habitacional em Cabo Verde**. Praia: Edições Uni-CV, 2022.

MONKS, K. 'Bauhaus of Africa' promises new golden generation of design talent. **CNN**, 17 feb. 2016. Disponível em: <https://edition.cnn.com/style/article/bauhaus-of-africa/index.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

SEMEDO, C. I. C. **Ilusões do contrato?:** migrações sul-sul, evocações do tráfico, contranarrativas e socialidades dos cabo-verdianos nas roças de são tomé e príncipe. 2016. 307 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/842244.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

SUNWOO, I. Pedagogy's progress: Alvin Boyarsky's International Institute of Design. **Grey Room**, Cambridge: MIT, v. 34, p. 28-57, 2009.

XU4INNOVATION. 2011. Disponível em: <https://xu4innovation.wordpress.com/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

2

**ESPAÇOS E
ARQUITETURA DE
RESISTÊNCIA NEGRA**



5. INVISIBILIDADES DAS PRÁTICAS ESPACIAIS E ARQUITETÔNICAS DO POVO NEGRO NO BRASIL

Maria Estela Ramos-Penha

Como parte do projeto nacional de adequação do Brasil em um estado republicano, durante e após a abolição da escravidão, na virada dos séculos XIX para o XX, mentalidades das elites políticas, econômicas e intelectuais do país conformaram e foram conformadas, em diversos âmbitos, com o objetivo de modernizar o país, aos moldes de uma noção ocidental e capitalista de progresso e civilização.

Neste projeto de nação, com anseio de embranquecimento da população por meio da estratégia da miscigenação racial, a população negra, africana e descendentes, que compunha o povo brasileiro, desapareceria do contingente populacional em até três gerações (Schwarcz, 1993). Além do incentivo à imigração de grupos europeus para a substituição da mão de obra escravizada e para a efetivação da miscigenação, a construção de estado nacional, sob este viés, contou com a implantação de uma série de políticas públicas que foram avassaladoras para a população negra:

a) A construção ideológica de uma única cultura e identidade nacionais – a homogeneização da cultura forjada pelo discurso ideológico de segmentos altamente elitizados da população, minimizando conflitos e contradições da sociedade que se desejava construir como modelo de nação. Nas décadas de 1930 e de 1940, o Estado Novo comandado pela verve modernizan-

te de Getúlio Vargas, incorporou intelectuais como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, comprometidos em criar o discurso único e representativo de uma cultura harmoniosa, plástica, ampla e que abarcasse as disparidades sociais, econômicas e étnicas do país (Pandolfi, 1999);

b) As grandes reformas urbanas – a reboque das reformas haussmanianas parisienses ocorridas em meados do século XIX, o poder político no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, fez amplo uso de remodelações espaciais, por meio da arquitetura e de intervenções urbanísticas com anseios modernizantes, realizando grandes obras de saneamento, substituindo o uso das fontes pelos chafarizes públicos, instalação de iluminação pública a gás, de trilhos para bondes, retificação, alargamento e pavimentação de ruas, em diversas cidades brasileiras, sobretudo as capitais Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre (Tavares; Soares, 2024). Tais intervenções funcionavam como forma de afirmação de poder e prestígio político, impondo um novo modelo de cidade e de sociabilidade da *Belle Époque* para demarcar a República que se instalava e se desejava como forma de civilidade com novos padrões de beleza, limpeza e ordem (Leme, 2005);

c) políticas higienistas e eugênicas – tais reformas urbanas do início do século XX, em paralelo ao desejo dos novos modelos de cidade e sociabilidade, sob a alegação de combate às epidemias junto aos cortiços nas áreas centrais, valorizaram as áreas ocupadas anteriormente pelas populações negras, expulsas de seus territórios para dar lugar à elite, majoritariamente branca. O discurso higienista funde-se às práticas eugênicas, no sentido da cidade “racialmente higienizada” (Lira, 2000), cujas intervenções urbanas também possuíam o intuito de promover a “melhoria da raça” (Silva, 2004);

d) negação ao acesso a terras públicas – com a promulgação da Lei de Terras de 1850, o acesso às terras devolutas passa a ocorrer apenas mediante compra e não mais por doação, dificultando a posse de terras à população negra, desde o período pré-abolição, medida reforçada posteriormente no Código Civil de 1916 (Furtado, 2011);

e) restrição/proibição à educação – a educação à população negra foi negligenciada e reprimida pelo Estado desde o período anterior à abolição. Consta no 9º artigo do Regulamento de 1º de setembro de 1847 da província do Rio de Janeiro: “São proibidos de frequentar as escolas públicas os que padecem de moléstias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, sejam libertos ou livres” (Santos; Barros, 2012). Sidney Chalhoub (2006) informa que a restrição à instrução objetivava também o impedimento às votações dos negros nas eleições e, consequentemente, a representatividade política;

f) amplas estratégias de imposição de padrões sociais – negros, negras e indígenas não estavam representados nos modos de vida, nos valores civilizatórios e nas visões de mundo. No caso dos negros e negras, a repressão de manifestações lúdicas desde o século XVII (Costa, 1989) e a proibição dos batuques nos terreiros, lundus e sambas fazia parte das posturas municipais, desde o início do século XIX, no sentido de disciplinar e civilizar os costumes, como também controlar a circulação dos negros no espaço público (Santos, 2009). O estudo de Raquel Rolnik também registra que os negros e negras eram tidos/as como promíscuos/as pela dança que praticavam, sendo vista pela elite como expressão da lubricidade, da degenerescência moral e da falta de instituições familiares estáveis: “a cultura negra chocava-se com o comportamento burguês europeu, que impunha o distanciamento entre os corpos” (Rolnik, 1988, p. 91). Até mesmo os terreiros foram proibidos de qualquer expressão arquitetônica africana (Risério, 2012), conforme definido no artigo quinto da Constituição Política do Império do Brasil, de 1824 (Brasil, 1824). A República impulsionou o grande processo de desafricanização do Brasil (Ferreira, 1999) levando, consequentemente, ao enfraquecimento político, com menor reconhecimento da própria cidadania e participação dos grupos étnicos nos espaços de poder.

A população negra era hegemonicamente representada de maneira estereotipada, pejorativa e negativa, cujas referências culturais deveriam ser eliminadas e subestimadas na “cultura nacional” (Ramos, 2013). O negro, a negra, o e a indígena passaram a ser objeto de estudo da alteridade, a partir da perspectiva

da branquitude, como padrão de “normalidade”, sendo renegada aos negros e negras a condição de sujeitos e sujeitas sociais de suas próprias ações.

O estabelecimento desta invisibilidade foi uma estratégia política por parte do Estado enraizada em segmentos da sociedade brasileira, que pautou um conjunto de exclusões, sendo estas adversas ao desenvolvimento da população negra. A invisibilidade é uma tática ainda mais sutil e maléfica que a própria negação da existência do ser negro ou negra, pois nesta condição, há, ainda, o reconhecimento de sua existência.

A aplicação e difusão destas políticas públicas acarretaram o apagamento de temáticas ligadas ao negro e à negra, silenciadas por décadas. No meio acadêmico, pesquisas sobre as práticas e produções espaciais referentes às populações negras permanecem bastante restritas, fundamentalmente, na formação em arquitetura e urbanismo. A ausência de estudos e reflexões acerca da espacialidade negra, em seus diversos aspectos desde as apropriações, produção e criação de espaço, está relacionada à invisibilidade do próprio ser negro ou negra, enquanto grupo social, nas suas existências, resistências e reexistências, lutas e conquistas.

Invisibilidade do ser negro ou negra

Os contingentes populacionais negros constituem o grupo étnico majoritário no país, sendo aproximadamente 56% dos brasileiros, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). No entanto, vigora a representação ideológica como minoria social, pois apesar de número populacional tão elevado, muitos dados sobre a população não são racializados. Isto é, as estatísticas relativas à população negra muitas vezes não correspondem à realidade. Até recentemente não existiam informações referentes, por exemplo, ao quantitativo de estudantes e professores e professoras negros/as nas instituições de ensino superior; ao tratamento de doenças específicas de populações

negra, como a anemia falciforme; ou, ainda são ignorados conteúdos curriculares sobre histórias e culturas afro-brasileiras nas escolas, como parte da imposição de uma epistemologia eurocêntrica.

Em adição à falta de dados, está a pouca representatividade de pessoas negras, tanto mulheres quanto homens, no cenário político, nas universidades, nos cargos de chefia, nas profissões e ocupações mais bem remuneradas ou de maior status social. Dito de outra forma, esta população ainda convive com a condição do não lugar social, submetida ao racismo e/ou ao sexismo (Santos *et al.*, 2014).

Ademais, a dificuldade em admitir o ser negro ou negra na sociedade brasileira, perpassa inclusive, pela negação do racismo, com o mito da democracia racial ainda exaltado em diversos segmentos sociais, com base na obra de Gilberto Freyre. Seu livro *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, induz a uma visão harmoniosa e positiva das relações cotidianas interétnicas entre pessoas negras e brancas, mito enraizado por décadas na sociedade brasileira. Nos anos de 1960, Florestan Fernandes é um dos intelectuais a nomear o mito, que posteriormente, em 1995, será rebatido pela expressão inusitada de “racismo cordial” (Rodrigues, 1995), nas páginas do Jornal Folha de S. Paulo. O tabu em torno da questão é tamanho, que a palavra racismo só foi dicionarizada no Brasil em 1982, como sinaliza a escritora Ana Maria Gonçalves (Vasques, 2017). Na atualidade, o debate público denuncia com maior veemência o racismo explícito e brutalmente violento que sempre existiu, principalmente em relação aos jovens negros.

Invisibilidade das práticas espaciais negras

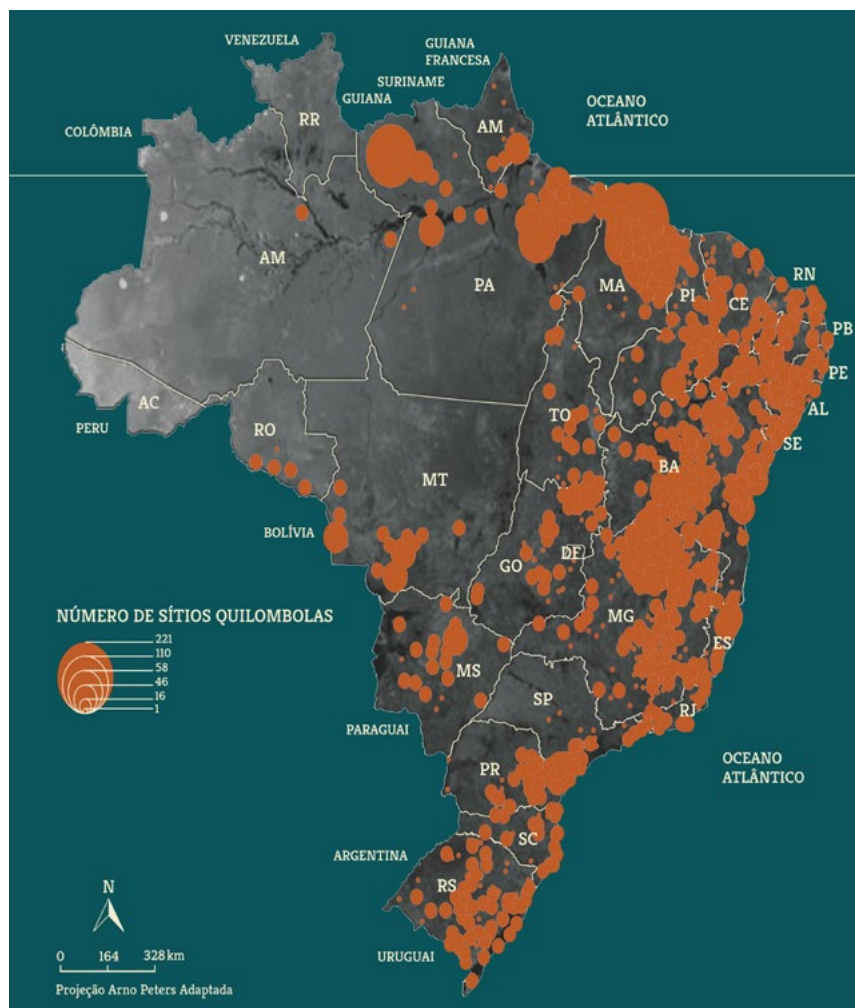
O processo de construção social da invisibilidade do ser negro ou negra e na imposição ao não lugar, é acompanhado de invisibilidades das práticas espaciais, que ocorre nas distintas formas de apropriação, produção e criação de espaço. No âmbito das espacialidades negras, a temática de estudos é muito am-

pla. Ao aportarem no Brasil, africanos e africanas trouxeram e adaptaram suas práticas espaciais desde a formação de quilombos a bairros negros nas áreas urbanas.

Estudos de diversos autores como Clóvis Moura (1959), Abdias Nascimento (1980) e Maria de Lourdes Siqueira (2005) apontaram a espacialidade quilombola desde o século XVI, ao identificarem o Quilombo dos Palmares, existente de 1597 a 1704, no atual estado do Alagoas; os Quilombos do Quingoma, de 1569 e do Rio Vermelho, datado de 1620, ambos na Bahia; o Quilombo do São Gonçalo, em Minas Gerais, de 1769, entre tantos outros. Na definição de Anjos (2005), os quilombos foram assentamentos constituídos por africanos, africanas e afrodescendentes escravizados. Como uma comunidade de fuga, resistência e liberdade da escravidão, os quilombos eram instalados em locais de difícil acesso, em meio às matas e serras, ocorrendo em períodos diferenciados em diversas regiões do Brasil.

Dada a importância histórica dos quilombos na formação territorial do país, a Constituição Federal de 1988 no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias reconheceu “ao remanescente de quilombo a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando” (Brasil, 1988). A Fundação Cultural Palmares estima, hoje em dia, a existência de mais de cinco mil comunidades remanescentes quilombolas, das quais 2.607 comunidades são certificadas, sendo pouquíssimas as tituladas, tendo sido apenas emitidos 157 títulos coletivos até 2017, como aponta o **Resultado Anual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária** (INCRA, 2017). No mapa é possível verificar uma concentração de quilombos na faixa litorânea e em proximidade das áreas centrais de cidades brasileiras. Muitos quilombos resistiram até a abolição da escravidão em 1888 e alguns deram origem a núcleos urbanos.

Figura 1 - Quantificação de Registros Municipais das Comunidades Quilombolas



Fonte: A Autora, 2017 (com base na compilação de Rafael dos Anjos).

Durante o período escravagista, do século XVI ao XIX, as pessoas escravizadas circulavam, trabalhavam e moravam, em todas as partes de antigas cidades brasileiras, fazendo-as funcionar por meio de seu trabalho, dos mais simples e pesados aos mais especializados e sofisticados. Os negros e negras escravizados, que podiam ser domésticos, de aluguel ou de ga-

nho, se apropriavam de espaços nos cruzamentos e entrelaçamento de ruas, nos pontos de quitanda, nas bicas e tanques das lavadeiras, nos mercados, nos refúgios nas matas e nos espaços das irmandades urbanas. Eles e elas foram representados nas pinturas de J. B. Debret na década de 1820, formando um fio invisível que desenhava territórios negros, destacados por autores e autoras como João José Reis (1986), Raquel Rolnik (1988), Ana de Lourdes da Costa (1989), Cecília Soares (1994) e Carlos Moreira (2006).

Figura 2 - Renovação urbana do Cais do Valongo, centro do Rio de Janeiro



Fonte: A Autora, 2016.

Muitos destes espaços desapareceram nas grandes reformas urbanas ou ficaram invisibilizados, como o caso do Cais do Valongo, que operou de 1774 a 1831, quando foi desativado como porto de desembarque de escravizados devido à Lei Feijó, que declarava livres todos os escravizados e escravizadas vindos do exterior e impunha penas aos importadores.¹ Com

¹ A Lei Feijó ficou conhecida pela expressão “para inglês ver”, já que respondia a pressões da Inglaterra para extinguir o tráfico de pessoas escla-

a desativação, o Cais ficou por séculos soterrado e esquecido, compondo somente em 2015, o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, na região da Pequena África Carioca, área portuária do centro da cidade do Rio de Janeiro (Guimarães, 2015), como parte de patrimônios e memórias negras que passaram por longo período de invisibilidade.

Em processo de implantação a novos modelos de cidade e de sociabilidade entre fins do século XIX e início do XX, as reformas higienistas e modernizadoras das cidades, desmantelaram áreas tradicionalmente negras. Em paralelo às ideias higienistas estavam as práticas eugênicas, como apontam José Lira (1999) e Marcos Virgílio da Silva (2004), sendo fundamental o reconhecimento da eugenia no campo das abordagens urbanísticas no Brasil. Neste período, cidades importantes como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, Porto Alegre, Salvador, entre outras, tiveram as áreas centrais reformadas (Leme, 2005) inspiradas no Plano de Haussman em Paris. Populações negras foram expulsas de suas áreas, onde pequenos comércios e serviços urbanos funcionavam em locais já instalados e estabelecidos, tendo sido deslocadas para áreas destituídas de infraestrutura, de serviços urbanos e de redes de sociabilidade e de trabalho, colocando a sobrevivência destas populações em risco. Esta tônica positivista persiste nos dias de hoje, em relação a comunidades quilombolas, favelas, ocupações de morros e áreas urbanas irregulares que também não possuem visibilidade política face à regularização fundiária.

Mesmo em dias atuais, grupos negros continuam sendo alvo de expulsão de áreas centrais altamente valorizadas, como é o caso dos artífices da Ladeira da Conceição da Praia, em Salvador, composto por mestres e aprendizes artífices, cujas oficinas instaladas em arcos sob a Ladeira da Montanha estão em localidade privilegiada na área central da cidade com vista panorâmica para a Baía de Todos os Santos. Apesar da presença centenária e ancestral dos artífices - ferreiros, marceneiros, marmoristas, mecânicos - nos arcos, estes correram o risco de suas oficinas serem substituídas por residências artísticas para

vizadas. A expressão é decorrente da pouca eficácia da lei, já que o tráfico continuou, ilegalmente, ainda por algumas décadas.

artistas estrangeiros, sendo os próprios artífices detentores de habilidades artísticas na elaboração dos seus artefatos, sendo o espaço constituído pelos artífices da Ladeira da Conceição da Praia caracterizado pelo valor de uso e não pelo valor de troca.

A proposta das melhorias arquitetônica e urbanística não foi por conta da degradação temporal dos arcos e pelo reconhecimento da apropriação histórica dos artífices. Pelo contrário, foi devido à valorização imobiliária da localidade e à tentativa de gentrificação urbana racial, uma vez que a área tornaria-se, então, objeto de disputa no mercado imobiliário e de interesse turístico.

A reforma dos Arcos da Ladeira da Conceição da Praia e a permanência daquelas pessoas constituem uma conquista da resistência negra e popular no Centro Antigo de Salvador, articulada pela união de várias entidades e movimentos sociais. O episódio foi uma vitória dos anos de luta, desde o anúncio da reforma e realocação dos artífices após décadas de ameaças de despejo. É um triunfo pelo reconhecimento, permanência e preservação da memória, das tradições, história e vida dos artífices, do uso do espaço público com suas bancas nas ruas, das trocas da vida urbana e do convívio social e comunitário.

A invisibilidade das práticas espaciais negras não se limita aos locais consolidados ao longo do tempo, como quilombos urbanos, que perdem áreas em função da pressão do mercado imobiliário, a exemplo do Quilombo Souza, em localidade tradicional de Belo Horizonte, ou do Quilombo do Sacopã, em região nobre do Rio de Janeiro. Ela constitui outro aspecto do espaço urbano que exige a resistência negra, a exemplo da ação dos terreiros de candomblé na manutenção de áreas de mata destinadas ao uso sagrado. Tais práticas ancestrais dos povos de terreiro, como as do Terreiro do Bogum, em Salvador, de evidente importância ambiental, estão presentes nos espaços urbanos do país.

Apesar da imposição histórica de ocultamentos, apagamentos e silenciamentos das práticas espaciais e arquitetônicas de vários segmentos da população negra, há uma significativa e evidente produção de conhecimento e construção epistemológica surgida pela perspectiva da diaspórica africana.

Bairros negros: resistência e reexistência

Diante dos desmantelamentos e expulsões de populações negras de áreas centrais (Ramos, 2007), a segregação étnico-racial constitui também uma segregação espacializada, social e urbanística coexistindo com a cidade planejada. Nesta condição, abre-se a possibilidade de compreender como estas áreas formaram núcleos urbanos na condição de bairros negros.

Existem diferentes produções de espacialidades. No planejamento hegemônico, identificamos a ideologia geradora de formas espaciais - ideologia do progresso, da modernidade, do desenvolvimento econômico, das relações de produção -, como nos aponta Lefebvre (1999): a cidade hegemônica, resultante do planejamento urbano e regulação urbanística por instâncias oficiais, impondo modelos face à adaptação das cidades às exigências da economia globalizada, no âmbito do concebido, tendo o habitat como parte da ideologia e prática do poder institucional, submisso à função racionalizada e simplificada, reduzido às atividades elementares da vida humana - comer, dormir, reproduzir-se - em “máquinas de morar” corbusianas.

Identificamos também, como Sodré (1988) sugere, a forma espacial oriunda da cultura, de um modo legítimo de relacionamento com o real. É neste contexto que estão os bairros negros, com predomínio de populações negras e sua relação com os espaços criados a partir de culturas negras, embora articuladas também com assimilações da cultura dita dominante, marcados por processos históricos de expressões culturais negras que configuram diferentes sociabilidades e espacialidades adequados ao seu universo concreto. As visões de mundo, as crenças, os modos de vida são os geradores espaciais. Os bairros negros estão no âmbito do vivido (Lefebvre, 1999), que contempla a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana, modelando um espaço urbano apropriado.

No caso de demandas e contextos culturais específicos, a partir de culturas negras, grupos sociais negros vivenciam o

espaço constituído por eles próprios e compuseram uma criação autônoma, tal qual o pensamento de Lefebvre (1999, p. 95), a partir de grupos efêmeros: “Esses grupos [...] inventarão seus momentos e seus atos, seu espaço e seu tempo, suas obras” ou como “uma invenção (e inversão) revolucionária”.

Tomamos a relativa autonomia a partir de referenciais culturais negros, sobretudo a partir da religiosidade de matriz africana, como o candomblé e suas variações tais como jurema, caboclo, batuque, tambor de mina, quimbanda, catimbó, que se desdobraram nos sambas de roda, escolas de samba, congadas, maracatus, entre outros, definindo espacialidades próprias.

A partir desta concepção de resistência, revolução e liberdade, oferece-se visibilidade a bairros negros resultantes de tônicas civilizatórias afro-brasileiras, permeada por culturas, identidades, histórias e memórias da diáspora africana que consolidaram os alicerces das populações negras. Estes bairros negros, culturalmente africanos e afrodescendentes, são caracterizados por um conjunto de elementos específicos da vida social coletiva pertinente à cultura e é compartilhado entre os seres por meio das práticas e sentidos das vivências e experiências dos moradores e moradoras.

Tomando as instituições culturais tradicionais negras como religiosidade, ancestralidade, relações sociais, formas de trabalho, musicalidade, práticas alimentares e culinária, medicina e farmacologia, vestuários, corporeidade, artes e arquitetura, podem ser destacados, nestes bairros negros, elementos espaciais como: locais coletivos para práticas de uso comunitário, de caráter semipúblico; quintais na sua organização espacial, no plantio de espécies e ornamentação das plantas, por vezes, assentamentos religiosos; espaços sagrados ou sacralizados; mercados como lugares dos tabuleiros, ambulantes, quitandas, feiras; áreas vegetais coletivas, constituídas de plantas espirituais e/ou medicinais.

Há, ainda, possibilidades de formas urbanas negras, pautadas pela relação forma-conteúdo, como uma construção conceitual, conforme demonstrado na pesquisa desenvolvida no bairro negro do Engenho Velho da Federação, também em Sal-

vador, e sua constituição a partir da espacialidade dos terreiros de candomblé (Ramos, 2013):

a) convivibilidade que mantém referências ancestrais entre as pessoas, no caso, entre moradores e moradoras de bairro, que se relacionam entre si visando gerações passadas e futuras, entre familiares e vizinhança, preservando-se a valorização dos/as ancestrais comuns, como forma de continuidade da vida familiar e comunitária, através da manutenção e ampliação da energia vital;

b) assentamentos familiares como assentamentos habitacionais tendo como referência as casas das famílias-de-santo, agregando famílias consanguíneas e estendidas e que atendem a demanda por moradia em consenso à condição cultural e social;

c) caminhalidade quando os acessos derivam da definição de caminhos que surgem pelos quintais dos moradores e moradoras, cuja acepção está na convivência quase familiar entre vizinhos e vizinhas, em função de uma vontade de que a vida flua, com toda sua potencialidade;

d) multifuncionalidade, que representa a multiplicidade e simultaneidade de funções, oferecendo a flexibilidade dos espaços para variadas atividades do trabalho ao lúdico;

e) afro-consciência espacial, presente em todas estas dimensões da forma, lapidadas pelos conteúdos, apresentam-se como fonte de equilíbrio e de força vital.

Estas e outras manifestações culturais e práticas espaciais negras pautam antigas e novas visibilidades na produção da arquitetura, de ambiências, de apropriações e de construções de formas urbanas (Ramos, 2014). Na imposição do negro e da negra a nenhum lugar, o ser negro e negra continua existindo, resistindo e reexistindo, por meio de construção coletiva na acepção do sentido e do vivido, pela autopreservação e pela manutenção de suas subjetividades.

Para finalizar

O processo de invisibilização das pessoas negras no Brasil é verificado em várias áreas das ciências tradicionais. A invisibilidade ideologicamente imposta à população negra e sua cultura, ao mesmo tempo em que a reproduz, é uma das facetas do racismo. O pensar a cidade, articulado por distintos campos da ciência para a europeização do Brasil e a utopia da civilização europeia, promoveu nas cidades brasileiras o apagamento e a tentativa de fazer desaparecer a população descendente de africanos e africanas. Não obstante, os negros e negras não desapareceram e não são minorias populacionais. Resistiram e criaram formas de reexistir.

As alternativas de pesquisas da temática negra no campo da arquitetura e do urbanismo são extraordinárias e urgentes, pois os estudos realizados, embora ínfimos diante de toda a produção acadêmica do país, se referem a comunidades remanescentes quilombolas, à segregação étnico-espacial, às territorialidades negras urbanas e as relações identitárias, de etnicidade e culturais e oferecem amplas perspectivas de entendimento do Brasil enquanto nação na sua história, realidade e diversidade, dos problemas diante de sua anormal desigualdade social e seu enfrentamento.

É indispensável criar metodologias, conceitos e teorias para ler a cidade nas suas paisagens distintas, nas estéticas próprias, nas soluções sociais, arquitetônicas e espaciais dos bairros negros imersos na imensa cidade “invisível” que se autoconstrói e se reconstrói no dia a dia, às margens das instâncias oficiais de planejamento das cidades.

Identificam-se, destarte, diferentes possibilidades de produção de conhecimento pelas populações negras mediante suas visões de mundo, a partir da diáspora africana numa relativização das culturas africanas e suas reelaborações e ressignificações no Brasil, com demais referências culturais. Tal invisibilidade imposta requer que várias outras histórias sejam contadas e visibilizadas.

Referências

ANJOS, R. **Territórios das comunidades quilombolas do Brasil**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ANJOS, R. Territórios quilombolas: geografias, cartografias e conflitos institucionais. **Revista Eixo**, Brasília, v. 6, n. 2 (especial), nov. 2017. Disponível em: <https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/513>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824)**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: emendas constitucionais. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

CHALHOUB, S. Exclusão e Cidadania. **Revista História Viva. Temas Brasileiros**, São Paulo, n. 3, p. 38-41, nov. 2006.

COSTA, A. **Ekabó!** Trabalho escravo - condições de moradia e reordenamento urbano de Salvador no século XIX. Salvador: UFBA, 1989. DM.

FERREIRA F., A. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 21/22, p. 239-256, 1999.

FURTADO, L. M. **Visões da terra concepções sobre a justiça e o direito à terra no contexto da Lei de terras de 1850**: província do Pará - 1850-1870. Belém: Edição de autor, 2011.

GUIMARÃES, G. F. **Rio Negro de Janeiro**: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. 2015. 369 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça o Brasil**. População cor ou raça. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 09 ago. 2021.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 28 ago. 2018.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEME, M. C. (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Salvador: EDUFBA, 2005.

LIRA, J. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista de Estudos Urbanos e Regionais/ANPUR**, n. 1, p. 47-78, maio 1999.

MOREIRA, C. E. A. *et al.* **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil. São Paulo: Alameda, 2006.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Zumbi, 1959.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RAMOS, M. E. R. **Território afrodescendente**: leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia). 200. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11986>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RAMOS, M. E. R. **Bairros Negros**: uma lacuna nos estudos urbanísticos - um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). 2013. 283 f. Tese (Douto-

rado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://ppgau.ufba.br/teses>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RAMOS, M. E. Sustentabilidade e Interdisciplinaridade em Processos Construtivos Tradicionais com Terra. *In*: Congresso de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil, 5., 2014, Viçosa. **Anais [...]**. Viçosa: TerraBrasil/UFV, 2014.

REIS, J. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RISÉRIO, A. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

RODRIGUES, F. Racismo cordial. *In*: TURRA, C.; VENTURI, G. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 11-55.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 17, set. 1989. p. 1-17.

SANTOS, L. *et al.* Estado da arte da produção sobre história da educação: o negro como sujeito na história da educação brasileira. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 9., 2012, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/index.html. Acesso em: 13 dez. 2012.

SANTOS, J. Geografia religiosa afro-baiana no século XIX. **Revista VeraCidade**, ano IV, n. 5, p. 1-16, out. 2009.

SANTOS, E. *et al.* Entre o não lugar e o protagonismo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 17-323, jun. 2014.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, M. V. Detritos da civilização: eugenia e as cidades no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, ano 04, n.04.048, maio

2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/589>. Acesso em: 17 jan. 2013.

SIQUEIRA, M. L. **Quilombos no Brasil e a singularidade de Palmares**. Salvador: Secretaria da Educação. Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

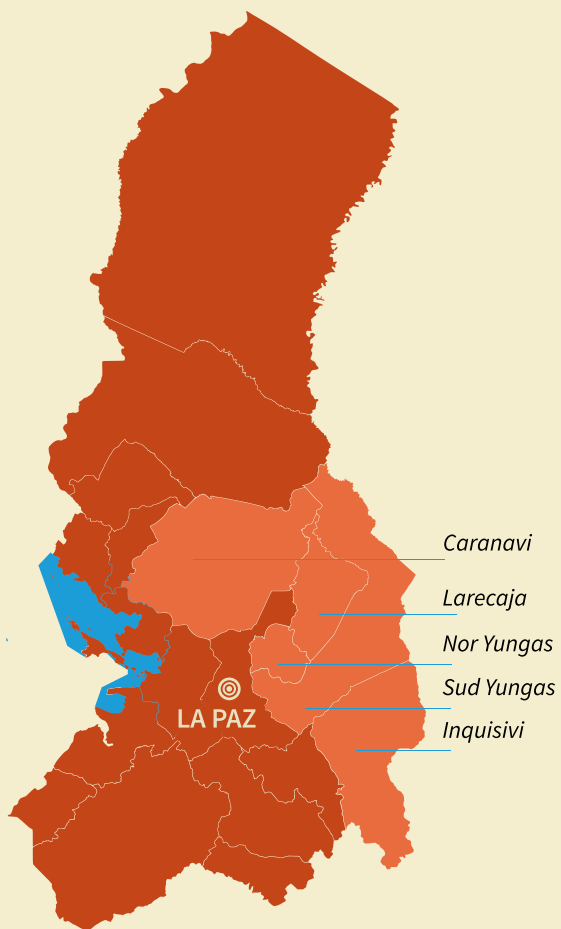
SOARES, C. M. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. 1994. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1994._soares_cecilia_moreira._mulher_negra_na_bahia_no_seculo_xix.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**. Petrópolis: Vozes, 1988.

TAVARES, A. K.; SOARES, H. V. A haussmannização no pensamento urbano brasileiro. **Revista Multiciência Online**, v. 10, n. 7, 2024. Disponível em: <http://www.urisantiago.br/multicienciaonline/adm/upload/v7/n10/540d075c85268f0f6d7a03ecef95a5e1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

VASQUES, L. A palavra racismo só entrou no dicionário em 1982, diz Ana Maria Gonçalves. **CEERT**, São Paulo, 02 out. 2017. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/19396/a-palavra-racismo-so-entrou-no-dicionario-em-1982-diz-ana-maria-goncalves>. Acesso em: 19 jul. 2018.





DEPARTAMENTO
DE LA PAZ



6. LA REPRESENTACIÓN SOCIAL DEL AFROBOLIVIANO DESDE LA PERCEPCIÓN DE LA POBLACIÓN CRUCEÑA

Miriam Chugar

Los afrobolivianos y las afrobolivianas constituyen, probablemente, el grupo de afroamericanos menos estudiado, como lo constata la escasa presencia en la bibliografía académica. Por otro lado, parte de la población cruceña aún ignora que dentro de la diversidad cultural existe población afrodescendiente. Este desconocimiento probablemente se debe a que los y las afrodescendientes representan menos del 1% del total de la población boliviana o porque habitaban en áreas rurales muy alejadas de los centros urbanos.

Para el historiador Juan Angola (2003), existe una desinformación general entre las y los habitantes de Bolivia, e inclusive entre los y las afrodescendientes, acerca de sus antepasados y de por qué y cómo ellos arribaron a la región andina. Se menciona que la población africana fue trasladada de forma forzada desde el continente africano y la Península Ibérica (Tejerina, 2014). Estos pueblos, principalmente, “procedían de Guinea Portuguesa, Cabo Verde, Congo y Mozambique”, por tanto, con una composición étnica cultural diversa y compleja, pertenecientes a diversos grupos lingüísticos con sus propios idiomas y rasgos culturales (Crespo, 1977 *apud* Tejerina, 2014, p. 39). Su ingreso a Bolivia como personas esclavizadas ocurrió desde el Río de la Plata o el puerto de El Callao durante los siglos XVI y XVII, para trabajar en las minas de Potosí (Arias, 2009 *apud* Iudica *et al.*, 2014).

Hasta el año 1611, la población africana, aproximadamente, era de seis mil habitantes, posteriormente parte de esa población fue trasladada a las minas del departamento de Oruro. En 1783, en la ciudad de Charcas, había alrededor de 1,5 mil africanos y africanas. En las minas de Potosí, las condiciones climáticas y la altura, sumado al maltrato, no permitieron la adaptación de la población africana (Fig. 1). De esa forma, después de el año 1800, parte de esa población fue trasladada a la región de los Yunga, departamento de La Paz, donde el clima era más parecido a sus lugares de origen para trabajar en la agricultura (FUNPROEIB, 2014).

En la región de los Yungas fue necesario adoptar el idioma del lugar como lengua madre, lo que implica un enorme impacto sociocultural. Ellos y ellas aprendieron de los pueblos indígenas el cultivo de la coca; a partir de este intercambio y de la necesidad de integrarse a estas comunidades, fueron perdiendo sus tradiciones de origen africano (Angola, 2010).

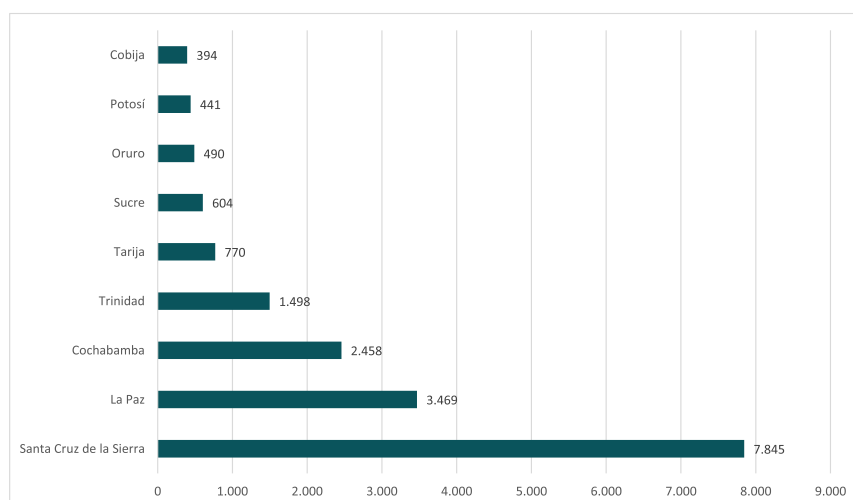
En el proceso de aculturación, fueron adoptadas de los indígenas del lugar, sus vestimentas que hasta hoy son utilizadas por las mujeres de la región de los Yungas, “se compone de prendas que en algún momento fusionaron elementos andinos con españoles” (FUNPROEIB, 2014, p. 58). Actualmente las nuevas generaciones de afrodescendientes que viven en áreas urbanas usan la ropa occidental (FUNPROEIB, 2014).

La presencia de afrodescendientes en el departamento de Santa Cruz se debe a las fugas internacionales de personas esclavizadas procedentes de la región que, hoy día, corresponde al estado de Mato Grosso, en Brasil. Estando en vigencia la esclavitud en Charcas, la llegada de afrodescendientes fue conveniente para los terratenientes cruceños, que los acogieron para trabajar como esclavizados y esclavizadas (Angola, 2010).

De acuerdo con el Instituto Nacional de Estadística en Bolivia (INE) se registraron en el país cerca de 10 millones de habitantes. De ese total aproximadamente 23 mil personas, o 0,23%, se declararon afrodescendientes, de los cuales 53% son hombres y 47% son mujeres (Instituto..., 2013). En la actualidad, continúa viviendo en áreas rurales solo 23% de esa población, en las provincias de Nor Yungas, Sur Yungas, Inquisivi,

Caranavi y Larecaja, del departamento de La Paz. La mayor parte de esta población (77%) migró a los principales centros urbanos entre 1970 y 1990, en busca de trabajo o para continuar estudios superiores (Angola, 2010). La tabla muestra la relación de afrodescendientes que radica en las capitales de departamento (Tabla 1). Santa Cruz de la Sierra es la ciudad con el mayor número de habitantes afrodescendientes, más que el doble de La Paz.

Figura 1 - Población afrodescendiente por departamento



Fuente: La Autora, 2012 (con base en datos del Instituto Nacional de Estadística).

En 1851, fue promulgada la Ley de Abolición de la Esclavitud, sin generar cambios en favor de los y las afrodescendientes. Si bien adquirieron su libertad, estas personas no tenían acceso a la tierra, ni a las herramientas de trabajo, por tanto, continuaron en las haciendas en calidad de pongos¹. En 1953, con la promulgación de la Reforma Agraria y los cambios tras-

1 Este término proviene del quechua “punco”, utilizado en Bolivia, Perú y Ecuador para denominar al indígena que hace oficios de criado. En el periodo colonial y republicano se llamaba de pongo al indígena que trabajaba en una finca y estaba obligado a servir al propietario, durante una semana, a cambio del permiso que este le daba para sembrar una fracción de su tierra (RAE, 2020).

centadales resultantes, se reorganiza la estructura fundaría, para distribuir tierras de trabajo a la población “campesina”, dando lugar a la abolición de la base económica de los terratenientes. En esse contexto, los y las afrodescendientes se beneficiaron con pequeñas parcelas de tierras agrícolas, con autonomía económica e independencia en la toma de sus decisiones (Córdova, [s.d.]).

La nueva Constitución Política del Estado (CPE) de 2009, recién incluye a la población afrodescendiente como parte de la nación, estableciendo en el capítulo I, artículos 1, 3, 32 y 100, lo siguiente:

Art. 1. Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomía. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país.

Art. 3. La nación está conformada por la totalidad de las bolivianas y los bolivianos, las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas que en conjunto constituyen el pueblo boliviano.

Art. 32. El pueblo Afroboliviano goza “en todo lo que corresponda”, de los derechos económicos, sociales, políticos y culturales reconocidos en la Constitución para las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

Art. 100. Se reconoce el derecho del pueblo afroboliviano, al igual que todos los otros pueblos, a que sus conocimientos y su patrimonio cultural sean protegidos por el Estado, mediante el registro de su propiedad intelectual (Bolivia, 2009).

A partir de 2010, el pueblo afroboliviano comenzó a organizarse con la finalidad de constituir un organismo representativo. Con ese objetivo, en septiembre de 2011 fue realizado el I Congreso Nacional del Pueblo Afroboliviano (CONAFRO), con

la participación de representantes de las diferentes comunidades afrodescendientes de Bolivia y el Ministerio de Educación, donde fue elegido el primer secretario ejecutivo.

En 2014, el Consejo Municipal de Santa Cruz de la Sierra, en conformidad a lo establecido por la CPE y la Ley n.º 482 de Gobiernos Autónomos Municipales, decretó la construcción de un busto en homenaje a “Sambo Vélez”, afroboliviano que luchó junto al ejército cruceño, en la batalla de Parí en 1816, como un justo reconocimiento de las contribuciones del pueblo negro y mestizo a la fundación del Departamento de Santa Cruz. En el mismo año, mediante la Ley n.º 200, se instituye el 23 de septiembre como “Día Nacional del Pueblo y la Cultura Afroboliviana”, para reafirmar la identidad y valorar la cultura de los afrobolivianos y afrobolivianas (Bolivia, 2011).

La población afrodescendiente en Bolivia

Si por un lado, desde el siglo XVII los y las afrodescendientes ya formaban parte del territorio boliviano, su presencia en la vida del país es desconocida por parte de la población boliviana hasta fines del siglo XX. A su vez, el racismo y la discriminación siempre estuvo latente, conforme corroboran testimonios de afrodescendientes emitidos al periódico “La Razón”, edición de 21 de septiembre de 2014 (Choque, 2014). Jorge Medina, congresista de la nación, afirmó que cuando emigró a La Paz, en 1988, había en la ciudad:

[...] un total desconocimiento de la cultura afro y un nivel alto de racismo y discriminación hacia este pueblo [afrodescendiente]. El suerte negrito y la apreciación de la mujer afro como objeto sexual estaba muy de moda (Medina *apud* Choque, 2014).

El Congresista atribuye, todavía, que probablemente por las características metropolitanas de la ciudad, La Paz:

[...] es una de las ciudades más clasistas y racistas del país contra el pueblo afroboliviano

[...] Pese a que el índice de discriminación y racismo bajó mucho, aún hay gente que ignora a los afros. En La Paz es difícil abrirnos puertas, por eso migramos al oriente [boliviano] (Medina *apud* Choque, 2014).

Entretanto, António Angola que trabaja socializando la Ley n.º 045 “Contra el Racismo y toda forma de Discriminación” en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, sostiene que:

Luchar contra la discriminación es como nadar contra la corriente y está lejos de erradicarse. Todos los días vemos que este flagelo persiste en las escuelas, fuentes laborales y extractos sociales [...] este mal está enraizado en la mente de las personas. No ha mejorado nada con la aprobación de la norma [la Ley n.º 045], se sigue dañando nuestra dignidad (Angola *apud* Choque, 2014).

Damiana Coronel, asambleísta departamental de La Paz, señalaba en 2014 que se estaba trabajando “en un currículo educativo sectorial para que en los colegios de los Yungas se enseñe la historia afroboliviana” (Coronel *apud* Choque, 2014). Por otro lado, la artista visual y directora de la Fundación Afrobo, Carmen Angola, sostiene que “la forma de acabar con el racismo es conocernos entre nosotros mismos” (Angola C. *apud* Choque, 2014). Angola C., por medio de la fotografía, ha ido motivando la autoestima de su pueblo, que por muchos años fue sometido a la esclavitud.

La presencia de la cultura afroboliviana en el espacio público

La plaza es el espacio público de referencia en la ciudad, lugar de encuentros y de interacción de actividades de los diferentes estratos de la sociedad, que permite la apropiación para actividades culturales, de recreación y de descanso, que podría convertirse palco para espectáculos de música y danzas, presenta-

ciones de arte y divulgación de prácticas políticas y religiosas. Al igual que los demás, la población afroboliviana se apropia del espacio público para expresar sus manifestaciones culturales a través de la música y la danza.

Vale describir la “saya”, una danza afroboliviana proveniente de prácticas ancestrales africanas que, en el transcurso del tiempo, se fue fusionando con peculiaridades sincréticas *aymaras* como la vestimenta de las mujeres, particularmente en la adopción de las blusas y polleras, características de la chola boliviana (Komadina *et al.*, 2016). Esta danza fue declarada “Patrimonio Cultural e Intangible del departamento de La Paz” por el Honorable Concejo Departamental en 2007 y “Patrimonio Cultural e Inmaterial del Estado Plurinacional de Bolivia”, en 2013 (Hugaygua, 2023).

Al igual que en las diferentes ciudades de Bolivia, en Santa Cruz de la Sierra la población afrodescendiente se apropia del espacio público para expresar su cultura. Hace unos años, el municipio de Santa Cruz de la Sierra, con el fin de evitar embotellamientos en el centro de la ciudad, construyó un espacio público denominado “cambódromo” destinado a las actividades culturales como entradas de carnaval, folklóricas, fiestas patronales, actividades cívicas, parada militar y actividades políticas. De acuerdo con Angelica Sosa, funcionaria de la alcaldía municipal, el objetivo fue:

[...] dotar de una infraestructura adecuada a una ciudad de dos millones de habitantes, que participa de actividades masivas, superando todas las expectativas de concentración de las familias cruceñas (Sosa *apud* Erbol, 2014).

En poco tiempo, la población afroboliviana también se apropió del “cambódromo” para performar y promover sus expresiones culturales a través de la música y la danza, marcando de esta forma presencia en la ciudad. Sin embargo, la investigación hecha entre 2016 y 2017 muestra que parte de la población cruceña aún desconoce que los y las afrodescendientes integran la población boliviana, como se ve a seguir.

Metodología

Para saber lo que la población cruceña conoce en relación con la población afroboliviana, desarrollé un estudio en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra basado en la teoría de las Representaciones Sociales de Serge Moscovici (2003), porque emplea métodos de levantamiento y análisis de contenido con estrategias de investigación del censo común, tornándose fundamental para la comprensión de las construcciones que hacen parte de la realidad común de los entrevistados. Existen varios procedimientos metodológicos propicios para la recolección y análisis de datos, sin embargo, de acuerdo con Jodelet:

[...] por envolver diversos productos mentales y culturales como creencias, valores, normas, opiniones, imágenes, etc., el estudio de una representación social debe siempre buscar la complejidad del objeto en cuestión, adoptando por tanto diferentes técnicas y estrategias metodológicas para captar las diferentes dimensiones de la representación (Jodelet, 2001, p. 22).

La perspectiva teórica de Abric y del Grupo de Midi incentivó a la especulación de métodos propicios para la obtención de formas más rápidas de contenido y el acceso a la estructura interna de las representaciones, destacando que:

[...] a pesar de ser también una producción verbal, el método de las evocaciones o asociación libre permite reducir las dificultades y los límites de las expresiones discursivas habitualmente utilizadas en las investigaciones (Abric, 1998, p. 574).

El presente estudio fue elaborado en dos fases: primeramente, fue ejecutada la revisión bibliográfica de fuentes primarias y secundarias, para conocer los antecedentes históricos de la población afroboliviana; posteriormente fueron aplicadas entrevistas, utilizando como instrumento de recolección de datos un cuestionario. Una vez concluidas las entrevistas, se realizó la sistematización y análisis de las informaciones obtenidas. Fueron aplicados un total de 155 cuestionarios, de los cuales

50% se dirigieron a estudiantes de la UCB, y 50% a la población cruceña de forma aleatoria. El cuestionario fue estructurado en cuatro partes, con diferentes formas de preguntas para establecer un sistema complementario que facilite las interpretaciones de los resultados con mayor seguridad.

La primera parte, relacionada con la “Representación Social”, contiene un test de evocación de palabras con el término inductor **afroboliviano**. La segunda parte presenta una pregunta semiabierta para saber qué conocen o saben referente a los afrobolivianos; la tercera parte recoge opiniones sobre la visibilidad de la población afroboliviana con tres preguntas, y la cuarta parte contiene dos preguntas abiertas, para registrar discursos que reflejen de forma empírica las opiniones de los entrevistados.

Presentación y análisis de resultados

La técnica de tratamiento de datos empleada fue la construcción del “Cuadro de cuatro casas”, propuesta por Pierre Vergés (*apud* Oliveira, 2005, p. 589). Fueron recolectadas 569 evocaciones. Como las manifestaciones fueron diversas, fue realizado un trabajo de aproximación semántica, unificando términos que poseían la misma esencia en su contenido (Tabla 2). Por ejemplo, cuando un(a) entrevistado(a) expresa *humilde* y otro(a) enuncia la palabra *pobre*, el contenido de la afirmación posee el mismo significado, por tanto, la unificación fue realizada manteniendo las palabras de mayor frecuencia, así, la palabra *humilde* aparece con mayor frecuencia, de manera que, *pobre* fue cuantificado como *humilde*.

Tabla 2 - Estructura del cuadro de cuatro casas

PRIMER CUADRANTE	SEGUNDO CUADRANTE
NÚCLEO CENTRAL	1. ^a PERIFERIA
Agrupar los elementos más frecuentes y más significativos. Está conectado a la memoria colectiva y a la historia del grupo.	Son encontrados los elementos periféricos más relevantes.
TERCER CUADRANTE	CUARTO CUADRANTE
ELEMENTOS DE CONTRASTE	SISTEMA PERIFÉRICO
Elementos de contraste. Son encontrados los elementos con baja frecuencia, pero considerados importantes por los sujetos y las sujetas.	Construida por los elementos menos frecuentes y menos significativos, sin embargo, más próximos del cotidiano de los moradores y las moradoras.

Fuente: La Autora, 2017.

Una vez categorizadas, fueron registradas 25 palabras diferentes, constituyendo un diccionario, que posteriormente fue procesado a través del programa “EVOC”. El resultado encontrado sigue la relación entre la frecuencia y el orden medio de evocaciones de las palabras pronunciadas, formando los valores del eje x – y, los mismos en su cruzamiento determinan los límites de cada cuadrante (Oliveira, 2005, p. 581).

La palabra con mayor frecuencia fue *NEGRO* (117 veces), por tanto, el elemento que probablemente constituye el núcleo central de la representación social del **afroboliviano** es la expresión “*negro*”, o sea, para la población entrevistada los atributos empíricos relacionados con el afroboliviano se organizan en torno de esta palabra, que hace relación al color de la piel. Este sentido, a su vez influencia la construcción de la representación que esta palabra posee en la imagen de los entrevistados o las entrevistadas, ya que el núcleo central no se determina solamente por las ideas individuales de las personas.

La población cruceña, además de ser influenciada por diversos medios de comunicación para formar su percepción con relación al afroboliviano, también es influenciada por aspectos

individuales, como: su historia de vida, su formación educativa y familiar, sus valores predeterminados, sus conocimientos adquiridos, además de otras condicionantes. Por ende, la esencia de la palabra “*negro*” que carga a lo largo de la historia en la sociedad, cuando establece la relación con la población cruceña, también influencia la construcción de la imagen del afrodescendiente, evocada por ellos y ellas.

El gráfico (Fig. 2) muestra la relación de palabras en orden de importancia, así, la expresión “*negro*” mantiene una frecuencia elevada y posee un carácter colectivo. De modo que, ella organiza los diferentes sentidos evocados y es visualmente el núcleo central estructurante de la “*representación social del afroboliviano*”. Como consecuencia, se presenta como el elemento organizador de todo pensamiento intuitivo de la población cruceña en relación con este grupo social.

Figura 2 - Organización estructural del núcleo central



Fuente: La Autora, 2017.

El procedimiento de jerarquización de las evocaciones, por orden de importancia, conferidas por los entrevistados y entrevistadas a sus respuestas complementarias cuando justifican el

porqué de su elección, son datos vitales que posibilitaron una mejor comprensión de cómo la imagen del afroboliviano y de la afroboliviana se presenta en la mente de los entrevistados y entrevistadas. Así, el 76% del grupo entrevistado denomina al afroboliviano como “negro”, relacionándolo con rasgos que lo caracterizan por el color de piel.

El núcleo central organiza los diversos elementos de la representación social para la búsqueda de interpretaciones pertinentes y estructuradas por un mecanismo lógico. A su vez, los elementos periféricos posibilitan diversas interpretaciones, sin embargo, relacionadas con la palabra más evocada, reciben un valor, un carácter específico, sustentado por el núcleo central. Entretanto, el sistema periférico posee una mayor aproximación con el individuo; si se compara al núcleo central son manifestaciones más inmediatas de la representación, “cuya determinación es más individualizada y contextualizada, pero asociada a las características individuales y al contexto inmediato y contingente, en los cuales los individuos están insertos” (Abric, 1998, p. 33).

El cuarto cuadrante constituido por el sistema periférico fue representado por las palabras: comunidad (9), vestimenta y campesino (8), boliviano, diferente y origen (7), igualdad, mestizo, aspectos simbólicos y despectivos (6). Estos elementos representan las manifestaciones individuales e inmediatas de los entrevistados y “constituyen lo esencial del contenido de la representación” (Abric, 1998, p. 33). Así, los elementos periféricos se muestran representativos en la relación empírica de la población afroboliviana, explicitando aspectos relacionados con sus características físicas, por un lado, y por otro, su situación socioeconómica o lugar de residencia.

La periferia próxima, que oscila entre el núcleo central y el sistema periférico, es constituida por palabras que mencionan algunas particularidades de la población afrodescendiente como: danza (53), esclavitud (51) y cultura (47), características relacionadas con el cotidiano de la población. La evocación África (38) representa el lugar de origen y Yungas (38) el lugar de residencia en Bolivia; la evocación crespos (31) hace mención del aspecto físico relacionado con el tipo de cabello.

El tercer cuadrante presenta las palabras: alegres (19) y música (18), aspectos relacionados con su expresión cultural; discriminación (15), tema presente en el cotidiano de los afrodescendientes; trabajador (14) y humilde (12), relacionados con sus peculiaridades; evocaciones que hacen referencia al aspecto físico (12) como “alto, flaco, robusto, dientes blancos, labios gruesos y atrayentes”.

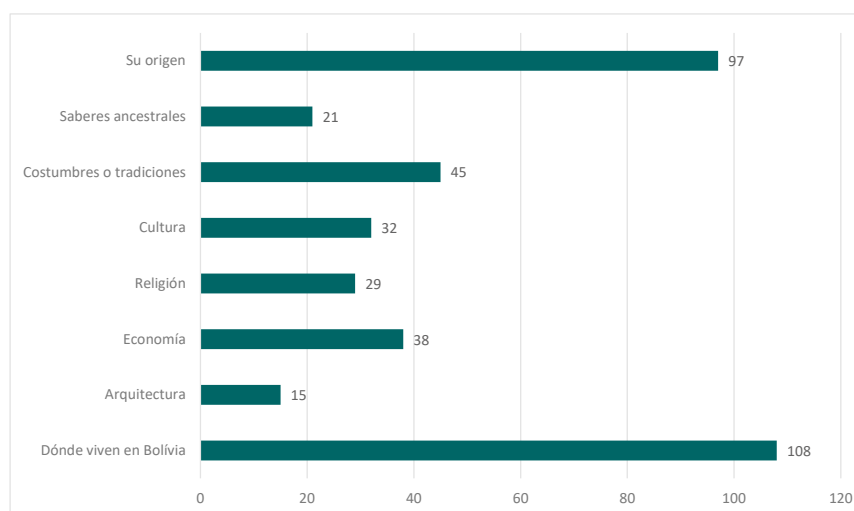
A partir de los resultados presentados es posible entender que la percepción de la población cruceña, con relación a los y las afrodescendientes, es diversa. Parte de la población los clasifica como: *desaventurados, perjudicados e infelices*, probablemente porque fueron esclavizados y esclavizadas en el pasado; otros los relacionan con el lugar de procedencia; algunos resaltan sus aspectos físicos como: *crespos, robustos, altos, etc.*; o aspectos relacionados con sus expresiones culturales, como la música y la danza.

Asimismo, un porcentaje mínimo de entrevistados y entrevistadas, al referirse a los afrobolivianos y las afrobolivianas, expresan palabras despectivas y racistas, contraponiéndose a la ley “Contra el racismo y toda forma de discriminación”, probablemente por falta de conocimiento o porque la ley no se la hace cumplir. Otro grupo reducido de la población entrevistada aún desconoce que en Bolivia también existen afrodescendientes, afirmando que “los negros que viven en el país son brasileños”.

La segunda parte del cuestionario fue conformada por una pregunta con ocho opciones de selección, para entender lo que las personas conocen o saben sobre el pueblo afroboliviano. Fueron seleccionadas un total de 385 respuestas, conforme muestra el gráfico de barras (Figura 3), de las cuales 108 personas indican que los afrobolivianos y las afrobolivianas viven en la región de los Yungas; 97 dicen que son oriundos del África; 45 revelaron que conocen sus costumbres; 38 dijeron que se dedican a la agricultura; 32 manifiestan conocer su cultura; 29 su religión; 21 sus saberes ancestrales, y solo 15 indican que conocen su arquitectura, enunciando que “consiste en casas de barro”.

La tercera parte del cuestionario, conformada con preguntas semiestructuradas, fue formulada con el propósito de conocer si la presencia de afrodescendientes en Bolivia es visible. El 67% de los entrevistados y entrevistadas respondió que la población afroboliviana “no” es visible en Bolivia, porque “son una minoría, no se conoce mucho de ellos, no los conozco, no se los ve”; asimismo, otros entrevistados y otras entrevistadas enunciaron que solo son visibles “en su aniversario o cuando participan en la entrada de la festividad de la virgen del Carmen”. El restante (31%) de los entrevistados y las entrevistadas afirmaron que “sí” son visibles porque “últimamente hacen movilizaciones reclamando sus derechos y tienen representación en la asamblea legislativa”; otros entrevistados afirman que “además de tener representación legal tienen un movimiento cultural”; y otros indican que “se los conoce por sus danzas y su música” o “por sus características físicas”; entretanto, algunos entrevistados afirman que “solo se les ve por la televisión”. El restante (2%) no respondió a la pregunta.

Figura 3 - ¿Qué conoce al respecto de la población Afroboliviana?



Fuente: La Autora, 2017.

A la pregunta sobre el racismo en Bolivia, el 82% de los entrevistados y entrevistadas respondieron que “sí”, asegurando que “a pesar de las leyes, aún falta apertura y tolerancia hacia otras culturas, pero ya no como antes, sin embargo, siempre va a existir la discriminación”; otros y otras indicaron con los siguientes enunciados: “a diario se escuchan insultos o apodosos contra las personas, somos muy regionalistas, existe una discriminación racial entre los de occidente y oriente”. Entretanto, el 17% de los entrevistados y las entrevistadas mencionaron que ya “no” hay racismo, aseverando que “ha disminuido gracias a las leyes contra el racismo”, “no tanto como otros países”, y “en la actualidad la población afro ha logrado formar parte en sectores”. El 1% de los entrevistados no respondió a esta pregunta.

A la pregunta: *Según el presidente del Consejo Nacional Afroboliviano, la población no quiere ser visibilizada con el estigma de un pasado de esclavitud. ¿Qué opina al respecto?* Se obtuvieron respuestas abiertas y diversificadas, como “el pasado no debería afectar el presente”, “no deberían avergonzarse de su origen”; otros en cambio indican que “deberían olvidar su pasado y vivir bien”; 5% de los entrevistados y las entrevistadas opinan que “es difícil dejar el pasado atrás”, o “la gente no quiere ser vista por su pasado”; otro 5% indica que “la población es discriminada, porque cuando se la menciona es de forma despectiva”; el 3,2% de los entrevistados y las entrevistadas concuerdan con la opinión formulada; entre tanto, otro 3,2% afirma que “tienen los mismos derechos que toda la población”.

Asimismo, 32% de los entrevistados y las entrevistadas aseguran que: “actualmente disminuyó la discriminación”, “concuerdo con la opinión, pero no se cumple a pesar de que existe una ley contra el racismo y toda forma de discriminación”. Del total de entrevistados, el 30% no supo responder.

Con referencia a los estigmas expuestos hacia la población afrodescendiente, algunas afrobolivianas que viven en la ciudad de Santa Cruz, exponen sus sentimientos mediante los medios de comunicación con el siguiente enunciado: “Rompeamos con los estigmas hacia la mujer negra. Eduquemos a la sociedad” (Cabols, 2017).

La cuarta parte del cuestionario presenta dos preguntas abiertas, con el objetivo de validar las evocaciones recogidas. A la pregunta sobre el convivio con la población afroboliviana, el 62% de los entrevistados aseguraron que “no” tuvieron la oportunidad de compartir momentos con la población afroboliviana, probablemente porque son un número reducido con relación al resto de la población; mientras que el 34% de los entrevistados y las entrevistadas respondieron que “sí” a la pregunta.

Las respuestas positivas fueron corroboradas con los siguientes enunciados: fue interesante (20%), porque “son personas agradables, alegres, amables, divertidas, expresivas, maravillosas y humildes”; el 5% afirmó que apenas los conocieron de vista, ya sea en el trabajo, el colegio, o en un restaurante; mientras que otro 5% indica que su experiencia fue extraña “porque pensé que eran brasileños”, y el restante 4% de los entrevistados y las entrevistadas no emitió opinión.

Por fin, a la pregunta *¿Tiene algo más que decir sobre la población afroboliviana?*, el 38% de los entrevistados y las entrevistadas agregaron diversas manifestaciones, algunas asociadas con los derechos constitucionales indicando “que obtengan todos los derechos de la CPE”; otros enunciaron “que sigan organizados y preservando su cultura”; asimismo, algunos expresaban “pedir a nuestro pueblo boliviano que deje la discriminación”, deben “ser tratados con más respeto, igualdad en la oportunidad laboral, son iguales a nosotros, deberían ser tratados igual, deberíamos incluirlos más, debemos valorar su historia”; entretanto, un entrevistado enunciaba que “necesitan mayor representación”.

El 22% de los entrevistados y las entrevistadas expresaron enunciados de tipo subjetivo, como: “son gente amable y honesta, se esfuerzan por salir adelante, trabajan bastante”; otros manifestaron que “falta más conocimiento sobre este tema en Bolivia, se debería dar a conocer más sobre esta población, se necesita más información respecto a este tema, deberíamos investigar más al respecto, conozco muy poco al respecto, me gustaría conocer más de ellos”; asimismo, un entrevistado enunció lo siguiente: “tengo curiosidad porque en Santa Cruz no son visibles”.

Consideraciones finales

Si bien, en los últimos años se han generado cambios trascendentes sobre los derechos de la población afrodescendiente en Bolivia, empero, aún es invisibilizada en el medio, conforme fue constatado con los resultados del estudio realizado en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra. Probablemente, porque conforma apenas el 0,23% de la población total, como fue corroborado por algunos entrevistados cuando dijeron: “son una minoría, no se conoce mucho de ellos, o no se los ve”. Entretanto, otro grupo reducido de la población entrevistada afirmaba que “los negros que viven en el país son brasileños”, lo que muestra un total desconocimiento de qué parte de la población boliviana es afrodescendiente.

Con la inclusión de los derechos estatuidos en la CPE (Bolivia, 2009), los afrobolivianos y las afrobolivianas comenzaron a reivindicar sus derechos políticos, sociales y culturales. Los derechos políticos son reivindicados dentro del poder legislativo, ejecutivo y en la administración pública. A la vez, se apropiaron del espacio público con el fin de acceder a sus derechos culturales y sociales, difundiendo sus expresiones culturales a través de la música y la danza. Conforme enunciaban algunos entrevistados y algunas entrevistadas, solo se los percibe, a la población afroboliviana, cuando hacen sus presentaciones en el “cambódromo”, “en entradas folclóricas o fiestas patronales”; asimismo, otros expresaban que “se los conoce por su danza y su música” o “por sus características físicas”.

El espacio público es el único lugar que toda la población, sin distinción de clases sociales, frecuenta, de tal forma, es el lugar más significativo para la población afrodescendiente, es donde pueden promocionar, difundir y visualizar sus expresiones culturales, además de marcar presencia dentro la sociedad boliviana.

Consideramos que, a pesar de los derechos constitucionales en favor de la población afrodescendiente, aún persiste el racismo en Bolivia, por tanto, para dar fin, además de la educación y difusión continua por los medios de comunicación so-

bre el respeto a la diversidad cultural, es importante aplicar a cabalidad las leyes que se encuentran vigentes en el país, principalmente la Ley Contra el Racismo y Toda Forma de Discriminación (Bolivia, 2010).

Referencias

ABRIC, J. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, A; OLIVEIRA, D. (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB Editora, 1998.

ANGOLA, J. **Raíces de un pueblo**. Cultura afroboliviana. La Paz: Producciones Cima, 2003.

ANGOLA, J. Las raíces africanas en la historia de Bolivia. *In*: WALKER, S. **Conocimiento desde adentro**: los afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias. La Paz: PIEB, 2010.

BOLIVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. Texto constitucional promulgado en 7 de febrero de 2009. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia. Honorable Congreso Nacional, La Paz, 2009.

BOLIVIA. **Ley n. 045, Contra el racismo y toda forma de discriminación**. Promulgada en 8 de octubre de 2010. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia. Asamblea Legislativa Plurinacional, La Paz, 2010. Disponible en: <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/edicions/view/178NEC>. Acceso en: 16 jul. 2024.

BOLIVIA. **Ley n. 200, Día nacional del pueblo y la cultura afroboliviana**. Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia. 2011. Disponible en: <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/edicions/view/325NEC>. Acceso en: 16 jul. 2024.

CABOLS, Santa Cruz. **Respeto mi cuerpo, respeta todo de mí. Recuerda que yo decido qué hacer y qué no; en mi vida y cuerpo**

mando y decido yo: rompamos con los estigmas hacia la mujer negra. Eduquemos a la sociedad. Facebook: Cabols Santa Cruz. Disponible en: <https://www.facebook.com/comunidadafroboliviana.santacruz/posts/pfbid02oWkctXMPA8C1eEY9q5jEhHufXoR4TLu8yNsHmduan8M671An2x6kVRStr85tjRrsl>. Acceso en: 16 jul. 2024.

CHOQUE, F. Afrobolivianos quieren revalorizar y fortalecer su cultura e historia. **La Razón**, 14 sept. 2014. Disponible en: <https://www.la-razon.com/sociedad/2014/09/21/afrobolivianos-quieren-revalorizar-y-fortalecer-su-cultura-e-historia/>. Acceso en: 20 nov. 2023.

CÓRDOVA, U. F. **Bolivia:** el abandono de la reforma agraria en zonas de los valles y el altiplano. Bolívia. Disponible en: <https://www.fao.org/4/y5639t/y5639t04.htm>. Acceso en: 28 out. 2024.

ERBOL. Corso cruceño estrenará mañana “Cambódromo”. **Erbol Archivo**, 28 feb. 2014. Disponible en: https://anteriorportal.erbol.com.bo/noticia/regional/28022014/corso_cruceno_estrenara_manana_cambodromo_para_30_mil_personas. Acceso en: 16 ago. 2021.

FUNPROEIB, Andes. **Historia, cultura y economía del pueblo afroboliviano**. Cochabamba: FUNPROEIB Andes, 2014.

HUHAYGUA, A. Q. **Las danzas bolivianas son declaradas como patrimonios culturales**. Bolívia: Ministerio de Culturas, Descolonización y Despatriarcalización, 2023. Disponible en: <https://www.minculturas.gob.bo/las-danzas-bolivianas-son-declaradas-como-patrimonios-culturales/>. Acceso en: 28 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Censo Nacional de Población y Vivienda**. La Paz: INE, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Principales resultados del censo nacional de población y vivienda 2012 (CNPV 2012)**. La Paz: INE, 2013.

IUDICA, C. *et al.* Las comunidades afrodescendientes de Nor Yungas, Bolivia: una aproximación a su Estudio antropológico. **Runa**, v. 35, n. 2, p. 21-34, 2014.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17-29.

KOMADINA, J. *et al.* **La política de la saya**: el movimiento afroboliviano. La Paz: Plural Editores, 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigaçao em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, D. C. *et al.* Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, A. *et al.* (org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2005.

RAE - REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: **Diccionario de la lengua española** [versión 23.7 en línea]. Disponible en: <https://dle.rae.es>. Acceso en: 20 nov. 2023.

TEJERINA, V. Los Afrobolivianos y su historia Colonial y Republicana. *In*: ZAMBRANA, A. **El Pueblo afroboliviano**. Cochabamba/La Paz: Funproeibe/Conafro, 2014. p. 33-84.





7. VIVER PERECENDO: NOTAS PRETAS SOBRE PRISÕES E DESCONSIDERAÇÕES DESDE A FRONTEIRA TRINACIONAL

Isadora de Assis

Qualquer leitura da sociedade que desconsidere a racialização existente nas estruturas sociais é uma leitura incompleta. A ideia de raça se encontra de tal modo presente no contorno assimétrico das relações de poder que ignorá-la significa desprezar todo o passado histórico da própria formação do Brasil.

Carlos Augusto Santos

Há algum tempo venho matutando sobre a cadeia, este espaço prisional, e suas interfaces com o assim chamado “**mundão**”. Todavia, essa **cadeia** que insistentemente trago para reflexão neste texto diz respeito às impressões que apanhei de um espaço prisional específico, localizado na região da fronteira trinacional entre Argentina, Brasil e Paraguai a oeste do estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, cidade de uma terra vermelha saqueada com requintes de violência do povo Avá-Guarani (Brighenti; Oliveira, 2020) e conhecida internacionalmente por suas frondosas quedas d’águas, as Cataratas do Iguaçu. Nessa cadeia pude estabelecer o lócus de pesquisa para a realização de campo, em 2016, tanto ao coser o trabalho de conclusão de curso, ainda na graduação em Antropologia, finalizada em 2017, quanto para o momento de dissertar, nos anos seguintes, devido ao mestrado em Antropologia Social, conclu-

ido em 2020. Antropóloga ainda incipiente gozei de ricos momentos de experiência ao compartilhar momentos potentes, extremamente significativos e frutíferos com as interlocutoras da pesquisa, mulheres encarceradas, mormente negras, enquanto passavam por essa **cadeia**. Também convivi com parte do corpo de funcionários e funcionárias da instituição, vivendo esse atravessamento entre o dentro e o fora.

Sou filha da **quebrada**, preta e antropóloga, observando o mundo a partir deste sítio. Sem dúvidas, meus marcadores sociais da diferença são de suma importância para a escolha e trajetória da pesquisa aqui apresentada. Adianto que a mais crucial das constatações sobre o universo prisional foi perceber que ele está articulado à volta do racismo. Trago o intelectual camaronês Achille Mbembe ao diálogo, devido à sua crítica a respeito da categoria de raça e seus desdobramentos:

Vista, em profundidade, a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e do terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como *semelhante a si mesmo*, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total (Mbembe, 2018 p. 27, grifo da autora).

Desse modo, tendo a raça como aporte, central para pensar a respeito das prisões e suas dinâmicas intra e extramuros, podemos compreender algumas das questões que atravessam o espaço prisional e as vidas engolidas pela instituição, com suas engrenagens apoiadas no racismo. As prisões, de modo geral, são instituições de acesso consideravelmente difícil para aqueles e aquelas que se dedicam à estudá-las. Ao mesmo tempo, em igual proporção, elas carregam uma imensidão de possibilidades e necessidades em termos de pesquisa e evidência social.

Trabalhar academicamente nos espaços de encarceramento com seus atores e suas dinâmicas é, de fato, uma experiência transformadora. Ao ingressar em uma unidade prisional, é improvável voltar a ser a mesma pessoa:

As imagens da *cadeia* ainda permanecem vivas em minha memória. Com certa frequência, retornam na forma de sonhos indesejáveis. Grades, muralhas, negociações, rebeliões, fugas, celas, revoltas, armas, conflitos, torturas, segurança, drogas, celulares e revistas. São muitas as fotografias que, quando entrelaçadas, como uma espécie de quebra-cabeças, reconstroem o cenário institucional. Tal experiência deixa marcas indeléveis - cravadas tanto na carne quanto na mente - não só naqueles que estão privados de liberdade, mas também em todos que, de uma forma ou de outra, vivenciam o cotidiano de uma instituição de controle social (Mallart, 2014, p. 15).

Na época em que iniciei a pesquisa nessa **cadeia**, ela levava o nome de Cadeia Pública Laudemir Neves, em homenagem a um policial civil que morreu em serviço, vitimado pelo disparo de uma arma de fogo em uma situação de conflito entre presos, agentes e policiais (RPC, 2019). Um dos acusados de ser seu algoz teve sua vida ceifada em uma quinta-feira pela manhã por quatro homens encapuzados que, sem temer a luz do dia ou os olhos dos desafortunados transeuntes, desceram de um carro e lhe desferiram vários disparos de calibre doze e pistola (Quadra, 2017). Tal fato ocorreu em uma cidade próxima ao assassinato do policial, com um lapso de tempo de aproximadamente dezenove anos (Quadra, 2017). Por ora, desconsideremos as semelhanças entre as balas e as mortes.

Desde o início do intento da pesquisa, minha inclinação e anseios sempre foram de encontro às mulheres encarceradas, mais especificamente, às negras. Feita aos flertes por meio de um projeto de extensão intitulado “Direito à poesia: círculos de leitura no CRESF¹”, realizei minha pesquisa de campo em uma

1 Sigla para Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu. O projeto de extensão coordenado pela professora Cristiane Checchia e

galeria feminina da referida Cadeia Pública. Por meio das relações que nasceram entre mim e essas mulheres, pude conhecer suas realidades, ao menos parcialmente, ou aquilo que elas desejavam compartilhar comigo, levando a que, diariamente, eu tentasse analisar política e teoricamente as narrativas que ouvia.

Por conta deste projeto, passei a interessar-me pela teoria feminista interseccional (Crenshaw, 2002)² por auxiliar a tornar visível o quanto os marcadores de raça, gênero, classe e sexualidade, assim como outros eixos de assimetria e opressão, devem ser problematizados e analisados a partir de sua somatória/cruzamento dentro de um sistema de dominação. Consequentemente, pude perceber essas identidades e suas opressões, diretas e indiretas, ocorridas nas experiências, possibilidades e percepções de ou na vida dessas mulheres. Destaca-se que a maioria de minhas interlocutoras eram mulheres jovens, negras, com baixa escolaridade formal, mães e, antes de serem aprisionadas, ocupavam postos de trabalho no mercado informal, sendo as principais responsáveis pelo sustento de seus lares.

Neste sentido, com base na interseccionalidade, pode-se analisar a discriminação sofrida por essas mulheres em diferentes momentos e espaços ao longo de suas trajetórias de vida. Não obstante, mesmo que tenham similaridades pontuais em relação à discriminação e violência, elas não compõem, de forma alguma, um grupo homogeneizado. Ao contrário: são plurais e singulares em todos os aspectos de suas existências, inclusive no que toca às opressões estruturais às quais estão submetidas (Bandeira, 2016). No limite, essas mulheres são transgressoras da norma hegemônica branca, heterossexual e

pelo professor Mario Torres, do qual fui integrante até 2017, teve início em 2015 e ocorre até hoje. Ver: <https://direitoapoesia.wixsite.com/unila/project-04>.

2 Importante salientar que Crenshaw arrematou o termo interseccionalidade, mas a reflexão a este já vinha sendo debatido por mulheres negras há muito tempo, como é o caso do discurso de Soujourner Truth, “Não sou eu uma mulher”, proferido na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, nos EUA, em 1852. Décadas mais tarde, o coletivo Combahee River Collective, também trata da interseccionalidade no texto *Um Manifesto Negro*, de 1977.

masculina e, mesmo que vitimadas por violências infinitas, são extremamente insubmissas aos padrões de conduta socialmente impostos, sem que sejam demandadas muitas explicações. Apenas o fato de não sucumbirem à morte, desde as condições a que estão sujeitadas socialmente já fica evidente suas existências insurgentes.

A teoria feminista interseccional traz um desafio aos nossos dias no que se refere aos direitos e garantias individuais e coletivas, em relação à sobreposição de opressões possíveis de serem direcionadas à determinadas existências (Crenshaw, 2002). Tais direitos observei, cotidianamente, sendo descumpridos no espaço institucional da prisão, o que tem enorme relevância, uma vez que tendo suas liberdades tolhidas e estando sob tutela do Estado, este tem o dever de garantir o cumprimento dos direitos dessas mulheres, coisa que na prática não ocorre. De acordo com Kimberlé Crenshaw:

O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade (Crenshaw, 2002, p. 09).

As questões raciais são, deste modo, centrais para essa tessitura da análise interseccional (Lima, 2018), somadas às questões de gênero, classe e sexualidade das interlocutoras da pesquisa: mulheres negras, pobres e homossexuais. Desta maneira, podemos compreender os desdobramentos desses mar-

cadores sociais da diferença enquanto justapostos e estruturais (Almeida, 2018).

Somando a perspectiva interseccional ao contexto prisional, o cárcere se configura como uma instituição potencializadora das vulnerabilidades geradas pelas desigualdades. Em vista disso, é preciso entender as experiências de vida dessas mulheres e os atravessamentos dessas opressões em suas existências - antes, durante e após o encarceramento - visto que, essas violências não se iniciam no cárcere e muito menos findam após a sua saída. As violências sofridas por mulheres negras aprisionadas são ainda mais banalizadas pela sociedade do que aquelas que acontecem no que, entre muitas aspas, poderia ser entendido como “contexto de liberdade”. As narrativas de vida de minhas interlocutoras em muito dialogavam entre si, por um lado, por serem mulheres que se encontravam aprisionadas, por outro lado, por partilharem episódios de violência similares durante suas vidas, anteriores ao momento de suas prisões. Dito de outra forma, são “incomensuráveis violências que explodem diariamente no âmago das opressões e que tem nos corpos-subjetividades das mulheres negras espaço privilegiado nas relações necropolíticas” (Lima, 2018, p. 152). Em seus relatos a mim, estavam presentes questões a respeito de violências tanto dentro quanto fora de seus lares, racismos multifacetados vividos cotidianamente, dificuldades ou até mesmo impossibilidade de acesso à educação formal, assim como uma gama de direitos e garantias - como saúde, alimentação e moradia - insuficientes ou inacessíveis ao longo da trajetória de vida dessas mulheres. As violências sexuais, por exemplo, eram recorrentemente trazidas ao centro do debate, não eram situações excepcionais, pelo contrário, integravam seus relatos corriqueiros.

De dentro da prisão, pude observar que as identidades são constantemente colocadas como espécies de moeda de troca a partir de um **jogo das identidades** cooptado desonestamente por aqueles e aquelas que se encontram em uma posição de saber-poder frente às sujeitas racializadas. Ou seja, pelo fato de serem negras, muitas mulheres encarceradas são, por vezes, submetidas aos piores trabalhos e acomodações na **cadeia**, mo-

tivados por atitudes explicitamente racistas do corpo de autoridades institucionais. Consequentemente, a pesquisa de campo testemunhou subjetividades destroçadas pelo racismo e outras opressões. Ademais, muitas vezes o racismo e sua pouca ou nenhuma materialidade representa um desafio teórico e político aos nossos tempos, já que comprovar a sua presença pode não ser tarefa fácil. Além de se apresentar em muitas faces, o racismo se redesenha conforme as situações, interesses e jogos políticos do momento histórico, como bem pontua Fátima Lima:

Essas construções discursivas formam um conjunto semiótico que evidencia como as práticas racistas no Brasil são, muitas vezes, silenciosas e/ou mascaradas por discursos, e quando expostas visibilizam as suas faces mais perversas; fazendo da materialização dessas experiências intersubjetivas um dos grandes desafios que precisamos enfrentar na agenda social contemporânea brasileira (Lima, 2018, p. 150-151).

Tais dinâmicas do racismo são capilarizadas no tecido social, com destaque para as instituições de controle, no sentido foucaultiano, como a prisão, as instituições de ensino, os hospitais, entre outras. Nesta direção, a instituição prisional possui a capacidade tanto de impedir como de inibir ou limitar certas práticas individuais e coletivas (Foucault, 2014). Muito longe de apenas impossibilitar a mobilidade física da população encarcerada, a prisão é um local de produção de relações de afetos e desafetos, ocorrendo casamentos, brigas, rompimentos, segregações e solidariedade, isto é, acontecimentos que estão diretamente ligados ao impacto do evento prisão nestas vidas infames (Foucault, 2003).

Desta maneira, a antropóloga Flávia Medeiros (2016), desde sua etnografia no Instituto Médico Legal aponta essa mesma lógica de produção, onde a função positiva incide nas/a partir das práticas de categorização sobre os corpos que por ali passam ou permanecem por um curto período de tempo: de apenas corpos sem vida são transformados em **mortos**, a partir de práticas formais e informais dos profissionais da instituição, seus discursos e todo o aparato burocrático. A passagem para a ca-

tegoria “mortos” é atravessada pelas redes de relações e status sociais desses corpos ainda em vida, somada ao motivo, local e condição de falecimento. A autora, ao longo de seu trabalho de campo, buscou, então, reconhecer as práticas formais e informais, seus discursos e todo o aparato institucional burocrático que ali manuseavam. Essa passagem é atravessada pelas redes de relações sociais desses corpos ainda em vida, somada ao motivo, local e condição de suas mortes, bem como, ao status social daqueles e daquelas que se tornam **mortos ou mortas**:

Nesse sentido, durante a pesquisa busquei reconhecer as práticas institucionalizadas de trabalho dos profissionais do IML, no que se refere à produção de regimes de cadáveres. Assim, observando como era a rotina burocrática da instituição, vi que, mais do que identificar, ou não, cadáveres enquanto indivíduos ou pessoas, o IML, constrói institucionalmente corpos sem vida enquanto *mortos* (Medeiros, 2016, p. 32, grifo da autora).

A antropóloga mostra, portanto, como a instituição e seus profissionais exercem uma função de construção de sentido, que gera a continuidade das narrativas dessas existências. Para Medeiros (2016), a morte e o morto não são um acontecimento final que interrompem a vida e suas nuances no exato momento de sua concretude. Em outras palavras, se o evento morte não encerra a narrativa de vida do morto ou da morta, menos posso compreender a passagem de minhas interlocutoras pela instituição prisional como um ponto final ou suspensão de suas vidas. Ambas as instituições de controle, Instituto Médico Legal (IML) e prisão, imprimem suas marcas e assinaturas, produzem categorias, relações e, em alguma medida, comportamentos nos corpos que por elas passam. Ademais, tais estabelecimentos imprimem o produto final - morte e sujeito/a aprisionado/a. São, portanto, “existências/acontecimentos” positivos (Foucault, 2014) de um viver-morrer muito próprios das incongruências de nossos dias, suas desigualdades e invariáveis possibilidades de violências, mutilações e desconsiderações.

Nesse sentido, assim como o IML, as instituições prisionais são socialmente percebidas como um local-fim, uma suspensão, um hiato. Porém, as narrativas das interlocutoras e as práticas institucionais mostram que essas percepções não se sustentam. Ambas as instituições são balizadas a partir de uma estrutura de desigualdades sociais diversas que se auto evidenciam cotidianamente em seus interiores. Entre os marcadores sociais instrumentalizados para a construção destas categorias – morto/a e preso/a – estão raça, gênero, sexualidade, classe e outras identidades que são justapostas para sujeitar esses corpos vivos ou em estado de perecimento a violências morais e físicas contínuas (Oliveira, 2008). Destarte, minhas interlocutoras são categorizadas a partir da entrada na instituição prisional: religiosas, estrangeiras, x-9, machuda, família, caminho torto, conhecidas e assim por diante. Essas classificações legitimam práticas de violências diversas direcionadas a seus corpos, nas mais distintas situações do cotidiano prisional.

Ainda, se Medeiros (2016) apresenta “seus mortos”, heterogêneos em suas existências, circunscritos por redes de relações, afetos, pessoas, **marcas do existir** e conjunturas de vidas, aproveitamento para nomear as “minhas vivas”, que, não raro, acabam submetidas a um viver em larga medida de desfalimento. Todavia, não deixam de (re)existir em suas multiplicidades. Muito além de prontuários e números de registros, a população carcerária do nosso país, com especial destaque às interlocutoras de minha pesquisa, mulheres negras, carrega diversidades e identidades que extrapolam e transbordam os muros das prisões e nossas capacidades analíticas. Também estão ali flagelados e flageladas de outras cores, esse amontoado de pessoas carrega consigo idades, histórias, profissões, sonhos, tristezas, desejos, anseios, localidades e tantas características que não podem ser encerradas numa definição leviana, insistentemente imposta pela mídia e pelas chamadas “autoridades”.

De fato, **morto/morta e preso/presa** são identidades genéricas que não representam a relevância dos nomes e histórias de vida destas pessoas, das marcas indeléveis de suas existências complexas, suas desigualdades e exposição a violências. Semelhante aos mortos e mortas de Medeiros (2016), cuidados

de formas diferentes dentro do IML, conforme sua raça, classe, gênero, sexualidade etc., as mulheres negras aprisionadas recebem tratamentos muito distintos das demais companheiras de prisão, concretizando mais um dos efeitos positivos das instituições de controle nesses “corpos indesejáveis”.

Desta maneira, a antropóloga e pesquisadora da violência, do sofrimento e do Estado, Veena Das (2020) em muito contribui à reflexão ao questionar as narrativas, suas nuances e seus modos de se manifestar e operar no tempo/espaço, algo central para compreender o mosaico de sensações, emoções e atravessamentos que compõem os silêncios prolongados por parte das vítimas de violência. Ao ouvir as narrativas de vida de minhas interlocutoras desde antes da prisão e extrapolando seu momento, faz-se necessário indagar os motivos que levam essas mulheres a terem uma vida tracejada pela violência, sem que se sintam minimamente seguras para denunciá-las. Na obra *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário* a autora Veena Das (2020) questiona ao longo dos seus onze capítulos, sobre como o gênero autoriza essas violências (Das, 2020). Convergin-do sua análise de gênero com Lima (2018) e Crenshaw (2002), somada ao meu trabalho de campo, seria frutífero acrescentar outros marcadores sociais da diferença, já que incidem sobre esses corpos multifacetadas opressões.

Em minha pesquisa percebi algumas situações próximas às vividas por Das (2020). Em muitos momentos durante as conversas com as mulheres encarceradas, apareciam determinados assuntos como filhos, filhas, família e amores, quando muitas das vezes o silêncio tornava-se uma presença perturbadora, um silêncio que gritava, os braços não se ajeitavam de modo algum, os olhos oscilavam entre lágrimas e olhares perdidos no horizonte, as respirações eram longas, buscando preencher o vazio ocasionado pelas palavras. Sem emitir sons, minhas interlocutoras me diziam muito. A respeito desse silêncio, Das (2020) nos convida à reflexão em sua etnografia, ao mostrar a importância de respeitar e, na medida do possível, compreender o silêncio, que por vezes pode ser perturbador e assertivo, na mesma medida. Nessas **zonas do silêncio**, também no meu campo, muito era dito sem palavras: os corpos indelévels fala-

vam por si. Ademais, as **metáforas** também assumiam suma importância no dia a dia e nas conversas em nossos encontros. Num espaço onde toda e qualquer manifestação oral pode ser objeto de repressão, tais simbologias eram fundamentais para compreender muito do que minhas interlocutoras gostariam de dizer, mas “não podiam”, pois tanto a vigilância quanto a sensação permanente de vigília lhes podava a liberdade.

Por fim, é preciso voltar na história do país, da escravidão e da violência colonial, para melhor contextualizar e entender os problemas da realidade prisional brasileira. Nada poderia aproximar-se melhor a uma senzala do que o interior de uma prisão. Igualmente, nas capilaridades das prisões em certos pontos do espaço urbano, nas periferias, vislumbramos os navios tumbeiros.

Ou seja, a assinatura da colonialidade é impressa diuturnamente no tempo presente e reinventa-se quantas vezes preciso for, para manter o *status quo* em reiteradas doses. A partir da infame herança colonial e seus reflexos até os nossos dias, é mais do que imprescindível construir uma agenda teórica e política pautada em tais desigualdades de raça, gênero, sexualidade e classe. As instituições de controle são ao mesmo tempo *causadoras e legitimadoras* (Medeiros, 2016, grifo da autora) das mais infinitas violências, *desconsiderando a pessoa* (Oliveira, 2008, grifo nosso) nos mais distintos âmbitos do viver. Ademais, as vítimas seguem *silenciosas* (Das, 2020, grifo da autora), sendo as mulheres negras o *alvo privilegiado* dessa estrutura de opressões (Lima, 2018, grifo da autora).

Referências

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANDEIRA, I. A. **Cadeia, substantivo negro e feminino**: etnografia de uma situação carcerária na tríplice fronteira. Foz do Iguaçu, 2016. TCC (Graduação em Antropologia) - Diversidade Cultural Latino-Americana, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2016.

BRIGHENTI, C; OLIVEIRA, O. **Imagem e memória dos Avá-Guarani paranaenses**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAS, V. **Vida e palavras**: violência e a descida do ordinário. São Paulo: UNIFESP, 2020.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LIMA, F. Raça, gênero e sexualidades: interseccionalidades e resistências viscerais de mulheres negras em contextos bio-neopolíticos. In: RANGEL, E.; FERNANDES, C. (org.). **(Des)prazer da normal**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

MALLART, F. **Cadeias dominadas**: dinâmica de uma instituição em trajetórias de jovens detentos. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, F. **Matar o morto**: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 2016.

OLIVEIRA, L. R. C. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.

OLIVEIRA, V. *et al.* **De bala em prosa**: vozes da resistência ao genocídio negro. São Paulo: Elefante, 2020.

QUADRA, D. Assassino de Laudemir Neves é morto em Quedas do Iguaçu. **Rádio Cultura Foz**, 30 jun. 2017. Disponível em: <https://www.radioculturafoz.com.br/2017/06/30/assassino-de-laudemir-neves-e-morto-em-quedas-do-iguacu/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

RAMOS, C. A. Nunca foste mãe gentil. In: OLIVEIRA, V. *et al.* **De bala em prosa**: vozes da resistência ao genocídio negro. São Paulo: Elefante, 2020.

RPC - REDE PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO (Foz do Iguaçu). **Justiça determina perda de função de policial civil e multa por crime ocorrido há 20 anos, em Foz do Iguaçu**: Olavo Pires foi acusado de facilitar uma tentativa de fuga com rebelião na cadeia pública no oeste do Paraná, que terminou com a morte do policial Laudemir Neves, em 1999. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2019/07/09/justica-determina-perda-de-funcao-de-policial-civil-e-multa-por-crime-ocorrido-ha-20-anos-em-foz-do-iguacu.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2024.



8. NATUREZAS, ENREDOS E TEIAS: O POVO-DE-SANTO ENTRE (DES) CAMINHOS E (A)FRONTEIRAS¹

Marina Aureo Galdino (*in memoriam*), Maurício dos Santos
e Thiago Hoshino

Ogún de Lei pelo mundo eu andei
Ogún de Lei pelo mundo eu andá
Aê, Ogún de Lei pelo mundo eu andei
Cantiga de Ogún

Este texto é fruto de enredos. Nem poderia ser de outro modo: a vida do e no santo é a rede dessas relações que amarram destino e circunstância, necessidade e contingência, caminho e vontade. Este texto é parte da fiação e da filiação de Marina Aureo Galdino, Mãe Marina Tunirê, que colaborou na sua escrita e que partiu antes de vê-lo publicado, sendo, por isso, a ela dedicado, *in memoriam*. Como lhe apetecia advertir, “a aranha vive do que tece e no que tece”. Se um texto é uma tessitura, Mãe Marina vive e vibra em cada uma destas palavras, que reencontram o caminho de suas lições. Acompanhados delas, assumimos a “encruzilhada” (Simas; Rufino, 2018), a “linha cruzada” (Anjos, 2006) e o “enredamento” (Hoshino, 2020) como

1 Duas versões desse texto já foram publicadas, uma como ensaio em 2020 (GALDINO, M.; SANTOS, M.; HOSHINO, T. A. P. Cartografia-Ananse: territórios do Axé na Tríplice Fronteira. *Novos Debates*, v. 6, n. 1-2, p. 1-11, 2020.), e outra como livro em 2023 (TUNIRÊ, Mãe; SANTOS, M.; HOSHINO, T. A. P. *Afronteiras, transe e trânsitos do axé*. Curitiba: Appris, 2023).

posições epistemológicas para intentar uma entrada na teia espacial (sempre, de fato, espaço-temporal) do povo de santo da Tríplice Fronteira, entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Numa etnografia multissituada, que parte do Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilayó, terreiro e candomblé da nação Ketu na cidade Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná, convidamos a todos e todas a uma interpretação da territorialidade do Asé como uma vocação caminhante, isto é, uma forma de nomadismo que faz das (a)fronteiras seu habitat e sua sina.

O candomblé (desa)fiando cidade

Desde o seminal trabalho de Juana Elbein dos Santos (2008), na década de 1970, um conjunto de pesquisas vem seguindo sua trilha e dando atenção às associações entre ecologia e cosmologia na arquitetura e na produção social do espaço dos terreiros, sobretudo de candomblé, enquanto complexos religiosos que referenciam a morfologia dos *compounds* iorubás (Velame, 2015; Evangelista, 2015). Também têm se destacado, nos últimos anos, estudos que enfocam a dimensão patrimonial dos locais de culto afro-brasileiro, internos e externos aos templos, como territórios de uso coletivo e como instrumental, ainda consideravelmente limitado, para sua proteção (Lira, 2017; Oliveira, 2018; Blum *et al.*, 2018).

Outras vertentes de pesquisa exploram as relações de troca e contradição dos terreiros com os processos hegemônicos de urbanização. Aqui merecem relevo as teses pioneiras de Muniz Sodré – o qual, ao projetar o terreiro como “território político-mítico-religioso”, atesta que “pouco importa a pequenez (quantitativa) do espaço topográfico do terreiro, porque ali se organiza, por intensidades, a simbologia de um Cosmos” (Sodré, 1988, p. 50-52) – e de Vagner Gonçalves Silva (1995). É provocativa a sugestão deste último sobre a maneira como os orixás, voduns, inquices e encantados se reterritorializam na metrópole, “sendo possível encontrar nos terreiros as marcas do urbano, o movimento no sentido contrário também poderá

ser realizado mostrando, na cidade, as referências estabelecidas pelos fiéis no culto aos orixás” (Silva, 1995, p. 197).

Os terreiros e, conseqüentemente, seus adeptos e/ou adeptas e suas entidades, são fiadores e fiadoras – em múltiplos sentidos, inclusive como guardiões e guardiãs, da cidade:

A presença do terreiro na cidade é, pois, resultado dessa dinâmica relacional entre o dentro e o fora da religião construída através do diálogo entre dois universos. E, nesse diálogo, entre o *candomblé* e a *cidade*, a incorporação dos termos de um universo pelo outro permite que os deuses (e os seus ritos) se transformem para habitar a cidade (como espaço físico e social) e que esta se faça cada vez mais apropriada para recebê-los e protegê-los como parte integrante de seu amplo mercado de bens simbólicos (Silva, 2008, p. 122).

Compreender os nós dessa teia urbana passa pela cartografia dos parentescos e afinidades entre linhagens de Asé e “famílias-de-santo”. Nessa perspectiva, das redes espaciais passamos aos enredos pessoais e à maneira como eles cruzam caminhos:

Enredo chama atenção para os muitos caminhos que se cruzam e se imbricam na pessoa, formando uma história. Frequentemente se ouve dizer que alguém tem um enredo complicado: nele se encontram orixás que mantêm entre si relações de inimizade (conforme descrito nos mitos), ou que disputam a primazia como donos da cabeça. Outras vezes, a complicação do enredo está justamente na dificuldade que impõe a mãe ou pai de santo de discernir os muitos fios de que é composto – a imagem, neste caso, é de um emaranhado que apenas um olhar experiente e competente pode desvendar, ou que apenas com o tempo vai assumir uma configuração mais nítida. [...] Primeiro, o enredo, até onde entendo, é dotado de certo dinamismo: mais que uma estrutura fica de linhas ou pontos, é uma configuração que sofre deslocamentos. [...] Segundo, o enredo não é apenas uma história que se

desenrola fora do alcance e interferência das pessoas humanas e que elas podem apenas contemplar (no jogo) e/ou aceitar [...] é uma história da qual eles efetivamente participam (Rabelo, 2014, p. 93).

Tecer o mundo e o espaço na medida em que se emaranham as histórias e os caminhos. É assim que o Asé se faz força matriz e motriz dispersa em todas as coisas e concentrada no terreiro, “pólo de irradiação” de fluxos (territoriais) e relações (sociais):

O “terreiro” ultrapassa os limites materiais (por assim dizer pólo de irradiação) para se projetar e permear a sociedade global. Os membros do *egbé* circulam, deslocam-se, trabalham, têm vínculos com a sociedade global, mas constituem uma comunidade “flutuante”, que concentra e expressa sua própria estrutura nos “terreiros” (Santos, 2008, p. 33).

Nessa territorialidade porosa e móvel, os espaços internos estão vinculados a divindades, ancestrais e outras agências que, a tempo e modo variáveis, devem ser despertadas, como: as matas, os mares, os rios, as cachoeiras, as pedreiras, cemitérios, linhas férreas, estradas, encruzilhadas e até igrejas. Seu uso ritual encontra-se ameaçado por conflitos socioambientais cujo acirramento é sensível nas últimas décadas, sendo objeto de vários tipos de mapeamento (Fonseca; Giacomini, 2013).

Consequentemente, alinhamo-nos às fundadas suspeitas do próprio povo de terreiro e de outros grupos tradicionais em relação às tecnologias do poder, como os mapas, “vistos correntemente como um discurso político a serviço do Estado” (Acselrad, 2015, p. 10). No entanto, vislumbramos as possibilidades de processos afrocentrados ou “enterreirados” de cartografia e representação, como a que a figura de Ananse estimula. Guardiã e narradora de histórias ashanti, também tida como um *trickster* (Silva, 1995),² aquela que nos emaranha e embaralha,

2 Vagner Gonçalves da Silva (1995) explica que um *trickster* é, nos estudos da mitologia, cultura popular e na religiosidade, uma entidade travessa que desobedece aos tabus sociais estabelecidos. Exu é um *trickster* afro-brasileiro que promove a ordem e desordem movimentando o Asé – força de realização.

que subverte esquemas convencionados, Ananse nos resgata de nossa própria loucura científica (Turnbull, 2003). Seu ideograma adinkra remete à “sabedoria, esperteza, criatividade e complexidade da vida” (Nascimento; Gá, 2009, p. 54-55), sinalizando epistemologias cruzadas e enredadas.

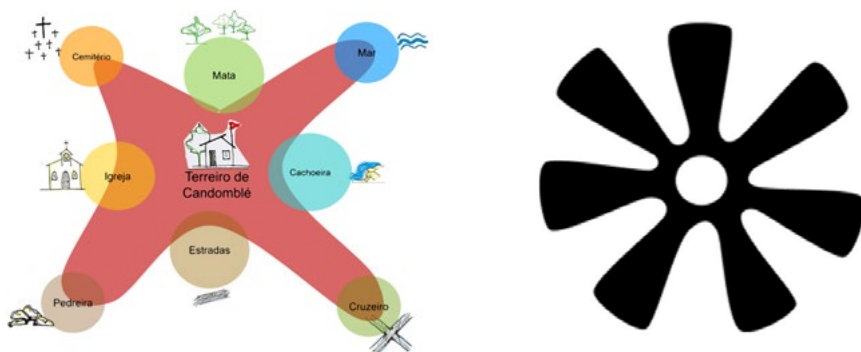
Ananse não é só cultuada no Brasil, ela(e) é heroína-herói (de gênero fluido ou contestado, em muitas circunstâncias) da resistência não ortodoxa dos povos negros na Colômbia e em muitas partes do Atlântico negro (Gilroy, 2001). Segue sendo recordada e festejada na região do Pacífico, sobretudo no departamento de Chocó, onde a prática da *ombligada* ou *umbigada*³, confirma um laço de parentesco espiritual com o território, “plantando a pessoa”, que se torna um ou uma *ombligado(a)* de Ananse ou “umbigado/a de Ananse”:

Los ombligados de Ananse son los iniciados en la hermandad de Araña, el dios y diosa de los pueblos fanti-ashanti del golfo de Benín. [...] Como puede caminar por encima y por debajo del agua, llegó a las selvas del Pacífico y por un hilo que fue sacando de su barriga bajó por el manglar a los esteros. Niños y niñas aprenden a imitarla con la complicidad de sus papás, que les ayudan poniéndoles polvos de araña en la herida que deja el ombligo al desprenderse. [...] Ananse es lo que menos tendría que ver con una simple apropiación ambiental. Se trata de un animal que los esclavizados deificaron por su autosuficiencia: del cuerpo teje su vivienda que además usa para procurarse su comida [...] En esta introducción reafirmo que Anansi saca de sus entrañas la red que une a África con América. Paradigma de astucia y supervivencia, Anansi embauca, engaña y crea el caos, pero también reta a deidades más poderosas que ella, de quienes roba el fuego para dárselo a la gente (Arocha, 1998, p. 202-204).

3 A umbigada consiste no enterro do umbigo – cuja ferida é curada com teias de aranha – das crianças aos pés de ou juntamente com certas árvores, engendrando um vínculo vitalício de irmandade (Arocha, 1998).

É por meio do enodamento ou do enredamento com entes e lugares, que se atualiza a potência inventiva e performativa do Asé e que o terreiro irrompe como devir: “O que a noção de terreiro abrange é a possibilidade de se inventar terreiros na ausência de um espaço físico permanente” (Simas; Rufino, 2018, p. 43).

Figura 2 - A teia espacial do povo-de-terreiro



À esquerda, teia espacial do povo-de-terreiro, tecida a partir de alguns lugares de asé de convivências recorrentes. À direita, o signo adinkra ashanti, que representa “a teia de Ananse” na iconografia ashanti. Esquema elaborado no projeto de extensão “Os orixás em terras de M’Boi”, coordenado por Andréia Moassab, com a participação de Maurício Santos e Sergio Belino e com a colaboração de Marina Tunirê, em 2014.

O despejo de Oxumarê: territórios do nomadismo e da desposseção

Ananse Ntontan, a teia da aranha, produz um comum, operada nas e pelas afro-diásporas e seus fios são, pois, emblemas de uma partilha do sensível e do dizível, como:

um sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das

partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (Rancière, 2009, p. 15, grifo do autor).

Essa partilha afro-diaspórica do sensível recorda e recorta menos “lugares” que “posições” e “perspectivas” e assinala participações numa (cosmo)política urbana. Ananse caminha sem cessar sobre as águas e sobre a terra, fazendo pontes entre mundos e continentes, afrontando fronteiras e abrindo caminhos:

*¡Oh, divina Anansi,
préstame tu poder!
para andar como tú
sobre las aguas del río,
sobre las aguas del mar,
oh, divina Anansi
(Arocha, 1998, p. 206).*

As águas são centrais nas cosmologias iorubá, daomeana e banto, assim como, na vida dos terreiros e suas entidades. As cachoeiras na Vila Carimã, em Foz do Iguaçu, por exemplo, são as mais frequentadas por diversas famílias de santo para as oferendas de Oxum (deusa dos rios e águas doces) ou para banhos litúrgicos. Nas imediações do rio Iguaçu, já são tradicionais alguns pontos utilizados por quase todos os terreiros de candomblé da cidade para a entrega de oferendas à Iemanjá, divindade que tem por domínio o mar e as águas salgadas, demonstrando também que as práticas de culto podem ressignificar espaços e narrativas locais a depender de contextos específicos, como o distanciamento do litoral. Na falta de acesso ao mar, uma espécie de nomadismo cósmico possibilita acionar correlações e fluxos, como o que corre do rio ao oceano, assegurando que os presentes cheguem à sua destinatária (Iemanjá, neste caso) pela mediação de parentes (Oxum, a dona dos rios), louvada para conquistar seus préstimos como mensageira aquática. Dessa maneira, o *enredo* de Oxum com Iemanjá é acionado nos ritos simultâneos realizados para se alcançar esta, *através* daquela. Por isso se devem cultuar ambas,

porque é Oxum quem, nesse contexto, *dá caminho* para Iemanjá. Enredo que faz território num ambiente de nomadismo por (des)possessão.

Dia 02 de fevereiro é dia de celebrar Iemanjá, em todo o território nacional. Na região transfronteiriça, desde a década de 1970, os festejos de Iemanjá são no encontro dos rios Iguaçu e Paraná. Em 2017, numa conversa sobre a trajetória do povo de terreiro da Tríplice Fronteira, Mãe Amanda de Oxum, do Ilê Asé Igba Odé, e Pai Junior de Odé, da Casa de Asé Ouro Verde, contaram que foi “Vó Benedita quem começou com a festa em homenagem a Iemanjá às margens do Rio Iguaçu”. Pai Junior relatou como Vó Benedita, uma das primeiras afrorreligiosas da região, construiu sua casa nos anos 1970. A sacerdotisa cumpria um “caminho” litúrgico no qual, primeiro, se prestava culto a Xangô, na pedreira ao lado do rio Iguaçu, depois se passava à louvação de Oxum, que encaminharia os presentes pelo rio até Iemanjá no mar. Após uma procissão por terra, carregando a imagem desta ayabá,⁴ os devotos arriavam as oferendas em pequenos barcos no ponto onde se unem os rios Iguaçu e Paraná.

É digna de nota a escolha do “encontro das águas” para tal cerimônia. A expressão, empregada correntemente no candomblé para referir-se a formas de confluência de diferenças (como as que unem distintas “nações”) é, em si mesma, abundante em sentidos. Em certa medida, pode-se pensar o encontro dos rios Iguaçu e Paraná como uma encruzilhada fluvial que permite a abertura e a passagem de forças e de entes.

Outras fronteiras são agenciadas pelo candomblé e pela umbanda em Foz do Iguaçu, como a região próxima a Puerto Iguazú, na Argentina, chamada de “área verde”, um dos poucos pontos que ainda oferece as matas prescritas para o culto de alguns dos orixás. Ou ainda, na divisa com o município de Santa Terezinha de Itaipu, há um espaço florestado, que assim como outros, é habitado pelas divindades da Tríplice Fronteira. A mata preservada que contorna os Rios Iguaçu e Paraná, é

4 Ayaba significa grande mãe e, na religião, é o nome dado às Orixás mulheres. O poder feminino, no caso, é toda forma de dar força à uma mulher, de trazê-la à sua verdadeira essência, sua forma original, antes da sociedade determinar como ela deve se portar (Sales, 2020).

mais um dos locais votivos preferidos da comunidade Asé local. Entre outros aspectos, os entrevistados e entrevistadas⁵ lamentaram haver, por exemplo, em toda a região, poucos dendezeiros - árvore de enorme importância em seus rituais.

Deve-se ressaltar que os pertencimentos e territórios de santo não são tão transparentes. No Ilê Asé Oju Ogún Fumnilaiyó, durante os preparativos de um almoço em 2016, Mãe Marina de Ogún asseverou: “Foz do Iguaçu não é de Oxum. Todo mundo diz que Foz do Iguaçu é de Oxum, mas não é, essa cidade é de Oxumarê”⁶. Desenvolveu, então, seu argumento sustentando que, quando da construção de Itaipu, Oxumarê, divindade da fecundidade e do arco-íris, morava nos rios que foram desviados. Após a intervenção, o orixá teria sido obrigado a habitar noutra parte, talvez do outro lado da fronteira. Desde que construíram a usina – e isso, salientava a yalorixá, podia ser confirmado por qualquer pessoa que então residia na cidade – o clima também ficara mais quente. “Porque Oxumarê não gosta de chuva, ele é o arco-íris que aparece para parar a chuva, riscando o céu”. Mãe Marina arrematou, ainda, em tom escatológico: “Um dia Oxumarê vai sair de lá, do rio. E quando Oxumarê acordar ele vai se vingar, vai destruir a usina, vai inundar tudo com água”.

A narrativa do despejo de Oxumarê retoma uma série de conflitos ambientais: os impactos de grandes empreendimentos e sua desigual distribuição no território e sobre as populações, o tema das mudanças climáticas, a ameaça dos desastres ditos “naturais”, que na realidade, são crimes ambientais. Igualmente, a fala de Mãe Marina de Ogún mostra distintas apropriações da natureza, como *recurso* e como *morada*. As águas, assim como as matas, não estão desabitadas, elas têm dono ou dona. São dom e domicílio de deuses, deusas e ancestrais, muitas vezes incorporados como povos indígenas, os “caboclos” e “caboclas” na cosmopolítica afro-brasileira:

5 As entrevistas foram realizadas entre 2016 e 2018, com Mãe Marina, yalorixá do Ilê Asé Oju Ogún Fúmnilayó, e com demais sacerdotes e sacerdotisas dessa e de outras casas de santo em Foz do Iguaçu, por Thiago Hoshino e Mauricio Santos.

6 Oxum é orixá feminino cuja encarnação no Brasil é a água doce em geral; Oruxumarê é a divindade do arco-íris, filho de Nanã, senhora dos pântanos.

Segundo a tradição dos povos bantos, por princípio toda terra é sacralizada – até mesmo uma terra estrangeira, que pode ser ou ter sido propriedade e morada de um ancestral local. Da mesma forma, o pensamento tradicional banto sacraliza as águas dos rios e mares, não apenas por sua aplicação econômica, mas principalmente por elas terem servido, um dia, aos antepassados hoje venerados como ancestrais. E, assim como a terra e as águas, são sagradas as árvores e as plantas, por fornecerem sombra, alimento, e remédio e também por sua ligação com os antepassados ilustres de cada comunidade. Foi de posse de crenças e tradições assim estruturadas que os bantos aqui escravizados encontravam os donos originais da terra brasileira (Lopes, 2008, p. 197).

O represamento dos rios e o despejo de Oxumarê, assim como, o cercamento das áreas verdes e a privatização das praias fluviais, coloca em jogo as afetações mútuas entre agências humanas e não-humanas e de variações sobre o conceito de natureza. Trata-se de uma cosmopolítica que desestabiliza os pressupostos ontológicos majoritários:

Há muitas definições, mas eu prefiro aquela de Isabelle Stengers. Ou seja, a de que a “política” são os humanos, e que o “cosmos” são as coisas: nenhum dos dois sozinho é o bastante. A palavra “cosmopolítica” é uma palavra que permite dizer que se fizermos a política apenas entre humanos, vamos acabar nos fechando em uma esfera exígua demais, feita de interesses de boa vontade. Se tivermos apenas cosmos, iremos nos encerrar sozinhos na velha idéia dos naturalistas, que definem a priori um mundo comum que os outros devem compartilhar. A cosmopolítica permite impedir que os dois se fechem: o cosmos está lá para impedir que a política se feche, e a política, para impedir que o cosmos se feche. O cosmos não é mononaturalizado, ele é a expressão de uma política (Latour, 2004, p. 406).

Dito de outro modo, a interação com a natureza – conceito, aliás, ao qual o próprio candomblé resiste, na medida em que homogeneiza domínios e forças bastante variadas –, não é regulada pela vontade humana. Pelo contrário, essa relação é moderada por códigos e protocolos delicados que implicam seus múltiplos pólos – humanos, espíritos, orixás, encantados, encantadas e outras entidades – numa diplomacia cautelosa e incessante. Tais entidades, se perturbadas ou “despejadas” de seus domicílios podem se vingar, como Oxumarê.

A compreensão e manejo hábil dessa etiqueta mágica está explicitado em outra categoria nativa do povo de terreiro para referir-se aos sacerdotes e às sacerdotisas: a noção de zelador ou zeladora. Pais e mães-de-santo são comumente referidos como zeladores ou zeladoras, que abarca tanto a ideia do zelo com os templos dedicados a seus orixás como seu papel de cuidadores de seus filhos e filhas e da partilha do mundo em geral. Nesse sentido, novamente, os terreiros são “fiadores” da cidade e do cosmos. Elementos desse tipo de etnoconservação nas religiões de matriz africana (Moreira, 2008), que não cindem ecologia e cosmologia, merecem ainda aprofundamento.

A formulação de Mãe Marina de Ogún sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e as intervenções em seu entorno põe em evidência, ainda, as dinâmicas de despossessão a que os povos de terreiro estão continuamente sujeitos. O despejo de Oxumarê não o desloca sozinho: a denúncia é de uma interdição generalizada ao povo de terreiro e a demais grupos da região quanto ao acesso ao perímetro da usina, da barragem e de suas áreas de interesse. Talvez por esta razão, somada à elitização e gentrificação desses espaços e sua fiscalização diuturna, não tenham sido identificados, na pesquisa de campo em 2016, usos religiosos das Cataratas do Iguaçu. Sem o livre acesso, o santo já não responde mais naquele entorno.

O despejo de Oxumarê e a consequente dessacralização dos territórios por ele abandonados tampouco é uma experiência isolada: é usual que os terreiros sejam desterritorializados, em regra para localidades mais periféricas e precárias em termos de infraestrutura e serviços urbanos (Rego, 2006). Embora este tipo de despossessão resulte de práticas históricas de segregação

socioespacial e da pressão da urbanização predatória, o poder de reconstrução material e simbólica afro-diaspórico permite que a des/reterritorialização, por sua vez, leve a uma expansão prática da teia de Asé, com a transplantação e/ou refundação de casas e a reconstituição de suas redes.

A vingança de Oxumarê, seja pela drástica alteração de microclimas, seja por uma futura inundação – que passa a compor o *corpus* mítico do povo de terreiro – responde a um enredo de racismo ambiental. Muitos religiosos e religiosas comentaram que, em face da discriminação e da perseguição sofrida pelo candomblé, a realização de oferendas e ritos leva em conta a segurança e tem a invisibilidade como critério. É difícil para o povo-de-santo passar despercebido por policiais, pela vizinhança ou por fiscais do meio ambiente, para exercer sua prática religiosa em espaços de natureza abertos ao público. Consequentemente, são procurados locais que deixem camuflar as práticas e seus acessórios, tanto por segurança quanto para evitar que sejam destruídos.

A situação se agrava ainda mais quando os rituais requerem adentrar instituições tradicionalmente sob a gestão – simbólica ou administrativa – de outras confissões religiosas, como cemitérios e hospitais. Mãe Carmem de Ogún, certa vez, narrou como sua neta, havendo nascido com algumas complicações de saúde, teve de permanecer por algum tempo num importante hospital da cidade. Mãe Carmem e sua filha tentaram ministrar ritos e levar oferendas aos aposentos onde a criança estava internada. Apesar de explicarem a finalidade dos alimentos votivos, o médico responsável pela ala não as autorizou no recinto. O caso apenas se resolveu após a intermediação de uma médica adepta do candomblé. Embora os terreiros sejam notoriamente territórios da saúde e do cuidado, os espaços institucionais de saúde são bastante refratários às práticas afrorreligiosas, apesar de tolerarem e mesmo incentivarem as cristãs.

Um Exu em Ciudad del Este: cemitérios, mercados e outras zonas livres

Os cemitérios são outros espaços urbanos propícios a determinadas cerimônias e ebós, sobretudo, quando envolvem Exu, Iansã/Oyá e Obaluaiê/Omolu, entre outros orixás. Como uma encruzilhada de mundos, seu poder de mediação entre “vivos” e “mortos”⁷ pode ser mobilizado para diferentes finalidades. A isso se deve, por exemplo, a prática religiosa de deixar oferendas nos portões e nas imediações desses locais, fronteiras ostensivamente cosmopolíticas. Em Foz do Iguaçu, ao que revelou o trabalho de campo, elas são realizadas principalmente no cemitério São João Batista, no centro da cidade, ou no Cemitério Municipal Jardim São Paulo, no bairro homônimo.

Exu também circula com desfaçatez pelos mercados da cidade, local que constitui uma etapa mais ou menos formalizada do processo iniciático, conforme registram etnografias recentes. Aí se treinam habilidades como mapear lojas, identificar fornecedores e fornecedoras, avaliar a qualidade de sementes e animais, construir relações com vendedores e vendedoras, reconhecer folhas, encomendar enxovais, aprender os nomes brasileiros e africanos de diversos itens e, não raro, suas denominações oficiosas para burlar as proibições legais de comercialização. Comprar exige tino e tato: toda negociação é uma troca com riscos e implicações intrincadas, requer jogo de cintura, além de necessariamente depender de afetos e preferências. Mais ainda, num mercado parcialmente informal, como o dos artefatos afrorreligiosos, ter contatos, credenciais e alguma sorte é fundamental para assegurar o que é preciso adquirir para os ritos, às vezes com certa urgência. Até mesmo para não ser ludibriado ou ludibriada em um negócio, é bom estar sempre acompanhado/a de Alaroyé, um dos epítomes de Exu

7 As aspas se devem às limitações dessa dicotomia para representar as relações entre agências de múltiplos seres humanos e não-humanos nas religiões afro-brasileiras. Em muitas ocasiões, testemunhamos os espíritos, encantados e encantadas negarem veementemente sua adesão à condição de “mortos” ou “mortas”. “Estamos mais vivos que vocês”, exus e caboclos afirmam. Sobre a concepção nagô de “morte”, vide Santos (2008).

que revela sua qualidade de vencedor de disputas e debates. As lojas de artigos religiosos em Foz do Iguaçu concentram-se na avenida Brasil e na rua Marechal Deodoro, no centro da cidade e, ainda, na Vila A e no bairro Morumbi.

Por sua vez, entre Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este estão distribuídas as vendedoras de ervas, especialmente erva-mate, frutas, temperos e folhas secas. Em sua maioria, são mulheres paraguaias provindas de Ciudad del Este, com quem o povo de santo da fronteira entretém relações comerciais. Mãe Baiana de Xangô, que tem seu terreiro de umbanda na região central, costuma ali adquirir produtos de consumo doméstico ao lado de ervas para variados usos. Boldo, manjerição, arruda, menta e hortelã figuram na lista dos banhos e da defumação do barracão, o salão público do terreiro.

Uma das conversas com o Ogan Elias de Oxóssi, do Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilayó, sobre a cidade de Porto Alegre, teve como tema o Mercado Público daquela cidade e seu Exu conhecido como o “Bará do Mercado”. Praticantes do batuque, modalidade religiosa afro-brasileira bastante disseminada no Rio Grande do Sul, apontam que o Bará foi assentado⁸ no subsolo do Mercado, em seu ponto central, significando que o orixá está ali presente, funcionando como fundamento da circulação financeira e do sucesso comercial do mercado e, por extensão, de toda a capital. Sua relevância como referência para o povo de terreiro gaúcho levou à sua patrimonialização como bem cultural e à sua incorporação no tombamento do Mercado Público, marcando uma zona de passagem entre o Asé do santo e o Asé do Estado (Hoshino, 2020). Como lembra Rabelo (2014), os assentamentos de santo, ao mesmo tempo em que se nutrem dos locais onde estão instalados, os ressignificam. Eles produzem instância e lugar.

Em continuidade, perguntamos ao Pai Elias onde Exu morava em Foz do Iguaçu. O Ogan respondeu que sendo o orixá dinamizador da riqueza, muitas pessoas o assentam em seus estabelecimentos. Todavia, reforçou que a principal morada de

8 A autoria deste assentamento é disputada, por vezes remetendo ao afamado Príncipe Custódio.

Exu na região seria em Ciudad del Este, ali se encontra uma das mais expressivas zonas livres de impostos da América Latina, comumente descrita como “paraíso das compras”, título que bem caberia ao céu de Exu. Pai Elias justificou, ainda, sua opinião aludindo ao fato de que há, em Ciudad del Este, alta circulação de pessoas e incontáveis transações comerciais firmadas, inclusive, em idiomas diversos. Exu rege, também, as fronteiras entre línguas e a possibilidade de inteligibilidade, via tradução. Mais de um mito relata como Exu, ao ser preterido, causou confusões e guerras através de mal-entendidos. Além disso, é de conhecimento geral a existência dos circuitos de atividades informais e ilegais na região. Exu, pai do preceito, governa e habita a tênue linha entre a regra e a subversão, entre acertos e desacertos, caminhos e descaminhos. O sacerdote negou haver realizado oferendas a Exu no Paraguai, mas disse que poderia muito bem fazê-lo, pois o orixá as receberia ali.

O tema da fronteira não está ausente da literatura sobre as religiões afro-brasileiras. Ele emerge em distintas versões: nos terreiros de comunidades diaspóricas de condensação geopolítica⁹, rearticulando fronteiras étnicas na estrutura da família de santo (Lima, 2003); na posição liminar dessas comunidades dentro e fora da modernidade brasileira (Carvalho, 1999); na transitividade entre o domínio dos vivos e dos e das ancestrais (Santos, 2008); na composição de dinâmicas espaciais urbanas e rurais¹⁰ (Risério, 2012) e de formas de segmentação política (Goldman, 2003). Ainda tematizados na literatura, estão os caminhos globais da prática afrorreligiosa e seus itine-

9 “No terreiro operou-se uma síntese original: a reunião de cultos a orixás (e, também a voduns) que, na África, se realizavam em separado, seja em templos, seja em cidades; a condensação do próprio espaço geográfico africano nos dispositivos morfo-simbólicos da ‘roça’ (oká), outra palavra para ‘terreiro’ e que conota as comunidades litúrgicas como situadas no mato, fora do contexto urbano. Na condensação do terreiro, transpõe-se muito da concepção espacial contida na cosmovisão nagô” (Risério, 2012, p. 158).

10 “Como o termo nativo “roça”, relativamente comum, expressa: “Os templos em que se pratica o candomblé, embora sejam também conhecidos por esse termo, são mais comumente chamados de ‘terreiro’, ‘roça’, ‘casa-de-santo’, ou pelos termos de origem iorubana: *ilê* (casa), *abassá* (salão), *Asé* (força vital) ou *egbé* (comunidade)” (Silva, 2008, p. 96, grifo do autor).

rários (Oro, 2013; Frijerio, 2013; Beliso-de Jesús, 2015). Dito de outra forma, caracterizando-se como transnacional desde sua origem, o candomblé permite dobras e desdobramentos como as que Pai Elias suscita em seu depoimento. Nas palavras de Matory:

Esta historia sugiere que los modos de vida, las tradiciones y las fronteras sociales a las que proveen sustancia perduran no a pesar de su involucramiento en diálogos translocales, sino que por causa de ello. El candomblé es uno de esos modos de vida y tradición que es tanto el producto de una cultura transoceánica y de una economía política conocida como “el Atlántico negro” como uno de sus mayores productores (Matory, 2015, p. 9).

A relação entre “fronteira” e “zona livre” nas representações do povo de terreiro de Foz do Iguaçu, em alusão seja às dinâmicas transnacionais, cruzando fronteiras políticas, seja aos domínios míticos, articulando zonas cósmicas, como as zonas “livres”, isto é, abertas e de passagem dos mercados e cemitérios, parece expressar subjetividades nômade: “orixás transnacionais, espíritos e santeiros viajantes são sujeitos conectados em movimento - subjetividades nômade” (Beliso-de Jesús, 2015, p. 36, tradução nossa). As conclusões da autora sobre a força dos *camino*s da *santería* cubana e sua geontologia multinivelada são válidas também para o modo de vida do candomblé:

Os viajantes santeiros, tanto os praticantes como os orixás, movem-se através e produzem caminhos transnacionais, as trilhas místicas e rotas políticas da Santería. Os *camino*s transnacionais nos levam por aeroportos, países, reinos espirituais e práticas divinatórias que abarcam essas geontologias. Argumento que esses níveis multinivelados de existência, pertencimento e transformação são produzidos em relação com as diásporas liberais, nas quais a liberdade é um afeito do viajar. Os praticantes, assim como os orixás, estão engajados em mobilidades fundadas em condições estruturais de pobreza, marginalidade,

racismo e sexismo. Os camiños transnacionais situam as experiencias mundanas da vida cotidiana dentro dos movementos e das prácticas religiosas, demostrando como o espiritual é tamén político (Beliso-de Jesús, 2015, p. 37, tradución nosa, grifo noso)

Porosas como a pele, e quase sempre inscritas tamén nela, os límites non son intransponíbeis, nem completamente permeábeis. Bará avanza para Ciudad del Leste, mas nessa pasagem, algo se modifica. Okiriokô, aquele que está em muitas partes, informa os percursos transnacionais de seus filhos e filhas, sem desconsiderar os preceitos da lei do santo e da lei do Estado, que regem e circunscrevem o trânsito entre espaços privados e públicos ou entre países. Mais que trajetórias, constituem-se “transjetórias” do Asé, (des)caminhos e (a)fronteiras. Se a fronteira, dispositivo territorial do Estado-nação, é afrontada no mesmo gesto que a restituí é porque, em certo sentido, faz rizoma, se territorializa na desterritorialização e insinua “linhas de fuga” (Deleuze; Guattari, 2011) como parte constitutiva da vida do santo e no santo.

O famoso caboclo Sete Laços, entidade de Mãe Marina de Ogún, orixá non por acaso andarilho: assiwaju, abridor de caminhos e fundador das setes partes de Irê, ao identificar-se, numa de suas azuelas prediletas, como “um boiadeiro de fronteira”, não deixava de fazer valer sua prerrogativa: se não nômade, ao menos caminhante. Tal vocação para os caminhos é “uma forma desterritorializada de fazer política que não deixa de reivindicar direitos e territórios, mas o faz de um modo essencialmente diferente da forma tradicional de se constituir como grupo político” (Anjos, 2006, p. 36).

Finalmente, estas páginas são um modo diferente da forma tradicional de se louvar Sete Laços, nem por isso deixam de reverberar os ensinamentos e chamados de seu berrante, ao qual acudiremos sempre. Marrumbaxêtro!

*Sou aquele boiadeiro
aquele boiadeiro
sou aquele boiadeiro
morador de fronteira,
quando pego meu berrante
pego meu berrante
o meu gado vem ligeiro.*

Mãe Marina.



Referências

ACSELRAD, H. O debate sobre cartografia e processos de territorialização –anotações de leitura. *In: ACSELRAD, H et al. (org.). Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território.* Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.

ANJOS, J. **No território da linha cruzada:** a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

AROCHA, J. Los ombligados de Anansi. **Nômadás**, n. 9, p. 201-209, set. 1998.

BLUM, C, *et. al.* Lugares de Asé. *In: RAGGIO, A. et al. (org.). População negra no Estado do Paraná.* Curitiba: SEJU, 2018. p. 248-272.

CARVALHO, J. **Um espaço público encantado.** Brasília: UnB, 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs.** São Paulo: Ed. 34, 2011. v.1.

EVANGELISTA, D. Fundando um Asé. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 63-85, jun. 2015.

FONSECA, D.; GIACOMINI, S. **Presença do Asé.** Rio de Janeiro: PUC-RJ/ Pallas, 2013.

FRIJERIO, A. A transnacionalização como fluxo religioso na fronteira e como campo social: umbanda e batuque na Argentina. **Debates do NER**, ano 14, n. 23, p. 15-57, jan./jun. 2013.

GALDINO, M.; SANTOS, M.; HOSHINO, T. A. P. Cartografia-A-nanse: territórios do Axé na Tríplice Fronteira. **Novos Debates**, v. 6, n. 1-2, p. 1-11, 2020.

GILROY, P. **O Atlântico negro.** São Paulo: Ed. 34, 2001.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003.

HOSHINO, T. A. P. **O direito virado no santo**: enredos de nomos e axé. 2020. 368 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/Nupier/Saiba_mais_Intolerancia_religiosa/O_direito_virado_no_santo_enredos_de_nom.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

LATOURET, B. Por uma antropologia do centro. **Mana**, v. 10, p. 397-413, 2004.

LIMA, V. **A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia**. Salvador: Corrupio, 2003.

LIRA, K. Reconhecimento de “novos” patrimônios: o caso do tombamento do Terreiro Ilê Omo Agboulá - BA. In: Simpósio Científico 2017 - ICOMOS Brasil, Belo Horizonte, 2017. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/eventosicomos/>. Acesso em: 14 maio 2018.

LOPES, N. Bantos, índios, ancestralidade e meio ambiente. In: NASCIMENTO, E. (org.). **Guerreiras da natureza**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 195-199.

MATORY, J. Jeje: repensando nações e nacionalismo. **Mana**, v. 5, n.1, p. 57-80, 1999.

MATORY, J. **La religión del Atlántico negro**. Santiago de Cuba: Casa del Caribe y Editorial Oriente, 2015.

MEIRA, T. As raízes da Nação e as “nações” da “raiz”. **Cadernos de Campo**, v. 1, n. 26, p. 86-110, 2017.

MOREIRA, A. Natureza, morada dos orixás. In: NASCIMENTO, E. (org.). **Guerreiras da natureza**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, E.; GÁ, L. (org.). **Adinkra**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

OLIVEIRA, A. Patrimônio cultural e poder local. In: HOSHINO, T.; HEIM, B. B.; GUIMARÃES, A. L. C.; BUENO, W. **Direitos dos**

povos de terreiro. Salvador: Mente Aberta; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 2020. v. 2.

ORO, A. Transnacionalização religiosa sem migração no cone sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 23, jan./jun. 2013, p. 61-72

RABELO, M. **Enredos, feitura e modos de cuidado.** Salvador: Edufba, 2014.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível.** São Paulo: EXO/Ed. 34, 2009.

RISÉRIO, A. **A cidade no Brasil.** São Paulo: Ed. 34, 2012.

REGO, J. Territórios do candomblé. **GeoTextos**, v. 2, n. 2, p. 31-85, 2006.

SALES, L. O. **Ayabas: o poder feminino.** 2020. TCC (Graduação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, J. **Os Nàgô e a morte.** Petrópolis: Vozes, 2008.

SIMAS, L.; RUFINO, L. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas.** Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SILVA, V. **Orixás da metrópole.** Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, V. As esquinas sagradas. *In*: MAGNANI, J.; TORRES, L. L. (org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana.** São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2008.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

TUNIRÊ, Mãe; SANTOS, M.; HOSHINO, T. A. P. **Afronteiras, transes e trânsitos do axé.** Curitiba: Appris, 2023.

TURNBULL, D. **Masons, tricksters and cartographers.** Nova York: Routledge, 2003.

VELAME, F. Corpos nômades. *In*: TAVARES, F.; BASSI, F. **Festas na Baía de Todos os Santos.** Salvador: EDUFBA, 2015. p. 105-137.



9. LUMBALÚ: ESPIRITUALIDADE E ESPACIALIDADES EM SAN BASÍLIO DE PALENQUE NA COLÔMBIA

Raquel Souza

Este capítulo busca demonstrar porque o ritual fúnebre conhecido como “*lumbalú*” pode ser pensado desde sua importância no conjunto de experiências e de religiosidade *palenquera* acerca do *pós-morte* e a função do espaço na articulação dessa prática. Para tanto, é apontada a relevância dos ritos no tecido social e a propensão à marginalização ou secularização da ideia de morte e de religião na contemporaneidade. Dessa maneira, descortino o quão perturbador é o papel das ciências sociais ao distanciar o estudo dos fenômenos humanos de suas eventuais explicações religiosas de origem africana e as lacunas de estudos sobre a espacialidade dos ritos afro-latino-americanos.

A formação do palenque de San Basílio data de princípios do século XVII, constando em registros históricos como o primeiro agrupamento de africanos e africanas livres nas Américas (Maglia, 2015), antes mesmo da Revolução Haitiana, em 1791. O local que existe hoje nos Montes María, ao norte da Colômbia, é resultante da união de outras formações palenqueras na mesma região. Até o presente, este reduto tem se mostrado em constante reagrupamento, como foi o caso da agregação dos moradores e moradoras de *La Bonga*, quando essa população que circunscrevia o palenque se viu coagida a sair de suas terras para fugir do conflito armado, em 2001. Esse e outros episódios de alianças com povos indígenas, desde o período

da escravidão, têm sido responsáveis por agregar membros e membras à comunidade.

O passado de resistência é motivo de orgulho aos **palenqueros** e **palenqueras** de San Basilio, conectando-os em história e trajetória com outros **palenques**, **quilombos**, **cumbes** e **maroons** das vastas terras americanas (Friedmann; Patiño, 1983; Schwegler, 2012). Hoje em dia, a comunidade **palenquera** tem se mostrado cada vez mais atualizada no universo digital, ao mesmo tempo em que encontra meios de se conectar com suas raízes ancestrais e continuar promovendo modos de preservação de aspectos cruciais de sua permanência. Um exemplo é a manutenção da variação linguística própria, a **lengua palenquera**, tanto no dia a dia quanto na redação de materiais didáticos e documentos oficiais (Schwegler, 2012).

Em termos espaciais e territoriais, o palenque San Basilio é uma comunidade rural em comparação às cidades mais urbanizadas que a circunscrevem. Sem pavimentação das ruas ou grandes construções em alvenaria, seus moradores e moradoras dedicam-se ao cultivo de plantas medicinais e à criação de pequenos animais, como porco e galinha, nos quintais das casas. Há também pouca circulação de automóveis no local.

À primeira vista, a capela católica chamada de Iglesia de San Basilio de Palenque, localizada na praça central, seria um dos pontos referenciais do reduto, não fosse a sua pouca aderência ao cotidiano dos palenqueros e palenqueras. Ademais, a capela permanece fechada a maior parte do tempo. À medida em que se caminha, a paisagem rural vai ganhando outros contornos, a começar pela substituição das casas de modelo tradicional, que tinha por base matérias primas locais, por construções em alvenarias. As moradias tradicionais eram construídas a partir de técnicas geracionais e materiais como o bejuco malibu (espécie de bambu), barro e folhagem para forrar os telhados (Souza, 2017).

Um marco na rotina comunidade é o **bullerengue**, um ritmo ainda hoje bastante influente entre os palenqueros e palenqueras (Valencia, 1995). Inclusive, a “Escuela de Danza Batata Palenque” tem colaborado para o desenvolvimento desta e outras performances corporais sobre temas locais. Igualmente

valerosos são os penteados usados nos eventos mais destacados da comunidade, como mais uma mostra de aspectos regionais de influência africana (Obeso *et al.*, 2008). Nos últimos tempos, a criação de restaurantes familiares para a venda de pratos e doces da região soma-se ao significativo e secular fato das mulheres saírem do espaço familiar para distribuir seus quitutes na cidade de Cartagena, a cerca de 50 quilômetros dali.

É nesse contexto que as cerimônias de **lumbalú** apontam para um princípio salutar à experiência religiosa **palenquera**, conhecida como o “baile dos mortos”. De tradição africana, com o objetivo de celebrar os mortos, durante nove noites seguidas, são executados diferentes danças e cantos para honrar a alma daquele ou daquela que se foi, pois neste período, o espírito retorna a casa antes de seguir seu caminho.

Esses rituais têm por objetivo a despedida dos mortos e a homenagem de suas trajetórias de vida (Schwegler, 1998). Contudo, essa cerimônia pode ter maior relação com o valor dado ao princípio de senioridade, tão característica da sociedade africana subsaariana, do que do culto aos mortos, conforme aponta o trabalho de Igor Kopytoff (2012) sobre o culto do **bambuta**. Isso porque para os africanos e africanas é mais pujante conhecer como os e as ancestrais mortos influenciam os vivos e vivas, do que saber como se portam no mundo sobrenatural (Kopytoff, 2012). Sem exemplos pontuais, o antropólogo estadunidense considera que a tradição intelectual etnocêntrica ocidental habitou-se a pensar que para os africanos e africanas o “ancestral” seria um “ascendente” morto no grupo dotado de poderes místicos. Todavia, a “‘ancestralidade’ africana não é mais do que um aspecto do fenômeno mais amplo da ‘senioridade’” (Kopytoff, 2012, p. 246).

Em outras palavras, o fato dos mais velhos e mais velhas gozarem de prestígio e valor entre os **palenqueros** e **palenqueras** na atualidade, pode ser explicado por essa similaridade com sociedades da África subsaariana, com seu maior respeito à senioridade. Por outro lado, pode-se afirmar que o desrespeito às gerações mais velhas nas antigas colônias latinas está muito relacionado ao padrão de produtividade imposto pelo capitalismo, desde as suas bases moderno-coloniais.

Morte e território: os corpos-improdutivos da modernidade ocidental

Termos como “ancestralidade”, “religiosidade” e “morte” para as populações **banto** parecem divergir da perspectiva moderno-colonial eurocentrada das ciências sociais. As representações acerca da morte no contexto europeu cristão têm sido pautadas, desde a Alta Idade Média, pelo temor e o medo, pois “o homem sabe – muito cedo – que morrerá. É, pois, o único no mundo a conhecer o medo num grau tão temível e duradouro” (Delumeau, 2009, p. 23). O sociólogo Jean Ziegler (1977) e o historiador Jean Delumeau (2009) narram diferentes etapas dos rituais de morte no ocidente.

No passado, os enfermos e enfermas eram enclausurados e enclausuradas num quarto na própria casa, quando se morria rodeado por familiares que choravam seu luto no local. Na modernidade ocidental, na sua convergência com o capitalismo, os e as doentes são confinados em uma ala hospitalar, que ficou conhecida como Unidades de Terapia Intensivo – UTIs. Neste caso, os e as familiares são dispensados para suas casas, onde receberão “um telefonema” sobre o falecimento do ou da familiar. A morte é distante e higiênica: o “homem-objeto” quando morto na sociedade industrial não possui qualquer utilidade, resta apenas que se desfaçam desse corpo urgentemente, pois para capitalismo este é incapaz de produzir (Ziegler, 1977).

Ao mesmo tempo, os ritos fúnebres foram se modificando ao longo dos séculos, principalmente, no que tange ao trato do corpo do morto ou da morta, sobretudo, no contexto urbano (Bayard, 1996). A morte tornou-se, desta feita, um tabu, do qual pouco se fala. Ela se esconde nas UTIs dos hospitais. O cuidado do corpo e os rituais de enterro foram diretamente afetados pela urbanização e pela industrialização que acompanham a modernidade (Ariès, 2012; Ziegler, 1977).

Dito de outra forma, sob o discurso da segurança sanitária, a crescente urbanização somada aos preceitos de produtividade mudou drasticamente a relação da sociedade com a morte – e com os espaços da morte: os corpos moribundos são afasta-

dos, a morte passa a ser apenas um aviso e as homenagens são feitas em poucas e breves horas, em locais designados para tal. O luto é igualmente sumário, pois o corpo enlutado é improdutivo. O silêncio sobre a morte atende aos desígnios do capital para uma “vida-produtiva”.

Merece melhor compreensão, ademais, a relevância dos rituais de passagem - a morte sendo um deles - para a humanidade. Para o antropólogo Arnold van Gennep estes rituais podem ser de agregação, de separação e de margem, conforme a finalidade (Gennep, 2011). Os arranjos funerários, para o autor, são ritos de separação, pois têm por objetivo desvincular o falecido ou falecida do grupo ao qual pertencia. No entanto, tais classificações baseadas nos acordos sociais centrados na modernidade ocidental pouco se aplicam a contextos nos quais as relações entre vivos e mortos se complexificam, como acontece em muitas comunidades afro-diaspóricas na América Latina.

A separação dos corpos de seu grupo e a ocultação da morte, com fortes marcações espaciais entre o local dos vivos e vivas, distinto e distante do lugar dos enfermos e enfermas, e mais ainda do espaço dos mortos e mortas, tende a não ocorrer nessas sociedades, como sucede em palenque San Basilio, onde os corpos e os espaços da vida e da morte se sobrepõem. Afinal, “morrer é uma transformação, uma mudança de plano de existência e de status. E são essas transformações que dão sentido às suas vidas, como também às suas mortes” (Manzochi, 1995, p. 261).

No desenvolvimento dessa escrita observamos como as ciências sociais dos séculos XIX e XX convergem tanto à anulação quanto à invisibilidade de agências espirituais - e espaciais - relacionadas a fenômenos do cotidiano. O afastamento proposital dos cemitérios para fora das cidades, adotando-se uma separação higienista de vivos e mortos, sob a alegação de prevenir novas formas de contaminação, também foi um modo moderno de lidar com a morte (Ariès, 2012).

Além disso, o preconceito racial manifesto nos rituais de morte - e não só, adverte Louis-Vincent Thomas em *“La mort*

africaine: idéologie funéraire en Afrique noire”¹ (1982), seria uma constante nas produções teóricas europeias sobre as populações africanas, por isso, os acadêmicos e acadêmicas precisam estar atentos ao uso e reprodução dessas ideias no âmbito da modernidade-colonialidade.

A embrenhada espacialidade do *lumbalú*

As descrições que seguem têm por base o relato de Milena, moradora de palenque San Basilio, em respostas a perguntas que foram realizadas por mim via aplicativo multiplataforma de comunicação instantânea Whatsapp, em 2019². Milena morou em San Basílio a vida toda e por isso conseguiu fornecer algumas descrições mais precisas sobre o **lumbalú** (Souza, 2021).

Note-se que as etapas do rito são descritas de modo distinto pelas pessoas da comunidade; os resultados da dissertação apontaram para variantes dessa narrativa. Por isso, trabalho a partir do relato de Milena, por considerá-lo aquele que melhor organiza, em termos de descrições e acontecimentos, as etapas de manuseio dos corpos e de realização da cerimônia no espaço. Nos conta Milena:

Para mí, el *lumbalú* tiene muchos componentes. Es todo esto trascender desde que la persona está en agonía o a la larga, como dicen acá en palenque. Donde los familiares, los vecinos y los amigos están pendientes de la persona que está enferma. El *lumbalú*, para aclarar, hay mucha gente diciendo que el *lumbalú* solo es tambores. *lumbalú* no es tambor. El tambor es uno de los elementos que están inmersos en él. El *lumbalú* se compone de llantos, gritos, lamentos, rezos y todo eso que tiene que ver

1 Em tradução livre: “A morte africana: ideologia funerária na África Negra”.

2 O resultado desse encontro foi registrado na dissertação apresentada em 2021 no programa de pós-graduação em Integração Contemporânea, da UNILA, que pode ser acessado em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6079>.

con el velório. La última noche o en novenario, todo es con la misa que hace de los ocho días. Todo eso tiene que ver con *lumbalú*.

El momento número uno es el momento de la Agonía, o la larga.

El momento número dos, la muerte, donde se prepara el cuerpo para que no tenga algún percance, porque en palenque no se le coloca formol a la persona que se muere porque dicen que el olor no es agradable para los demás que están en este mundo.

El momento número tres, es el entierro, tiene que ver con esa procesión que debe de ser guiada por alguien con una cruz, pero también tiene toda su parafernalia para esa guía. Debe tener una pila encendida que le abre el camino.

El momento número cuatro, del velorio - cabe destacar que el velório no es el velatorio del cadáver - que muchos piensan que cuando este último velorio dura nueve días, creen que es el nono día con el cadáver, pero no. El velório inicia después del entierro que son los ocho días de diario no más, donde hay varios momentos como de los rezos, de los cánticos, lo de la comida, de lo juego.

El momento número cinco, termina con las nueve noches o novenario. Que ya se le cambia la montura en el altar cuando la rezandera debe de rezar medio días después de arreglar el altar. Al altar se le coloca doce velas haciendo alusión a los doce apóstoles. Y los nueve días que se hace el velorio haciendo alusión a los nueve meses de gestación de la persona de su embarazo. Y se termina a las 4:30 de la mañana con un rezo diferente. Una cantada que se hace para levantar el paño (y en algunas partes del pacífico se le dicen levantar la tumba) donde se rezan diferente pero con un cántico hasta apagar la última vela, ahí termina el velorio (Milena *apud* Souza, 2021, p. 65-66).

Vale destacar a convergência de todas as etapas ritualísticas no mesmo território: o palenque. Não há, nesse caso, um apartamento social, que é também espacial dos corpos doentes, moribundos e mortos, como acontece com cada vez mais higienização nas cidades, em particular, nas grandes cidades. Ela nos traz, ainda, o relato e as informações sobre os cinco distintos momentos do **lumbalú**, a partir dos quais podemos espacializá-lo.

Conforme visto, há um **espaço fixo**, o quarto ou a casa, que vai se transmutando para adaptar-se aos distintos momentos da agonia, da morte e do velório. Isto é, as práticas religiosas que estão dispostas durante todo o ritual encontram-se atreladas a locais específicos da casa, a exemplo do altar erguido na sala durante o ‘baile dos mortos’ ou quando o pano que cobriu o altar é levantado após o nono dia de velório. Ainda, é na casa que permanece o enfermo ou enferma. Em alguns casos a pessoa não é retirada da comunidade e afastada dos seus entes, mesmo que sua partida tenha sido pressentida por sua comunidade, permanecendo na casa em que viveu até seu último suspiro.

A outra espacialidade indispensável no ritual é **um percurso pelo território**, que atravessa a comunidade desde a casa do morto ou da morta, até o local do enterro, o que corresponde ao terceiro momento do **lumbalú**. Nesse cortejo, o corpo é dirigido à entrada da comunidade, onde está localizado o cemitério, não sem antes passar por uma procissão, carregado pelas ruas locais por parentes e amigos ou amigas. A chegada ao cemitério não marca o final do funeral, ao contrário, essa inicia a fase do velório que será levado a cabo ao longo de nove dias. Todo o ritual está, destarte, espacialmente embrenhado na comunidade, em franca oposição às transformações dos rituais de morte impostos pela modernidade-colonialidade capitalista.

Finalmente, durante a novena, os membros e membras afastados acabam por retomar práticas locais e recordar a pessoa que partiu. Nesse sentido, cabe destacar a importância que a tradição oral tem desempenhado na transmissão do ritual às gerações mais novas. Longe de estar em vias de desaparecer, o **lumbalú** tem recebido novas interpretações e performances dentro da própria comunidade, a exemplo da teatralização do

lumbalú para exibições montadas pela Escuela de Danza Batata de Palenque.

A secularização e as ciências desencantadas

A religiosidade, assim como o secularismo, está submetida às experiências da modernidade ocidental, como aponta o livro sobre secularismo e as leis no Egito de Talal Asad, *Thinking about secularism and law in Egypt*, publicado em 2001. O autor entende que o secularismo não pode ser isolado como fenômeno exclusivo do Estado liberal moderno, pois este estaria tão integrado ao fluxo da vida quanto à religião e cuja separação diz respeito às práticas legais e políticas. Para o autor,

A secularidade não se refere às doutrinas de separação da igreja e do Estado, ou a descrença, mas ao complexo de práticas legais e políticas, condições sociais e presunções de que, fazem da religião um fenômeno social reconhecível e gerencia religiões particulares dentro dos Estados-Nação Moderno (Asad, 2001 *apud* Hardin, 2019, p. 8).

No texto posterior, “A construção de Religião como categoria antropológica” (Asad, 2010), Talal Asad considera que a perspectiva religiosa não é a mesma em toda a parte, já que a religião se desdobra como fenômeno transhistórico e transcultural, com especificidades também discursivas. Nesse ponto, o antropólogo traça um paralelo entre o secularismo resultante do pós-iluminismo e da pós-modernidade e a linguagem moral adotada pelo Ocidente.

Por sua vez, a modernidade tem sido apontada como responsável pela exclusão dos deuses e deusas e seus encantos das narrativas contemporâneas, sobre o que argumenta o historiador indiano Dipesh Chakrabarty:

O tempo próprio à história é sem Deus, contínuo e, para seguir Benjamin, vazio e homogêneo. Com isto quero dizer que ao empregar

a consciência histórica moderna (seja na escrita acadêmica ou fora dela), pensamos em um mundo que, na descrição de Weber, já está desencantado. Deuses, espíritos e outras forças “sobrenaturais” não podem reivindicar nenhuma agência em nossas narrativas (Chakrabarty, 2009, p. 2).

Dipesh Chakrabarty questiona como é plausível estudar historicamente eventos tratados como seculares, a exemplo da categoria do “trabalho” no Sul da Ásia, na medida em que são indissociáveis da religiosidade local, levando-o a questionar a autoridade das ciências sociais ao negligenciar os agenciamentos que têm por princípios deuses e espíritos. Para o historiador, isso se responde pela propensa arrogância e hegemonia do saber científico moderno-colonial eurocêntrico. Isto é, o saber científico moderno pautado por uma supremacia racial branca e cristã empenhou-se em discriminar e demonizar tais práticas. Vale lembrar que os viajantes e missionários europeus, não raras vezes, descreveram as religiões africanas como práticas de bruxaria ou mesmo antropofágicas (Huron, 1985).

A exclusão dos saberes sul da racionalidade moderna ocidental (Nunes, 2008) acaba por resultar na desqualificação dos ritos indígenas na América Latina e, antes disso, as práticas medicinais das mulheres na Idade Média (Federici, 2021). A inferiorização de saberes não convergentes àqueles construídos pelo homem branco europeu cristão é um dos cerne da modernidade-colonialidade assim como a separação secularidade *versus* religião ou, mesmo, a segregação espacial de corpos dissidentes - nesse caso, enfermos, moribundos e mortos - incluindo, nesse bojo da desqualificação por um lado e da segregação espacial por outro, também as práticas e saberes de pessoas negras, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

O fato é que até o presente, a história e as ciências sociais como campos do conhecimento permanecem encerradas num ateísmo ortodoxo e elitista (Chakrabarty, 2009). É preciso superar este elitismo que “se aloja silenciosamente em nossa consciência cotidiana” (Chakrabarty, 2009) para compreender práticas definidoras dos territórios de resistência negra na América

Latina. Somente assim é possível dar conta de escrever a experiência do **lumbalú** e suas agências espirituais no território palenquero de San Basilio. O desafio consiste, precisamente, em trazer para o campo do encanto, as ciências desencantadas (Chakrabarty, 2009).

Reencantar as ciências e os territórios

Este capítulo fez uma breve apresentação dos aspectos religiosos e espaciais envoltos na prática do **lumbalú**, levada a cabo pelo palenque de San Basilio, localizado nos Montes Maria, na costa da Colômbia. Esse ritual de origem afro-latino-americana retoma influências da cosmologia **banto**, agregando símbolos expressivos do catolicismo para se contrapor à higienização e ao apartamento da morte impostos pela modernidade-colonialidade capitalista. Ao longo da pesquisa de mestrado que originou as reflexões aqui presentes, observamos a importância dos ritos no cenário social destas comunidades, devido a agregarem valor e coesão ao grupo e por serem um lugar-comum à memória. Em simultâneo, o território desempenha um papel central na coesão social enredada a partir dos rituais fúnebres.

Apontamos, ademais, como no Estado moderno a morte foi secularizada, ou seja, apropriada e regulamentada a partir da racionalidade moderno-ocidental que resulta em espaços e territórios segregados para os rituais fúnebres, tirando deles as conexões com o sagrado. A morte, desagregada no território, responde a um encadeamento quase fordista de um considerável ritual de passagem na vida humana. Do hospital como espaço do enfermo e enferma, para o velório como espaço da brevíssima despedida, para o cemitério distante da vida na cidade. Os corpos mortos não produtivos não podem atrapalhar a produtividade dos corpos vivos.

Em palenque, ao contrário, o ritual se desenha no território e no tempo lento da comunidade, agregando histórias e gerações, resistindo aos atuais ritos sumários e higiênicos. Cabe aludir à lentidão referida aqui como parte do “sonho a encora-

jar, mas do que um traço a objetificar” (Tsing, 2019, p. 23), isso porque comunidades quilombolas, palenqueras e indígenas têm nos mostrado como é viável nutrir colaborações interestespecíficas com o meio onde estão situadas (*ibidem*). Finalmente, em diálogo com Dipesh Chakrabarty cabe perguntar: seria válido encantar as ciências sociais para que possamos compreender os muitos mundos e territórios excluídos e subalternizados pela modernidade-colonialidade?

Referências

ARIÈS, P. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ASAD, T. **Thinking about secularism and law in Egypt**. Leiden: ISIM, 2001.

ASAD, T. A construção da religião como uma categoria antropológica. **Cadernos de Campo, (São Paulo, 1991)**, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 263-284, 2010.

BAYARD, J.; LEMOS, B. **Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?** São Paulo: Paulus, 1996.

CHAKRABARTY, D. Translating life-worlds into labor and history. **Provincializing Europe**. New Jersey: Princeton University Press, 2009. p. 72-96.

CORREIA, P. Corpo-Transe no Candomblé. **Artefactum: Revista de Estudos em Linguagens e Tecnologia**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2014.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ESCALANTE, A. *et al.* **Significado del lumbalú**. Barranquilla: UNINORTE, 1989.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRIEDEMANN, N.; PATIÑO ROSSELLI, C. **Lengua y sociedad en el palenque de San Basilio**. Bogotá: Biblioteca Ibero-Americana, 1983.

GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HARDING, S. Religion: it's not what it used to be. *In*: MACCLANCY, J. **Anthropology for the contemporary world**. Chicago: The University of Chicago Press, 2019. p. 43-60.

HURBON, L. As sobrevivências das religiões africanas em três estados caraíbas. *In*: UNESCO. **Documentos da reunião de peritos sobre “As sobrevivências das tradições religiosas africanas nas Caraíbas e na América Latina”**. Paris: Unesco, 1986. p. 101-117.

KOPYTOFF, I. Ancestrais enquanto pessoas mais velhas do grupo de parentesco na África. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, São Paulo, v. 21, n. 21, p. 233-250, 2012.

MAGLIA, G; MOÑINO, Y. Oralitura de San Basilio de Palenque: temas europeos, africanos y criollos. **Cuadernos de Literatura**, Bogotá, v. 19, n. 38, p. 171-201, 2015.

MANZOCHI, H. Axexê: a rite of passage. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 261-266, 1995.

NUNES, J. O resgate da epistemologia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 45-70, 2008.

OBESO, R.; REYES, R.; TEJEDOR, J. **Lengua ri palenge jende suto ta citiá**. Bolívar: Instituto de Educación e Investigación Manuel Zapata Olivella, 2008.

SCHWEGLER, A. **Chi ma nkongo**: légua y ritos ancestrales en El Palenque de San Basilio. Frankfurt: Vervuert Verlag, 1996.

SCHWEGLER, A. Sobre el origen africano de la lengua criolla de Palenque (Colombia). *In*: MAGLIA, G.; SCHWEGLER, A. (ed.). **Palenque (Colombia)**: oralidad, identidad y resistencia: Un enfoque interdisciplinario. Bogota: Instituto Caro y Cuervo & Universidad Javeriana, 2012. p. 107-179.

SMITH, W. **O sentido e o fim da religião**. Rio Grande do Sul: Sinodal, 2006.

SOUZA, R. S. **Palenque de San Basilio**: uma apresentação da comunidade a partir dos hábitos palenqueiros nos Montes María. 2017. 61 f. TCC (Graduação) – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em:

<https://dspace.unila.edu.br/items/a460deeb-0f98-4019-aeaf-a-64860d89ae9>. Acesso em: 28. out. 2024.

SOUZA, R. S. **Lumbalú' más allá de los tambores**: do transcender espiritual à insurgência em San Basilio de palenque. 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/fffd4bf1-e87d-429b-8e5f-2577890b50fb/full>. Acesso em: 28 out. 2024.

THOMAS, L. **La mort africaine**. Paris: Payot, 1982.

TSING, A. **Viver nas ruínas**. Brasília: IEB, Mil Folhas, 2019.

VALENCIA, G. Apuntes sobre el bullerengue en la región del Dique, Colombia. **América Negra**, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, n. 9, p. 234-238, 1995.

ZIEGLER, J. **Os vivos e a morte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.



10. E AS VARANDAS? (IN)ADEQUAÇÃO CULTURAL E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO A PARTIR DO QUILOMBO DE APEPU ¹

Andréia Moassab e Tiago Bastos

Este capítulo busca evidenciar os desafios de trabalhar políticas públicas, especificamente as habitacionais, em atendimento às singularidades da população negra, fora do contexto urbano. Não apenas a invisibilidade e desconhecimento dos modos de ocupar os espaços é um fato no sistema de valoração e de ensino na arquitetura e urbanismo, como a área é profundamente brancocêntrica, urbanocêntrica, androcêntrica e eurocêntrica. Tais valores resultantes de séculos de consolidação da modernidade ocidental são definidores de políticas habitacionais, universalizadas a partir dos modos de morar do homem-branco-burguês-urbano. Pouca atenção tem sido dada a estas questões, pelas escolas de arquitetura e urbanismo, as quais majoritariamente naturalizam este sistema. Com o intuito de problematizar e colaborar para a reversão deste quadro, o recorte étnico-racial tem sido nossa preocupação constante em sala de aula há mais de uma década.

1 Este texto é uma versão ampliada e atualizada daquele apresentado no I Congresso Internacional Epistemologias do Sul, realizado na UNILA, em 2016. Vale ressaltar, ainda, que foi redigido a partir de um recorte temporal específico, que compreende a vigência de um projeto de extensão no território, ocorrido entre os anos de 2015 a 2017, não abarcando as mudanças espaciais no quilombo, nos últimos anos. As reflexões aqui apontadas, contudo, seguem atuais e urgentes.



Capelinha

Plantação
de soja

Plantação
de soja

Acesso

Plantação
de soja

Parque Nacional
do Iguaçu

No entanto, o que parece ser uma simples proposta didática é de fato um enorme desafio, visto que há pouquíssimo material publicado sobre arquitetura do povo negro, sobre arquitetos e arquitetas negras ou sobre a arquitetura produzida a partir do continente africano, sobretudo contemporânea, de modo que toda esta experiência pedagógica só tem sido paulatinamente possível com a enorme colaboração dos alunos e alunas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que acolhem as disciplinas específicas propostas para este debate² e projetos de extensão/pesquisa, cientes das dificuldades que fazem parte de todo um sistema de invisibilização étnico-racial socialmente naturalizado.

Por demanda da comunidade quilombola de Apepu, de 2015 a 2017 acompanhamos e assessoramos o processo de transformação espacial do quilombo³. Apepu está localizado na zona rural do município de São Miguel do Iguaçu – a cerca de trinta quilômetros do centro de Foz do Iguaçu – às margens do Parque Nacional do Iguaçu, na região oeste do estado do Paraná. A capelinha, inserida originalmente nos limites da comunidade, é um marco relevante na história local. Erguida pelo patriarca João Correia em homenagem à São João, ela sedia há décadas as festividades juninas, recentemente retomadas.

As primeiras gerações chegaram a Apepu há mais de cem anos.

Os mais antigos falavam que meu avô veio para cá na instalação do telégrafo de Guarapuava a Foz do Iguaçu em 1905, depois fizeram a estrada que vai do Rio Boicy até as Cataratas (Correa *apud* Colombo, 2021, p. 228)

-
- 2 O projeto político-pedagógico do curso de arquitetura e urbanismo da UNILA tem as disciplinas “Arquiteturas Afro-brasileiras” e “Arquiteturas e Cidades Africanas”, ministradas por Andréia Moassab, uma das autoras do capítulo, em 2014, 2015, 2017 e 2018. Vale mencionar que durante a elaboração do PPC do curso, tivemos imensa resistência da instituição em manter a referência à lei 11.645/08 no texto, demonstrando que luta pela desnaturalização do racismo no ensino da área segue imensa e necessária.
- 3 Registramos na cartilha “Direito ao Território no Quilombo Apepu”, a memória espacial do quilombo, reconhecendo suas práticas construtivas e de ocupação do território. Disponível em: <https://divulga.unila.edu.br/maloca/wp-content/uploads/sites/28/2023/09/Caderno-Maloca-n1-2023.pdf>. Acesso em 19 set. 2025.

As terras que meu avô recebeu, dizem que foi doado pela Colônia Militar, pelos serviços que fizeram na construção do telégrafo e de estradas, isso foi logo quando chego aqui em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1905 e 1906. Pelo que fiquei sabendo, eram 20 alqueires de terra, na divisa fora do Parque Nacional, do Rio Apepu sentido Foz do Iguaçu e vem beirando (Correa *apud* Colombo, 2021, p. 234).

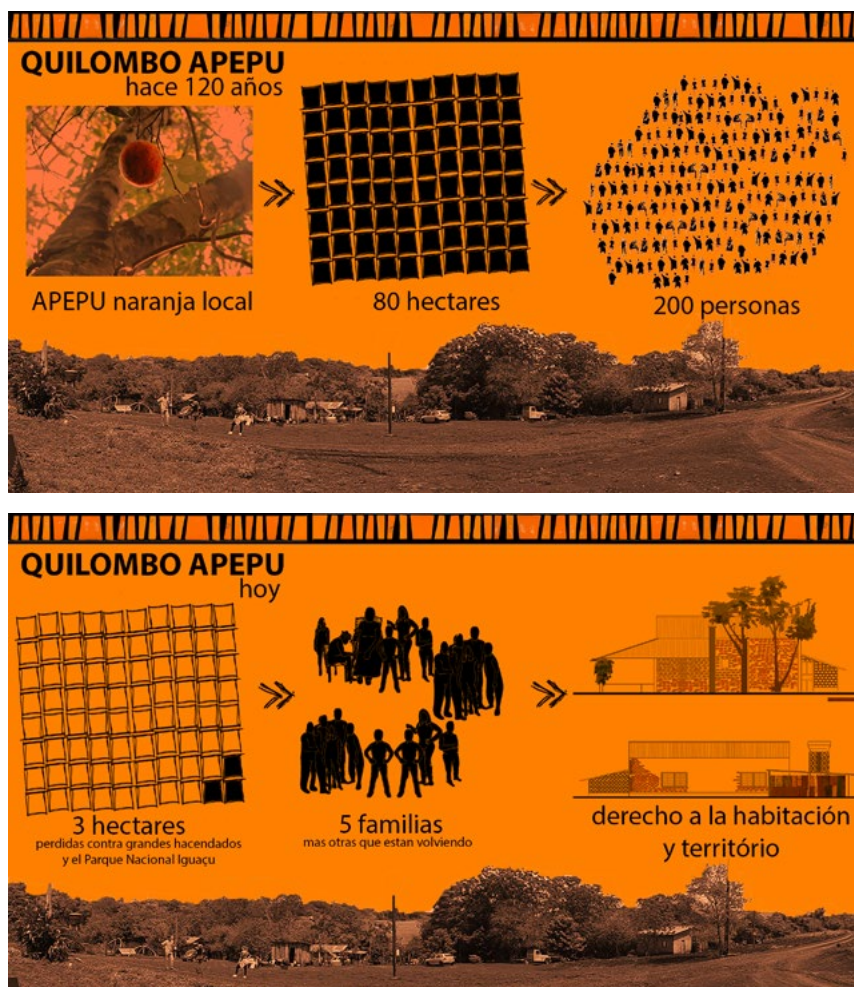
Daqueles 20 alqueires, relatados ao historiador Leonir Colombo por Altavir Correa (2021) ou 80 hectares originais, conforme afirma Roberto Correa (Moassab; Bastos, 2020), restam apenas três hectares. Das mais de duzentas pessoas que já viveram no local, atualmente, são cinco os núcleos familiares, com cerca de oitenta pessoas entre residentes e moradores e moradoras transitórios. Parte da terra foi ocupada pelo parque nacional e parte por fazendeiros. Ainda, oportunidades no centro das cidades fizeram com que muitas famílias se mudassem.

Com o reconhecimento de Apepu como comunidade quilombola, em 2004,⁴ diversos familiares pensam em regressar à terra, dependendo, para isso, da construção de novas moradias (*ibidem*). Portanto, as seis moradias novas no quilombo são uma demanda básica para a comunidade poder acolher o retorno de familiares que se encontram dispersos em cidades vizinhas.

Igualmente, na última década, o reconhecimento jurídico e simbólico da comunidade como remanescente de quilombo, tem aumentado o fluxo de pessoas e iniciado algumas atividades turísticas na área, levando-os a pleitear apoio da administração pública e instituições locais para melhor acolher os e as visitantes. Por este motivo, junto às moradias também estava planejada a construção de um espaço de uso comum para receber visitantes e festividades (o “barracão”), projeto elaborado e doado pela Itaipu Binacional em 2019, sem que fossem considerados, contudo, os aspectos culturais em seu projeto arquitetônico.

4 Apesar do reconhecimento da Fundação Palmares ser de longa data, até 2025, o Quilombo ainda não havia sido titulado pelo INCRA, permanecendo uma pauta importante de luta para a comunidade.

Figura 2 - Evolução histórica do Quilombo Apepu



Fonte: Frame retirado de Grupo Maloca, 2018. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=iQ3EKWdeVIg>. Acesso em: 28 ago. 2025.

Quando iniciamos nosso trabalho junto à comunidade, em finais de 2014, o quilombo já havia sido contemplado pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).⁵ No entanto, as

⁵ O programa foi criado pelo Governo Federal no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009, com a finalidade de possibilitar ao agricultor ou agricultora familiar, trabalhador ou trabalhadora rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja

casas não chegaram a ser construídas, devido à crise política do país e os contingenciamentos que afetaram drasticamente as populações mais pobres após as ações golpistas de 2016. De qualquer maneira, estes anos atuando junto a Apepu evidenciaram a inadequação das políticas habitacionais para a população negra fora dos grandes centros urbanos.

A nossa participação no quilombo visava auxiliar a comunidade no acesso e compreensão da política habitacional à qual foram contemplados e, ao mesmo tempo, identificar junto aos e às quilombolas as inadequações do projeto padrão, valorizando os seus próprios hábitos de morar. Naquilo que estava ao alcance da universidade, pudemos auxiliar para a assimilação, por parte da comunidade local, dos programas e projetos previstos para o quilombo – muitas vezes em linguagem bastante hermética. Foi possível colaborar, especialmente, com a elaboração de materiais acadêmicos que estão amparando a comunidade nos processos jurídicos de autoidentificação e delimitação do território quilombola.

Tradicionalmente, no meio arquitetônico, a contribuição cultural afro-brasileira tem sido negligenciada e invisibilizada (Moassab, 2016; 2019; 2020). No processo de transformações que Apepu atravessa nos últimos anos, com políticas públicas e ações que por vezes não dialogam com a questão cultural local, entendemos como imprescindível valorizar essas matrizes e problematizar os processos em conjunto com a comunidade e num constante diálogo de saberes – em simultâneo à luta por acesso a políticas públicas e ações efetivas no território.

O projeto arquitetônico das novas moradias foi realizado nos moldes do programa PNHR, sob a gestão da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, entidade de São Miguel do Iguaçu, que se articula com os e as quilombolas há alguns anos. Com parâmetros de gestão, exigências projetu-

construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Com o governo golpista de Michel Temer (2016-2018), a modalidade do PNHR voltada para entidades privadas sem fins lucrativos, no qual se insere o processo da CRESOL referente ao quilombo de Apepu, passou por revisões e enfraquecimentos e os últimos contratos assinados pelo governo anterior foram suspensos. Até meados de 2025, contudo, quatro casas haviam sido construídas.

ais, padrões construtivos e ritos de aprovação e financiamento, padronizados para todo o Brasil, o programa ignorava particularidades culturais e locais. Ademais, o PNHR era integrante do programa habitacional de caráter urbano, Minha Casa Minha Vida – MCMV, sobre o qual diversos trabalhos críticos já foram feitos (Maricato, 2013; Bonduki, 2014; Rolnik, 2012). O equivalente rural, ao contrário, suscitou menor atenção por parte dos pesquisadores e pesquisadoras na área.

Vale esclarecer que o PNHR não possuía em si um “projeto padrão”, embora contivesse em sua formatação uma despreocupação quanto às particularidades de respostas arquitetônicas adequadas a cada contexto. No caso de Apepu, foi a CRESOL que organizou todo o processo de documentação e captação de recursos. A entidade tem outras experiências habitacionais na região, formatadas a partir da captação de recursos federais, como o Habitasol, composto por um projeto padrão de moradia. Neste ponto, deve-se ressaltar que a adequação cultural, um dos pressupostos do direito à moradia, tem sido historicamente negligenciado pelas políticas públicas. De todo modo, as problematizações que propomos seguem em direção oposta ao enfraquecimento e os ataques ao programa promovidos pelo governo golpista de Michel Temer (2016-2018) até o seu completo encerramento na gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022). Pelo contrário, trazemos um debate que visa o aprimoramento numa possível ampliação do programa, quando fosse retomado, pois a luta por políticas habitacionais para o meio rural deve ser uma constante por todos e todas que defendem o direito à moradia.

Direitos Humanos, Direito à Moradia e Adequação Cultural

A habitação é internacionalmente reconhecida como um direito humano fundamental, desde 1948 assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Nas décadas seguintes tratados assinados por vários países, entre os quais Brasil, têm especificado que o direito à moradia compreende o direito a um padrão de vida adequado. Sobretudo a partir de meados dos anos 1980, diversos instrumentos jurídicos internacionais colaboraram ativamente para melhor definir e delimitar o que é a moradia adequada. Este é o caso das Observações Gerais nº. 4, emitidas em 1991 pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. Este documento explicita e confirma que o direito à moradia não pode se confundir com o direito a um teto ou, ainda, com uma mercadoria (ONU, 1991).

Em exata oposição, o direito à moradia implica ao direito de todos e todas a ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, dignidade e saúde física e mental. As Observações Gerais nº. 4, por conseguinte, estabelecem que a moradia adequada deve incluir: segurança da posse; custo acessível; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; habitabilidade; localização adequada; a não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, adequação cultural. Por fim, o documento determina que os Estados signatários devem priorizar os grupos sociais que vivem em condições desfavoráveis, inclusive nos períodos de recessão (ONU, 1991).

No ano 2000, as Nações Unidas designaram uma Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada, cuja função é examinar, monitorar e relatar o direito à moradia no mundo. Importa ressaltar que na última década, o direito à moradia foi integrado ao direito à cidade. Uma compreensão alargada do direito à moradia busca evitar a perpetuação de políticas isoladas de habitação, já que para a efetivação ampla e duradoura deste direito, a moradia deve ser uma noção política e cultural de cidadania. No Brasil, o Estatuto da Cidade, resultante da

constituição federal, é um marco do planejamento urbano por estabelecer que a cidade e a propriedade urbana devem ter o desenvolvimento pleno de sua função social. Isto significa dizer que a gestão e a legislação urbana devem em conjunto garantir o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à mobilidade urbana, aos serviços públicos e ao atendimento das demandas sociais.

Por outro lado, carece, no país, maior atenção à adequação cultural da moradia, omissão conflitiva, inclusive, com a noção de direito à moradia adequada. Historicamente, as políticas habitacionais são pautadas a partir de um déficit quantitativo levando a propostas homogêneas para atender contextos absolutamente distintos, muitas vezes culturalmente inapropriados, como é o caso da imposição de desenhos urbanos em contextos rurais ou ruralizados, como aconteceu com Apepu. Ademais, as políticas planejadas nas grandes cidades tendem a homogeneizar e naturalizar os modos de morar a partir da realidade metropolitana solapando e ocultando outras maneiras de ocupar o território e de espacializar a vida doméstica. A presença do quintal, das plantas e dos animais é uma forte característica identitária nas pequenas e médias cidades e nas zonas rurais.

Vale destacar que 91% dos municípios brasileiros têm menos de 100 mil habitantes (IBGE, 2020). Isto é, 5.244 cidades brasileiras, onde moram 42% da população do país, mais de 89 milhões de pessoas. Ainda, 3.850 municípios têm menos de vinte mil habitantes e cerca de 33 milhões de brasileiros e brasileiras moram em cidades com menos de cinco mil habitantes (*ibidem*). Ou seja, são pelo menos 122 milhões de pessoas cujos hábitos de morar e cujas distâncias para as atividades cotidianas, estão muito mais próximas de um universo difuso pelo território, onde a distinção entre rural e urbano sequer faz sentido e onde tais limites são bastantes tênues. Contudo, inúmeros são os projetos de habitação social verticalizados a ignorar a importância do espaço exterior na organização da vida doméstica de milhões de brasileiros e brasileiras.

Arquitetura, cultura e identidade

O conhecimento das práticas construtivas e da interação entre espaço e vivência é basilar para a compreensão da cultura de um povo. Nas práticas do cotidiano são negociados os espaços privados e sociais das habitações, nos quais são consolidadas as bases identitárias de uma paisagem arquitetônica. A materialização espacial de uma cultura compõe a gramática da sua história e do seu ambiente. Neste sentido, identificar, inventariar, analisar e, sobretudo, valorizar as tipologias arquitetônicas habitacionais é de suma importância para a compreensão social, espacial e territorial de uma sociedade. O espaço de morar, em toda a sua complexidade e escala (das casas às cidades), ocupa um lugar central de questões fundamentais para a arquitetura. Os hábitos de morar fornecem pistas acerca do meio físico e das dinâmicas sociais. Por exemplo, a divisão dos espaços da casa, ao separar servos (as) de senhores (as) ou homens de mulheres, expõe a construção hierárquica de uma dada sociedade. Os materiais utilizados, como pedra, barro ou madeira, indicam o clima e a disponibilidade de matéria-prima em cada região do globo terrestre. As escolhas construtivas e os hábitos de morar simultaneamente refletem e produzem uma complexidade social, cultural e material (Moassab; Anahory, 2022).

Para além das disposições internas das casas, as relações de vizinhança contam-nos as estratégias de sobrevivência, de integração ou dissimulação. As comunidades quilombolas no Brasil, com um passado ligado a escravizados e escravizadas fugidos, guardam até os dias de hoje as técnicas de “invisibilidade” pelo território. Tanto a cor das casas (em terra), quanto a dispersão pelo território, dificulta a sua localização pelos capitães do mato⁶. Na comunidade Kalunga, em Goiás, a opção pela construção em adobe (tijolo de terra crua) foi outra das inúmeras estratégias de sobrevivência. Apesar de haver muita pedra na região, preferiu-se construir com adobe, tendo em vista garantir a autonomia construtiva, pois trata-se de uma técnica de

6 Designação dada a homens contratados para capturar pessoas que fugiam da escravidão e destruir quilombos.

fácil apreensão e sem necessidade de mão de obra especializada. O volume ortogonal e compacto da habitação tem ligação direta com as construções de algumas regiões africanas, revelando, mesmo através dos séculos, a origem daquelas pessoas (Almeida, 2005). Logo, a arquitetura constitui um documento histórico.

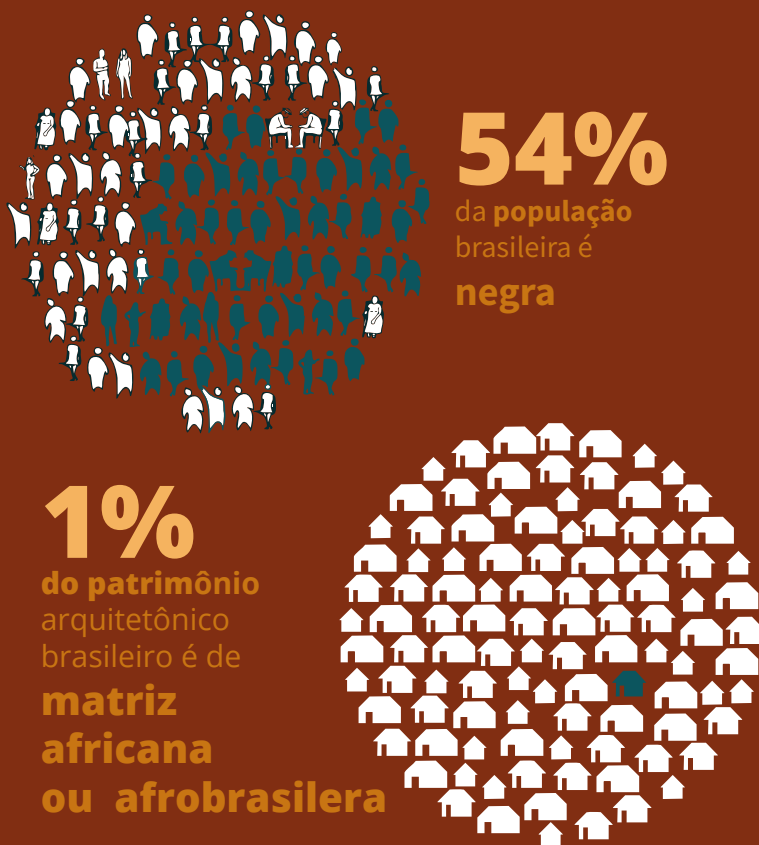
Ademais, a casa como a conhecemos hoje é fruto de uma concepção espacial recente. A separação entre a casa e o ambiente de trabalho só ocorreu após a Revolução Industrial, com a necessidade de construção das grandes plantas industriais. Foi nesse período que o trabalhador e trabalhadora acabam definitivamente separados da sua habitação, bem como deixa de ser dono ou dona das suas ferramentas de produção. Esta separação funcional foi aprofundada com a arquitetura moderna, que desde os finais do século XIX estabelecia um novo paradigma de cidades: as cidades funcionais. Sob tais moldes, com fortes influências até nos dias atuais, as cidades devem ser separadas por zonas de acordo as funções: habitar, trabalhar, circular, divertir (lazer), conforme constava na **Carta de Atenas**, importante manifesto arquitetônico e urbanístico dos anos de 1930. A casa modernista, projetada para uma sociedade altamente industrializada, previa exíguos espaços privados. A máquina iria realizar o trabalho e as pessoas teriam mais tempo para o lazer. Neste sentido, a casa deveria ser mínima e os espaços públicos maximizados. Sucede que o capitalismo não libertou a classe trabalhadora. Ao invés disso, diminuiu os espaços de lazer, todos ocupados pelo capital imobiliário, e ainda manteve a casa com padrões mínimos (Moassab; Anahory, 2022).

Está fora deste padrão genérico e pretensamente universal, por exemplo, a casa do trabalhador e trabalhadora do campo, a qual apresenta outras especificidades, diversas daquelas da cidade. Nela constam espaços exclusivos para guardar mantimentos e animais. O acesso é feito por todos os lados e não necessariamente pela “porta da rua”, como acontece com as casas urbanas. No Brasil colonial, a separação entre a casa grande (moradia do senhor) e a senzala (alojamento precário para escravizados e escravizadas) é a estrutura arquitetônica inspiradora dos estudos sociológicos de Gilberto Freyre (2006 [1933]),

a qual refletia uma sociedade profundamente segregada: escravizados e senhores não transitavam pelos mesmos ambientes. Ainda, as casas coloniais não seriam funcionais se não fosse a organização social de base escravocrata, que exercia o papel da infraestrutura. Grosso modo, o padrão de moradia observado atualmente para as habitações populares, ao fim e ao cabo, são uma mescla paradoxal da casa colonial e da casa da burguesia industrial, cujo modelo é naturalizado pelas políticas públicas de habitação, o que acontece, inclusive, com as casas do PNHR desenhadas para o Quilombo Apepu.

Importa ressaltar que a desnaturalização deste padrão habitacional não é um processo simples e deve ser transversal a diversas instâncias e debates. Note-se que apenas 1% dos bens arquitetônicos tombados pela União, ou seja, considerados dignos de compor a memória construtiva nacional, concerne ao patrimônio edificado afrodescendente. Dos quase mil bens materiais protegidos em nível federal, pouco mais de irrisórias 10 edificações tombadas pela União são referentes aos espaços, espacialidades e técnicas construtivas afrodescendentes (Moassab, 2016). Destes, a maioria, de fato, foi tombada após a constituição de 1988, marco jurídico que adicionou novos critérios sobre a preservação de patrimônio no país. Não obstante a Constituinte ter colaborado para a inclusão da cultura edílica de origem africana na preservação do patrimônio imobiliário nacional, passadas quase três décadas, o avanço ainda é incipiente. Isto significa que as práticas construtivas afro-brasileiras não fazem parte da memória arquitetônica nacional (Moassab, 2016). Sob os auspícios do paradigma cultural da modernidade, o sistema de valorização em arquitetura produziu a não-existência de certas espacializações e práticas espaciais, como as indígenas, africanas e afrodescendentes.

Figura 3 - População negra *versus* patrimônio
arquitetônico de matriz africana



Fonte: Freitez, 2017, com base em Moassab, 2013.

Apepu: entre as moradias existentes e as propostas do PNHR

Uma das características mais marcantes das casas em Apepu é a existência da varanda. Este espaço é amplamente utilizado, sendo o centro da socialização no quilombo e o local de realização de diversas tarefas domésticas: desde o cozinhar à separação e organização da produção para venda.⁷ Em todas as ocasiões que visitamos Apepu, fomos recebidos na varanda da D. Aurora,⁸ seja para debatermos os rumos das novas casas, seja para os momentos de descontração. Não é razoável imaginar o quilombo sem as suas varandas. Este espaço coberto, intermediário entre o dentro e o fora, entre o privado e o social, é estruturante das relações sociais locais. A varanda coberta protege do sol intenso e da chuva, ao mesmo tempo em que permite a ampla ventilação e o contato visual com o exterior: quem chega, quem sai, quem precisa de algo.

A instalação de uma cozinha completa e funcional na varanda, como é o caso da cozinha da D. Aurora, se assemelha tanto a algumas tipologias guaranis na região, como algumas casas tradicionais africanas. Ao contrário de locais frios, onde as cozinhas são comumente no centro interior das casas, devido ao necessário aproveitamento do fogo para cozinhar e esquentar os ambientes, nos climas quentes, o mais usual é a cozinha no espaço exterior doméstico. Além disso, na zona rural, o acesso facilitado para a varanda permite que o trabalhador e trabalhadora do campo façam as suas refeições e convívio sem levar terra para o interior da casa. Apesar da importância deste espaço para a vida cotidiana no quilombo Apepu, nenhuma das seis casas propostas pelo PNHR tinha varanda. Havia, portanto, uma total desconexão das habitações promovidas pelo programa nacional da realidade local.

Tivemos a oportunidade de realizar algumas atividades no quilombo para destrinchar aos e às quilombolas os desenhos

7 Alguns moradores e moradoras do quilombo vendem seus produtos agrícolas para o abastecimento de escolas públicas municipais.

8 Lamentamos imensamente a partida de D. Aurora, em 2017, a quem certamente devemos muito de nosso aprendizado.

técnicos e toda a linguagem cifrada sobre as casas que receberiam. Até aquele momento eles e elas não tinham compreendido como seriam as novas moradias.

Este tipo de prática no terreno, em diálogo com a comunidade, tem colaborado enormemente com a produção de conhecimento na área, sobretudo quando são raros os livros que possam subsidiar o ensino de práticas arquitetônicas fora do universo hegemônico. Temos percebido, outrossim, que o debate de políticas públicas em territórios tradicionais pode subsidiar diversas questões em disciplinas que versam sobre Políticas Públicas de Habitação. Ressalte-se que durante o processo de elaboração das ementas⁹ para as disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo e do mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da UNILA, constatamos haver no Brasil a total exclusão da arquitetura indígena e afro-brasileira das publicações nacionais, com apenas dois livros especificamente dedicados à arquitetura indígena e nenhum à arquitetura afro-brasileira, temas restritos a itens de alguns pouquíssimos livros sobre arquitetura popular. Uma profunda alteração neste quadro seria de suma importância para um ensino voltado para a emancipação e autonomia dos povos.

O empoderamento da comunidade quilombola através da valorização dos saberes locais relativos à moradia e espaço, o diálogo de saberes e a execução do papel social da universidade contribuem para o acesso a direitos. A inserção do debate de promoção do direito de minorias e valorização de suas práticas e necessidades aprofunda a democracia e garante a adequação cultural da moradia, prevista como direito humano fundamental. Desta feita, entendemos que a produção de saberes alijados da academia, os direitos sociais e humanos e as políticas públicas, embora sejam transversais a diversas áreas, devem imprescindivelmente constar da formação técnica em Arquitetura e Urbanismo e de gestores públicos.

9 A autora deste texto foi a responsável pelas ementas das disciplinas voltadas para políticas públicas habitacionais, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Referências

ALMEIDA, J. G. Organização Espacial e Ocupação no Kalunga: a moradia como efetivadora. **Paranoá**, Brasília, v. 7, 2005.

BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2014. v. 1.

COLOMBO, L. A origem do quilombo Apepu e a questão fundiária. **Projectare**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 221-241, nov. 2021.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

GRUPO MALOCA. **Arquitecturas afrolatinas**. YouTube, 13 maio 2018. 5 min 13 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iQ3EKWdeVIg>. Acesso em: 28 ago. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=resultados>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: VAINER, C. *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, p. 134-156, 2019.

MOASSAB, A. De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 5, p. 08-19, 2020.

MOASSAB, A. O patrimônio arquitetônico no século 21. **Arquitextos**, Vitruvius, São Paulo, ano 17, n. 198.07, nov. 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6307>. Acesso em: 04 ago. 2021.

MOASSAB, A.; ANAHORY, P. **Panorama da arquitetura habitacional em Cabo Verde**. Praia: UNICV, 2022.

MOASSAB, A; BASTOS, T. Dossier direito ao território no quilombo Apepu. **Caderno Maloca**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, set. 2020. Disponível em: <https://divulga.unila.edu.br/maloca/wp-content/uploads/sites/28/2023/09/Caderno-Maloca-n1-2023.pdf>. Acesso em: 19 set. 2005.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Observações gerais n. 4**. Nova Iorque: ONU, 1991.

ROLNIK, R. Eu sou você amanhã: a experiência chilena e o ‘Minha Casa, Minha Vida’. **Blog da Raquel Rolnik**, 10 maio 2012. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/?s=chile+na>. Acesso em: 04 ago. 2021.

3

**CARTOGRAFIAS
POLÍTICAS:
FERRAMENTAS PARA
MAPEAR O (IN)EXISTENTE**

Fronteira Colombo-Venezuelana:

Cúcuta (Norte de Santander - COL)

San Antonio del Táchira (Táchira - VEN)



Tríplice Fronteira:

Foz do Iguaçu (Paraná - BRA).

Puerto Iguazú (Misiones - ARG).

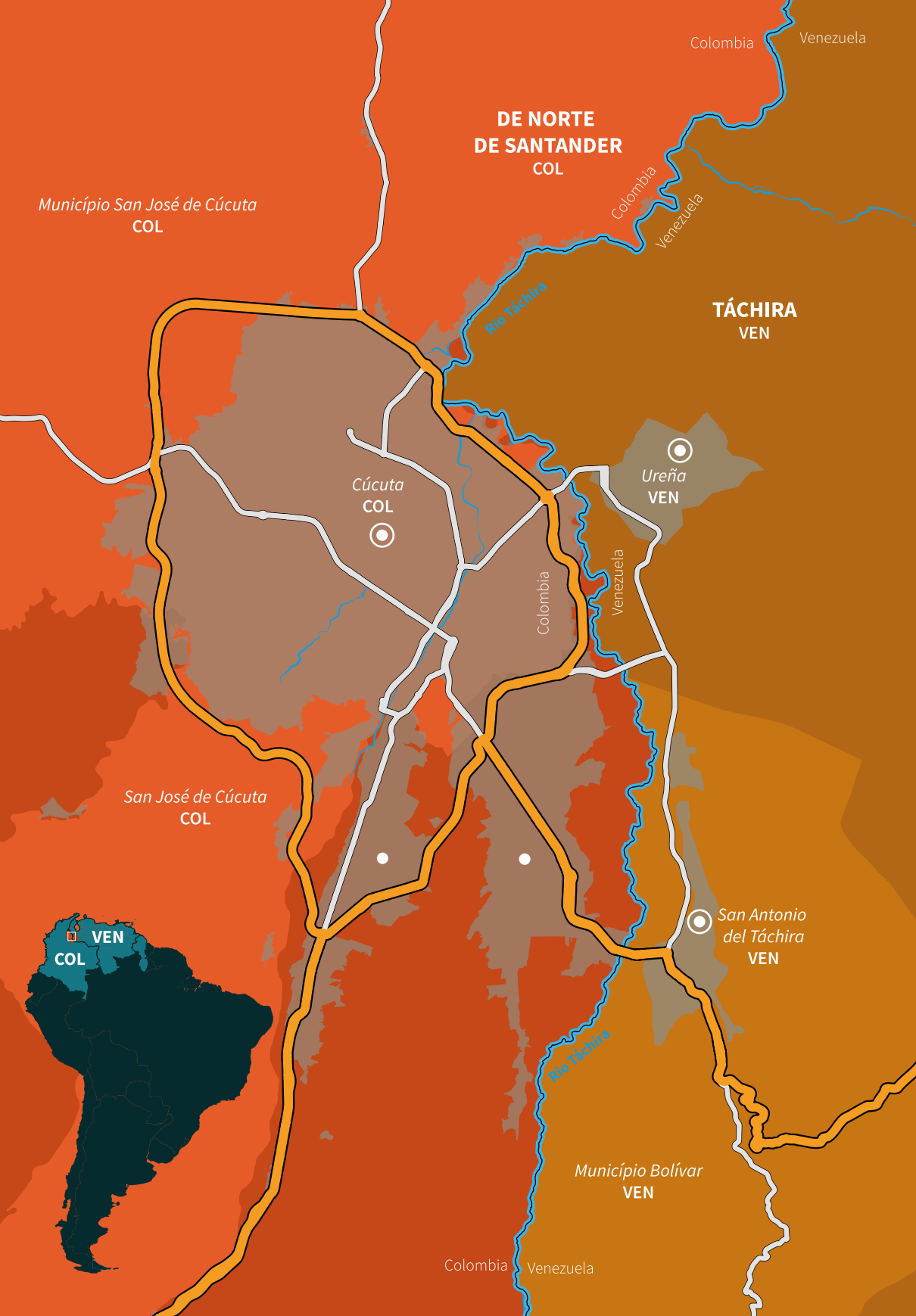
Ciudad del Este (Alto Paraná - PRY).

11. POR UMA GEOGRAFIA ONTOLÓGICA! TERRITÓRIOS URBANOS TRANSFRONTEIRIÇOS NA AMÉRICA DO SUL

André Luís André

Este capítulo traz para debate o processo de transfronteirização e fragmentação dos espaços urbanos em áreas de fronteiras, considerando dimensões da formação, das condições e das contradições de duas realidades distintas, separadas por mais de 4,5 mil quilômetros de distância, dentro da placa sul americana: a fronteira trinacional entre Argentina, Brasil e Paraguai, onde estão respectivamente a Puerto Iguazú, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este; e a fronteira Colombo-Venezuelana entre Cúcuta e San Antonio de Táchira, o que impõe o desafio de analisar duas áreas fronteiriças dentro do contexto político e geopolítico da América do Sul.

Estes territórios de fronteira são responsáveis pelas maiores densidades demográficas de área fronteiriça em toda América do Sul e por uma inigualável fluidez de mercadorias entre os respectivos países. As cidades de Puerto Iguazú, na Argentina; Foz do Iguaçu, no Brasil; e Ciudad del Este, no Paraguai, formam o centro de uma rede urbana contígua em três países, conectando dezenas de cidades entre si e aproximadamente dois milhões de habitantes. O estado de Táchira, na região andina da Venezuela, e o Departamento Cúcuta, na Colômbia, somam cerca de 1,5 milhão de habitantes, também numa rede urbana com dezenas de cidades conurbadas.



Entendê-las implica em compreender como ocorre a urbanização no interior dos países até suas áreas fronteiriças e como cada Estado Nacional, constrangidos em cada momento histórico pelas relações com os países hegemônicos, conduziram a formação de suas cidades. Trata-se de problematizar esses territórios urbanos de fronteira, a partir da correlação entre política, geopolítica e urbanização, levando em conta os sucessivos períodos geopolíticos vividos pela América do Sul, como região. É preciso, por conseguinte, compreender empiricamente como cada lugar, à sua maneira, se constituiu dentro dos respectivos Estados Nacionais, considerando o sistema interestatal regional e o processo de acumulação global.

Tal empreita demanda uma triagem e uma crítica intensa da geografia política e do urbanismo, que nos moldes convencionais marginaliza a América do Sul e, inclusive, a América Latina (Cairo, 2008). Ao mesmo tempo, é fundamental jogar luz sobre os limites e possibilidades efetivas da integração regional sul-americana e latino-americana e fazer emergir as contradições, para as sociedades pós-coloniais, de produzir e reproduzir cidades capazes de dar vazão aos direitos das gentes. Importa, outrossim, situar as dinâmicas urbanas destas fronteiras nos processos correntes do mundo contemporâneo, que num momento de transição e disputas hegemônicas, representam a própria materialização dos processos de mundialização dos negócios, seus blocos econômicos, suas formas variadas de militarização geopolítica, política e social, bem como suas formas variadas de fragmentação espacial e sociopolítica.

Ressalta-se, ainda, que estes territórios urbanos de fronteira anunciam um mundo perverso, vigiado e militarizado, de áreas sofisticadamente blindadas e áreas dramaticamente predadas. Um mundo no qual a agricultura altamente capitalista redefina a relação campo-cidade e intensifica seus conflitos; no qual as pessoas pobres das áreas de fronteira em processo de urbanização passam de subordinadas e marginais no campo à subordinação e marginalização nas cidades; no qual o legal e o ilegal, historicamente definidos, se inter cruzam nos mecanismos de fluidez e velocidade para reproduzir o capital atado ao corpo de cada mercadoria - de eletrônicos à combustíveis, de

armas às drogas e às gentes; no qual os operadores, de nacionalidades diversas, estão na alta política dos Estados Nacionais, enquanto os subalternos e subalternas são as pessoas indígenas, de ascendência africana - negras e negros – e, ainda, crianças e mulheres (Carneiro Filho, 2011; André, 2016).

Por um lado, os Estados Nacionais e o sistema interestatal-internacional podem ser veículos de uma ordem que se impõe, cada vez mais distante das urbanidades de fronteira, contudo, devem se deparar com as necessidades, desejos e contradições das pessoas, em suas segmentações de classe, raça, gênero, sexualidade e demais identidades e condições na vida cotidiana. Por outro lado, tais territórios estão ausentes de boa parte da literatura e do debate em urbanismo, majoritariamente centrados nas cidades europeias e nas áreas metropolitanas, como lugares de sua empiria, embora, a maior parte das pessoas do mundo experimentem suas vidas em cidades não-europeias e em pequenas e médias cidades no Sul Global (Davis, 2015).

Portanto, para atingir o centro das discussões sobre estes lugares, da perspectiva metodológica, entendemos por bem discutir a necessidade de repensar a Geografia, a partir da materialização de cada lugar, o que nos leva a uma Geografia que tenha uma perspectiva ontológica, nos obrigando a estabelecer um esforço de periodização, que vimos designando de período geopolítico (André, 2016) cada qual com suas dinâmicas particulares de urbanização. Em simultâneo, definir um período geopolítico exige um empenho geográfico multiescalar (Smith, 2015) para relacionar geopolítica, política e urbanização, nesse caso, a América do Sul. Uma outra questão fundamental é fazer a crítica do que a Geografia Política, o Urbanismo e a própria Ciência Geográfica compreendem como urbanização e fronteira.

Com estes elementos como base epistemológica de reflexão sobre os territórios urbanos em áreas de fronteira, propomos uma correlação entre os sucessivos períodos geopolíticos e a consolidação dos processos de urbanização na fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai e na fronteira Colombo-Venezuelana, com vistas a evidenciar os elementos de suas condições de transfronteirização (Carneiro Filho, 2013), para então chegar às suas formas de fragmentação urbana, com caracterís-

ticas de militarização, em diferentes dimensões (Souza, 2012). Tais análises e cruzamentos, ao final, nos ajudam a pensar os caminhos para reivindicar o direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2012) no contexto de espaços urbanos transfronteiriços na América do Sul.

Geografia Ontológica e a América do Sul como escala geográfica

Para compreender os processos urbanos dos territórios de fronteira é basilar situar, previamente, algumas das perspectivas epistemológicas, teóricas, conceituais e metodológicas, desta Geografia Ontológica¹, isto é, um caminho para elaborar conhecimento, considerando a formação e organização espacial dos lugares e territórios a partir de dois pontos distintos e conectados. Em primeiro lugar, a reflexão geográfica desta perspectiva é condicionada pela herança colonial e a permanente colonialidade das relações de poder (Quijano, 2005), cuja dimensão espacial é uma de suas instâncias (Santos, 2002). Em segundo lugar, no plano da organização espacial, ela implica no reconhecimento da posição subalterna da América do Sul nas relações interestatais (Gullo 2012) e na vida cotidiana dos sistemas agrários e das cidades, levando em conta a divisão técnico-racial-sexual do trabalho que moldou as segmentações de classe, marcadas por mediações étnico-raciais e de gênero-sexualidade. É imprescindível, destarte, identificar a dialética serial (Proudhon, 2017) que produz e reproduz em várias escalas: do corpo, lugar da psique, da dor e do prazer (Smith, 2015), até a do contramercado, lar da promiscuidade de Estados Nacionais e corporações (Braudel, 1986) e de relações e espaços com sobreposições de violências e ultraviolências (André, 2015).

Trata-se, outrossim, de denunciar as histórias e geografias que constituíram formações socioespaciais brutalmente pre-

1 Dadas as limitações de um capítulo de livro, o tema será apenas esboçado.

dadoras, impondo sucessivos processos de marginalização na vida, na cidade, no campo, do Estado, do mercado, no e do território, que sobrepõem as experiências e existência das classes, dos segmentos de classe, das etnias, das construções raciais, de gêneros e de identidades. Simultaneamente, é imperioso relativizar a capacidade das geografias acadêmicas - perpassando a Geografia Política e o Urbanismo -, em tornar legível estas condições, contradições e dramas.

Vale lembrar que as bases epistemológicas das Geografias Acadêmicas, da geografia colonial franco-prussiana à Geografia Crítico-Radical de matriz francesa e anglo-saxônica² foram desenvolvidas para instrumentalizar diferentes formas de poder. Mesmo numa versão terceiro mundista, tais Geografias reafirmaram a divisão interestatal a que fomos historicamente submetidos e submetidas, e sua materialização na vida cotidiana, marcada por hierarquias racializadas. A Geografia Crítico-Radical, não conseguiu romper com suas predecessoras, de maneira que sua limitação é flagrante (Godoy, 2010; Moreira, 2010).

No entanto, não temos o intuito de negar o conhecimento acumulado pela Geografia Acadêmica em suas escolas e vertentes prussiana, francesa, anglo-saxônica e, inclusivamente, a Geografia brasileira, cujo figurino francês a constrange a se tornar uma Geografia crioula. Pelo contrário, buscamos apenas reconhecer que tais Geografias nos servem pouco, pois uma Geografia que vislumbre colocar o espaço na perspectiva de uma teoria social crítica deve assumir a posição daqueles e daquelas condenados a situações de marginalização pelo colonia-

2 A Geografia Acadêmica como conhecemos hoje ganhou força na segunda metade do século XIX, com os processos de unificação da Alemanha, em 1871, e com a presença colonialista da França no norte da África. A Geografia franco-prussiana foi institucionalizada para pavimentar os projetos nacionais e coloniais destes países. Por sua vez, a Geografia anglo-saxã é impulsionada no período entre guerras, já num momento de incorporação da ciência geográfica ao planejamento territorial dos Estados Nacionais, nas décadas iniciais do século XX. Ou seja, as primeiras correntes do pensamento geográfico institucionais eram geografias nacionais alinhadas aos interesses estatais e corporativos da época. Ver: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Disponível em: <https://otca.org/pt/quem-somos/>. Acesso em: 28 out. 2024.

lismo e as demais etapas da acumulação sistêmica, resultante do conluio entre Estados Nacionais e corporações. A Geografia, os geógrafos e as geógrafas precisam fazer a crítica radical ou, ao menos, a dissecação sem rodeios e sem receios, das teorias e conceitos marcadamente geográficos, ou que se valem dos repertórios da Geografia, o que, a nosso ver, só pode ser conduzido por uma Geografia Ontológica.

Em complementação, é preciso elucidar os motivos de definirmos a América do Sul como escala, ao invés da América Latina. Na geopolítica do mundo contemporâneo, a América do Sul vem constituindo uma arquitetura institucional desde 1966, com o estabelecimento da Comunidade Andina;³ do Acordo de Cooperação Amazônica,⁴ de 1978; do Mercosul, de 1990;⁵ e da esvaziada e recentemente retomada, UNASUL, de 2008⁶. Tal ar-

3 A Comunidade Andina é um bloco econômico fundado em 1966 que hoje conta com Bolívia, Equador, Peru e Colômbia. Ver: DE ARELLANO, María Eugenia Bello. El sistema andino de Integración y la Comunidad Andina. *Aldea Mundo*, v. 5, n. 9, p. 79-81, 2000.

4 O Acordo de Cooperação Amazônica ou Tratado de Cooperação Amazônica foi firmado em 1978, com o objetivo de reunir os países da bacia amazônica: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, num arcabouço institucional de cooperação técnico-científico-comercial. Ver: FREIRO, TORQUATO, COSTA. Juridificação internacional: análise do Tratado de Cooperação Amazônica em face dos desafios ambientais internacionais. XV CONPEDI, Manaus, 2006. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_ambiental_cristiniana_cavalcanti_freire_e_outros.pdf. Acesso: 27 fev 2025.

5 O Mercado Comum do Sul, criado em 1991, tem como membros fundadores Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, vislumbrando a criação de uma área de livre comércio e união aduaneira. Desde 2012, a Venezuela também integra o bloco, embora esteja suspensa dos seus direitos e deveres desde 2016. Mais recentemente, em finais de 2023, a Bolívia tornou-se um Estado Parte do Mercosul. Além disso, o bloco também conta com Estados Associados, como é o caso de Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. Ver: COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 7, 2009. VAZ, Alcides Costa. Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 44, p. 43-54, 2001.

6 A União das Nações Sul-Americanas surgiu em 2008 com o objetivo de juntar os países do Mercosul e da Comunidade Andina num mesmo bloco de

ranjo institucional coloca o conjunto de países sul-americanos como região geopolítica, em concordância Wanderley Messias da Costa (2009) e Franklin Molina (2007), este último com um olhar para as ondas de integração regional e o regionalismo como projeto político e geopolítico.

Diferentemente das relações de hierarquia no cenário internacional da América Central e do próprio México, no atual ciclo de acumulação sistêmica (Arrighi, 1996), a hegemonia estadunidense sobre a América do Sul é mediada pelas elites políticas e econômicas locais, enquanto a América Central e o México viveram situações de intervenção direta, de forma ordinária e sistemática dos Estados Unidos (Bandeira, 2003).

Por uma crítica ontológica das cidades e da fronteira

O que são as cidades e as fronteiras nas Geografias Acadêmicas? Por que uma abordagem Ontológica? Do pré-urbanismo ao urbanismo (Choay, 1998), da escola de Chicago (Eufrásio, 1999), passando pela teoria das localidades centrais (Santos M., 2003) e pela tentativa de pensar o espaço urbano reivindicando-o para a luta anticapitalista (Lefebvre, 2001; Harvey, 2012), o olhar das Geografias para a cidade transitou invariavelmente de uma perspectiva eurocêntrica de cidade para uma imposição da teoria sobre a realidade concreta das regiões, que tiveram sua formação marcada pelo processo de colonização. Ao final, as Geografias enquadraram as contradições das cidades sul-americanas dentro do repertório das teorias das quais a empi-

cooperação. Criado sob a guarda de governos progressistas, com a recente onda de governos reacionários, o Brasil e a Argentina se retiraram do bloco, por decisão dos governos de Jair Bolsonaro (2019-2022) e Mauricio Macri (2015-2019), respectivamente. No entanto, o Brasil, com o governo Lula (2023-2026), retornou à UNASUL, sinalizando, junto com a Bolívia, interesses em revigorar e retomar os compromissos políticos, econômicos, culturais e sociais entre os países membros. Ver: NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. Caderno Crh, v. 29, p. 59-75, 2016.

ria esteve muito distante, salvo algumas exceções mais recentes (Souza, 2000; Sposito; Góes, 2013).

Em boa parte do século XX, a teoria das localidades centrais se tornou a principal teoria de análise das cidades. Dela decorrem conceitos como rede urbana e hierarquia urbana, formulados ainda na década de 1930, no círculo de Viena, pelo alemão Walter Christaller (Bessa, 2012), vislumbrando entender aspectos econômicos das cidades no sul da Alemanha. A base empírica de suas análises são engenheiros franceses e banqueiros britânicos, como demonstrou Kelly Bessa (Bessa, 2012). Numa tentativa de adaptar esta teoria à realidade do então terceiro mundo, o geógrafo brasileiro Milton Santos (2003) formulou a concepção de circuitos da economia urbana e curto-circuito da rede urbana, ainda na década de 1970.

Nesse sentido, para Milton Santos a teoria das localidades centrais, isto é, o tamanho das cidades como expressão da aglomeração de serviços e negócios, bem como a hierarquia entre a capacidade de influência das cidades, tinha que sofrer ajustes quando considerados os países periféricos. Isso porque a aglomeração de negócios sofisticados é restrita a frações do espaço das cidades, o que materializa espaços urbanos muito desiguais. Não obstante, com relação à hierarquia entre as cidades, o autor analisa o papel das técnicas, relativizando o poder de influência das cidades maiores e minimizando o que seria a pouca influência das cidades menores (Santos, 2003). Neste cenário, as cidades pequenas e médias têm pouca relevância, ainda que desenhem uma complexa arquitetura no território, como é o caso das cidades de fronteira. Ademais, o domínio desta teoria nos estudos urbanos brasileiros levou a que a produção do conhecimento científico nacional quase que exclusivamente se debruçasse sobre as grandes cidades e áreas metropolitanas, localizadas, historicamente na faixa litorânea do território nacional. Como resultado, há uma colonização epistêmica na análise da condição urbana do país (Moassab; Nascimento, 2021), com uma ausência brutal de teorias que colaborem para analisar os mais de 5.244 municípios com menos de 100 mil habitantes (IBGE, 2020). Destes números, deve-se atentar para as 3.850 cidades com menos de 20 mil habitantes e as mais de 33

milhões de pessoas que habitam cidades com menos de 5 mil habitantes (Santos, 2003).⁷

A escola de sociologia urbana de Chicago, por outro lado, inaugurou uma série de pesquisas sobre os problemas urbanos, cujos temas centrais foram delinquência juvenil, pobreza, gangues, violência, imigração, entre outros (Eufrásio, 1999). Num contexto de metropolização no nordeste dos Estados Unidos da América (EUA), nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais da sociologia urbana de Chicago, financiados pelos Rockefeller, viram nas contradições das cidades, enfermidades e patologias sociais, que ainda hoje alimentam narrativas de “revitalização” e haussmanização⁸ do espaço urbano (Davis, 2015), inclusive, entre geógrafos, geógrafas e urbanistas dos países dependentes.

A seu tempo, a chamada Geografia Radical e vertentes da Geografia Crítica, a primeira de raiz anglo-saxônica e, a segunda, de origem francesa, alimentaram debates sobre a justiça social e a cidade, nos anos de 1960. O ponto de partida destas vertentes foram as análises de Henri Lefebvre, principalmente, nos seus livros *Direito à Cidade* (2001), *A Revolução Urbana* (1999b) e *Cidade do Capital* (1999a). Lefebvre foi um dos primeiros intelectuais a buscar referências sobre a cidade no pensamento de Marx e Engels, tendo encontrado no livro *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, de Friedrich Engels, de 1845, elementos para elaborar, a partir do marxismo, aquilo que chamou de “filosofia das cidades”. Para o autor francês, a cidade é uma obra

7 Não é raro, ademais, que teorias urbanas oriundas da base empírica do sul da Alemanha sejam reproduzidas acriticamente para “compreender” as cidades interioranas do Brasil, quando são estudos de caso nos programas de pós-graduação localizados, mormente, nas capitais. Mesmo os cursos estabelecidos no interior do país, não parecem se dar conta da colonização epistêmica, reproduzindo o descompasso entre teoria e base empírica.

8 A haussmanização é uma referência às políticas urbanas de higienização social e reformas da estrutura urbana de Paris, promovidas por George-Eugène Haussmann, entre 1853 a 1870, quando ocupou o cargo de prefeito do departamento do Sena. Um marco na constituição do Urbanismo como área do conhecimento, entre outras coisas, a reforma urbana de Paris tinha como objetivo criar vias urbanas que dificultassem revoltas populares, facilitassem a fuga das elites e as manobras militares de controle do espaço urbano.

de arte, espaço por excelência de realização do reino da liberdade, mencionado por Marx e Engels (Engels, 2010). A filosofia das cidades lefebvrea é um avanço epistemológico para os estudos sobre as cidades, contudo, receamos que ela não seja capaz de se aproximar das cidades sul-americanas, tanto devido ao violento e expropriatório processo de colonização quanto pela industrialização subsidiária e concentrada dos países da América do Sul, ou, ainda, pelo tipo de segmentação de classe, que está na origem das nossas contradições, condicionada por uma intensa herança agrária e colonial escravocrata.

Finalmente, as análises urbanas da Geografia *Criolla* são tributárias em grande medida, destas três vertentes, prussiana, francesa e anglo-saxônica, que se iniciam no século XX. O legado delas é uma visão fetichizada das cidades, centrada geralmente no espaço metropolitano, com uma concepção de desigualdade mais ou menos naturalizada, que decorre da abordagem, quando dialética, formal: inclusão-exclusão, planejamento-falta de planejamento, urbano-suburbano, regular-irregular, formal-informal, letrada-iletrada, lentos-rápidos, dentre tantos outros binômios. Sobre as cidades nas áreas de fronteira ou mesmo em contextos não-metropolitanos, ainda que com milhões de pessoas aí vivendo, paira um silêncio ensurdecedor.

Dito de outra forma, ainda hoje, a Geografia está enterrada na perspectiva nacional-colonizadora de Friedrich Ratzel, para quem a fronteira é o órgão periférico do Estado, que como organismo vivo, tem na fronteira a pele do Estado-Ser a lutar por espaço vital, cujo território, como espaço sitiado por um poder, avança sobre Estados-Fracassados, de povos ou nações fracassadas, por sua debilidade técnica em relação à natureza (Mercier, 1995). Decorre desta leitura, a ideia de povos naturais - com baixo ou nenhum desenvolvimento técnico-científico - e povos culturais - com sofisticado desenvolvimento técnico-científico, aquilo que está na raiz dos sucessivos períodos técnicos de Milton Santos. Partindo desta perspectiva, o precursor da Geografia Acadêmica Francesa, Vidal de La Blache, assim como Ratzel, buscou na Antropologia Colonial a concepção de gênero de vida, cujas diferenças decorrem também da capacidade técnico-científica de intervenção na natureza, materializa-

da tanto na paisagem e nas regiões como na concepção política de superioridade nacional-racial (*ibidem*). Para ambos, Blache e Ratzel, o Estado-Nação e as fronteiras decorrem do sentimento nacional que resulta das trocas materiais e simbólicas entre as regiões, sem jamais considerar a divisão regional-territorial-internacional do trabalho e de classe ou a violência generalizada que está na origem dos Estados Nacionais, designado por Hobbes (2019), em seu fetiche do Estado Moderno-Eurocêntrico-Absolutista, de “guerra de todos contra todos”.

Da Geografia Colonial Franco-Prussiana, do final do século XIX até hoje, o debate e o entendimento sobre as fronteiras geográficas negligenciaram o óbvio: elas decorrem do alcance do poder de uns sobre outros, sejam elas fronteiras nacionais, sejam elas fronteiras de outra natureza. Deste modo, uma abordagem ontológica deve reconhecer o gangsterismo territorial, impulsionado pela empresa colonial e ratificada pelos Estados Dependentes. A Geografia Ontológica que nos fundamenta deve considerar que a fronteira geográfica pesa sobre uns, para controle de outros; delimita o exercício do poder e dos poderes; e baliza os níveis de exploração, de acumulação, de integração e de marginalização. Sua permeabilidade, transfronteirização (Carneiro Filho, 2011) ou interdição responde tão somente aos fluxos de apropriação desigual dos recursos e da riqueza. Por estes motivos, ser indígena, negra ou negro, pobre, mulher e ainda viver do trabalho e não da apropriação do trabalho, nas fronteiras geográficas da América do Sul, implica estar alijada ou alijado dos direitos e estar em luta permanente pela existência e pela segurança contra a incerteza, a vulnerabilidade extrema, a violência ou o medo da violência, inclusive, de Estado.



Período Geopolítico, Urbanização e Transfronteirização

Atualmente, o mundo contemporâneo passa por um momento de transição de hegemonia no sistema interestatal que para se materializar na vida cotidiana perpassa as regiões geopolíticas, a alta política dos Estados Nacionais, as sub-regiões nacionais, as cidades em contextos metropolitanos e não-metropolitanos, e os sistemas agrários, organizados principalmente para relações de acumulação de capital em escala mundializada. Para estabelecer a relação entre o período geopolítico, o espaço urbano e os processos de transfronteirização que daí decorrem, é preciso um esforço intelectual de grande monta (André, 2016). Os sucessivos períodos geopolíticos marcam disputas hegemônicas no sistema interestatal e no sistema internacional, estruturando a divisão internacional do trabalho, isto é, quais países irão liderar e quais serão liderados; quais produzirão riqueza e quais se apropriarão dela; quais desenvolverão as técnicas e as tecnologias; quais estarão submetido a estas técnicas e tecnologias; como irão se comportar os Estados Nacionais; como se dará o processo de urbanização e os sistemas agrários; e, no limite, como se configurarão a exploração do trabalho e as formas de consumo.

Estamos diante de uma fase de transição: marcadamente um período de mercantilização generalizada dos territórios e seus recursos, dos Estados Nacionais - suas normas, políticas, programas, regimes e tributos; das cidades - seus objetos e instituições urbanas; do campo - sua terra e produção; e do trabalho - da psique e do corpo daqueles e daquelas que vivem de vender sua força de trabalho. Não obstante, distintamente do que ocorreu ao longo de boa parte do século XX, os dias de hoje se destacam pelos processos de urbanização em contextos não-metropolitanos, decorrentes da capilaridade territorial das formas de capitalismo no campo.

A América do Sul nos últimos cinco séculos viveu sucessivos períodos geopolíticos os quais implicaram, primeiramente, numa subordinação nas relações interestatais e internacionais,

um padrão de concentração fundiária, agroexportação e vulnerabilidade alimentar, processos sucessivos de segregação urbana e, em última instância, intensa exploração do trabalho. Neste contexto, as áreas de fronteira cumpriram papéis de limite do projeto nacional, de fronteira agrícola, fronteira demográfica e fronteira geopolítica. Ao mesmo tempo, o processo de urbanização se concentrou próximo às áreas litorâneas para administrar a vazão de mercadorias, gentes e capitais, entre as hegemonias de cada momento e os territórios.

A urbanização do interior e das áreas de fronteira, nesta parte do mundo, é algo particularmente recente e responde ao atual período geopolítico e sua transição hegemônica (Sorj; Fausto, 2010). Período em que os sistemas agrários da região incorporaram as técnicas da revolução verde, ampliando a fronteira de produção, urbanizando o campo, criando novas dinâmicas de êxodo rural e processos de recampanização, decorrente das tensões no campo (Chonchol, 1994; Van der Ploeg, 2008). A fronteira, em tal conjuntura, passa a contar com uma densidade urbana em certos lugares e a se incorporar ao espaço de fluxos mundializados, deixando de ser epiderme do Estado para passar a ser parte de sua dinâmica de reprodução num mundo absolutamente mercantilizado.

Aquilo que chamamos de fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai, formada pelas cidades de Puerto Iguazú, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, e a fronteira entre Cúcuta, na Colômbia, e San Antonio de Táchira, na Venezuela, resultam de processos de formações históricas que, embora já tivessem esses contornos no período colonial – melhor dito, período de despossessão de terras e trabalho indígena e de sequestro do trabalho e dos corpos africanos – se consolidam no século XIX, momento em que uma onda de independências varreram o continente, a partir da Revolução Americana, em 1776, e da Revolução Haitiana, em 1791. Ao deixarem o status de colônia para se tornarem independentes, os países recém-criados saíram da dominação colonial ibérica, para ingressarem na área de influência britânica, a principal hegemonia do século XIX (Arrighi, 1996). Este momento marca o que Martin Canoy (1986)

denomina de “Estados Dependentes” e o que designamos de “Estados Agroexportadores”.

A hegemonia britânica condicionou o mundo entre meados da metade do século XVIII e fins do século XIX, a partir de um processo duplo: primeiro, a sua orientação para o desenvolvimento industrial e, segundo, por sua fragilidade, em se tratando de soberania alimentar, uma vez que estamos nos referindo a uma grande ilha, que usou seu poder e liderança para fomentar um nacionalismo econômico nas áreas pós-coloniais da América Latina, em diferentes projetos nacionais junto às oligarquias fundiárias e mineradoras da região, para transformar esta parte do mundo num grande complexo agroexportador de alimentos, minérios e fertilizantes, capazes de incorporar as técnicas da primeira revolução técnico-científica tanto no campo quanto na cidade (Chonchol, 1994). Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2008) este é o período de mecanização do território, que Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2008) chamaram de primeira revolução agrícola dos tempos modernos.

No contexto das independências do século XIX, a fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai experimentou uma consolidação tardia,⁹ mediante a transformação da região num complexo agroexportador da erva-mate, cujos latifundiários argentinos foram os operadores da perspectiva da Economia Política e cujos sujeitos em processo de subordinação e marginalização foram os e as indígenas de origem guarani. Não obstante, Foz do Iguaçu, do lado brasileiro da fronteira, foi transformada em colônia militar em 1881, como forma de ratificar o domínio territorial brasileiro. O legado deste período para a região foi

9 Apesar do tratado que pôs fim à Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra-Guaçu, em 1870, ter definido os territórios nacionais ao sul da América do Sul, como é o caso, para o Brasil, de parte do que é hoje o sul do estado do Mato Grosso do Sul e o oeste do atual estado de Santa Catarina, a delimitação exata das fronteiras ainda levaria alguns anos. As fronteiras entre o Paraguai e o Brasil foram estabelecidas em três tratados diferentes, de 1872, 1874, durante o Brasil Império (1822-1889) e, finalmente, em 1927, já na República. No caso da divisa com a Argentina, ela foi estabelecida em 1903, na chamada Questão de Palmas ou Questão das Missões, contenda que teve o esforço do Barão do Rio Branco e arbitragem dos Estados Unidos, na figura do presidente Grover Cleveland (1893-1897), que finalmente estabeleceu o marco divisório de maneira amistosa e definitiva entre os dois países.

um processo de urbanização militarizado e a consolidação de um modelo agrícola latifundista-exportador, em que as pequenas cidades mantiveram funções de suporte técnico-financeiro às atividades agroindustriais ou do agronegócio, em um alto grau de marginalização dos povos guaranis que habitavam este lugar, à medida em que foram sendo construídos os múltiplos territórios nacionais (André, 2016; Carneiro Filho, 2011; 2013).

Por seu turno, o processo de consolidação da fronteira Colombo-Venezuelana, entre aquilo que é, no presente, a região metropolitana de Cúcuta na Colômbia, com mais de 1,1 milhão de habitantes, e o estado venezuelano de Táchira, com cerca de 1,9 milhões de habitantes, ocorre ainda no início do século XIX (Vargas, 2017). A cidade de San Antonio de Táchira foi ponto de partida das campanhas militares de Simón Bolívar pela independência e formação dos Estados Nacionais da Colômbia e da Venezuela. Foi em Táchira que se iniciou aquilo que ficou conhecido entre os militares venezuelanos como “La Campaña Admirable”, em 1813 (André, 2019). A cidade ganhou, posteriormente, o nome de Villa Heroica, dado pelo próprio Simón Bolívar, em menção aos primeiros mártires das campanhas de independência na América do Sul, a morrer naquelas ruas (Polo Acuña, 2005; Jiménez Aguilar, 2008).

Ambas as fronteiras mantêm dinâmicas de fronteira geopolítica, fronteira agrícola e fronteira demográfica, a despeito de manterem dinâmicas intensas de fluxos de mercadorias, cargas, gentes e capitais, como discutido por Roberto França Silva Junior (2016), o que nos obriga a pensar a fronteira em três dimensões ou escalas: (1) a fronteira geopolítica - as relações internacionais no nível regional e os Estados Nacionais; (2) as cidades de fronteira como espaço de fluxos ou da fluidez de mercadorias, gentes e capitais; e (3) as cidades de fronteira como entorno da vida cotidiana.

A dimensão geopolítica de ambas as fronteiras se inicia no processo de formação dos Estados Dependentes-Agroexportadores, sob a hegemonia britânica com suas técnicas de modernização agrícola e mecanização do território. Contudo, da perspectiva urbano-demográfica, ou seja, da efetiva ocupação e reprodução da vida cotidiana considerando os espaços urba-

nos e do ponto de vista da fronteira como lugar da vida urbana, esses processos ocorreram apenas com a mudança hegemônica do sistema interestatal e internacional, cuja liderança passou aos comandos dos Estados Unidos e, por sua vez, da necessidade deste de fomentar um nacional-desenvolvimentismo subsidiário na região, até os anos de 1980. Este transcurso tem particularmente dois momentos: o primeiro corresponde à formação de zonas industriais, durando até o fim da segunda guerra mundial para que fosse complementada a industrialização estadunidense em seu esforço industrial-militar, num tipo de keynesianismo de guerra (Arrighi, 1996); e, o segundo, na consolidação da América do Sul como área de influência estadunidense, a partir, principalmente, dos anos de 1960, dentro de sua polarização com a potência soviética e sua interferência nos regimes políticos da região e apoio às diversas ditaduras de segurança nacional instauradas nas décadas seguintes.

Este momento geopolítico fez com que os países de todos os lados da fronteira, tanto entre Argentina-Brasil-Paraguai como entre Colômbia e Venezuela, realizassem fortes investimentos em infraestrutura, para consolidar suas presenças geopolíticas e, simultaneamente, incorporar as áreas de fronteira em seus fluxos econômicos, permitindo ainda uma certa expansão demográfica. É neste cenário que foram criados os parques nacionais do Iguazu, no Brasil, e do Iguazú, na Argentina, ainda no final dos anos de 1930, a Itaipu Binacional em 1975 – brasileira e paraguaia –, as pontes ligando os países – a Ponte da Amizade, em 1959, a Ponte da Fraternidade, em 1985, e a ponte Simón Bolívar, em 1962, os inúmeros aeroportos e a área metropolitana de Cúcuta, como parte do ordenamento territorial Colombo-Venezuelano.

O Brasil e o Paraguai utilizaram a construção de Itaipu para seus planos políticos e geopolíticos. O Brasil, além de consolidar sua área de fronteira cuja colônia militar foi estabelecida ainda no final do século XIX, impôs na geopolítica regional aquilo que Mário Travassos chamou de “pressão Amazônica” (Travassos, 1938; Hage, 2016), em contrapartida à pressão platina da Argentina, e transformou a região em extensão de sua fronteira agrícola, mediada pela formação, expansão e cresci-

mento de uma série de cidades pequenas e médias ligadas à agricultura capitalista mundializada, aparelhada com as técnicas da revolução verde oriundas, principalmente, dos Estados Unidos.

O Paraguai, por sua vez, sob a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), usou a mega infraestrutura de Itaipu para negociar com o Brasil uma saída de fluxo de mercadorias para o mar, de tal maneira a criar as condições da estratégia conhecida como reexportação, quer dizer, importar mercadorias principalmente dos países asiáticos e exportar as mesmas mercadorias para o mercado brasileiro, em troca de ceder parte do seu território oriental para a fronteira agrícola brasileira (Fábio, 2004). Concomitantemente, o país ensejou os conflitos agrários entre brasileiros vivendo no Paraguai e os povos indígenas locais, que vivem da agricultura camponesa, provocando a escalada da militarização e da violência no campo paraguaio, assim como nas pequenas e médias cidades que oferecem suporte às operações da agricultura capitalista.

Já a Argentina, embora tenha criado o parque do Iguazú ainda nos anos de 1930, como parte do seu ordenamento de fronteira, entrou no processo de urbanização da fronteira com maior intensidade apenas nos anos de 1980, após perder a Guerra das Malvinas, em 1982, quer com o aparelhamento do aeroporto de Iguazú, quer com a inauguração da ponte da Fraternidade, em 1985, ligando a Argentina ao Brasil - Puerto Iguazú à Foz do Iguaçu, que naquela época já vivia a explosão demográfica causada pelas obras de Itaipu (Carneiro Filho, 2011).

Na fronteira Colombo-Venezuelana, de acordo com Rosalba Linares e Heriberto Gómez (2012), houve a criação da área metropolitana de Cúcuta, na década de 1960, como parte do ordenamento territorial entre os dois países, e a tentativa de oferecer maior fluidez à circulação de alimentos e combustíveis. Assim, a área metropolitana de Cúcuta, como concepção político-estatal, criou as condições para o surgimento e o crescimento das cidades na área de fronteira e a utilização dos espaços urbanos e das pessoas na vazão do fluxo de mercadorias legais e contrabandeadas entre Colômbia e Venezuela - alimentos, combustível e armas. A região ganhou ainda maior fluidez, com a opera-

ção e o funcionamento de três aeroportos na zona fronteiriça¹⁰. Um outro forte elemento de tensão, a partir da década de 1960, foi a formação das guerrilhas. Nos anos 1980, formaram-se as milícias paramilitares, ligadas, em particular, ao comércio da cocaína e ao contrabando de combustíveis da Venezuela para a Colômbia, acirrando a militarização na fronteira, no campo e nas cidades (Pecora, 2003).

Podemos afirmar que o efetivo processo de urbanização destas fronteiras a norte e a sul do continente, ocorreram efetivamente nas três últimas décadas do século XX, corroborando, no cenário dos diferentes países, com um processo de interiorização da urbanização. Todavia, os vestígios da formação destas fronteiras, para os respectivos processos de urbanização atual, foram a militarização, a segregação espacial que mais recentemente se transformou em efetiva fragmentação, e a consolidação de um intenso espaço de fluxos de mercadorias.

A militarização passa a ocorrer com a presença efetiva das forças armadas de todos os países, de todos os lados da fronteira,¹¹ numa sociabilidade em que os conflitos urbanos, seja os de classes ou segmentos de classe, sejam aqueles entre pessoas ou grupos ligados ao comércio legal e ilegal de produtos, são tratados com extrema violência - aquilo que nominamos como violência do poder, envolvendo agentes dos diferentes Estados Nacionais, antecedendo, de certa maneira, o que é vivido nas grandes metrópoles sul-americanas, especificamente, a partir da década de 1990. De igual modo, a militarização das áreas de fronteira, com a presença legal das forças armadas e das polícias, com a formação de grupos milicianos ou paramilitares, ou ainda, com organizações que operam os fluxos ilegais, prece-

10 Aeroporto Camilo Daza, na Colômbia, e os aeroportos de Paramillo e Juan Vicente Gómez, na Venezuela.

11 Em 1º de maio de 2019, quando escrevi este parágrafo, era feriado do Dia Mundial do Trabalhador e, por isso, fui passear com familiares no Paraguai, trânsito usual de quem mora na fronteira. No início da noite, ao retornar de carro, próximo a deixar o Paraguai e entrar em território brasileiro, fui abordado por militares paraguaios. Sob a alegação que eu e meu carro de placa brasileira estávamos irregulares em território paraguaio, o militar pegou o dinheiro que eu tinha comigo, sob pena de apreender o carro do lado paraguaio da fronteira.

deu a militarização dos conflitos urbanos nas áreas metropolitanas de toda a América do Sul.

Não obstante, a segregação espacial nessas áreas tem um tipo diferente das cidades que experimentaram os eventos do período colonial. Estas cidades de fronteira expressam tipicamente em seus territórios a nossa inserção no capitalismo mundializado. São cidades em que os poucos espaços e instituições de bem-estar públicos são radicalmente esvaziadas, em detrimento de espaços, serviços e instituições privadas, embora blindadas pelas instituições públicas, sobretudo as de segurança, controle e vigilância. Assim, desde o princípio de seus processos de urbanização, a paisagem urbana fronteiriça é marcada por extrema segregação espacial de ricos e pobres, neste caso, corpos marcadamente negros, indígenas, de mulheres, crianças e despossuídos das áreas rurais, expulsos pela agricultura capitalista (André, 2016).

Ao contrário, os estabelecidos nas fronteiras são, geralmente, militares ou pessoal ligado à administração estatal e à alfândega e comerciantes. No caso da fronteira entre Argentina-Brasil-Paraguai, este grupo se configura por diversas origens nacionais: coreanos, chineses e árabes, somados a latifundiários relacionados à agricultura altamente capitalizada e de fluxos mundializados, sem contar os operadores de distintos tipos de contrabando e tráfico de armas, drogas e pessoas (Carneiro Filho, 2011).

Contramercado, militarização e fragmentação urbana

Neste ponto é imperioso retomar o conceito de “contramercado”, de Ferdinand Braudel (1986), há muito esquecido nas ciências humanas e na teoria social crítica - mencionado por nós em outros trabalhos de forma mais tangencial (André, 2017). Para o autor, o “*contramerchant*”, i.e., o contramercado, é de fato a camada superior das sociedades capitalistas e seus respectivos Estados corporativos. Braudel entende que a realidade deve

ser compreendida em três dimensões: (1) a vida material - o que podemos chamar aqui de vida cotidiana; (2) o mercado - espaço de trocas de bens econômicos e simbólicos; e (3) o contra-mercado - no qual atuam os operadores da alta política estatal e os agentes corporativos, cujos objetivos são controlar as trocas econômicas - sua oferta e demanda - e interferir na dinâmica da vida material, da vida cotidiana, de tal modo a reproduzir seus planos e interesses, reproduzir seu capital e controlar as dinâmicas do mercado de trabalho e de consumo.

Sob esta perspectiva, a presença geopolítica nas diferentes fronteiras desde o século XIX e a implantação de infraestrutura ao longo do século XX, transformando as áreas de fronteira em espaço da fluidez (Silva Jr., 2016) dos mais diferentes tipos de mercadorias, a partir da consolidação da urbanização, é um típico processo de formação de contramercados para áreas de fronteira, nas quais os diferentes Estados Nacionais, a seu modo, com suas estratégias geopolíticas e políticas, colocam os territórios urbanos de fronteira à disposição dos grandes operadores econômicos em consonância com os interesses mais gerais da hegemonia do momento para a região. Vale lembrar o Plano Colômbia¹² e as ações de vigilância na fronteira sul¹³,

12 Acordo bilateral entre os governos da Colômbia e dos EUA, realizado em 1999, durante os governos de Andrés Pastrana Arango e de Bill Clinton, respectivamente. Projetado para seis anos, seus objetivos eram: eliminar o narcotráfico no território colombiano; por um fim ao conflito armado na Colômbia, que já durava quatro décadas na época; e promover o desenvolvimento social e econômico. A continuidade do Plano, já na gestão de Alvaro Uribe, coincidiu com o período que se seguiu aos atentados de 11 de setembro, levando a um reenquadramento do conflito colombiano como guerra contra o terrorismo e a uma inserção das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia como “narcoterroristas”. Ver: MULZA, G. E. M. Relações internacionais EUA-Colômbia: o caso do Plan Colombia. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 10, n. 00, p. e021016, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/15757>. Acesso em: 28 out. 2024.

13 Desde os ataques às torres gêmeas, nos EUA, tanto os serviços secretos quanto a diplomacia daquele país têm sido solicitados a investigar a presença de grupos terroristas islâmicos na fronteira trinacional. Em 2001, o jornal “The Washington Times”, citando fontes do Pentágono, afirmou que o governo estadunidense tinha provas de que membros da Al Qaeda, organização terrorista do dissidente saudita Osama Bin Laden agiriam na região. Desde então, periodicamente, a mídia hegemônica brasileira tam-

após o ataque de 11 de setembro de 2001, desdobrando na intensificação da militarização e da vigilância difusos na vida cotidiana destes espaços urbanos.

Enquanto Cúcuta funciona como um dreno de combustível da Venezuela para a Colômbia (Garzón Bautista *et al.*, 2018), Ciudad del Este atua como um dos principais portais de entrada de cigarros, armas e drogas para o Brasil e a Argentina, com a vantagem de ainda permitir a compra de produtos eletrônicos importados da Ásia, Estados Unidos e Europa (Carneiro Filho, 2011). Destarte, estes territórios urbanos de fronteira entram no atual período de transição e disputas hegemônicas entre os Estados Unidos e a China, com a infraestrutura exigida à fluidez de mercadorias e capitais, requeridas para se incorporarem no espaço internacional de fluxos de mercadorias. Esta transição de hegemonia traz consigo processos de mundialização dos negócios, dinâmicas de regionalização com a formação dos blocos regionais, o espalhamento da urbanização pelos territórios e a respectiva conexão das fronteiras, a transfronteirização e processos de fragmentação territorial e do tecido sócio-político.

Nesta circunstância, são as forças armadas a garantir as fronteiras, a geopolítica, a política, e os negócios, a velocidade da fluidez das mercadorias legais e ilegais. Elas ainda salvaguardam o exercício do poder estatal e corporativo, produzindo uma sensação de incapacidade e uma incapacidade real das pessoas moradoras destas fronteiras, de decidir sobre a governança dos seus lugares de entorno e de decidir a política da fronteira como lugar de existência. Isso contribui para a blindagem dos fixos ligados à política, à geopolítica e aos negócios, negligenciando os fixos ligados ao bem-estar da vida cotidiana - moradia, transporte, serviços de saúde, serviços de educação, entre outros - o que, por sua vez, intensifica a segregação urbana, transformando-a em fragmentação do tecido sócio-político. Note-se que os operadores da política, da geopolítica e dos negócios na fronteira vivem apartados daqueles e daquelas que dependem de vender sua força de trabalho na região fronteira, os e as quais, para dar maior fluidez a mercadorias legais

bém publica matérias neste sentido, apesar da comunidade árabe local ter negado inúmeras vezes este dado.

e ilegais, podem dar a própria vida em se tratando de negócios em conflito com a lei - contrabandeando cigarros, armas ou drogas, em Foz do Iguaçu, ou contrabandeando combustível, em Cúcuta (Penido; Kalil, 2021).

Resulta desta lógica um padrão urbano em todas estas cidades em que os objetos urbanos mais sofisticados estão efetivamente ligados ao exercício do poder sobre as áreas de fronteira e aos negócios mundializados. No caso de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, a sofisticação inclui as redes de hotéis, cassinos e concessionárias que prestam serviços turísticos, enquanto a infraestrutura urbana ligada ao transporte coletivo, à moradia, aos serviços públicos de saúde e educação, e ao uso das cidades em suas diferentes funções por seus e suas habitantes, é propositalmente sucateado. Tal precarização visa transformar o espaço urbano em algo além do veículo da política, da geopolítica e dos negócios: o espaço urbano, ele mesmo, se torna uma mercadoria a ser consumida, com frações customizadas seguindo o gosto dos e das turistas e não dos seus moradores e moradoras. Assim, o transporte aéreo destas cidades, altamente sofisticado, contrasta com o transporte público; os hotéis internacionais contrastam com a precariedade habitacional e as ocupações urbanas; os serviços privados contrastam com os serviços públicos; a cidade da política e dos negócios contrasta com a cidade dos e das habitantes.

Em outras palavras, os espaços dedicados à política, à geopolítica, aos negócios e seus respectivos operadores formam uma cidade blindada daquela dos segmentos sociais que vivem de vender seu trabalho no comércio, no turismo, no contrabando e no tráfico. Assim, as cidades de fronteira neste período de mercantilização de tudo, estão completamente integradas às dinâmicas dos fluxos de mercadorias e gentes que permeiam as fronteiras a todo tempo, naquilo que Camilo Carneiro Filho (2013) chamou de transfronteirização. Contudo, isso não se faz sem a fragmentação vertical, isto é, sem promover a incapacidade de governança na vida cotidiana e uma intensa fragmentação horizontal, a completa separação, salvo os negócios, entre os estabelecidos de toda natureza e aqueles em franco processo de marginalização.

A fronteira Colombo-Venezuelana ainda enfrenta intensa militarização provocada pelo conflito entre as forças armadas, o Ejército Popular de Liberación, o Ejército de Liberación Nacional e as Autodefesas Gaitanista. Todos contra todos lutam pelo controle do território da fronteira e de seus fluxos comerciais - legais e ilegais (Garzón Bautista *et al.*, 2018). Paradoxalmente, estes conflitos da fronteira Colombo-Venezuelana que ocorrem desde os anos 1960 se replicaram, como uma espécie de mimetismo, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, com a formação de pequenas guerrilhas camponesas e de grupos de autodefesas comandados por brasiguaios (Gagliard; Stockler, 2011). Soma-se a isso, a penetração das grandes organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho, no controle dos fluxos de armas e drogas da fronteira entre Brasil e Paraguai, para o restante do Brasil, e no avanço do crime organizado, com episódios de mega-assaltos, em terras paraguaias (Pfrimer; Motta, 2021).¹⁴ Este ambiente de militarização, em diferentes dimensões e sentidos, alavanca o crescimento das cidades de fronteira, a sul e a norte, fazendo das pessoas pobres do campo e da cidade, a mão de obra necessária nos fluxos em conflito com a lei em ambos os territórios de fronteira e suas respectivas zonas urbanas.

Da negação do direito à cidade ao direito à fronteira

A maior parte das questões levantadas aqui mantem característica de grande complexidade, o que requer uma compreensão da correspondência destes territórios urbanos de fronteiras, em cada momento histórico, à política, à geopolítica e aos negócios de seus respectivos países. Contudo, nos parece impressionan-

¹⁴ Como foi o caso do assalto à transportadora Prosegur, em 2017, que inspirou a série streamer “DNA do Crime”. Recentemente, em fevereiro de 2024, US\$ 16 milhões foram roubados dos cofres da ATC (Associação dos Trabalhadores de Câmbio), em Ciudad del Este, por meio de um túnel de 180 metros de extensão e 70 centímetros de diâmetro. Em ambos, a presença do PCC é notória (Giocombelli, 2023).

te como estes lugares se integram à mundialização dos negócios de maneira extremamente sofisticada e, ao mesmo tempo, fragmentam os espaços urbanos, na medida em que blindam os espaços dos negócios, negligenciando, abandonando e hausmanizando os espaços dedicados à reprodução social na vida cotidiana.

Nestes contextos, é pouco provável conseguir reivindicar qualquer direito à cidade, inclusive porque os distintos Estados Nacionais e os operadores empresariais, políticos e geopolíticos utilizam os limites das fronteiras como forma de criar condições de acumulação, a partir das diferenças de infraestrutura e normas. Daí a superexploração do trabalho de domésticas paraguaias, do lado brasileiro da fronteira (Gomes, 2019), daí as maquiladoras brasileiras que buscam menos impostos do lado paraguaio (Da Silveira, 2022), daí a especulação com os preços dos alimentos em Cúcuta e daí as empresas colombianas que fazem o comércio de combustíveis a partir de Táchira (Linares; Gómez, 2012).

Se nossa hipótese estiver correta, os territórios urbanos de fronteira anunciam um novo tipo de sociedade, um novo tipo de política e geopolítica e um novo tipo de urbanismo, em que há uma radicalização da apartação entre os estabelecidos e aqueles e aquelas em processos de marginalização, em cada um desses lugares, cujos espaços de um e de outro ou outra estão mediados pela militarização de todos os tipos e pela vigilância de instituições legais e grupos em conflito com a lei. É indispensável, então, pensar como garantir direitos e bem-estar na vida cotidiana das pessoas nesses espaços urbanos pressionados pela política de cada país, pela geopolítica e pelos negócios, porque daí podem surgir ativismos, organizações coletivas e ações urbanas para todos os contextos de cidades, as pequenas, as grandes e as metropolitanas.

Este debate fica, contudo, para outro trabalho. De qualquer maneira, uma concepção ontológica e atualizada do que vem a ser os ideais de direito à cidade deve começar pelo direito à fronteira, porque a fronteira hoje não é mais epiderme dos seus respectivos Estados Nacionais, ela é parte dinâmica de sua própria condição.

Referências

- ANDRÉ, A. **Visíveis pela violência**. Brasil: Agbook, 2015.
- ANDRÉ, A. **Ensaio: geopolítica, cidade e violência**. Brasil: Agbook, 2016.
- ANDRÉ, A. Correlações espaciais. In: ANDRÉ, A.; FERRO, S. **Globalização, regionalização e novas ruralidades**. Joinville: Clube de autores, 2017.
- ANDRÉ, A. L. Por uma geografia ontológica! reflexões sobre os territórios urbanos transfronteiriços na América do Sul. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/05/geografia-ontologica.html>. Acesso em: 29 out. 2024.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BANDEIRA, L. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 3, n. 28, set. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54422>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- BESSA, K. Estudos sobre a rede urbana. **GeoTextos**, Salvador, v. 8, n. 1, 2012.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- CAIRO, H. A América Latina nos modelos geopolíticos modernos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, p. 219-235, 2008.
- CARNEIRO FILHO, C. P. Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 11, P. 84-101, 2011.
- CARNEIRO FILHO, C. P. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. 2013. 252 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em

Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1986.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrários em América Latina**. San Diego: Fondo De Cultura Economica, 1994.

COSTA, W. O Brasil e a América do Sul. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, n. 7, p. 1-25, 2009.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. **A situação da classe operária na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

EUFRASIO, M. **Estrutura urbana e ecologia humana**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FABIO, Y. La maquila en Paraguay. **Población y Desarrollo**, San Lorenzo, v. 14, n. 26, p. 32-45, 2004.

GAGLIARDI, M; STOCKLER, C. O conflito armado na periferia do capitalismo. In: LAURINDA, E. **Conflitos sociais na América Latina**. Campinas: Amusquivar, 2011. pp.34-59.

GARZON BAUTISTA, K. N. *et al.* **Influencia del contrabando en la transformación de las relaciones comerciales y sociales en la frontera Colombia (Cúcuta, norte de Santander) y Venezuela (San Antonio de Táchira) en el periodo 2014-2016**. 2018. 50 f. TCC (Graduação) - Programa de Negocios y Relaciones Internacionales, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad de La Salle, Bogotá, 2018.

GIOCOMBELLI, G. Relembre mega-assalto à transportadora Prosegur no Paraguai que inspirou série DNA do Crime da Netflix. **G1 [online]**, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2023/11/22/relembre-mega-assalto-a-transportadora-prosegur-no-paraguai-que-inspirou-serie-dna-do-crime-da-netflix.ghml>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GODOY, P. R. T. (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270.pdf>. Acesso em: 27 fev 2025.

GOMES, E. A. **Empregadas domésticas paraguaias inseridas em Foz do Iguaçu (BR): uma análise sobre a trajetória de vida e condições laborais**. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

GULLO, M. **Insubordinación y desarrollo**. Buenos Aires: Biblos, 2012.

HAGE, J. Mario Travassos e a geopolítica brasileira. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 4, n. 1, p. 98-114, 2016.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: LeBooks, 2019.

JIMÉNEZ AGUILAR, C. La frontera colombo-venezolana. **Reflexión Política**, Universidad Autónoma de Bucaramanga, Bucaramanga, v. 10, n. 20, p. 258-272, 2008.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999b.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LINARES, R; GÓMEZ, H. Espacio regional fronterizo y ciudad binacional metropolitana. **Aldea Mundo**, Bogotá, v. 17, n. 34, p.51-64, 2012.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**. São Paulo: UNESP, 2008.

MERCIER, G. La région et l'État selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de la Blache. *Annales de géographie*. **Annales de géographie**, n. 583, p. 211-235, 1995.

MOASSAB, A.; NASCIMENTO, A. **Entrelaçamentos em políticas públicas municipais, atravessamentos intersetoriais em escalas pequenas e médias**. IX Colóquio LADU-PROURB. Rio de Janeiro, 2021.

MOLINA, F. Visiones del regionalismo y la regionalización en América del Sur en el nuevo milenio. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 13, n. 3, p. 13-32, 2007.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2010.

PÉCORA, L. Resumen informativo de las principales actividades desarrolladas en la frontera común y en el marco de la integración colombo-venezolana. **Aldea Mundo**, v. 7, n. 14, p. 62-74, 2003.

PENIDO, A.; KALIL, S. O Partido Militar no Sistema Político Brasileiro. In: Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro, Rio de Janeiro, 2021. **Anais [...]**. Santo Ângelo, Metrics, 2021.

PFRIMER, M.; MOTTA, A. Cançado. Ameaças em rede à segurança nacional. **Revista da EGN**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-178, 2021.

POLO ACUÑA, J. Contrabando y pacificación indígena en la frontera colombo-venezolana de la Guajira (1750-1820). **América Latina en la historia económica**, Ciudad de México, n. 24, p. 87-130, 2005.

PROUDHON, P. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas**. Porto Alegre: L & PM Pocket, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA JR., R. As Três Dimensões da Fronteira Entre Brasil, Paraguai e Argentina. In: BENVENUTO, J. *et al.* **Somos todos irmãos?** Curitiba: Edições Gedai, 2016.

SILVEIRA, C. Dinâmica das indústrias maquiladoras no Paraguai. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 13, n. 26, p. 127-148, 2022.

SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, 2015. pp.127-146.

SORJ, B; FAUSTO, S. **América Latina, transformaciones geopolíticas y democracia**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

SOUZA, M. Militarização da questão urbana. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 117-129, 2012.

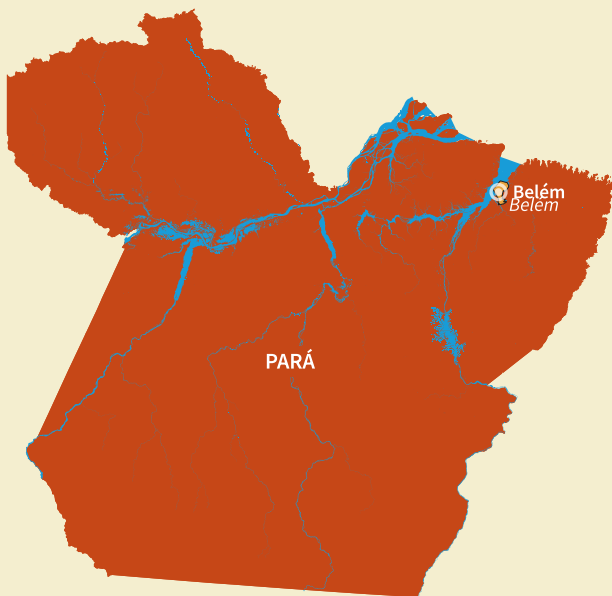
SOUZA, M. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

SPOSITO, M.; GÓES, E. **Espaços fechados e cidades**. São Paulo: UNESP, 2013.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1938.

VAN DER PLOEG, J. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VARGAS, F. A. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.



12. A POTÊNCIA DOS MAPEAMENTOS SOCIOCULTURAIS PARTICIPATIVOS

Ana Paula do Val

Mapeamento é um termo usualmente conectado à cartografia – uma subárea da geografia, relacionada à produção de mapas. O mapa, como produção visual do espaço, permite a conexão visual com outros espaços do mundo, localizando-nos e posicionando-nos nele, ou seja, colocando-nos em rede. Contudo, o que os mapas podem dizer de nós? Acaso não trazemos em nós, o lugar que nos constitui como somos? Certamente. Ainda, quanto nos deixamos influenciar pela nossa localização no mapa?

De fato, os mapas das cidades e dos países são dispositivos de governo e, como tais, são representações visuais que regulam o modo como vemos e significamos o mundo. Desde o século XVI, o mapa mental mais usual de boa parcela da população tem a Europa como centro - literalmente, eurocêntrico -, e utiliza a projeção de Mercator, que distorce o tamanho dos continentes, fazendo a África parecer menor do que é e, o Canadá, maior.

Nos séculos XV e XVI, a necessidade de melhorar os sistemas de informação náutica e de aumentar e sistematizar os dados recolhidos nos novos territórios, a fim de explorá-los economicamente, produziu uma matematização dos espaços geográficos, a garantir, primeiramente, o domínio dos mares, e depois, das terras. Por meio da produção de mapas foi imposto, ao longo daqueles séculos e nos seguintes, determinadas representações que imprimiram diferentes e interessados significados às terras e às gentes daquele designado “Novo Mundo” (Buisseret, 1998).

A partir do século XIX, houve uma proliferação no número e no tipo de mapas e mapeamentos, os quais foram se tornando um elemento bastante comum no dia a dia das pessoas e das cidades. Novas formas de utilização dos mapas foram levadas a cabo: mapeamentos das condições sociais, de zonas de incidência de doenças, de epidemias, sem prescindir dos usuais mapas militares, cadastrais, de seguro, do território e de estradas. Governar – e dominar – populações exigia um conhecimento e um esquadramento minuciosos de seus segmentos e individualidades, no espaço. As ciências humanas e a cartografia urbana se configuram, então, como os principais instrumentos de identificação e controle das “regras da ordem social” (Foucault, 1977).

O desenvolvimento do geoprocessamento, inicialmente, com objetivos militares, possibilitou a elaboração de mapas georreferenciados, com o auxílio de computadores, associando mapas a bancos de dados. No final do século XX, os mapas digitais suplantam todos os velhos tipos, pois oferecem a vantagem de mostrar instantaneamente uma variedade de dados – esgoto, redes de comunicação, instituições educacionais e culturais – no mesmo mapa. Isto permite aos planejadores e planejadoras da cidade fazer seleções de informações espaciais que antes seriam bastante complexas de gerar (Buisseret, 1998). Fora do campo da cartografia, os mapeamentos podem adquirir um perfil mais sociocultural, funcionando como ferramenta de localização, produção, organização e sistematização de informações em um ou vários campos de conhecimento.

Na história recente dos Estudos Culturais,¹ o primeiro mapeamento de práticas culturais aconteceu na França, ao final da década de 1960, realizada por Pierre Bourdieu e Alain Darbel (2007). Os autores analisaram o tipo de público que visitava os museus franceses, gerando uma série de estatísticas e informações para cruzamento de dados. Destarte, constataram que

1 Pierre Bourdieu e Alain Darbel publicaram o livro “O Amor pela Arte”, que investigou o público de museus europeus nos anos 1960. Cultura, para Bourdieu, aparece como indissociável dos efeitos da dominação simbólica enquanto elemento de luta entre os sujeitos nos diferentes campos pela demarcação de posições sociais distintas (Martins, 2016).

a democratização da cultura não estava ligada somente ao encontro do público com as obras de artes, sendo indispensável o conhecimento de uma série de indicadores, como contexto social, aspirações e motivação das pessoas para frequentar tais espaços, de modo a aprimorar as políticas de museus no país (*ibidem*).

Na década seguinte, os estudos e as discussões sobre indicadores culturais tomaram um fôlego maior, desdobrando-se em diversas ações. Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou em Helsinki, na Finlândia, uma reunião para discutir a natureza das estatísticas, informações e levantamentos culturais. Mais de vinte anos depois, em 1999, na cidade de Montreal, no Canadá, foi criado o Instituto de Estatística da UNESCO, com o objetivo de coletar dados nas áreas de educação e cultura, que pudessem ser comparáveis entre os diversos países do globo. Em 2003, na Cidade do México, aconteceu o “Seminário Internacional sobre Indicadores Culturais”, promovido pela UNESCO/Conaculta, no qual foram discutidos os princípios e métodos relacionados à criação de um sistema de informações para políticas culturais Seminario Internacional sobre Indicadores Culturales: su contribución al estudio de la economía y la cultura (Morales, 2003).

No Brasil, a mais antiga experiência de mapeamento cultural e, talvez, a mais significativa do ponto de vista da valorização da diversidade, foi empreendida por Mário de Andrade, no período em que foi diretor do Departamento de Cultura e Recreação do município de São Paulo, entre 1935 e 1938 (Sirino, 2012). O interesse pela cultura nacional levou-o a viajar, em caráter pessoal, pela região norte e nordeste do país, experiência registrada no livro recém-reeditado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “O Turista Aprendiz” (Andrade, 2015). Ao final desse período, o Departamento de Cultura e Recreação, sob sua direção, financiou a Missão de Pesquisas Folclóricas, uma caravana formada por Luís Saia, Martin Braunwieser, Benedicto Pacheco e Antonio Ladeira, que percorreu o Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão e Pará. Foram gerados, na missão, cadernos de campo, imagens,

músicas e inúmeros objetos coletados, revelando um significativo panorama do folclore nacional – o primeiro mapeamento a constatar a diversidade cultural brasileira (Andrade, 2007). Este tipo de política cultural, extrapolou o sistema de belas-artes, incorporando as culturas populares, sem excluir as artes consagradas, propondo uma intervenção meticulosa por parte do Estado na articulação de diferentes campos culturais (Rubim, 2007). Com uma noção ampliada de patrimônio, foi alargada a concepção tanto dos bens tangíveis quanto dos intangíveis (*ibidem*). O pesquisador da Universidade Federal da Bahia, Albino Rubim afirma que:

parece surpreendente que uma experiência municipal seja reivindicada como inauguradora em um panorama histórico acerca das políticas culturais nacionais. Acontece que ela, por suas práticas e ideários, transcende em muito as fronteiras paulistanas. Não por acaso este é um dos episódios mais estudados das políticas culturais no Brasil (Rubim, 2007, p. 103).

A experiência paulistana, contudo, mantém-se na memória e na história das políticas culturais como um rumo a ser lembrado e perseguido (Botelho, 2007). Apenas décadas mais tarde, nos anos 1990, é que a produção de informações ou mapeamentos no setor cultural passou a ser valorizada, inicialmente, para atender a uma demanda do mercado da Lei 8.313/1991 (Brasil, 1991), conhecida como Lei Rouanet, assente em campanha do governo federal divulgada na cartilha “Cultura é um bom Negócio” (Rubim, 2010). Ainda nesse período, foi criado o Fórum Intermunicipal de Cultura que, desde 1995, articula nacionalmente atores culturais no âmbito municipal para a troca de ideias e proposições para a área da cultura nas cidades (Hamilton, 1995).

Deve-se atentar, entretanto, que para propor e implementar políticas públicas de cultura, sobretudo nacionais, é fulcral conhecer a realidade cultural do país, que por muito tempo carecia de informações. É somente na gestão ministerial de Gilberto Gil (2003-2008), durante o governo de Lula (2003-2010), que a produção de dados sobre práticas, gestão, políticas pú-

blicas, consumo, recepção e financiamento da cultura alça a devida importância (Moraes, 2020).

O coordenador do Centro de Estudos da Cultura e do Consumo da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, José Carlos Durand, em seu livro “Arte, privilégio e distinção” publicado em 2009, afirma que as primeiras iniciativas consistentes de produção de dados culturais no Brasil surgiram após um acordo de cooperação entre UNESCO,² IBGE,³ IPEA⁴ e o MINC,⁵ celebrado em 2004, com o compromisso de consolidar uma base de informações para o campo da cultura (Durand, 2009). Na ocasião, foram revistos os sistemas classificatórios, no intuito de apurar dados consistentes relativos à área cultural, como recenseamentos demográficos, indústria, comércio, serviços e orçamentos familiares. Pela primeira vez no país, foi implantada uma infraestrutura de informações quantitativas para avaliar as atividades culturais, numa dupla perspectiva: da produção e do consumo (Lins, 2009).

Na gestão ministerial de Gil, a urgência pela produção de mapeamentos socioculturais se tornou central, pois são instrumentos de diagnóstico e de ações propositivas, constituindo pauta das organizações governamentais e não governamentais. Além disso, tais mapeamentos permeiam as discussões acadêmicas na produção de novos conhecimentos, na formulação de políticas públicas, na estruturação de ações culturais de entidades, no fortalecimento de ações da sociedade e, acima de tudo, revelam a diversidade cultural das territorialidades e virtualidades humanas. Os encontros do Fórum Intermunicipal de Cultura, na década anterior, foram adensados com as Conferências Municipais de Cultura, iniciada em 2004, pela cidade de São Paulo (Semensato, 2010); com o Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares (2005) (Vianna, 2014); com as Conferências Nacionais de Cultura (2006 e 2010) (Aragão, 2013) e com o Plano Nacional de Cultura (2010) (Cunha

2 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

5 Ministério da Cultura.

Filho, 2022), contribuindo, desde então, para a construção da cidadania cultural nos municípios.

Mapeamentos socioculturais, diversidade cultural e participação social

Os mapeamentos têm uma potência transformadora como instrumentos de estudos e como propulsores do desenvolvimento local, capazes de detectar as potências criativas de diversos fazeres culturais e agenciamentos nos territórios, tendo papel relevante na gestão e planejamento urbanos e no direcionamento de ações propositivas para a melhoria da qualidade de vida nas cidades (Do Val; Pereira, 2010).

Pelo menos até o Golpe de 2016⁶, vivenciamos um processo intenso de culturalização do país, quando cada vez mais a cultura se fortalecia como cenário de afirmação da cidadania e do desenvolvimento humano. Com efeito, o debate público demonstra que a qualidade de vida não deve ser tomada apenas sob a ótica das condições materiais, sendo inadiável uma apropriação contínua do patrimônio imaterial, de modo a ampliar o rico imaginário social. Vale ressaltar que a diversidade cultural é tão basilar quanto democracia ou oportunidades econômicas, conforme demonstram marcos internacionais da UNESCO, em específico, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 2005 (Freire; Bessa, 2021). Promover a diversidade é reconhecer direitos culturais consagrados, como a liberdade de expressão, as oportunidades de diálogo, também o direito à ancestralidade e à invenção; isto é, combinar o passado com o presente para inventar o futuro de forma intercultural.

No entanto, é preciso saber escutar, isto é, fazer emergir novas experiências que subsidiem o enriquecimento de práticas, de participação e de mudança, num processo contínuo de cria-

⁶ Este termo refere-se ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016 que consistiu em um processo organizado para impedir a continuidade do seu mandato como presidente da República Federativa do Brasil.

ção da cidadania cultural. Sob este viés, os mapeamentos socio-culturais compõem um rol de instrumentos de defesa da promoção e visibilidade da diversidade cultural e de construção de políticas culturais territorializadas. Consequentemente, a elaboração de um mapeamento sociocultural revela-se sempre um grande desafio. Há diversas formas de fazê-lo e inúmeros critérios sobre a definição do que mapear. Em geral, os principais mediadores de um mapeamento são a própria sociedade empenhada em promovê-lo, desenhando aquilo que Boaventura Sousa Santos designou de “ecologia de saberes” (2007). No limite, as metodologias de um mapeamento: onde, o quê e como mapear, são ferramentas que para melhor funcionar têm que ser construídas no próprio processo de trabalho, conforme peculiaridades do que será mapeado.

Não há um modelo único para um mapeamento cultural, de fato, é bastante positiva a constatação da diversidade de conceitos, metodologias e tecnologias de mapeamento, evitando uma camisa de força em torno do processo, ao impor um único modelo. Cada território, com suas práticas culturais, demanda métodos e critérios específicos para seu mapeamento. Desta maneira, abre-se espaço para que despontem novas possibilidades criativas. Igualmente, as virtudes que um mapeamento contempla são diversas. Assim, utilizar um mapeamento como instrumento de promoção, preservação e difusão da diversidade cultural, é qualificar ações de gestão e planejamento de curta, média e longa duração, para o desenvolvimento cultural nos territórios.

Uma cartografia cultural nos imaginários das bibliotecas públicas e comunitárias

Para melhor demonstrar as múltiplas possibilidades de mapeamentos e sua profunda relação metodológica com os territórios, trago duas experiências desenvolvidas em bibliotecas, uma na capital do Pará e outra no interior de Alagoas, nas quais participei como docente e coordenadora metodológica, em 2014.

Estas formações ocorreram dentro do projeto “Tô na Rede”, fruto de uma articulação entre o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, a Fundação Bill & Melinda Gates e o Instituto de Políticas Relacionais. O objetivo do projeto era auxiliar as bibliotecas públicas a se tornarem espaços de cultura viva, com a escolha de Belém, no Pará, e de Arapiraca, em Alagoas, como pilotos, por recomendação do próprio Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Nestes contextos, procurou-se diminuir as assimetrias de acesso à informação, ao conhecimento, às culturas e às denominadas TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação, por meio da capacitação de funcionários e funcionárias de bibliotecas públicas nestas duas cidades brasileiras, visando ampliar o engajamento dos servidores e servidoras no diálogo e no melhor atendimento das comunidades de entorno.

Nesta perspectiva, um dos aspectos trabalhados foi a sensibilização dos recursos humanos das bibliotecas e a sua formação em mapeamentos socioculturais, resultando num rico processo de trocas e descobertas da diversidade cultural de suas localidades. Para este fim, a capacitação foi idealizada como uma experiência aberta à participação e construção coletiva com as comunidades, considerando as dinâmicas locais. Tal escolha metodológica permitiu um processo permeado por práticas que fomentaram uma participação propositiva e uma reflexão crítica dos e das participantes frente a situações cotidianas, seja nas relações de trabalho, na gestão dos espaços ou na mediação sociocultural com os territórios e seus públicos.

O processo de formação e o projeto pedagógico foram desenhados com o intuito de abordar duas dimensões: a **reflexivo-afetiva** e a **empírico-mobilizadora**. No caso da primeira, com um viés mais humanista, preocupada em compreender como se davam as relações de convivência em atividades desenvolvidas nas bibliotecas, tanto entre os funcionários e funcionárias quanto na sua interação com o público usuário e no diálogo com suas comunidades de entorno. Para podermos interferir em algumas situações que poderiam provocar mudanças, foi preciso identificar quais eram as visões de mundo dos e das participantes do projeto e com quais valores e crenças eles ou elas conduziam seu ofício na biblioteca. Em paralelo,

a outra dimensão trabalhada, empírico-mobilizadora, ajudou a dar concretude às indagações que a dimensão reflexivo-afetiva trouxe à tona no decorrer da formação.

Os dois municípios escolhidos pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas revelaram realidades extremamente diversas, com dinâmicas locais próprias e territórios heterogêneos, o que acabou atribuindo qualidades e resultados distintos para cada uma das cidades. As diferenças estão diretamente ligadas a cada contexto sociocultural e econômico, que determina profundamente a relevância de um equipamento de cultura no território, como é o caso de uma biblioteca pública.

Desta forma, trabalhamos os territórios a partir de estatísticas oficiais e da vivência cotidiana. Os dados oficiais permitiram criar algumas comparações entre o porte das cidades, sua dinâmica populacional, os indicadores de qualidade de vida, a rede de bibliotecas públicas, entre outros. Por sua vez, o contato presencial com os territórios, faz emergir percepções que os dados censitários não são capazes de revelar. De um modo geral, as questões apresentadas deveriam despertar reflexões e críticas nos e nas participantes sobre culturas laborais e relações com o espaço público. O conceito de cultura e de diversidade cultural foram alguns dos fios condutores do processo, compreendidos, nesse contexto, como modos de vida, relações de sociabilidade, costumes, crenças, valores, identidades e diversidade cultural, expressões e manifestações artísticas e culturais, memória, saúde da mente e do corpo, comunicação, corpos e gêneros. Finalmente, levamos em conta as práticas socioculturais daqueles servidores e servidoras, numa perspectiva cultural, considerando suas especificidades e modos de vida, impregnados no exercício de suas funções nas bibliotecas.

Descobrimos as diversidades e adversidades culturais

Os conteúdos tratados no módulo “Conhecer para transformar: mapeamentos locais” tiveram como objetivo colocar os e as

participantes em contato com material de cunho teórico e com mapeamentos socioculturais já existentes. O contato com questões mais teóricas se deu por atividades expositivas em salas de aula, que envolveram dinâmicas de grupo e rodas de discussão sobre assuntos relacionados às cidades onde os funcionários e funcionárias moram e trabalham. Foram abordados, sob diferentes pontos de vista, temas como a dinâmica do crescimento urbano, a rede de equipamentos culturais, o direito à cidade, os direitos e as responsabilidades sociais, com a intenção de construir um panorama sociocultural sobre cada uma das cidades envolvidas, a partir das comparações e análises críticas das e dos participantes. Ainda, como preparação para o posterior trabalho de campo, foram dados orientações e treinamentos sobre técnicas de entrevista.

Por sua vez, as experiências de **mapeamentos socioculturais** levadas a debate ressaltavam a importância do tema para estruturar a formação de público e ações de aproximação e colaboração entre a biblioteca e a comunidade de entorno, considerando, ademais, as práticas cotidianas no ambiente laboral das bibliotecas públicas. Estes foram momentos em que pudemos constatar o nível de conhecimento do pessoal das bibliotecas sobre a cidade, particularmente, sobre seus bairros de residência e de trabalho, por meio de questões do cotidiano, tais como: violência, educação, direito à cidade, direitos sociais, expressões artísticas e culturais, preconceito, discriminação, desenvolvimento urbano e movimentos sociais. Nota-se que alguns desses temas despertaram muitas polêmicas, sobretudo, aqueles que envolviam questões religiosas.

Após a formação teórica, a oficina propôs exercícios práticos, com a imersão em campo, quando foram aplicados e vivenciados os conceitos abordados até aquele momento. A oportunidade de conhecer contextos e práticas socioculturais presentes em suas comunidades, nem sempre percebidos, ampliou a percepção dos e das participantes sobre o papel central das bibliotecas com a comunidade, abrindo múltiplas possibilidades de ação e de parcerias no território, com benefícios para todos e todas.

Com uma proposta de construção coletiva, foi delineada a metodologia de cada mapeamento, de forma que definições sobre o que, para que e como mapear foram os fios condutores para construirmos o recorte em cada território. Vale enfatizar que os processos de trabalho em grupo para o desenvolvimento de mapeamentos locais nas duas cidades geraram mapeamentos completamente singulares e muito diversos entre si, justamente em virtude das especificidades de cada lugar.

As discussões demonstraram, no decorrer do processo de formação, que era de grande urgência colocar as pessoas da biblioteca em contato com a realidade dos territórios vizinhos. O mapeamento local poderia ser a primeira ponte entre as gestoras e gestores e os contextos locais. O debate sobre o método a utilizar levou à aplicação de um breve questionário sobre práticas socioculturais e parcerias no entorno das bibliotecas, um instrumental desenvolvido para facilitar a organização das informações sobre grupos, entidades, lideranças e outros atores sociais que guardassem uma relação com os territórios de inserção dos equipamentos de cultura. Destarte, foi organizado um roteiro específico de visitas para o mapeamento local participativo de cada biblioteca, atividade que teve ampla colaboração das e dos participantes de Belém e de Arapiraca, muitos deles e delas com conhecimentos sobre artistas e fazedores e fazedoras de cultura locais.

Merecem destaque as percepções sobre o processo de mapeamento pelos e pelas participantes da formação, que foram positivamente impactadas ao fazer as entrevistas. As pessoas descobriram, surpreendidas, novas coisas no bairro que julgavam bem conhecer. Outra questão apontada por meio da atividade, foi a falta de apoio facultada a grupos e entidades que desenvolvem trabalhos sociais e culturais na cidade. Os funcionários e funcionárias das bibliotecas ficaram bastante sensibilizados pelas possibilidades de fortalecer parcerias entre as bibliotecas e as comunidades, visando respaldar suas iniciativas, algo marcante tanto em Belém quanto em Arapiraca.

O contato direto com entidades culturais, de assistência social, grupos, coletivos de artistas, mestres de cultura, artistas, professores e professoras, escolas, postos de saúde e outros

equipamentos e elementos do território, tocou os envolvidos e as envolvidas na formação com as histórias de vida das pessoas, com as ações que levam adiante e que gostariam de realizar, com as estratégias de manutenção financeira e com suas relações com o poder público, permitindo, inclusive, que fossem identificados possíveis parceiros e parceiras das bibliotecas. Outro ponto que estimulou as e os participantes foi registrar e organizar as informações sobre atores e atorais sociais, que contribuem de fato para a diversidade e o desenvolvimento sociocultural de suas regiões.

Um tema significativo também tratado concerne à criminalidade e violência, a dados educacionais e culturais, à infraestrutura urbana e a processos de gentrificação. Este último gerou um grande entusiasmo nas oficinas de ambas as cidades, pois a maioria deles e delas mora em regiões periféricas de Belém e de Arapiraca, muitas vezes instalados em loteamentos ainda não regularizados. Por exemplo, em Arapiraca, há mais de quinze anos se convive com o dilema de não receber correspondência pelo serviço de correio, já que nas regiões irregulares e mais afastadas do centro da cidade, as ruas ainda não foram nomeadas. Ademais, a maioria dos servidores e servidoras das bibliotecas não moram nas proximidades e, muitas vezes, se deslocam de um extremo a outro da cidade para chegar ao local de trabalho, utilizando os sistemas de transporte precários destas duas cidades. É ainda relevante atentar para o fato de que alguns funcionários e funcionárias nunca tinham andado pela vizinhança das bibliotecas, devido ao medo da violência, vivenciando pouco o local onde moram e trabalham.

Em Belém, particularmente, a violência foi discutida por um viés mais estrutural da cidade e pela falta de direitos, a despeito da Biblioteca Arthur Vianna estar localizada no centro da cidade, uma região com poder aquisitivo de médio a alto. Ainda, no Pará, o pessoal da biblioteca tinha um conhecimento bastante apurado do contexto sociocultural e das práticas sociais da cidade, o que contribuiu enormemente para o planejamento do mapeamento e para ampliar o nosso repertório sobre a cultura paraense e sua rica diversidade sociocultural.

As lições dos territórios: enfrentando e revendo preconceitos

A diversidade cultural, mesmo sendo o tema dominante e constante na formação, nem sempre foi facilmente assimilada. Este foi o caso do tema “capoeira”, que tomou várias horas de discussão em Arapiraca, especialmente, para desconstruir um preconceito generalizado, em alguns casos, bastante enraizado localmente, devido à orientação religiosa. O grupo, majoritariamente católico, era bastante refratário a práticas populares que desconheciam, como a capoeira e os povos de terreiro, que envolvem o candomblé, umbanda, tambor de mina e outros. As expressões culturais oriundas de matrizes africanas eram imediatamente relacionadas, pejorativamente, à “macumba” – e, por conseguinte, associada ao “diabo” e ao “mal”, entre outros estereótipos.

Todavia, ao pautar a discussão com base nos tratados da UNESCO sobre a diversidade cultural, delimitando o conceito de cultura e das culturas de matriz africana em seu sentido antropológico, destacando a sua forte presença na composição da cultura brasileira. Mesmo enquadrando o debate no campo da antropologia social, houve muita resistência dos e das presentes devido ao forte perfil religioso daquele público, evidenciando que há muito a avançar nessa seara.

De qualquer maneira, o contato com a atividade de campo permitiu uma reavaliação de certos estereótipos, ampliando horizontes e, especialmente, uma maior abertura a conhecer e acolher outros pontos de vista. O Grupo local de Capoeira Ibá Capoeira Arap da vila Bananeiras, em Arapiraca, na apresentação à biblioteca, propiciou um significativo exemplo de implosão de preconceitos. A entrevista com os e as jovens capoeiristas foi extremamente motivadora e esclarecedora, tocando a sensibilidade das pessoas de forma considerável, pois traziam, ao mesmo tempo, uma leitura politizada sobre a capoeira e seu forte teor identitário e cultural. O contato presencial com este universo tornou os alunos e alunas do projeto mais tolerantes a outras práticas socioculturais e mais integrados à diver-

sidade cultural e às potencialidades locais que cada território pode oferecer. Desenhou-se ali, portanto, uma oportunidade de apreender vivencialmente, mais do que intelectualmente, o conceito de alteridade

A entrevista mais comentada, e talvez a de maior impacto nas percepções dos gestores de Arapiraca, foi a de Rita de Cássia, que no final da entrevista, relatou que teve “uma lição de vida sobre preconceito e discriminação, por meio da identidade” e que mudou “completamente a concepção que [ela] tinha sobre a capoeira, o candomblé, as culturas de matriz africana”. Seu discurso foi reforçado pelo consenso do grupo. Os conteúdos debatidos em sala de aula, e depois, por meio das vivências e na prática do mapeamento, certamente ampliaram os horizontes de todas e todos em relação aos conteúdos culturais.

Em outras palavras, propiciar tais atividades com o pessoal das bibliotecas alterou enormemente a sua relação com o entorno, com as e os jovens capoeiristas ou dependentes de drogas e assim por diante. Talvez, o maior aprendizado dos grupos foi ter superado preconceitos e pequenos poderes; ter elevado a autoestima e, simplesmente, ter se apaixonado tanto pela cultura local quanto pelas próprias bibliotecas onde trabalham, que, até então, eram subestimadas. Os relatos do grupo sobre o processo educacional confirmam o impacto de conhecer o território:

O curso provocou a busca de uma conscientização do papel do cidadão em uma sociedade que convive com grandes diferenças sociais. Passamos a entender que podíamos e devíamos nos mobilizar [...] Essa conscientização nos levou à ação e saímos de nossa região de conforto, da nossa zona de proteção, arregaçamos as mangas e entramos no campo do trabalho. Isso ocorreu porque nos conscientizamos da existência de outras realidades, que precisam de um olhar capaz de proporcionar outras vozes (Funcionário 1, Belém)

Nós tivemos a formação em mapeamentos culturais, que foi fantástica. Saímos do prédio da biblioteca e visitamos grupos, fazedores de

cultura, instituições e entidades. Então, a gente pôde entender e sentir na pele os problemas que as pessoas enfrentam na comunidade, saber como elas enxergam a biblioteca... Isto é fundamental para o nosso trabalho, para sabermos de que forma a gente vai ao encontro da comunidade, como envolver essas pessoas, verdadeiramente, nas atividades, para que a biblioteca possa realizar a sua verdadeira missão, que é, de fato, atender às comunidades. Para a gente, esse contato foi muito importante, e foi extremamente emocionante identificar, sentir o problema de cada um, de cada entidade... Ver que, apesar das dificuldades que cada comunidade tem, o pessoal não desiste e continua fazendo o trabalho com muito amor e carinho, atendendo à população... Isto foi uma lição para a gente (Funcionária 1, 2017)

Ou seja, o mapeamento local pode dar sentido ao trabalho cotidiano, como um difusor de novas experiências de conhecimento a partir da comunidade, propiciando, também como novidade, identificar outros atores sociais que interagem com o território. De certa forma, criamos em Belém e Arapiraca, uma amostra de experiências que nos permitiu olhar, coletivamente, para vários contextos socioculturais no entorno das bibliotecas públicas daquelas cidades.

Mapeamento cultural e além

De um modo geral, o curso surpreendeu. O mapeamento mostrou ser muito mais do que cultural, sendo também um instrumento social, político e, necessariamente, humano. Os debates em torno de valorização e conscientização cultural, o reconhecimento das diferenças culturais locais, a educação, os costumes, os hábitos, a violência e o acesso de determinadas comunidades à informação, contribuíram para um repensar de valores e para um questionar de regimes de verdade construídos pela sociedade, pelo governo, pela mídia e pelo mercado.

Por fim, podemos afirmar que é positivamente marcante uma experiência de formação que revira conceitos, questiona certezas, chama a atenção às intolerâncias e questiona os poderes das cartografias socioculturais. Estas práticas apontam para uma comunicação crítica e coerente, abrindo um horizonte inesgotável de reflexões sobre o individual e o coletivo, num mundo em franco processo de mudança de paradigmas civilizatórios, comunicacionais e informacionais. Cada mapeamento é uma experiência singular, desenhada metodologicamente em sua particularidade. No caso das bibliotecas do projeto-piloto, a potência foi sensibilizar e ampliar o olhar e as possibilidades de mediação cultural e valorização da diversidade cultural local, por meio dos servidores e servidoras públicos.

Ainda que desde o Golpe de 2016,⁷ o governo federal esteja vindo a desmontar os avanços das últimas décadas, culminando no fechamento do Ministério da Cultura em 2019, depois de mais de três décadas de funcionamento, com a oferta em leilão, em 2021, do edifício Gustavo Capanema,⁸ histórica construção modernista projetada por Lúcio Costa⁹, sede da Funarte, a área de gestão e políticas culturais está consolidada e as muitas práticas culturais no território no passado recente do país constituem guardiãs dessa memória e a principal frente de luta pelo direito à cultura que sempre levaremos adiante.

7 O chamado golpe de 2016, ou impeachment de Dilma Rousseff, foi movido sob pressão internacional, sob influência de interesses econômicos, da burguesia, do judiciário, do legislativo, dos meios de comunicação, face à crise mundial de 2008, o poder do capital financeiro, as contradições do governo de coalizão perpetuado pelo governo de Dilma Rousseff desde o governo Lula, com destaque para a insatisfação da direita política quanto a direção do País pelo partido dos trabalhadores (Souza, 2018).

8 Em 2022, a Justiça Federal proibiu o leilão, compreendendo que bem federal tombado não pode ser alienado. O prédio, tombado desde 1948, é considerado um marco da arquitetura modernista.

9 Além de Lúcio Costa, a equipe do projeto era composta por Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira, com a consultoria do arquiteto franco-suíço Le Corbusier.

Referências

ANDRADE, M. **Missão de pesquisas folclóricas -1938**. São Paulo: SESC; Prefeitura da cidade de São Paulo, 2007.

ANDRADE, M. **O turista aprendiz**. Brasília: IPHAN, 2015.

ARAGÃO, A. L. As conferências nacionais de cultura no Brasil como instâncias de escuta e de exercício do direito de participação na vida cultural. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 28, n. 4, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17984>. Acesso em: 28 out. 2024.

BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 18, p. 15-38, 2007.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: EDUSP. 2007

BRASIL. **Lei 8.313/1991**. Capítulo IV - Do incentivo a projetos culturais. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.legjur.com/legislacao/art/lei_00083131991-18?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwj4K5BhDYARIsAD1Ly2q_wrYerJDp95znRiZ6cVcj6LhuopBHvItigvrEggbXgylq-8g3W14aAgTPE-ALw_wcB. Acesso em: 28 out. 2024.

BUISSERET, D. **Envisioning the city: six studies in urban cartography**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

CUNHA FILHO, F. H. Plano Nacional de Cultura: análise jurídica da concepção, tramitação e potencialidades. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, 2022.

DO VAL, A.; PEREIRA, A. **Santo Amaro em rede: culturas de convivência**. São Paulo: SESC/SP, 2010. Relatório de pesquisa. Não publicado.

DURAND, J. C. **Arte, privilégio e distinção**. São Paulo: EDUSP, 1989.

FARIA, H. **Encontro intermunicipal de cultura: cultura, políticas públicas e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Pólis, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREIRE, C. M. C. B. P.; BESSA, L. A Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais: Perspectivas e Impactos no Brasil. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 16, n. 39, p. 177-200, 2021.

LINS, R. Uma gráfica de fronteira. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2009. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento/525611/rico-lins-uma-grafica-de-fronteira>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MARTINS, T. L. R. A frequência aos museus: uma análise à luz dos estudos de Pierre Bourdieu. **Revista Movimentação**, Douros, v. 3, n. 4, p. 107-118, 2016.

MORAES, E. C. Delírios Utópicos: A Genealogia dos Pontos de Cultura na gestão Gilberto Gil no MinC (2003 a 2008). **A casa de vidro**, 17 out. 2020. Disponível em: <https://acasadevidro.com/pontos-de-cultura/>. Acesso em: 28 out. 2024.

MORALES, F. J. L. **Seminario Internacional sobre Indicadores Culturales**: su contribución al estudio de la economía y la cultura. 8 maio, 2003. Disponível em: <https://sic.cultura.gob.mx/documentos/810.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RUBIM, A. Políticas culturais no Brasil. **Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, 2007.

RUBIM, A. (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007.

SEMENSATO, C. A. G. **As conferências municipais de cultura como estratégia de descentralização e participação para as**

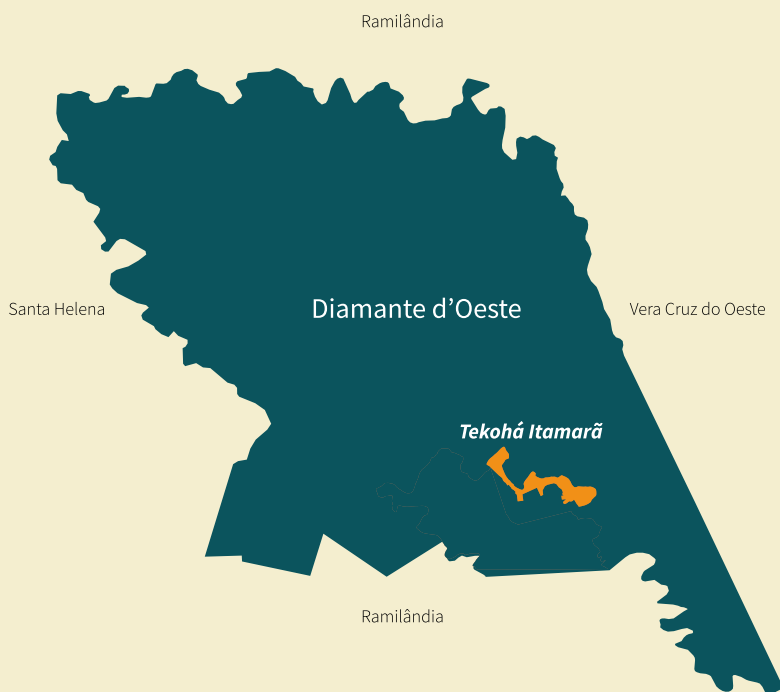
políticas culturais no Brasil: o caso de Campos dos Goytacazes/RJ, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SIRINO, S. P. M. Mário de Andrade: mais que um turista aprendiz, um político cultural. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, p. 202-211, 2012.

SOUZA, F. V. L. Contextualizando o golpe de 2016 e seu impacto nas políticas sociais. In: Seminário CETROS, Cirse e Mundo do Trabalho no Brasil - desafios para a classe trabalhadora, 6., 2018, Itaperi. **Anais [...]**. Itaperi: UECE, 2018. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51175-13072018-083019.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

UNESCO. **Convenção para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Texto oficial ratificado pelo Brasil. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_protecao_promocao_diversidade_das_expressoes_culturais_2005.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

VIANNA, B. **Políticas públicas e culturas populares**. 2014. Disponível em: <https://bernardovianna.com/politicas-publicas-e-culturas-populares>. Acesso em: 28 out. 2024.



13. ASSESSORIA TÉCNICA PAISAGÍSTICA PARA A ECOLOGIA DE SABERES

Céline Veríssimo e Gabriel Cunha

Este capítulo reúne temas comumente ausentes dos debates e das escolas de arquitetura e urbanismo: fome, população indígena e população urbana vulnerável relacionados com ensino e atuação profissional em arquitetura e urbanismo. A partir da prática extensionista da autora e do autor numa aldeia indígena e numa ocupação urbana no oeste do Paraná, demonstramos a importância de incluir o paisagismo na assessoria técnica a movimentos sociais, mais especificamente, um “paisagismo comestível”, conforme defende Leo Name (2016) para a América Latina. Por sua vez, o Pensamento Decolonial (Escobar, 2005; Quintero, 2010) em diálogo com a ecologia de saberes, de Boaventura de Sousa Santos (2006), é ferramenta fundamental para compreender e denunciar a dominação hegemônica sobre o ambiente construído e não construído, da cidade e do campo, com um modo de morar homogêneo, que usualmente desconsidera o espaço exterior doméstico (EED) (Veríssimo, 2013). O espaço exterior doméstico e o paisagismo comestível são aliados cruciais na luta conjunta por moradia digna e por soberania alimentar, conforme verificaram o autor e a autora, a partir de um projeto de extensão para a assessoria técnica que coordenaram, em 2017 e 2018,¹ em distintas comunidades nos arredores da fronteira trinacional: na aldeia indígena Itamarã, em Diamante do Oeste, e na ocupação urbana

1 Além da autora e do autor, o projeto teve a participação das docentes Andréia Moassab e Senilde Guanaes; dos docentes João de Campos, Leo Name, Marcos Vitorino, Teodoro Tupa e Tiago Bastos; das discentes Ana Carolina de Oliveira, Diana Mancera, Julia Lima, Lilian Escobar e Mercedes Ibañez; e dos discentes David Sausa, Diego Ruiz, Elson de Lima, Juan Dalmao, Mateus Cherem e Sergio Roca.

Bubas, em Foz do Iguaçu. Em outras palavras, a assessoria técnica à aldeia indígena e à ocupação urbana mostrou, de forma propositiva, como transformações espaciais do habitat humano podem originar sociedades outras (Veríssimo; Name, 2019; Apostolopoulou *et al.*, 2022).

Colonialismo, capitalismo e patriarcado

A fome e a vulnerabilidade das populações do campo e da cidade na América Latina são desdobramentos do violento processo de ocupação territorial no continente, após a chegada dos europeus (Castro, 2003). Nas últimas décadas, a teoria decolonial tem sido uma ferramenta eficaz para compreender o sistema de dominação histórica, baseado no colonialismo, no capitalismo e no patriarcado.

Nos anos de 1990, o Grupo Modernidade/Colonialidade reuniu autoras e autores como Aníbal Quijano (1992; 2000; 2014), Arturo Escobar (2016), Catherine Walsh (2007; 2012), Edgardo Lander (2000), Enrique Dussel (1993), Nelson Maldonado-Torres (2007), Ramón Grosfoguel e Santiago Castro-Gómez (2007), Walter Mignolo (2000), entre outros e outras (Ballestrin, 2013), cujo debate culminou na definição de “decolonialidade”. Para o grupo, o termo designa o questionamento radical e a busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pelo conjunto de agentes, relações e mecanismos de controle e discriminação que foram naturalizados contra as classes e os grupos subalternos desde 1492, quando os europeus chegaram nas Américas.

Para Catherine Walsh, a decolonialidade representa o esforço por “transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual que foi – e é – estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade” (Walsh, 2005, p. 27), que Walter Mignolo chama de “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2008) e Aníbal Quijano de “revolução epistêmica” (Quijano, 1992). Estas posturas alinham-se na ideia das “Epistemologias do Sul” que conforme Boaventura de Sousa Santos propõe “assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul”

(Santos, 2010, p. 24), como uma afirmação emancipatória e empoderada onde os saberes dos oprimidos e oprimidas passam a ser legitimamente praticados.

Em diálogo com a teoria decolonial, temos atuado nos grupos **“MALOCA - Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul”** e **“Dale! Decolonizar a América Latina e seus Espaços”**, acumulando um conjunto de experiências de ensino, pesquisa e extensão, por meio, entre outros, da assessoria técnica gratuita. Além de denunciar os padrões de dominação hegemônica, o Pensamento Decolonial tem colaborado na nossa experimentação de novas interações entre conhecimento acadêmico e conhecimento popular, isto é, a teoria intelectual da universidade com a prática de saberes dos oprimidos e oprimidas, naquilo que Santos (2010) chama de “tradução intercultural” para processos emancipatórios. De acordo com o autor, essa tradução parte de uma “ecologia dos saberes”, os quais emergem de práticas nos processos de luta e resistência, neste caso, de comunidades organizadas na luta por moradia digna, que se cruza com práticas sociais que envolvem a utilização da paisagem e do espaço exterior doméstico como fonte de atividades de subsistência, soberania alimentar, conforto ambiental, sociabilidade e bem viver (Veríssimo; Cunha, 2017).

Assessoria técnica em paisagismo

A assessoria técnica é impreterível em qualquer experiência de produção e manutenção de moradia popular de baixa renda, sobretudo, porque geralmente os movimentos sociais e cooperativas habitacionais dispõem de recursos limitados e precisam contratar profissionais. Apesar dos movimentos urbanos de luta pelo acesso à moradia digna e pelo direito à cidade reivindicarem, em conjunto com as organizações profissionais e estudantis, desde o final do século passado, a regulamentação e a promoção da assessoria técnica gratuita em habitação para baixa renda, ela só foi transformada em lei em 2008.² O marco

2 Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

legal definiu como assessoria técnica toda atividade profissional que abrange os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra pelos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, com vistas a facilitar o acesso à habitação para a população de baixa renda. No entanto, pouco se avançou em termos de financiamento público para a assessoria, o que tem contribuído para que esta permaneça uma atividade de exceção, particularmente, se comparada com a produção habitacional privada.

Há uma secundarização das práticas de assistência técnica nas políticas públicas habitacionais que acompanha o fraco interesse em investir em soluções de moradias que não passem pela via do mercado, ou seja, a produção mercantilizada da moradia. O mesmo ocorre com a valorização das práticas e saberes sociais que envolvem o espaço não construído: a paisagem e o paisagismo comumente entendidos como projeto ornamental de edifícios ou embelezamento de partes da cidade acessíveis apenas para a burguesia branca capitalista, hetero-patriarcal e judaico-cristã.

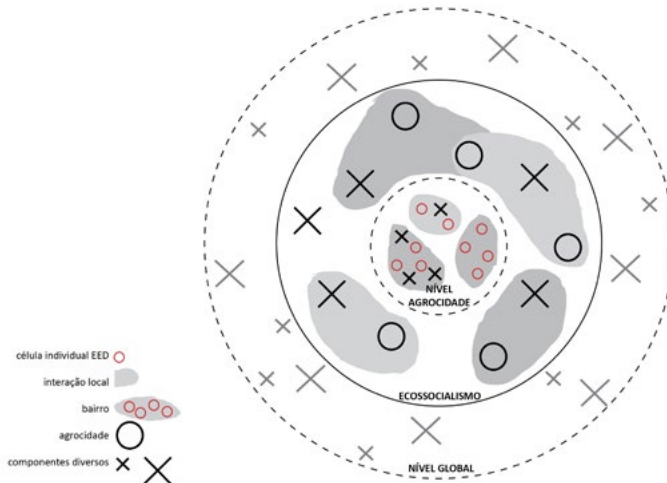
No cotidiano, são as famílias e as comunidades que, à revelia de paisagistas, urbanistas ou arquitetos e arquitetas, transformam a utilização do espaço exterior doméstico e reorganizam estratégias de transformação espacial para assegurar, simultaneamente, o seu sustento, a sua comida, a construção de sua casa, as suas redes de ajuda mútua e o conforto ambiental no jardim, no quintal, na calçada, na rua e outros espaços livres. O Espaço Exterior Doméstico (EED) tem funções sociais e domésticas, tornando-se estrategicamente ecológico e produtivo em termos de alimento, renda, sombra, ar fresco e convívio social. Ele facilita, portanto, a adaptação face a problemas ambientais, degradação de recursos de base, escassez de alimento, mudanças climáticas e transformações na economia política e é especialmente relevante para reproduzir as condições naturais necessárias que assegurem o sustento familiar e comunitário (Veríssimo, 2013).

O conceito de “espaço exterior doméstico” foi definido pela autora desse texto em sua tese de doutorado, como aquele espaço característico do contexto urbano irregular ruralizado das cidades pequenas e médias de Moçambique, no continente

africano, definidor sistêmico de uma rurbanização (*ibidem*). Na ocasião, em função da dinâmica territorial daquele país, o EED era equivalente ao bloco de construção ou à unidade celular de um todo mais vasto, a agrocidade, que correspondia, por sua vez, a um sistema operativo mais amplo, com suas dinâmicas e implicações globais, socioculturais, económicas, ecológicas e institucionais.

A lógica da agrocidade criada pela expansão espontânea do Espaço Exterior Doméstico (EED) praticada pelas pessoas e comunidades, por meio de uma ecologia de saberes, pode expandir-se livremente, desde que se mantenha a tradução intercultural, conforme postulada por Santos (2010). Assim, a agrocidade contribui para transformar a diversidade epistemológica e cultural do mundo num fator favorável e capacitador, que pode dar lugar a diálogos entre as lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Dito de outra maneira, o EED nasce por necessidade e desenvolve-se em reuniões, rodas de conversa, oficinas de capacitação de formação, de educação popular, mediadas pela oralidade e pela práxis, no aprender fazendo, configurando, na prática, uma agrocidade.

Figura 1 - Esquema das agrocidades



As dinâmicas da agrocidade: a interação entre unidades de espaço exterior doméstico formando bairros e agrocidades localmente e comportamentos emergentes globalmente.

Fonte: Veríssimo, 2013.

Na ocasião, pudemos observar como os EEDs dos ambientes periurbanos, suburbanos ou urbanos promovem implicações na distribuição de serviços ecossistêmicos e da biodiversidade. Ademais, estas unidades celulares estão associadas à provisão e à regulação de importantes processos ambientais tais como: microclima, dinâmicas hidrológicas dos regimes de enchentes e inundações, controle de poluição e função educativa em relação às técnicas e conhecimentos sobre manejo de espécies. Em ampla escala, a organização comunitária de hortas caseiras, arrozais, pomares, quintais ou jardins, eleva a taxa de permeabilidade do solo e melhora o microclima e a qualidade ambiental local.

Figura 2 - Dondo, Moçambique.



Espaço urbano "informal" organizado espontaneamente pela comunidade no Bairro Mafarinha, cidade do Dondo, Moçambique. Fonte: Veríssimo, 2010.

O paisagismo desenvolvido com base nos aspectos ecológicos, particularmente, em áreas urbanizadas, periféricas ou não, possibilita um ambiente saudável e viável a longo prazo, que repercuta positivamente para toda a população urbana.

Além disso, um conjunto de EEDs articulados aumenta a capacidade de troca de fluxo gênico entre as espécies, incluindo ecossistemas remanescentes, e potencializa o papel recreativo da paisagem, usufruindo com o máximo proveito aquilo que a vegetação pode fornecer para a melhoria da qualidade ambiental urbana e periurbana (Bolund; Hunhammar, 1999; Bucheri Filho; Nucci, 2006).

O contexto brasileiro, guarda certas similaridades com o moçambicano, a despeito das diferenças: a dualidade capitalista cidade-formal-central *versus* cidade-informal-periferia; a preservação de práticas socioambientais tradicionais nas periferias, ainda que mais residuais no Brasil, em relação a Moçambique. Em particular, a presença massiva do agronegócio no oeste paranaense ocasiona uma dinâmica territorial muito distinta daquela moçambicana e a continuidade rural urbana combinada com a Mata Atlântica são aqui invadidas pelas plantações de soja, a disputar o território. Este processo de rurbanização exige luta e resistência para travar a opressão e regenerar-se ambientalmente como condição para a vida.

Paisagem e EED: uma experiência extensionista no oeste do Paraná

Ambas as comunidades, Itamarã e Bubas, trabalhadas nos projetos de extensão, apesar dos diferentes contextos, apresentam uma relação semelhante de espaço exterior doméstico. Num contexto mais rural, a aldeia Itamarã é uma reserva indígena do povo Avá-guarani, criada para realojamento dos e das indígenas atingidos pelo alagamento do território em função da construção e operação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, de 1974 a 1984. Por sua vez, a ocupação Bubas, na zona urbana de Foz do Iguaçu, próxima à entrada para a ponte de divisa com a Argentina, é a maior ocupação urbana do Paraná, com mais de 1,2 mil famílias e uma população superior a 5 mil habitantes, entre brasileiros, brasileiras, argentinos, argentinas e paraguaios e paraguaias (EPPC, [s.d.]).

Figura 3 - Aldeia Tekoha Itamarã, em Diamante do Oeste



Fonte: Veríssimo, 2017.

Figura 4 - Ocupação do Bubas, em Foz do Iguaçu



Nota-se que a organização rural da chácara foi adaptada para a realidade espacial do bairro urbano periférico, levando à regeneração ambiental do campo de soja em pousio existente antes da ocupação. Fonte: Ibañes, 2018.

Apesar de contextos diversos – rural e urbano, o fio condutor do projeto de assessoria técnica foi articulado e voltado para a preservação, manutenção e recuperação dos conhecimentos tradicionais da ligação humana com a natureza na construção e manutenção do seu habitat. Proposto no âmbito do MALOCA, o projeto partiu do pressuposto de que paisagem e habitat são conceitos integradores entre arquitetura, paisagismo e geografia, estabelecendo um diálogo com os temas da segurança e da soberania alimentares, habitação e a discussão ambiental crítica. Para um trânsito desta natureza, a nossa abordagem foi necessariamente interdisciplinar e transescalar – da escala da paisagem ao EED.

Sob a égide da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, o estudo destas áreas – com diferentes níveis de vulnerabilidades socioeconômica e socioambiental, distintas interações com a natureza e formas próprias de cultivo de alimentos para a subsistência – incitou uma aproximação entre o escopo teórico-metodológico em torno dos temas da segurança e soberania alimentares, a memória biocultural e a luta por reconhecimento e efetivação do direito à terra urbana e rural e ao território dos povos originários e comunidades tradicionais, apoiando a luta coletiva dos movimentos sociais.

Com base em duas premissas fundantes: **(1) do projeto paisagístico comestível** e **(2) da possibilidade de propagar o paisagismo comestível em diversas escalas**, da casa para a cidade, foram feitas as visitas de campo e realizadas oficinas com as duas comunidades, possibilitando identificar as demandas locais para assessoria técnica paisagística. O paisagismo comestível é entendido como campo de atuação em projetos de paisagens que conjugam o uso preferencial de plantas alimentícias, convencionais ou não, com outros interesses ornamentais e ambientais (Name, 2016). Trata-se de ferramenta capaz de articular o exercício profissional de paisagistas com a discussão da paisagem da geografia ao combate à fome e à produção de alimentos. Crê-se central, por isso, a investigação ininterrupta, em diálogo com a prática projetiva, sobre espécies que no todo ou em uma ou mais de suas partes – raízes tuberosas, tubérculos, bulbos, rizomas, colmos, talos, folhas, brotos, flores, frutas, se-

mentes, látex, resinas ou gomas – possam ser utilizadas diretamente na alimentação humana; ainda, acerca de especiarias; da obtenção de óleos e gorduras comestíveis, substâncias edulcorantes, substitutos do sal e amaciantes de carne; ou para o fabrico de bebidas. No trabalho com a aldeia e com a ocupação, buscamos um cruzamento entre o conhecimento técnico-científico e o comunitário.

Em complementação, o segundo pilar da nossa atuação foi verificar, na produção de paisagens comestíveis na escala do espaço da habitação possibilidades de propagá-las para a escala do bairro e da cidade, destacando o papel do Espaço Exterior Doméstico adaptado para integrar agricultura e negócio familiar, produzir um microclima agradável e levar à regeneração ambiental das áreas estudadas, a partir da organização coletiva, da autogestão e das memórias bioculturais.

A **aldeia Itamarã**, localizada em Diamante do Oeste, tem suas origens com a doação de uma área de Itaipu Binacional, empresa pública internacional que administra a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Historicamente, a dinâmica territorial de todo o oeste paranaense foi redesenhada a partir da criação da Usina, em 1974, ano do início das obras, que atraiu dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras para a obra, com profundos impactos sócio-econômico-ambientais nos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, e de Hernandarias e Ciudad del Este, no Paraguai.³ Na década seguinte, quando a região lindeira do rio Paraná, no oeste paranaense, foi alagada, os demais municípios a montante de Foz do Iguaçu também foram impactados, particularmente, as comunidades rurais e aldeamentos indígenas existentes.

Na construção da Usina de Itaipu foram localizadas e cadastradas treze famílias indígenas do ramo “Avá”, da nação Guarani, compostas por 71 pessoas, localizadas no município de Missal, em área de 30 hectares (Costa, 2002). Essas famílias foram transferidas inicialmente para a, então, recém-criada

3 Com o alargamento do rio Paraná e a inundação do lago de Itaipu, as famílias Guarani foram obrigadas a deixar suas terras: “Ou corria, ou morria” é uma frase ouvida frequentemente no relato dos mais velhos e mais velhas. Foram removidas 42 mil pessoas da área alagada (Harari; Wroblewski, 2015).

Reserva Indígena Ocoy, em São Miguel do Iguaçu, de 250 hectares, com apoio técnico e financeiro da Itaipu. Por razões diversas, incluindo o crescimento orgânico da comunidade, a área tornou-se insuficiente, acarretando a transferência de parte das famílias para o município de Diamante do Oeste, em 1997, numa área de 1,7 mil hectares. Hoje em dia, o agrupamento inicial dos anos de 1980 está dividido em três aldeias pela região: **Ocoy**, em São Miguel do Iguaçu; e **Añetete** e **Itamarã**, em Diamante D'Oeste. Há também aldeias e acampamentos no Paraguai (Brighenti; Oliveira, 2020).

Por sua vez, a história da **Ocupação Bubas** guarda alguma semelhança com os deslocamentos forçados sofridos pelos Guarani Kayowa na região de Itaipu, como também, evidente, diferenças. A ocupação teve início em 2013, na região do Porto Meira, com apenas algumas famílias construindo barracos num terreno desocupado de cerca de 40 hectares, nas proximidades do rio Iguaçu, na divisa com a Argentina (Lage; Soares, [s.d.]). Pertencente a um empresário da cidade, as terras estavam sem uso há anos, devido às multas recorrentes pelo uso de agrotóxico na plantação de soja que mantinha no local (Lage; Soares [s.d.]). Em poucos anos, as poucas famílias iniciais tornaram-se mais de mil, sempre sob o risco de despejo forçado, para fins de especulação imobiliária. Depois de anos de insegurança jurídica da posse, em 2019, foi determinado pela justiça que o governo estadual pague indenização para o proprietário do terreno e, ao mesmo tempo, que a prefeitura municipal urbanize a ocupação (JC1, 2019).⁴

Tanto os deslocamentos da comunidade indígena pela região, quanto a insegurança jurídica em Bubas, dizem respeito à permanente disputa pela terra no país. No primeiro, uma luta ancestral acirrada pelo projeto de desenvolvimento que implica o uso de largas porções de terra e, na ocupação urbana, a disputa do solo para fins de especulação imobiliária. O paisagismo, neste caso, opera significativamente como um fator

4 A Escola Popular de Planejamento da Cidade, projeto de extensão coordenado por Cecília Angileli, docente da UNILA, teve um papel fundamental em defesa da permanência das famílias no local. Ver: <https://www.facebook.com/escolapopulardacidade>.

simbólico na valorização da provisão pela terra, tanto no espaço rural quanto no urbano.

Em Itamarã, a presença de Itaipu é uma marca bastante ambígua. Por um lado, ela é responsável pela expulsão dos e das indígenas de suas terras. Por outro lado, a Usina hodiernamente provê recursos financeiros e humanos, por meio de convênios com os respectivos municípios, visando à melhoria da qualidade de vida nessas aldeias. Contudo, desde que a comunidade Avá Guarani foi expulsa do seu território, aquando do alargamento e alagamento do rio Paraná por conta da barragem de Itaipu, em 1982, ela vive fragmentada entre o Brasil e o Paraguai, em aldeias e acampamentos, ainda sob ameaça da polícia e de fazendeiros (Hosoya; Brighenti; Oliveira, 2023). Nas nossas visitas de campo a Itamarã, após uma fase de aproximação e levantamento de demandas, a comunidade manifestou interesse em uma horta familiar coletiva para as famílias mais jovens, combinada com o plantio de tabaco e de plantas medicinais do branco, isto é, plantas da fitoterapia ocidental. Por isso propusemos assessorar a comunidade a criar uma agrofito-floresta com donativos do Refúgio Biológico da Itaipu, Horto Municipal e com troca de sementes crioulas a ser dinamizada pelos jovens da aldeia. Com a pandemia de Covid-19 este processo foi interrompido e, desde então, desarticulado.

Diante das limitações impostas pela pandemia, acabamos por levar adiante apenas uma atividade colaborativa, à distância, entre Itamarã e a comunidade M'bya Guaraní, das aldeias Tejohã Yyakã Porã e Tekohã Jaexaa Porã, ambas em Ubatuba, no litoral de São Paulo. Foi elaborado, pela equipe do projeto de extensão, o vídeo-documentário “Crianças brincam de bola”⁵, com excertos de momentos coletivos nessas aldeias, alusivos à dimensão indissociável entre natureza, cura, vida humana e não-humana, na cosmovisão indígena *Teko porã* (Crianças..., 2021). O objetivo do projeto foi contribuir para resgatar e reavivar a **memória biocultural** (Toledo, 2016, grifo dos autores) no cultivo de alimentos, de plantas da medicina tradicional e de hábitos alimentares e da saúde, que foram sendo substituídos,

5 Ver: <https://youtu.be/iu4WPhIzySY>.

nas últimas décadas, por alimentos ultraprocessados acessíveis nos supermercados. Em contraposição, o resgate da memória biocultural promoveu uma **ecologia dos saberes** (Santos, 2010, grifo dos autores), como processo emancipatório dos povos subalternizados que nasce da resistência e luta contra as violências da modernidade-colonialidade.

Na Ocupação Bubas, iniciamos o projeto realizando reuniões com as lideranças da comunidade, desenvolvendo oficinas e rodas de conversa sobre soberania alimentar, vínculos com a terra e noções locais de bem viver. O foco das ações estava voltado para moradores e moradoras que possuíssem produção alimentar própria, especialmente, hortas em seus quintais, com vistas a melhorar as condições de segurança alimentar, gerar possibilidades de subsistência e canais de troca e de venda.

Figura 5 - Hortas no espaço exterior doméstico na ocupação Bubas, 2018.



Fonte: Ibañes; Roca, [s.d.] (com base em mapa da EPPC).

Apesar dos lotes serem pequenos e não existir espaço livre, algumas pessoas cultivam seus alimentos, porém, de forma insuficiente para toda a família. A escassez de espaço livre e a falta de conhecimento sobre o cultivo da terra, sobretudo, pela geração mais jovem, ainda são limitadores. A lida com a terra é, geralmente, empreendida pelas pessoas mais velhas, que cresceram e trabalharam em chácaras.

Precisamente, devido ao espaço escasso nos lotes, uma das oficinas mostrou possibilidades de horta vertical, construída com garrafas PET, na qual a troca intergeracional e as memórias sobre o cultivo da terra foi essencial. Outro ponto a destacar é o uso do quintal pelos moradores e moradoras, para comercializar produtos e oferecer serviços diversos. Esses espaços têm uma função primordial no que diz respeito à complementação de renda das famílias. Ademais, tais espaços se constituem de solidariedade, empoderamento e autonomia para a própria comunidade.

Figura 6 - Horta Vertical em garrafa PET, resultado de oficina realizada na ocupação Bubas.



Fonte: Oliveira, 2018.

Quando for possível dar continuidade à assessoria técnica, numa próxima etapa do projeto, há a intenção de aumentar o foco das ações locais, ampliando a parceria com o assentamento Antônio Companheiro Tavares, do Movimento dos Sem-Terra (MST), no município vizinho de São Miguel do Iguaçu. O apoio do MST à ocupação Bubas, no início do projeto, foi crucial tanto devido à solidariedade classista quanto para a partilha de conhecimento. Uma parceria mais permanente com a ocupação poderia consolidar a troca de saberes a partir da agroecologia desenvolvida pelo Movimento Sem-Terra, visando contribuir para a segurança e soberania alimentares, sem agrotóxicos, no Bubas.

Notas não-finais sobre o paisagismo comestível comunitário

A produção espontânea do habitat é desenvolvida num processo de luta para criar condições de vida em cenários de adversidades resultantes da modernidade-capitalista eurocêntrica. Para além de resistência, esses processos criam condições para prosperidade das comunidades, do meio ambiente e suas paisagens, que podem ser potencializados com a assessoria técnica paisagística. Ao ocupar uma gleba, como faz o movimento de moradia, as pessoas plantam, devolvem vida e promovem a regeneração ambiental, fazendo, finalmente, que a terra cumpra a sua função social, conforme estabelece a Carta Magna.

Ainda que interrompidos pela pandemia de Covid-19, os projetos deram os passos iniciais para criar uma proposta de paisagismo comestível comunitário, o que acreditamos fortalecer formas alternativas de transformação espacial que fomentem a construção de uma sociedade mais justa e dialógica com a natureza. Outrossim, a assessoria técnica paisagística tensiona os cânones convencionais da aprendizagem (aprender fazendo) e da prática (no local com os usuários e usuárias) do arquiteto e da arquiteta e urbanista e paisagista, ao mesmo tempo em que materializa a função social da universidade pública.

Na prática, ao propormos a assessoria técnica paisagística como projeto de extensão reforçamos os processos de luta contra a modernidade eurocêntrica que reúnem os conhecimentos dos movimentos populares, dos povos originários e tradicionais com aqueles da comunidade acadêmica, incentivando uma ecologia de saberes, na direção das “Epistemologias do Sul”.

Referências

APOSTOLOPOULOU, E. *et al.* Radical social innovations and the spatialities of grassroots activism. **Journal of Political Ecology**, Tucson, Arizona, v. 29, n. 1, p. 144-188, 2022.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, maio-ago. p. 89-117, 2013.

BOLUND, P.; HUNHAMMAR, S. Ecosystem services in urban areas. **Ecological Economics**, n. 29, p. 293-301, 1999.

BRIGHENTI, C. A.; OLIVEIRA, O. **Imagem e memória dos Avá-Guaraní paranaenses**. Foz do Iguaçu, EDUNILA, 2020.

BUCHERI FILHO, A.; NUCCI, J.. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 18, p. 48-59, 2006.

CASTRO, A. M. (org.). **Fome: um Tema Proibido** - últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CATVE.COM (Foz do Iguaçu). **Justiça determina regularização da área dos Bupas em Foz do Iguaçu**: o local de ocupação urbana é o maior do estado; atualmente 1.200 famílias estão na área. O local de ocupação urbana é o maior do Estado; atualmente

1.200 famílias estão na área. 2019. Disponível em: <https://www.catve.com/noticia/6/264443/justica-determina-regularizacao-da-area-dos-bubas-em-foz-do-iguacu>. Acesso em: 15 ago. 2021.

COSTA, Z. **Tekoha Añetete**: o reassentamento de um grupo indígena Avá-Guarani atingido pela construção da UHE, Itaipu Binacional. 2022. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

CRIANÇAS Brincam de Bola – Documentário. Organização de Elson André de Lima, Celina Felício, Senilde Alcantara Guanaes Verissimo, Roteiro: Produtor Orgânico. S.l: Produtor Orgânico, 2021. 1 video (73 min.), MPEG4-Visual, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iu4WPhIzySY>. Acesso em: 14 ago. 2021.

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro. Petrópolis: Vozes, 1993.

EPPC – ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO DA CIDADE **Dados da ocupação Bubas/Mapa**. Disponível em: <https://paisagensperifericas.wordpress.com/dados-da-ocupacao-bubas/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ESCOBAR, A. **Más allá del tercer mundo**. Bogotá: ICANH, 2005.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño**. Popayán: Sello Editorial, 2016.

HARARI, I.; WROBLESKI, S. Os ecos de Itaipu. **Pública**, 16 mar. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/03/os-ecos-de-itaipu/>. Acesso em: 26 set. 2021.

HOSOYA, L. M., BRIGHENTI, C. A., OLIVEIRA, O. Território indígena brasileiro e sua relação com as teses do indigenato: marco temporal e renitente esbulho. In: **Revista TEKOA**, Foz do Iguaçu, v. 3, n.3, 2023. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/tekoa/article/view/3785/3406>. Acesso em: 28 out. 2024.

LAGE, N.; SOARES, B. Bubas: 5 anos de ocupação e resistência - após anos se organizando, a regularização fundiária aponta no horizonte. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasilde>

fato.com.br/especiais/especial-or-bubas-5-anos-de-ocupacao-e-resistencia. Acesso em: 05 ago. 2021.

LANDER, E. (ed.). **La colonialidad del saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (org.) **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, W. **Local histories/global designs**. Princeton: Princeton of University Press, 2000.

NAME, L. Geografias e imagens. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 39, p. 59-80, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**, Lima, v.12, n.29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, Riverside, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, A. **Antología esencial**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, B. S. Para Além do pensamento abissal. In: SANTOS, B.; MENEZES, M. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Alameda, 2010. p. 23-57.

VERÍSSIMO, C. A importância do Espaço Doméstico Exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 100, p. 177-212, 2013.

VERÍSSIMO, C.; CUNHA, G. **Assessoria técnica para paisagem e espaço exterior doméstico voltados à habitação, soberania alimentar e regeneração ambiental: aldeia Itamarã, escola indígena Araju Porã**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. Projeto de Extensão.

VERÍSSIMO, C.; CUNHA, G. **Assessoria técnica para paisagem e espaço exterior doméstico voltados à habitação, soberania**

alimentar e regeneração ambiental: ocupação Bubas. Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. Projeto de Extensão.

VERÍSSIMO, C.; NAME, L. Landscape and outdoor domestic space towards food sovereignty and environmental regeneration. APOSTOLOPOULOU, E. *et al.* (org.) **The right to nature**. Oxon: Routledge, 2019, p. 115-124.

WALSH, C. (org.) **Pensamiento crítico y matriz colonial**. Quito: UASB-Abya Yala, 2005.

WALSH, C. Interculturalidad, colonialidad, y educación. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 19, n. 48, p. 25-35, 2007.

WALSH, C. “Other” Knowledges, “Other” Critiques. **Transmodernity**, v. 1, n. 3, p. 11-27, 2012.

4

**TECNOLOGIAS COMO
PRÁTICAS SOCIAIS EM
DISPUTA**



14. O CANTEIRO COMO EPISTEMOLOGIA DO SUL

Pedro Fiori Arantes

A narrativa dominante da história da arquitetura e da arte, ao menos desde Giorgio Vasari (1511-1574), é a dos grandes gênios, suas escolas, técnicas, estilos e obras-primas – em geral homens, brancos e europeus, a serviço de papas, reis e suas cortes ou da burguesia emergente. No caso da arquitetura, uma história, notadamente, de obras monumentais e seus arquitetos, de catedrais e palácios a museus, planos urbanísticos modernizadores e os novos arranha-céus, que materializaram em suas pedras, aço e vidro, a força e a grandeza dos poderes divinos e terrenos. Essa narrativa hegemônica, veremos, permanece forte até os dias atuais.

O campo de problemas da arquitetura e do urbanismo, alarga-se a partir de meados do século XIX, com os novos desafios decorrentes do avanço da Revolução Industrial, do trabalho assalariado, da escassez de moradia e saneamento, da organização das cidades industriais, seus fluxos e sistemas de controle. A perspectiva ainda é pouco crítica, com raras exceções, em geral de fora do campo da arquitetura e urbanismo, como a pioneira descrição das condições da classe trabalhadora na Inglaterra, por Friedrich Engels (2008). Sobretudo, o campo é normativo, dirigido aos poderes ordenadores do Estado ou burgueses “benfeitores”, com suas fábricas-cidades harmoniosas, redimidas da luta de classes e da destruição da natureza. A planificação das cidades para o aumento do lucro, das condições de salubridade e produtividade nos ambientes de trabalho e de

moradia, orienta a forma das edificações e da ocupação do território pelas diferentes classes sociais, estruturas de produção e consumo numa sociedade de massas. Nas colônias ou ex-colônias do Sul Global, as aspirações modernizadoras também chegaram, com novos palacetes e boulevards, emulando uma *Belle Époque* tropical que, contudo, mal escondeu sob sua fachada a dependência do trabalho escravo e das diversas formas de violência, predação e despossessão, decorrentes da organização desses territórios para a transferência de riqueza para as nações centrais.

Em ambos os contextos, no centro ou na periferia do sistema, o edifício e o urbanismo monumentais, não apenas das catedrais e palácios, mas agora com grandes avenidas, novos complexos fabris, torres de escritórios, lojas de departamentos, museus, edifícios de governo, ainda são dispositivos importantes do simbolismo do poder e do dinheiro, em sua capacidade de reorganizar o espaço e as relações de produção e dominação entre sociedade/natureza, capital/trabalho, metrópole/colônia. Assim, a ideologia do plano e seu desenho urbanístico nunca abdicaram da monumentalização, apesar de subordiná-la ao sistema de ordenação espacial mais amplo da produção e circulação de mercadorias da era industrial em expansão.

Com a crise da arquitetura moderna e de suas grandes cidades planejadas, a partir dos anos de 1960 – que Brasília representa, entre nós, o ponto culminante e experiência-limite dessa ideologia – a planificação perde poder normativo e narrativo. A acumulação financeira-especulativa dos anos neoliberais mais recentes, somada às oportunidades imobiliárias de renovação urbana, resultam numa corrida entre cidades, ou trechos de cidades, para atrair riquezas, empresas e pessoas influentes ou da chamada “classe criativa” (Arantes, 2012, p. 312-313). Nessa estratégia de cidades à venda, tem destaque a produção de prédios monumentais de um novo tipo – não mais edifícios de prismas padronizados, ao contrário, cada vez mais edifícios logomarca, icônicos, com formas retorcidas e mesmo, aparentemente, instáveis. Entre arquitetos e arquitetas, a competição entre cidades é também por grandes encomendas, acreditando no toque de Midas para converter áreas deterioradas em novas

vedetes, no fluxo internacional de dinheiro – o que venho chamando de “renda da forma” (Arantes, 2012). Agraciados e agraciadas (ou não) com os prêmios Pritzker, RIBA ou da Bienal de Veneza, todos e todas as profissionais do espaço têm ambição de que sua última obra monumental figurará na lista das novas maravilhas do mundo contemporâneo e promoverá a peregrinação de turistas, a circulação de imagens espetaculares e a atração de mais capital.

Contudo, há um enorme silêncio sobre as condições de trabalho e exploração que muitas dessas obras encobrem por trás de suas pedras, “peles” e formas “fluídas”. Há, ademais, uma enorme dissociação entre o trabalho intelectual dos e das projetistas e os e as executantes na outra ponta, trabalhadores e trabalhadoras no canteiro. Questionada sobre isso, a dupla mais famosa e premiada de arquitetos dos últimos anos, formada pelos suíços Jacques Herzog e Pierre De Meuron, declarou em entrevista que “nós não temos nada o que fazer a respeito da organização do canteiro de obras, nem na China, nem em qualquer outra parte do mundo”, em entrevista a Ulrike Knöfel e Susanne Beyer (2008).

A submissão dos trabalhadores e trabalhadoras às exigências mais extravagantes dos arquitetos e das arquitetas é, em geral, acompanhada pela composição cada vez mais estrangeira e subcontratada da força de trabalho na construção civil nos países do Norte – algo que não era novidade no Sul, onde pessoas escravizadas e migrantes com poucos direitos sempre foram a força motora nos canteiros de obra. Os grandes monumentos arquitetônicos da era digital-financeira são executados por contingentes significativos de trabalhadores e trabalhadoras migrantes submetidos a condições precárias de sobrevivência e de acesso a direitos (Arantes, 2012). Clandestina ou oficial, a presença de migrantes e de cadeias de subcontratação informal é aceita por governos, empresas, arquitetos, arquitetas e clientes nos canteiros de obras (*ibidem*).

Porém, o canteiro de obras, mesmo por trás dos tapumes, deixa-se ver parcialmente sobre as barreiras que o cercam: trabalhadores (e crescentemente trabalhadoras) – não-brancos e não-brancas: negros, negras, árabes, latino-americanos, latino-

-americanas, asiáticos e asiáticas subindo em andaimes, aparafusando e soldando peças, concretando lajes – é a periferia no centro do capitalismo, um (sub)mundo do trabalho “fora do lugar”.

A construção civil é um dos poucos espaços da produção pesada que ainda permanece nos países centrais, já que está presa ao solo. A produção da arquitetura não tem como ser completamente transferida para fábricas terceirizadas com mão de obra barata (e invisibilizada) no Sul Global ou na China – nem tampouco tem condição de ser completamente automatizada, dado seu regime de variabilidade do produto a cada obra/terreno, o que torna complexa e cara a mecanização avançada. Temos, portanto, um resultado paradoxal, na contramão do fluxo global da produção mundial de *commodities*: não é a mercadoria que é importada, é o trabalhador e a trabalhadora, para executá-la *in loco*.

Lembremos ainda que a construção civil, a despeito do avanço da legislação de segurança no trabalho e de alguns de seus equipamentos de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, segue sendo um dos espaços de produção mais violentos em número de acidente, mortes e afastamentos por doença. No caso da China, América Latina, África e Oriente Médio, a violência no canteiro é ainda maior – basta conferir os relatórios da “*Human Rights Watch*” denunciando trabalho análogo à escravidão em obras nesses países (Arantes, 2012). Nos Estados Unidos da América (EUA), o número de acidentes e mortes na construção civil representam 1 em cada 5 mortes no ambiente de trabalho, três vezes mais do que a média dos demais setores produtivos nesse país (Kutchá *apud* Arantes, 2012). Em 2005, morreram nos EUA 1.186 trabalhadores e trabalhadoras da construção civil, quantidade de óbitos duas vezes superior à média anual de baixas do exército americano durante a ocupação do Iraque no mesmo período (Arantes, 2012). O Departamento de Fiscalização da Construção estadunidense não consegue responder ao problema, como afirmam os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras. Não há fiscais suficientes e a sua remuneração anual, de 35 mil dólares, é baixa para estimular o recrutamento de pessoas preparadas e dispostas a fazer inspeções em situa-

ções de alto risco. Com a ausência de inspeções adequadas e de penalidades para os infratores e infradoras, as construtoras cortam investimentos em segurança e prevenção de acidentes e procuram contratar pessoas pelos valores mais baixos (Siniavska, 2005). Esses trabalhadores e trabalhadoras são mobilizados na ponta das cadeias de subcontratação da construção civil, por empresas de menor porte e mais difíceis de fiscalizar, ou ainda contratados como autônomos, sem vínculo empregatício (Arantes, 2012).

Os canteiros de obra são, então, uma manifestação concreta do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Qualquer canteiro de obras numa cidade afluyente que se pretende “pós-industrial” é, logo, uma fresta que revela a inescapável presença do trabalho pesado que ainda move o sistema mundial produtor de mercadorias. É um sinal à vista de todos e todas de que o mundo do trabalho não desapareceu, que a “maravilhosa” economia criativa, do conhecimento e da renda financeira, que supostamente se reproduziria assepticamente sem a mácula do velho trabalho braçal, mantém por trás de si exércitos de trabalhadores e trabalhadoras em condições degradantes e muitas vezes análogas à escravidão.

Nas cidades em competição, as novas pirâmides são erguidas em contextos de produção não muito distintas das antigas, apesar dos projetos serem feitos cada vez mais por *softwares* de alta complexidade. Enquanto maquetes e perspectivas eletrônicas circulam freneticamente em exposições, revistas, sites e escolas de arquitetura, em busca de holofotes e prêmios, os tapumes e as telas fachadeiras escondem parcialmente a fábrica a céu aberto, do canteiro de obras. Revistas e livros monográficos de luxo ainda seguem a narrativa hegemônica dos gênios e gênias, seu estilo e suas obras. Seus autores e autoras, em geral apologetas do que apresentam, fazem um salto mortal entre o desenho tremido do criador ou criadora, incorporando a criação, para depois apresentar fotos espetaculares da obra acabada, em geral assépticas, sem usuários e usuárias. Canteiros, operários e operárias não aparecem, nem como rastro-traço do processo que deu origem ao objeto, agora fetichizado, como

se tivesse emanado da prancheta do arquiteto ou da arquiteta, num passe de mágica.

A evidência do canteiro está, por isso mesmo, sempre sendo apagada: no campo dos direitos, da autoria e das narrativas da arquitetura. Esta hipótese crítica, desenvolvida em meu livro *Arquitetura na era digital financeira* (2012), fruto da pesquisa de doutorado, despertou algum interesse no público estrangeiro pelo seu viés dissonante, desconhecido, mesmo entre a melhor teoria crítica da produção urbana e arquitetônica do Norte Global. Talvez por isso, eu tenha sido convidado para palestras no exterior e para publicar o livro nos Estados Unidos.

Vale ressaltar que a hipótese surpreendente para o público estrangeiro de que teoria crítica e história da arquitetura podem ser recontadas pelo avesso, se forem adotadas outras premissas, partindo do ângulo do trabalho e dos canteiros de obra, contudo, não é nova no Brasil. Nasceu há 50 anos, o canteiro experimental no ensino de arquitetura e urbanismo, com a abordagem pioneira de Sérgio Ferro, em textos como *A produção da casa no Brasil* (originalmente intitulado *A casa popular*), de 1969, e o já clássico entre nós *O canteiro e o desenho*, de 1979, republicado em *Arquitetura e trabalho livre*, de 2006.

Sérgio Ferro, arquiteto e pintor, professor de história da arte e da arquitetura, comparando ambas as práticas, passa a desconfiar do lugar social e ideológico do arquiteto ou arquiteta, na produção do espaço. Questionando a afinidade entre as artes, seus métodos e premissas, Sérgio Ferro apontou, na arquitetura, uma fratura fundamental pouco reconhecida e menos ainda abordada no campo da teoria e da história: a cisão entre desenho e canteiro, entre projetistas, executores e executoras, entre trabalho intelectual e manual, entre dominantes e dominados ou dominadas (Ferro, 2010). Não se trata apenas de uma divisão técnica do trabalho, mas do fundamento mesmo da cadeia de concepção, comando e exploração na produção da arquitetura e das cidades.

Se, ao longo da história da arte, a grande maioria dos pintores e das pintoras concebia e executava sua obra, com uma unidade entre pensar e fazer, na arquitetura, cuja obra é sempre fruto de trabalho coletivo, ao menos desde o Renascimento, um

dos produtores, o arquiteto – geralmente homem –, separou-se do canteiro para comandá-lo de fora, sob o desígnio de seu desenho e reivindicou-se, a partir de então, como único autor e comandante do processo de produção. Esse produtor, separado do canteiro e dos demais trabalhadores ou trabalhadoras, passa a ter uma formação diferenciada, desenvolve o sistema de comando por representação em desenhos técnicos e se alia com seus contratantes: igrejas, governos, capitalistas, entre outros (Ferro, 2006).

A autonomia da arte para o pintor e a pintora, mesmo subordinada à encomenda ou ao desejo de mecenas, ainda está em suas mãos, e ele ou ela elabora inúmeras artimanhas em defesa do seu trabalho livre (Ferro, 2013). Já na arquitetura, sua própria realização depende de uma parcela da crosta terrestre e de significativos recursos monetários investidos por empreendedores-encomendantes. O projeto concebido pelo arquiteto ou arquiteta só se concretiza, ainda, com a mobilização de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras subalternos, na condição de produtores e produtoras heterônomos. Propriedade da terra, recursos vultuosos e trabalho alienado são a regra. O arquiteto ou a arquiteta e sua obra não existem sem compactuar com esse sistema. Por isso, a dificuldade da arquitetura em ser livre e negar a ordem.

Noutros setores da produção de mercadorias essa divisão também ocorreu, com a implosão das guildas de artesãos e artesãs pelo nascente capitalismo e a separação da figura do projetista (engenheiro ou designer), que concebe o produto a ser executado, ou do gerente de produção, designados pelo capitalista empreendedor, que os ou as contrata para comandarem direta ou indiretamente os demais trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, as consequências são diferentes, mesmo porque, a Revolução Industrial, com a maquinaria e a grande indústria, alterou substancialmente matérias-primas, processos e produtos. Na arquitetura, pela sua condição específica, presa ao solo e quase sempre um objeto novo e único a cada obra e terreno, ocorre a divisão e subordinação do trabalho sem maior mecanização e industrialização. Há, desse modo, uma permanência da forma manufatureira pré-industrial, com o trabalhador e

trabalhadora coletivos fragmentados pela divisão do trabalho e reunidos em torno da obra, sob ordens do desenho e seus capatazes.

Essa cisão tem diversos significados e impactos na história da arquitetura. Sérgio Ferro foi pioneiro no Brasil e, provavelmente, no mundo, ao produzir uma teoria crítica radical e sistemática a partir de pesquisa empírica, em canteiros e diários de obra, nas releituras de textos históricos e por meio de análise de edifícios construídos, colocando de ponta cabeça a narrativa dos grandes gênios e “suas” obras. Nos termos de Walter Benjamin, ele fez uma “história a contrapelo” da arquitetura, formulando hipóteses não mais do ponto de vista dos arquitetos e encomendantes, mas do conjunto de produtores por eles comandados (Benjamin, 2012). Mais que isso, Sérgio Ferro e seus companheiros Flávio Império e Rodrigo Lefèvre construíram possibilidades práticas para superar essa cisão, redefinindo o que poderia ser uma comunidade de livres produtores e produtoras em cooperação, sem a subordinação do canteiro pelo desenho separado (Arantes, 2011).

A hipótese que apresento neste capítulo é considerar a crítica radical da relação de produção e cognição heterônoma, impostas pelo desenho-capital ao canteiro-trabalho, tal como formulada por Sérgio Ferro e continuada por discípulos, como uma “Epistemologia do Sul”, nos termos propostos por Boaventura de Sousa Santos (2010). O Sul, nessa hipótese conceitual e política, não é somente o lugar geográfico, mas todos os lugares no planeta em que o colonialismo, o capitalismo, o racismo e o heteropatriarcado impuseram sofrimento, violência, opressão e predação. Nesse sentido os canteiros de obra são espaços do Sul, tanto pela forma de exploração brutal em que se materializam, em sua maioria, quanto pelo potencial de libertação, instituinte de novas formas de invenção e produção coletiva entre livres construtores associados ou associadas por vontade comum – e não sob o mando heterônomo do desenho separado e dos desígnios do empreendedor capitalista.

Por isso, o canteiro é invisível para o Norte e uma narrativa da produção da arquitetura a partir do canteiro exigiu, e ainda exige, uma “Epistemologia do Sul”. Ela só pôde ser formulada,

tal como foi, por uma perspectiva própria de quem vive e se identifica com a condição dos operários e operárias da construção, com aqueles e aquelas que, alegoricamente, estão no breu do subsolo da obra construída, invisibilizados do ponto de vista cognitivo, narrativo e dos direitos, enquanto o brilho reluzente da arquitetura espetacular encanta e cega aqueles e aquelas que a observam e fruem. Os trabalhadores e as trabalhadoras da construção, candangos, candangas, escravizados, escravizadas, migrantes, danados e danadas da terra em geral, isto é, um contingente populacional não-branco, são proscritos, proscritas, apagados e apagadas da autoria da obra, da história das cidades e do direito de compartilhar seus benefícios econômicos e sociais. O canteiro é uma espécie de senzala ou navio negreiro da arquitetura, que perpetua o poder e o dinheiro do Norte, inclusive dos Estados modernizadores do Sul, que mimetizam o centro do sistema.

Evidentemente que a crítica da exploração do Homem pelo Homem e a forma como ela ocorre, sob o modo de produção capitalista e patriarcal, não é apenas uma “Epistemologia do Sul”, porque também está na base do pensamento socialista, anarquista e comunista europeu, com suas diferentes matrizes e desdobramentos políticos. Contudo, mesmo entre os e as mais radicais autores ou autoras europeus e europeias ou estadunidenses que abordam a produção da arquitetura e da cidade, nenhum ou nenhuma foi capaz de propor a hipótese crítica e epistemológica formulada por Sérgio Ferro. Não é o caso de apenas de dar voz e visibilidade ao operário e à operária da construção. Trata-se, outrossim, de compreender quais dinâmicas e transformações na história da arquitetura e do urbanismo têm como um de seus principais fundamentos, as lutas pelo controle sobre técnica, trabalho e território. Ou, noutros termos, pelo comando da produção e da apropriação do espaço socialmente transformado.

Em seu texto *A produção da casa no Brasil*, de 1969, Sérgio Ferro reconhece semelhanças entre o quadro de atraso que descrevia no canteiro de obras e nossa condição de economia dependente e subalterna (Ferro, 2006), em diálogo com André Gunder Frank, em seu clássico livro *O desenvolvimento do sub-*

desenvolvimento, de 1966 (Frank, 1966). Ferro faz uma provocadora analogia ao comparar a posição da construção civil na economia nacional com o papel que cumprem os países do Sul Global na economia mundial (Ferro, 1969).

Subdesenvolvimento e atraso na construção, por isso, não devem ser entendidos como anomalias ou etapas a serem vencidas, pois são parte coextensiva do próprio desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e das relações Norte/Sul.

A hipótese de Sérgio Ferro, infelizmente pouco desenvolvida noutros textos, é de que esses elos entre setores desiguais da economia, em que cabe à construção civil a produção adicional de mais-valia, para compensar a queda da taxa de lucro nos setores intensivos em máquinas e automação, pode ser comparável à própria divisão internacional do trabalho entre as nações – divisão que não é natural, nem uma questão de “vantagens comparativas”. Ao contrário, resulta de trocas desiguais e injustas em um sistema imperialista com fortes assimetrias de poder, força militar, concentração de conhecimento e riqueza. Como resultado, os canteiros de obra irrigam a mais-valia suplementar ao conjunto da economia enquanto, de forma similar, as ex-colônias e hoje países subalternizados no sistema internacional, alimentam a riqueza dos países centrais.

Neste sentido, como já afirmamos, não é casual que tenha sido um arquiteto e intelectual do Sul Global a iniciar uma teoria crítica da produção da arquitetura, a partir do ponto cego da ideologia arquitetônica do Norte Global: a arquitetura não é obra de geniais arquitetos, suas façanhas e biografias. Ao contrário, é a história da disputa por saber e poder nos canteiros de obra, em que as mudanças formais, nas técnicas e materiais responderam a interesses dos que procuraram manter-se no comando, beneficiando-se com o lucro e a autoria, sobre o trabalho alheio.

Uma outra história da arquitetura nasce exatamente deste questionamento, com inúmeras consequências políticas, epistemologias e práticas. Ao reconhecer a arquitetura como um espaço de produção e de dominação escancarada, com pouca mediação de máquinas, Sérgio Ferro reconhece nela também

espaço para sua transformação numa ótica emancipadora, pela ação do trabalhador e da trabalhadora organizados coletivamente sob autogestão, sem a subordinação ao comando heterônomo do “desenho-capital” – o que não é facilmente vislumbrável em setores intensos em automação, como a indústria automobilística, por exemplo (Kapp; Moura, 2024).

É nomeadamente o caráter abertamente reconhecível da direção despótica neste setor, que possibilita, pelo avesso, caso a dominação cesse, ser um campo de experimentação, dos mais férteis. A superação da contradição produção/dominação permitiria aos canteiros de obra tornarem-se grandes campos de experiência em trabalho livre, autogestão e produção de conhecimento – nessas circunstâncias é que então, a arquitetura poderia voltar a ser entendida como uma das maiores expressões coletivas da integração entre arte e vida.

Para esse canteiro emancipado, onde arquitetura e trabalho livre se encontrariam, Sérgio Ferro propõe, em *O canteiro e o desenho* (1979), o que denominou “estética da separação”: a partir de uma liberação das tensões antagônicas e das repressões, deixar o corpo produtivo “soltar-se nas suas atuais divergências” (Ferro, 2006, p. 133) e, num segundo tempo, de totalização, a cooperação entre os diversos trabalhos em diálogo horizontal. Para além da prescrição correta de um desenho atento aos materiais e técnicas locais, a nova estética nasce da organização livre do trabalho e da consequente perda de importância do desenho, como ordem de serviço.

Para Sérgio Ferro, o principal campo de experimentação dessa arquitetura não será no interior da produção dita convencional capitalista, das empreiteiras e incorporadoras imobiliárias. Será, outrossim, no que ele chama de territórios “liberados socialmente” pelas organizações populares, como os assentamentos de reforma agrária ou as zonas de habitação popular, ou ainda, aqueles territórios que conseguiram ou estão lutando para garantir alguma proteção à sua autonomia e identidade sociocultural e ambiental, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outros povos tradicionais, em suas terras comunais e reservas protegidas (Ferro, 2016).

Os envolvidos e as envolvidas na produção social do espaço nessas áreas enfrentam, contraditoriamente, uma situação de duplo atraso que, não obstante, surge como favorável à invenção de novas Práticas do Sul associadas aos desafios epistemológicos já comentados. Primeiro, há a possibilidade de tirar partido da forma de produção relativamente elementar da arquitetura – de acordo com Sérgio Ferro, ela guarda o sentido experimental da autonomia produtiva, técnica e artística melhor do que outros setores da economia e da cultura. Segundo, há grande maleabilidade para invenção nessas áreas liberadas e de autonomia conquistada, uma vez que o capital pouco se interessa por elas, a não ser em tomá-las para expandir a predação capitalista. Se a sua condição de não inclusão ou sua ligação frágil com os circuitos de acumulação é, nitidamente, parte do fim de linha a que chegou a sociedade contemporânea, é também a chance para a invenção de novas formas de organização social e do espaço.

É, assim, contraditoriamente, a partir do reconhecimento desse duplo atraso como força para o surgimento do novo que Sérgio Ferro vislumbra o campo onde deve-se dar a aliança entre arquitetura e trabalho livre, como afirma o arquiteto: “o outro já germina no seu contrário e pode ser prefigurado sob forma de sua negação determinada” (Ferro, 2006, p. 91). Tarefa para as novas gerações – é o que sempre responde.

Referências

ARANTES, P. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de artigas aos multirões. São Paulo: Editora 34, 2011.

ARANTES, P. **Arquitetura na era digital financeira**. São Paulo: Ed. 34, 2012.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2012.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERRO, S. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FERRO, S. **A história da arquitetura vista do canteiro**. São Paulo: GFau, 2010.

FERRO, S. **Artes plásticas e trabalho livre**. São Paulo: Ed. 34, 2013.

FERRO, S. “Trabalhador coletivo” e autonomia. **Archdaily**, 13 maio 2016. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/787242/trabalhador-coletivo-e-autonomia-sergio-ferro?ad_campaign=normal-tag. Acesso em: 28 out. 2024.

FRANK, A. G. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, 1966. Disponível em: https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08_3. Acesso em: 28 out. 2024.

KAPP, S., MOURA, M. **Sérgio Ferro**: architecture from below: an anthology. Londres: Mack Books, 2024.

KNÖNFEL, U.; BEYER, S. Herzog on building beijing’s olympic stadium: only an idiot would have said. **Spiegel**, 30 ago. 2008.

Disponível: <https://www.spiegel.de/international/world/herzog-on-building-beijing-s-olympic-stadium-only-an-idiot-would-have-said-no-a-569011.html>. Acesso: 28 out. 2024.

SANTOS, B. Para além do pensamento abissal. *In*: SANTOS, B.; MENESES, M. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SINIAVSKA, N. **Immigrant workers in construction**. Washington: National Association of Home Builders, 2005.

15. A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE PARA A INSERÇÃO SOCIAL DA TECNOLOGIA EM ARQUITETURA

Gabriel Cunha

O campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo está intimamente associado à tecnologia e ao saber tecnocientífico. Os e as profissionais lidam cotidianamente com demandas tecnológicas que abrangem desde o projeto arquitetônico ao espaço construído ou edificado, seja no meio rural e, especialmente, no meio urbano. Entre as atribuições profissionais podemos mencionar o estudo, o planejamento de tecnologias construtivas existentes e o desenvolvimento de novas, incluindo, o resgate de tecnologias construtivas do passado comuns ao patrimônio histórico e o controle da produção material, tanto no escritório de projetos quanto no canteiro de obras, acompanhando as etapas de construção. Constatamos que a produção profissional do arquiteto ou da arquiteta e urbanista é parte constituinte de conhecimentos técnicos e científicos e, também, da necessidade de uma permanente reflexão do seu significado e inserção social.

Após a II Guerra Mundial, durante a Guerra Fria, se desenvolveu e se consolidou o campo de conhecimento chamado Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), cuja centralidade reside neste exato enfrentamento: o significado social da tecnologia. Apesar da íntima relação da Arquitetura e Urbanismo com o universo da produção tecnocientífica, há um distanciamento

daquela com o debate no âmbito da CTS. Isto se deve a uma série de fatores, entre os quais, nos interessa abordar, o quanto uma aproximação entre os dois campos poderia melhorar a assimilação dos fenômenos tecnocientíficos no campo disciplinar da Arquitetura, na medida em que a CTS amplia as possibilidades do e da profissional em colaborar com mudanças na realidade tecnológica do campo da construção civil, do espaço construído, da produção da paisagem e da produção do espaço urbano.

Embora as discussões nestes campos estejam apartadas, não significa que as reflexões da Arquitetura e do Urbanismo não tenham se aproximado dos temas debatidos pela CTS, faltando-lhes apenas o contato direto entre si. Na UNILA, as duas jornadas “Ciência, Tecnologia e Sociedade”, organizadas pelo MALOCA em 2015 e 2018, revelaram afinidades entre estes dois campos. A segunda Jornada, ademais, alargou o debate sobre tecnologia, com a presença de convidados e convidadas da Engenharia, do Design, da Geografia e da Sociologia, além, evidente, da Arquitetura. Em certa medida, a Jornada de 2018 cumpriu um papel complementar ao “I Encontro Internacional do MALOCA”, ocorrido em 2017, que trouxe em uma de suas mesas, o tema da inserção social da tecnologia. Nesse sentido, parte dos objetivos deste capítulo é fomentar e aprofundar a conexão entre as áreas, à luz do que temos debatido no grupo de pesquisa MALOCA.

Contribuição epistemológica da CTS: a construção social da tecnologia

A técnica e a tecnologia são palavras amplamente usadas no cotidiano. Quando relacionadas ao universo da produção material, é do senso comum utilizar estas denominações para descrever objetos, produtos, mercadorias e, também, processos produtivos, atividades e conhecimentos necessários para a sua concretização. No meio dos e das especialistas, por sua vez, há aqueles e aquelas que defendem que a tecnologia deve ser

entendida como uma etapa superior, ou mais avançada da técnica, salientando uma diferença qualitativa entre ambas, uma vez que têm uma maior ligação com o conhecimento científico. Nesta perspectiva, o filósofo José Ortega y Gasset (2009), em seu conhecido livro “Meditação sobre a técnica”, demonstra que a técnica ocidental teria evoluído progressivamente em fases que marcam os diferentes níveis de compreensão humana sobre ela mesma, e também a sua conexão com o pensamento científico em sua própria evolução. Consequentemente, a tecnologia apareceria, para o autor, como um estágio superior, em termos de consciência de si própria, enquanto especificidade humana e capacidade de criar um mundo artificial e diverso do natural. Assim, o desenvolvimento técnico não concernia mais sobre a aplicação de conhecimentos científicos para construir uma determinada obra ou fabricar um produto. Tratava-se, outrossim, de resolver problemas técnicos de uma forma generalizada e sistemática. Este pensamento filosófico acerca do estreitamento das relações entre ciência e tecnologia evidentemente acompanhou a ideologia dominante capitalista, cuja expressão é o determinismo tecnológico e a crença no avanço inexorável das forças produtivas, pressuposto como condição necessária do avanço do próprio capitalismo, especialmente, no auge do período fordista-industrial, vigorando, grosso modo, até o final da década de 1960 (Neder, 2013).

Nos anos seguintes, foi iniciado um novo ciclo de desenvolvimento do capitalismo, marcado por uma mudança qualitativa na organização das forças produtivas, o chamado Toyotismo, que impulsionaria mudanças também qualitativas na forma como se compreendem as relações entre ciência e tecnologia, ganhando maior impulso na década de 1980, quando emerge a ideologia neoliberal, que assume crescentemente a hegemonia e acentua o estreitamento entre ciência e tecnologia (Dal Ri, 2010).

Esta perspectiva apresenta uma série de problemas. Por um lado, ela nos permite verificar que a técnica e sua relação com a ciência mudaram ao longo da história ocidental, acompanhando as mudanças dos meios de produção. Por outro lado, esta análise incorre em pelo menos dois deslizos: um relacionado

à ideia de evolução e, outro, ao pressuposto da dicotomia entre ciência e técnica como algo *dado a priori*.

No que tange ao primeiro, basta uma rápida análise dos processos produtivos para perceber o quão falsa é esta ideia determinista sobre a tecnologia e a ciência, com base numa premissa evolutiva de que a tecnologia teria uma direção do mais simples ao mais complexo, do mais rudimentar e incipiente, ao mais bem acabado e elaborado. O segundo engano pressupõe haver uma separação inequívoca entre ciência e técnica, aspecto esse que tem sido amplamente debatido entre os pesquisadores e pesquisadoras do MALOCA e autores e autoras da CTS brasileira, desde que iniciamos as Jornadas CTS na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Para Renato Dagnino (2008), não faltam exemplos históricos a denotar que esta separação entre técnica e ciência, não é nem universal tampouco plausível. Ademais, muitos povos sul-americanos possuíam um espectro amplo e variado de saberes compartilhados, abrangendo aquilo que no capitalismo se passou a designar como arte, religião, artesanato, conhecimento empírico, ciência, tecnologia, entre outros (Dagnino, 2008). Por exemplo, a cidade andina de Machu Pichu, da civilização Inca, localizada no Peru, serviu simultaneamente como observatório astronômico para monitoramento do clima, como estação de melhoramento e adaptação de cultivos, como templo religioso, como local de experimentação de técnicas de irrigação, como residência de imperadores, entre outras facetas que a ciência ocidental ainda não descobriu. Ou seja, tratava-se de um lugar que promovia a síntese de uma visão de mundo sem que ciência e técnica estivessem desassociadas.

Esta dicotomia entre ambas é, na verdade, uma visão ocidental e capitalista de ciência e de tecnologia que existe a partir da alienação do trabalho. Suas origens prováveis datam do momento no qual são iniciadas as relações capitalistas de produção. Após o fim do feudalismo europeu e nos séculos seguintes houve o estabelecimento da posse dos meios de produção pela burguesia, que passou a dominar a classe trabalhadora, mercantilizando a força de trabalho. Foi justamente no período da acumulação primitiva que ocorreu a expropriação da pro-

priedade e dos meios de produção popular, dissolvendo assim saberes pré-industriais, ao mesmo tempo em que tem início a acumulação, a monopolização e a codificação do conhecimento técnico e científico sob domínio da classe privilegiada. A trajetória da “tecnociência” capitalista nada tem a ver com o “buscar a verdade” por meio do “avanço da ciência” ou, porque apoiando-se nela, passaria a produzir com “eficiência” bens e serviços melhores e mais baratos. Ao contrário, a evolução da tecnociência tem muito mais a ver com o conhecimento para a produção de bens e serviços por meio da alienação do trabalho, enraizando o mito de que existia o binômio ciência e técnica ou ciência e tecnologia. Vale reforçar que a história do conhecimento e da tecnociência capitalistas inauguram: (i) a expropriação do saber do trabalhador direto; (ii) a segmentação e a hierarquização do processo de trabalho; e (iii) a sua especialização em tarefas manuais, repetitivas, e crescentemente desprovidas de atributos intelectuais ou criativos.

Sob tal ideologia, a concorrência dentro da burguesia capitalista criou a necessidade de especializar o conhecimento “científico”, com o objetivo de que este fosse capaz de aprimorar e impulsionar o conhecimento “técnico/tecnológico”, levando à criação de novos produtos e assim, novos processos de trabalho, por conta do desenvolvimento das forças produtivas. A elevada especialização produtiva que a grande indústria tornou possível a partir do século XIX, alavancou a especialização científica e tecnológica, à qual a classe trabalhadora é subjugada.

O campo de conhecimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade se contrapõe a esta visão ideologizada de ciência e tecnologia. Trata-se de um campo emergente em meados do século XX, que concentra sua atenção nas relações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade. Seu objetivo é entender qual a dinâmica social, econômica, política, cultural e ideológica de valores que incidem sobre o aprimoramento científico e tecnológico. Além disso, a CTS procura compreender os impactos que o avanço científico e tecnológico tem sobre a sociedade e as distintas determinações geopolíticas, como Europa, Estados Unidos ou América Latina (Dagnino, 2014).

Outro ponto relevante é que a CTS tem se empenhado, nas últimas décadas, para derrubar uma das manifestações ideológicas mais comuns quando se trata de Ciência e Tecnologia: o determinismo científico e tecnológico. No bojo do debate da CTS, uma questão central, comum às diversas vertentes teóricas que a compõem, é assumir os processos científico-tecnológicos como construções sociais, denominadas, no campo, de **construções sociotécnicas** (ou práticas sociotécnicas) (Freitas; Heidemann; Araujo, 2020). A partir desta premissa, podemos explicar que no universo capitalista, o processo decisório do desenvolvimento tecnológico encontra-se nas mãos das empresas, dos capitalistas, das classes proprietárias, por elas oligopolizado ou monopolizado. As vertentes, ou autores mais críticos da CTS, como o estadunidense Andrew Feenberg e os brasileiros Renato Dagnino e Ricardo Neder, advogam em favor da democratização deste processo decisório, para que a tecnologia seja compartilhada pelas comunidades, desde o estágio da sua programação e não apenas no momento da aquisição-consumo. As tecnologias abertas ou livres, como os *softwares* livres, são um exemplo muito conhecido. A tecnologia, por ser um processo cognitivo que orienta a organização do trabalho, e consequentemente, da vida social, é uma questão central na disputa pela construção de uma sociedade que supere a lógica do capital. Por isso, a socialização dos processos tecnológicos é indispensável para a democratização da sociedade como um todo.

Uma das formas de designar o conjunto de práxis que a CTS propõe desde a década de 1990, como alternativa à tecnocracia capitalista, é a noção de **tecnologia social** (Dagnino, 2010). A despeito de ser polissêmico e controverso, o termo tem sido útil para demarcar pressupostos diferentes e alternativos ao capitalismo, englobando as experiências que visam coletivizar processos tecnológicos, rever as práticas de produção e os processos cognitivos nela envolvidos. Muitas destas experiências partem dos processos tecnocientíficos vigentes, visando readequá-los ou reprogramá-los, o que é designado por **“adequação sociotécnica”** (Dagnino, 2014; Dagnino *et al.*, 2004). O caso mais emblemático é, provavelmente, o das fábricas ocupadas,

ou recuperadas, nas quais, com falência do proprietário, por diversas razões, os trabalhadores e trabalhadoras assumem o controle das fábricas. Nestas situações, constata-se que a coletivização da propriedade não é condição suficiente para a revisão das práticas sociotécnicas, que permanecem operando na razão capitalista que a constituiu. Verifica-se imprescindível um esforço direcionado de reprogramação das relações de produção, almejando, sempre que possível, a sua humanização e desalienação. A adequação sociotécnica é, portanto, este esforço cognitivo e direcionado de revisão e reprogramação.

As construções sociotécnicas alternativas implícitas nas Tecnologias Sociais, só terão um alcance maior se estiverem atreladas a uma política tecnológica no âmbito local, regional e nacional. A este respeito, a CTS, igualmente, possui um arcabouço teórico acumulado há algumas décadas. Os argentinos Jorge Sábato e Natalio Botano (1968) talvez tenham sido os primeiros a desvendar, nos processos tecnológicos latino-americanos, a forma como se articulavam as figuras de Estado, empresas e universidades. A tríplice relação concebida, especificamente, por Sábato ficou conhecida como o **triângulo de Sábato** (Figueiredo, 1993). Ao início de sua reflexão, nos anos de 1960, Sábato colocava no vértice superior, o **Governo** como promotor de um projeto nacional de industrialização, baseado na substituição de importações que expressava o compromisso desenvolvimentista entre as elites e o operariado, por meio de políticas públicas de fomento à pesquisa (Rieger; Brum, 2020). As **universidades** seriam o celeiro de onde viria o conhecimento para o desenvolvimento tecnológico nas **empresas** que o produziriam. A pesquisa universitária receberia os recursos do governo para fornecer às empresas nacionais, a capacitação tecnológica que a condição periférica não havia (ainda) gerado.

Importante destacar que já em sua época, Sábato captava a falta de uma formulação crítica do desenvolvimento tecnológico, sobretudo, acerca do mimetismo aos países centrais, pelos latino-americanos. Um dos papéis principais do pensador argentino foi explicar por que esta relação “triangular” não obtinha os mesmos resultados em todos os países, levando a que ele identificasse um determinismo científico-tecnológico, que

escamoteava a falsa neutralidade e universalidade das políticas científicas e tecnológicas. Como processos sociais, tais políticas assumem, de fato, as formas das realidades sociais, educacionais, econômicas e políticas distintas de cada país. Logo, a réplica de modelos vindos de fora, evidentemente, não leva aos mesmos resultados (Dagnino, 2008).

Malgrado esta percepção emergir a partir da década de 1980, o advento do neoliberalismo e o fim da Guerra Fria tornaram a articulação deste triângulo cada vez mais insustentável, pois colocou novas agendas e papéis para os Estados latino-americanos, além de promover a expansão das multinacionais e uma maior presença de capitais estrangeiros financeiros nas economias locais. Diante desta realidade, os autores e autoras¹ progressistas em tecnologia, em parte envolvidos e envolvidas com a discussão das tecnologias sociais e da construção de uma alternativa à produção tecnológica capitalista, perceberam que a figura do triângulo de Sábato não era mais suficiente como modelo explicativo sobre como ocorriam e como deveriam concorrer os três agentes para o desenvolvimento tecnológico. O principal formulador dessa crítica construtiva à proposta de Sábato foi Renato Dagnino, que em um artigo de 2008, publicado no *Jornal da Unicamp*, mostrou que além do Estado, das empresas e da Universidade, é fundamental considerar mais um elemento para o êxito de políticas de ciência e tecnologia: **a participação social com os movimentos sociais** (Dagnino, 2008). O brasileiro adiciona, portanto, ao triângulo outrora concebido em meados de 1960, um quarto componente, um novo vértice, resultando numa nova figura, o “**quadrado de Dagnino**” (Dagnino, 2008). Esta inclusão teve como principal motivação a perspectiva de democratização e inserção da sociedade nos processos decisórios.

Trazendo o debate para o campo da arquitetura, existem muitos paralelos possíveis. Os recortes temporais se aproximam, embora não totalmente, na datação e na evolução das

1 Ver mais em: Andrade, T. N. Diferentes enfoques sobre o controle e a autonomia da atividade tecnológica no capitalismo atual. *Sociedade e estado*, v. 24, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/NcJsQYPLqP-Dg4JkBY38BFML/#>. Acesso em: 28 out. 2024.

ideias, tendo seu berço na universidade e entre intelectuais e, no Estado, o principal agente em que se depositou a expectativa de impulsionar a revisão tecnológica.

A construção sociotécnica na arquitetura brasileira: do grupo Arquitetura Nova aos mutirões e à assessoria técnica

Na década de 1960, alguns arquitetos de São Paulo inauguram uma visão sobre a produção tecnológica muito similar a de algumas vertentes da CTS. A produção teórica e prática de um grupo de arquitetos e arquitetas - grupo Arquitetura Nova² - centrou-se na crítica radical à produção arquitetônica hegemônica capitalista, inexistente, até então, nesse campo disciplinar. Não obstante as suas limitações, os pioneiros e pioneiras nessa controvérsia, tais como Flávio Império (1935-1985), Rodrigo Lefèvre (1938-1984), Vilanova Artigas (1915-1985) e Sérgio Ferro (1938), inspiraram, juntamente com outras experiências latino-americanas, as gerações seguintes a desenvolver algo muito próximo a uma construção sociotécnica de arquitetura, com a participação das comunidades, coletivos e associação de moradores. Os anos de 1960, marcaram um período de crítica ao desenvolvimento e à modernização brasileiras, momento esse profícuo para o surgimento de ideias revigoradas, que nutriram a própria CTS (Frank, 1966).

Foi neste período que três estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Flávio Império, Rodrigo Brotero Lefèvre e Sérgio Ferro, motivados pelo desejo de realizar uma outra forma de produzir arquitetura, avessa à lógica do modo de produção capitalista, escreveram uma série de ensaios nos quais problematizavam esta questão. Estes textos, em sua maioria, reunidos décadas mais tarde, no livro *Arquitetura e trabalho livre* (Ferro, 2006), ela-

2 O Grupo Arquitetura Nova, foi um grupo composto pelos arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flavio Império, formado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1962.

boram uma crítica aos aspectos capitalistas da produção de edifícios e das cidades, conforme ensinados nas escolas de arquitetura, tais como a alienação e a divisão desigual do trabalho, a manufatura e a pesada e extenuante realidade do canteiro de obras, com o seu alto índice de acidentes e mortes e baixa remuneração.

Além da crítica, estes arquitetos formularam algumas propostas projetivas para enfrentar e combater estes problemas, algumas das quais foram ensaiadas em suas primeiras construções e acompanhamento de obras de residências para colegas da classe média. As conhecidas casas abobadadas pré-fabricadas representam a síntese da aplicação de alguns princípios defendidos pelo grupo, no que eles denominaram de **Arquitetura Nova**. A tentativa de aproximar o desenho do canteiro para enfrentar as contradições da produção do espaço construído no capitalismo foram, na época, um notável exemplo de como a produção arquitetônica pode se colocar a serviço da transformação social. Ao invés da alienação do trabalho, estes arquitetos defendiam a valorização da arquitetura, resgatando e focando no saber-fazer, desde a concepção arquitetônica por meio de, em primeiro lugar, um desenho não totalizador, que simplificasse a execução e respeitasse as práticas próprias dos e das profissionais do canteiro de obras, os improvisos e contribuições que surgem durante o processo construtivo. Em segundo lugar, o grupo, para melhorar as condições degradantes e irracionais do canteiro de obras convencional, propôs uma forma arquitetônica que respeitava a saúde do trabalhador e trabalhadora, pois iniciar a casa pela execução das abóbadas garante um ambiente protegido do sol e da chuva durante todo o tempo restante da obra. Dito de outra forma, estes arquitetos conceberam uma relação de trabalho como meio de emancipação, partilha e construção de sujeitos e sujeitas.

Sérgio Ferro se destacou mais ao tornar-se docente da FAU-USP, logo depois de formado, momento em que teria criado as condições para produzir sua grande obra teórica *O canteiro e o desenho*, de 1979 (Ferro, 1979). Provavelmente, este é um dos mais notáveis exemplos de produção teórica sobre o tema, elaborado por um arquiteto. Sua primorosa análise das relações

de produção no canteiro de obras, da atividade projetiva do arquiteto e da arquiteta e a cisão entre esta atividade (teórica, abstrata) e a prática de construção (empírica, concreta), bem como a função que o desenho tem em relação ao canteiro, são algumas de suas principais contribuições no entendimento da conformação capitalista da produção material da arquitetura. A crítica ao modo de produção capitalista concebida por Ferro permanece muito atual.

O arquiteto paranaense não foi o único a questionar a vinculação da arquitetura com o projeto nacional-desenvolvimentista. Sem embargo, resgatamos o seu contributo devido à sua crítica contundente alinhada a um ideário de esquerda no campo disciplinar da arquitetura, que rompeu com a teoria e a práxis até então atreladas ao desenvolvimento nacional, isto é, ao projeto nacional-desenvolvimentista cepalino.

De qualquer maneira, a prática dos três arquitetos, inclusive de Sérgio Ferro, constituiu-se em fatos de natureza privada, contratadas nos moldes convencionais, comprando a força de trabalho numa relação verticalizada. Algo muito diverso, com efeito, das experiências posteriores, inspiradas naquele debate, as quais envolveram as comunidades populares de baixa renda, por meio de assessoria técnica, promovendo relações mais horizontais. Um depoimento do próprio arquiteto denota sua compreensão da limitação daqueles primeiros anos de profissão:

Mesmo quando eu chegava ao canteiro oferecendo participação, um pouco de liberdade e respeito, tratava-se objetivamente ainda de comando: eu prescrevia autonomia – o que se tornava automaticamente heteronomia. Além disso, só em alguns casos, a participação se transformou em vantagens, de salário ou outras. Objetivamente, ainda uma vez, graças às economias obtidas pelo respeito que eu propunha à lógica produtiva, melhorado pela participação dos trabalhadores, eu aumentava simultaneamente a mais-valia relativa e o lucro possível (Ferro, 2006, p. 425-426).

A consciência das relações de dominação na produção da moradia no Brasil e a boa intenção em flexibilizá-las não são suficientes para reprogramar a produção tecnológica na direção anticapitalista. A despeito de indicar novos caminhos, de maior aproximação a uma construção sociotécnica da arquitetura, a teoria da Arquitetura Nova, obteve pouco êxito prático. Um dos principais limites destas experiências dos anos de 1960 e 1970 está relacionado ao fato de terem ocorrido com condições materiais insuficientes (Arantes, 2011; Koury, 2003). Recorrendo ao arcabouço teórico da CTS, como base de análise destas experiências, podemos salientar que elas pressupunham, sem chances de se efetivar na prática, a articulação dos quatro atores implícitos no quadrado de Dagnino. Não houve, contudo, a **construção coletiva**, que representaria o quarto vértice de Dagnino, baseada numa relação horizontal, atendendo a uma demanda social. No caso, desvinculada da figura do patrão e com o envolvimento direto do usuário e usuária. Faltou equacionar melhor a base do triângulo de Sábato, o componente **setor produtivo/empresas**, pois não houve uma nova pactuação das relações de trabalho. Particularmente, não houve uma revisão ampla das relações de cooperação e coerção, que fossem regidas contratualmente no momento da produção. Por fim, não existia uma **política pública** que acolhesse uma experiência nova como aquela. Os arquitetos e arquitetas visionaram, na época, algo muito próximo de uma alternativa de tecnologia social em arquitetura, no entanto, não conseguiram pô-la em prática naquele momento.

O melhor equacionamento da experiência da Arquitetura Nova só foi viável nas décadas seguintes. Com o fim da ditadura empresarial-militar, nos anos de 1980, há a participação do Estado, financiamento público e a importante ação de movimentos sociais, aproximando-se, assim, do quadrado de Dagnino.

No caso do Brasil, a ação de Movimentos Sociais Urbanos (MSUs), com a pauta do direito à moradia e à cidade, passou a vigorar no cenário político a partir dos anos de 1960 (Comarú; Barbosa, 2019). Todavia, somente duas décadas mais tarde ocorreu a efervescência de uma nova estratégia dos MSUs: as ocupações urbanas organizadas por movimento popular (Bastos,

2013). Estas ocupações foram, pouco a pouco, contando com estatutos, formas de organização própria e equipamentos coletivos de apoio, logo articuladas em rede, configurando os movimentos populares de moradia, conforme conhecidos hoje. Em São Paulo, os MSUs foram fortemente influenciados pelo movimento cooperativista uruguaio da Federación Uruguaya de Cooperativas de vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM), de modo que se coadunaram em torno de um modelo produtivo associativo, que no Uruguai e na Argentina é conhecido como *Ayuda Mutua*. No Brasil, este modelo foi chamado de “mutirão” ou “mutirão autogestionado”, quando ocorre também autogestão habitacional. A gestão de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo (1989-1993) fortaleceu este modelo, que seria expandido nas décadas seguintes, por todo o país, como uma alternativa dos MSUs para enfrentamento do problema habitacional (Bastos, 2013).

Na mesma época, o USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, assessoria técnica sediada em São Paulo, desempenhou papel fundamental na busca de processos alternativos à lógica do capital e promoção de experiências sociais, espaciais e técnicas contra-hegemônicas. O grupo é uma organização colaborativa de profissionais de vários campos de atuação, voltada para a assessoria técnica a movimentos populares e tem atuado, desde 1990, para articular processos que envolvem a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, mobilizando fundos públicos, em um contexto de luta pela Reforma Urbana e pela Reforma Agrária (Vilaça; Constante, 2015). Desde então, mais de cinco mil unidades habitacionais foram construídas com a participação direta do coletivo USINA, além de centros comunitários, escolas e creches em diversas cidades e em assentamentos rurais nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e, mais recentemente, na Bahia e no Maranhão, além de atuarem na elaboração de planos urbanísticos e projetos de urbanização de favelas (Vilaça; Constante, 2015). Destaca-se aqui o fato de o USINA ter uma ação muito efetiva no auxílio à formação e organização de cooperativas de trabalho, ampliando, deste modo, o horizonte da assistência técnica profissional. O trabalho do grupo permi-

te, ainda, uma compreensão mais sistêmica do processo tecnológico em arquitetura e urbanismo, dado sua atuação, de forma propositiva, nos quatro vértices do modelo de Dagnino.

A experiência teórico-prática acumulada no país, como se nota, sempre se constituiu por meio de iniciativas contra-hegemônicas, descontínuas e politicamente negligenciadas pelo Estado, na contramão do poder de mercado da construção civil no Brasil, seja durante o período do Banco Nacional de Habitação (BNH), entre 1964 e 1985, seja mais recentemente com o Programa Minha Casa Minha Vida³. Apesar disso, tais ações não se aproximaram como poderiam da práxis em CTS, em especial no âmbito marxista da CTS, talvez a exceção fique por conta das iniciativas do grupo USINA.

Contribuições da CTS à construção sociotécnica da arquitetura hoje

Após este panorama teórico-prático de atores sociais do campo da arquitetura, planejadores e planejadoras do setor público e dos movimentos urbanos de moradia, é possível verificar o quanto esta produção pode expandir a partir da práxis da CTS. Sob este viés, a produção de Sérgio Ferro pode ser entendida como um combate ao determinismo científico e tecnológico em arquitetura, uma vez que ele contribuiu indiretamente para uma crítica à neutralidade da tecnologia, ao mesmo tempo em que se empenhou em denunciar a dura realidade de trabalhadores e trabalhadoras da construção civil. Ferro mostrou, ademais, as relações de produção subjugadas à arquitetura e ao urbanismo, o que Pedro Fiori Arantes reconhece como uma “epistemologia do sul”, sem paralelo na produção teórica dos

3 O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é um programa de habitação federal do Brasil, criado em março de 2009 pelo Governo Lula. O PMCMV subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda anual até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda de até 9 mil.

países centrais, ao apresentar a obra do arquiteto.⁴ O mesmo sucede com os movimentos urbanos de moradia, cuja realidade periférica e dependente necessita de um arcabouço teórico que lhe seja condizente, como é o caso da CTS, que ao trazer um maior domínio e compreensão das determinações relacionadas à tecnociência capitalista, muito poderiam colaborar com as práticas políticas e conquistas destes movimentos.

Ademais, no campo das políticas públicas e a função do poder público como impulsionador e promotor de novos modelos cognitivos e de novas formas de desenvolvimento econômico, é primordial entender a produção tecnocientífica de arquitetura e urbanismo como um segmento da produção tecnocientífica nacional, evidenciando a urgência em articular a política de ciência e tecnologia com a política habitacional e da produção do espaço construído. Devemos também considerar a necessidade de políticas de alternativas de produção de moradia. A lei de assistência técnica, 11.888/08,⁵ representou um passo adiante nas duas direções, cognitiva e produtiva: ao institucionalizar a assistência técnica profissional de engenheiros, engenheiras, arquitetos e arquitetas para contribuir no acesso à moradia como um direito fundamental e não como uma mercadoria. Isto sugere uma outra forma de entender - política cognitiva - e lidar - política de produção - com o problema habitacional.

Na prática, esta institucionalização ainda é muito limitada. A assistência técnica gratuita tem avançado pouco no país, a despeito da exigência legal já ter completado quase vinte anos, sobretudo por desvincular a assistência da construção. No campo da produção, o Programa Minha Casa Minha Vida injetou recursos públicos para a construção de milhares de moradias. No entanto, cerca de 97% do orçamento do programa foi destinado às empreiteiras, num país onde praticamente 100% das casas pobres é autoconstruída (Dagnino, 2015). Na direção oposta,

4 Ver capítulo neste livro intitulado “Sérgio Ferro e a crítica do desenho: o canteiro como epistemologia do Sul” de Pedro Arantes.

5 A lei assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

Renato Dagnino defende a destinação de um volume maior de recursos financeiros para:

cadeias produtivas solidárias na produção de moradia, que possam competir em efetiva igualdade de condições com empresas desde sempre subsidiadas (e hoje agraciadas com a maior taxa de lucro do mundo), produzam os bens e serviços públicos e de primeira necessidade com preço justo e com a qualidade que só quem come ou usa o que produz prática (Dagnino, 2015, p. 2).

É indispensável que os e as profissionais abordem a construção como um processo tecnocientífico e uma cadeia produtiva a ser disputada e revista, continuando a pesquisar soluções que envolvam os quatro vértices de Dagnino, nas quais o poder público, as universidades e instituições de saber tecnocientífico, o setor produtivo e os movimentos sociais possam interagir na busca por alternativas à lógica do mercado e na direção da superação do capitalismo.

Referências

ANDRADE, T. N. Diferentes enfoques sobre o controle e a autonomia da atividade tecnológica no capitalismo atual. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/NcJsQYPLqPDg4JkBY38BFML/#>. Acesso em: 28 out. 2024.

ARANTES, P. **Arquitetura nova**. São Paulo: 34, 2011.

BASTOS, T. S. **Autogestão habitacional e a desmercantilização da moradia**: análise dos avanços e retrocessos na região metropolitana do rio de janeiro. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23970>. Acesso em: 28 out. 2024.

COMARÚ, F.; BARBOSA, B. **Movimentos sociais e habitação**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

DAGNINO, R. *et al.* Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. *In*: PAULO, A. *et al.*(ed.). **Tecnologia social**. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DAL RI, N. M. (org.).**Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

DAGNINO, R. PCT, o triângulo de Sábato e o novo vértice. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, ano 23, n. 419, p.2, 15-31 dez. 2008. Disponível em: https://unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/dezembro2008/capa419.php. Acesso em: 28 out. 2024.

DAGNINO, R. A anomalia da política de ciência e tecnologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29 n° 86, p. 45-158, out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FZn-TFMvDJ6ydK8srQh757wp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7hbdtpdf/dagnino-9788578793272.pdf>. Acesso em: 24. out. 2024.

FERRO, S. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FIGUEIREDO, P. C. N. O “triângulo de Sábato” e as alternativas brasileiras de inovação tecnológica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 84-97, 1993.

FRANK, A. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, set. 1966. Disponível em: <https://monthlyre->

viewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08_3. Acesso em: 28 out. 2024.

FREITAS, M.; HEIDEMANN, L. A.; ARAUJO, I. S. Educação em ciências na perspectiva da teoria da sociedade do conhecimento de Nico Stehr. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v.22, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/8ndrtMp3xXSP6cZ6HqrdPhr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.

JOVER, J. **O que la educación científica no debería olvidar**. Havana: Editorial Félix Varela, 2015.

KOURY, A. P. **Grupo arquitetura nova**. São Paulo: Romano Guerra, 2003.

NEDER, R. **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. 2. ed. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / CAPES, 2013.

ORTEGA Y; GASSET, J. **Meditação sobre a técnica**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2009.

RIEGER, F. C.; BRUM, A. L. O governo Vargas (1930-1945) e a dinâmica da substituição de importações no Brasil: o papel do Estado na produção e no desenvolvimento territorial. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, p. 1-24, 2020.

SÁBATO, J.; BOTANA, N. La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina. **Revista de la Integración**, Buenos Aires, ano 1, n. 3, p. 15-36, 1970.

VILAÇA, I, COSNTANTE, P. (org.). **Usina**: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

16. O PARADOXO DA RAZÃO TÉCNICO-CONSTRUTIVA

Marcos Santos e Oneide Perius

O capitalismo em sua fase neoliberal radicalizou o processo de superação das antigas formas de produção pré-capitalistas, as quais eram baseadas nas corporações de ofício e nas guildas, ao promover o apagamento, dia após dia, de qualquer resquício de associação produtiva que pudesse significar o retorno a formas de produção pré-modernas. Desde o século XIX, as proibições das associações de operários e operárias nos sindicatos ou nos órgãos representativos já mostravam que a superação do trabalho artesanal pelo industrial era central para o projeto de mercado neoliberal. Sob este ângulo, o processo de subsunção de todo o trabalho emancipador, mesmo residual, pelo trabalho alienado típico da administração científica do trabalho, revela o desaparecimento, mais ou menos abrupto, de formas de organização laboral que remontam à era pré-moderna, as quais propiciavam ao trabalhador e à trabalhadora, algum tipo de horizonte emancipador.

Neste âmbito, a complexificação da tecnologia e a sua massificação repõem discussões de Adorno e Horkheimer (1985) e de Marcuse (1999), entre outros e outras, sobre a definição do papel da tecnologia no processo de exploração do trabalho e na concentração de riqueza, inatos do sistema capitalista de produção. Antes, cabe diferenciar claramente **técnica** de **tecnologia** e explicitar o potencial de autonomia e liberdade presente na primeira e inexistente na segunda. Para Marcuse (1999), **técnica** se caracteriza pelos instrumentos utilizados para trans-

formação da natureza pelo ser humano, enquanto **tecnologia** se refere a um modo de produção que organiza e difunde as relações sociais. Dito nestes termos, a **técnica**, conquanto parcialmente, pode redundar em um processo de emancipação social. Na relação dialética entre o pensar e o fazer e na busca por meios técnicos para diminuição do tempo e do esforço empregados na transformação da natureza, abre-se para o trabalhador e a trabalhadora, a possibilidade de se desalienar e construir ativamente sua liberdade. Diametralmente oposta, dada a sua submissão à lógica do sistema capitalista de produção para acumulação de capital, a **tecnologia** impede a emancipação, a autonomia e a liberdade da classe trabalhadora, pelo simples fato do fundamento do sistema se caracterizar, primeiro por acumulação, segundo, pela reprodução de desigualdades sociais e, finalmente, pela alienação do trabalhador e da trabalhadora.

A alienação do sujeito ou da sujeita por meio da tecnologia, longe de ser algo estranho à **Teoria Crítica**, pode muito bem ser depreendida das teses ligadas ao conceito de **razão instrumental**, tão caro a este grupo de pensadores e pensadoras. O que significaria que a própria noção de **tecnologia**, baseada em processos racionais plenamente operacionalizados, se realiza *pari passu* com a lógica do sistema capitalista de produção, de maneira a reafirmá-lo, jamais, de transpô-lo.

Este contexto de apagamento da técnica e de sua substituição pelo aparato tecnológico é bem notável nos processos relacionados à modernização do sistema fabril, no qual a artesanania e o conhecimento acumulado pelos trabalhadores e trabalhadoras eram ainda valorizados, no início do século XX. A produção artesanal e seus resquícios atinge completamente ao seu ocaso na passagem do século XX para o XXI, de maneira que, na atualidade, é senso comum ligar a qualidade do objeto com o grau tecnológico de seu processo produtivo, por mais engano que isto se mostre.

O presente capítulo analisa este processo no campo de arquitetura e urbanismo - que, enquanto arte, prima ou pelo menos deveria primar, por cuidar para que os laços entre pensar e fazer, essenciais a qualquer forma de produção artística, se

mantivessem para a existência da própria atividade. A arquitetura, apesar de não ter sido a primeira, foi uma das atividades mais influenciadas pela dicotomia entre o trabalho artesanal não alienado e o trabalho da administração científica da produção. Vão longe as discussões do “*arts and crafts*” inglês, em fins do século XIX, as experiências da Bauhaus alemã, nos anos de 1920 ou as ideias do construtivismo russo, na mesma década.

A tentativa de resistência à reificação, à alienação e à desumanização do trabalho, produzida em uma base tecnológica subproduto do modo de produção que organiza e difunde as relações sociais, reafirmou a lógica própria interna sob a qual fora urdida. Nesta perspectiva, pretende-se discutir o processo de substituição de uma base técnica de produção espacial por uma base tecnológica, desde a pressão exercida pela indústria da construção civil e sua fabricação de produtos e insumos que “atualizam” os processos de organização da produção da arquitetura e do urbanismo, até o lugar da academia que reforça, diuturnamente, as “vantagens” da produção com altíssimo grau de sofisticação tecnológica. É, por consequência, esclarecedor, e ao mesmo tempo assustador, o processo de interferência do mercado e sua racionalidade, vivido pelos arquitetos e arquitetas e pelo ensino de arquitetura, durante a quase totalidade do século passado.

Desde seus primeiros passos, a arquitetura moderna no Brasil ressentia e reclamava da falta de uma base tecnológica de produção, a industrialização da construção. Mercado, universidade, arquitetos e arquitetas, militaram para que as necessárias condições de afirmação da arquitetura moderna no Brasil se dessem o mais rápido possível, nas primeiras décadas do século XX. Na extremidade do processo, o ensino era alvo de todo o tipo de pressão para a entronização de um tipo de produção espacial que relegava ao passado, o trabalho artesanal. Esta transformação foi – e continua sendo – visível na maioria das graduações em arquitetura e urbanismo. O ensino superior passou de local de pensamento crítico, que serviria para avaliar melhor a adesão a esta ou àquela tecnologia, a local de divulgação e afirmação de uma lógica de produção. Nas escolas de arquitetura e urbanismo, tal mudança afasta cada vez

mais o arquiteto e a arquiteta do entendimento das questões fundamentais sobre organização e produção do espaço. Assim, o futuro e a futura profissionais tornam-se meros reprodutores de lógicas e utilizadores de processos que muitas vezes não geram espaços melhores, mais econômicos, mais belos, tampouco mais racionais, no sentido estrito. O arquiteto e a arquiteta, por conseguinte, deixam de saber-fazer enquanto artista, para converterem-se num ou numa profissional que organiza o processo produtivo, dinamiza e aumenta a lucratividade do capital investido na produção espacial.

O que parece ser revolução de formas, de estilos, quando cutucamos por baixo, são momentos de conflitos sociais, de luta de classe nos canteiros. [...] no fim do século XIX [...] há um movimento operário fortíssimo na Europa, quando começam os sindicatos. Um deles, sobretudo, começa muito forte, meio anarquista, mas muito dominado pelos trabalhadores da construção civil. Eles pedem não mais salários, nem folgas, nem férias, nem cinco minutos a mais para o almoço, mas pedem simplesmente o controle da produção. Eles querem que a produção de arquitetura seja dominada e conduzida por eles do começo ao fim: a destinação do projeto, a destinação do objeto e até as condições de produção, reivindicações estas evidentemente impossíveis. Os sindicatos mais fortes da França, nesta época, eram os sindicatos dos trabalhadores de madeira, dos trabalhadores em pedra: então não é à toa que nesse mesmo período se mudam os materiais. Não é por acaso que a arquitetura muda de materiais fundamentalmente, passa para o concreto e para o ferro, destruindo, tirando a força desse pessoal dentro do canteiro. Começa a gloriosa arquitetura contemporânea, mudando de linguagem, mudando fundamentalmente a decoração no momento em que os operários estão fortes (Ferro, 2006, p. 9-10).

O século passado assistiu à troca de quase toda a base técnica de produção espacial tipicamente brasileira por algo pu-

ramente ligado ao **Estilo Internacional** (Andrade, 2016). Na atualidade, pensar uma produção espacial que questione a industrialização e a desumanização da construção civil é uma atividade que o ambiente acadêmico, grosso modo, tem se recusado a empreender. Neste transcurso, as formas de produção da casa, por exemplo, ficam subsumidas aos ditames do mercado e suas tecnologias: indústria de materiais construtivos e uma base tecnológica de produção do projeto.

A adoção de materiais construtivos para a habitação, relacionados diretamente com as características do lugar físico e cultural, cede espaço para o uso de materiais produzidos em consonância a uma lógica universal. Se no ideário moderno isso era visto como um sinal positivo, no tempo presente, tornou-se redundante e levou ao esquecimento do lugar, para se submeter aos nexos do mercado global. Na atividade construtiva propriamente dita, é desmantelado todo e qualquer conhecimento acumulado pelo trabalhador ou trabalhadora que possa intuir algum tipo de autonomia. Todas as ações no processo construtivo, com efeito, atravessam um processo de operacionalização para achatar o valor do trabalho e maximizar a lucratividade do capital.

Por fim, a adoção de uma base tecnológica de produção do projeto traz para a arquitetura e para a profissão a alienação típica dos processos de produção calcados na administração científica. Paradoxal, pois a arquitetura e o urbanismo são atividades que basicamente têm a potência de manter a relação do pensar-fazer, tal como em toda atividade artística, criativa do pensamento humano. Ao entronizar processos de ideação e projeção calcados nos aparatos tecnológicos, a formação superior rende-se às pressões do mercado, formando profissionais do espaço que operam no sentido exato daquilo que o aparato tecnológico valida. Assim, a capacidade criativa, crucial à atividade, cede lugar à capacidade produtiva.

Tal embaraço é visível, hoje em dia, no ensino de arquitetura e urbanismo no que concerne às disciplinas ligadas aos processos de produção do edifício. Raros são os cursos que ainda possibilitam aos seus alunos e alunas experiências de projeção sem softwares ou fazendo uso de técnicas construtivas,

que embora remetam ao passado, permanecem adequadas à produção do espaço. De uma maneira geral, a base tecnológica discutida nos cursos impele ao futuro arquiteto ou arquiteta a adoção do aço, do concreto e materiais que estejam na ordem do dia do mercado. Poucas escolas de arquitetura trabalham com estruturas em madeira e quase nenhuma, com terra crua.

A submissão do ensino ao mercado com suas bases tecnológicas gera outro tipo de problema: impede que o arquiteto e a arquiteta ao se formarem, se dediquem à preservação do patrimônio histórico edificado, uma de suas atribuições profissionais. Na atualidade, o arquiteto e a arquiteta a trabalhar nos órgãos de preservação do patrimônio, têm, certamente, um conhecimento deficiente sobre as técnicas pretéritas, de tal sorte que a própria atividade de preservação e restauro deste patrimônio é ameaçada.

Além disso, como parte desta eleição de bases tecnológicas e de processos construtivos, os órgãos de financiamento praticamente interditam a utilização de qualquer técnica ou processo construtivo que contrarie a lógica de mercado. Fecha-se, portanto, por meio da tecnologia, um círculo de produção na construção civil que organiza relações sociais e deslegitima o ambiente acadêmico como *lócus* da dúvida e da crítica. Ao colocar de lado a produção crítica do conhecimento, a academia se anula em prol de servir ao capital.

Outrossim, o uso massivo de ferramentas tecnológicas de maneira acrítica, resulta num processo de pensamento e produção da ideia de espaço que prescinde de inúmeras etapas, em favor da agilidade do aparato tecnológico. O arquiteto e a arquiteta, em muitos casos, operam com a mesma liberdade que Ford dava aos compradores e compradoras do Modelo T, nos anos de 1930 (Daudén, 2018). Se na época “qualquer cor” poderia ser escolhida, desde que fosse preto, agora, o arquiteto e a arquiteta têm sua imaginação restringida pelas ferramentas disponíveis no aparato tecnológico utilizado, o que de maneira enganosa entrega um ambiente limitador, no lugar da liberdade criativa prometida.

Quando todos e todas – dentro e fora da universidade – operam sob a mesma ótica, o efeito é notado na similaridade e baixa qualidade dos edifícios hodiernos e na adoção de apenas um tipo de solução espacial, reduzida ao limitado arranjo que estas tecnologias disponibilizam, fazendo do arquiteto e da arquiteta meros selecionadores de artigos da indústria da construção civil. O trabalho criativo cede, então, terreno para aquele meramente produtivo, isto é, o trabalho pensado para permitir a máxima lucratividade do capital. Deste modo, a atividade em arquitetura e urbanismo troca a possibilidade de emancipação por meio do trabalho não alienado, por uma plena devoção ao *modus operandi* do sistema. O pensar, projetar e construir espaços passa a acontecer no limite da sua inviabilidade, da sua existência.

No tocante à substituição das antigas técnicas e, com ela, de seus artífices, vivenciada de maneira intensiva na primeira metade do século XX, toda uma base tecnológica se impõe ao processo de construção do espaço, gerando o apagamento das habilidades dos artesãos e artesãs na construção civil (Alvares, 2019). Em seu lugar é disposta uma sequência de atividades pré-definidas e padronizadas, que consistem, basicamente, na instalação de elementos num processo industrial. O trabalho de construir se torna, praticamente, um mero ofício de montagem.

Detalhes primorosos de carpintaria dão lugar à adoção de estruturas pré-fabricadas, nas quais a capacidade do trabalhador ou da trabalhadora de exprimir o domínio técnico é reduzida em favor da obediência a soluções previamente pensadas durante o processo industrial de produção; o ferreiro e o serralheiro se vêem substituídos por elementos metalúrgicos produzidos industrialmente, para os quais a arquitetura deve agora se adaptar; mesmo o trabalho do pedreiro, no caso, majoritariamente masculino, em sua habilidade em construir com tijolos, torna-se praticamente dispensável.

O canteiro é heterônomo, sua determinação vem de fora. O objeto a realizar, o modo de realização, o tempo de realização, são impostos à produção imediata. Consequência, entre ou-

tras, da separação entre meios e força de trabalho, entre vontade e ação, entre finalidade aparente e a eficaz (Ferro, 1982, p. 30).

O concreto armado se transforma no elemento estrutural por excelência, de tal forma que é quase impossível imaginar construção que não utilize esta tecnologia, desde a aparição da Arquitetura Moderna, nos anos 1930, quando escolas, mercado e órgãos oficiais de normatização agem conjuntamente para hegemonizar o concreto como a tecnologia da construção por excelência.¹ Por consequência, é esclarecedor saber que a primeira ação da Associação Brasileira de Normas Técnicas foi a normatização do concreto.

O concreto – esse material dominante da arquitetura moderna – realiza o sonho perseguido desde o gótico pela direção dos trabalhos, que é, simultaneamente, processo de dominação e exploração: o rapto total dos meios de produção, a absorção de todo o “saber fazer” pelo “saber”. Ele marca a passagem do ofício qualificado à “qualificação profissional” – isto é, ao treinamento para a realização de uma tarefa tornada radicalmente heterônoma. Ele realiza o desígnio secreto da estereotomia “científica”: a abolição de todo traço de autonomia no canteiro (Ferro, 1988, p. 128-129).

O ensino acrítico de uma arquitetura refém das formas de produção espacial contemporâneas e sua base tecnológica gera o que Adorno nomeou por semicultura, algo ainda pior que a pura ignorância, porque conserva certa dose de ingenuidade, ceticismo e ironia (Adorno, 1996). Além do mais, a semicultura está orientada para o conformismo e para a aceitação da realidade sem resistência, determinando uma tendência ao desaparecimento da consciência irônica e cética:

O aspecto evolutivo do pensamento, e tudo o que é genético e intensivo nele, é esquecido e nivelado ao imediatamente presente, ao extensivo. A organização atual da vida não deixa

1 Ver capítulo “Desenvolvimento, tecnologia, dependência e colonialidade na produção da moradia na América Latina”.

espaço ao ego para tirar consequências espirituais. O pensamento reduzido ao saber é neutralizado e mobilizado para a simples qualificação nos mercados de trabalho específicos e para aumentar o valor mercantil da personalidade. Assim naufraga essa auto-reflexão do espírito que se opõe à paranóia. Finalmente, sob as condições do capitalismo tardio, a semicultura converteu-se no espírito objetivo (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 162-163).

A divisão do trabalho, descrita por Ferro (1988), objetivada pura e simplesmente à sujeição do trabalho aos ditames do capital, tem nos aparatos tecnológicos de projeto e representação contemporâneos, o seu fecho. Todo o processo de produção da arquitetura é organizado em sintonia com a lógica do sistema produtivo. A heteronomia percebida pelo arquiteto ou pela arquiteta no canteiro de obras tampouco poupa o lugar privilegiado do pensar, seja do arquiteto, da arquiteta, do engenheiro ou da engenheira. As atividades de arquitetura e de engenharia, similarmente, vieram a ser organizadas mediante a administração científica, ou seja, a forma de produzir absolutamente consonante ao sistema capitalista de produção, no qual a qualidade, a durabilidade e a beleza dos artefatos são secundarizadas perante a acumulação do capital e a exploração do trabalho. De acordo com Ferro, sem a possibilidade de autodeterminação, o canteiro se reduz a pura ação, e desse modo o desenho, em ordem de serviço.

A despeito de empreender-se um esforço intelectual de distanciamento das teses de Herbert Marcuse sobre técnica e tecnologia presentes em *Tecnologia, guerra e fascismo* (1999) e malgrado se aposte em algum processo de submissão da tecnologia subjacente a uma ordem democrática que gere emancipação, é imperioso identificar os processos e as formas de concretização destas perspectivas de emancipação. Caso contrário, afastamo-nos do objetivo último de toda teoria crítica que é a imersão da reflexão teórica na realidade vivida, como condição primeira para a transformação.

A rigorosa abordagem dialética que ganha fôlego no âmbito da teoria crítica da sociedade, surge num momento histórico no qual as estruturas objetivas de organização social emergentes da Revolução Industrial pareciam revelar uma racionalidade totalitária manifesta tanto na produção quanto na reprodução da lógica capitalista e no avanço de seus tentáculos para o sujeito e a sujeita a ponto de submergi-los, completamente, numa lógica que imprimia nele e nela a etiqueta de mero repetidor e repetidora (Polanyi, 2000). A formatação das subjetividades é a ponta de uma lógica que coopta para dentro de seu próprio circuito tudo o que está à sua volta.

Dessa maneira, a racionalidade tecnológica e a consequente alienação do indivíduo e da indivíduo submetidos a ela parecem fazer desaparecer qualquer terreno para uma perspectiva emancipatória. Em realidade, reside aí um dos pontos mais delicados de uma teoria crítica. Há sempre a tentação de uma saída simples, já que é difícil se manter fiel a um pensamento radicalmente dialético que se negue a fazer concessões a alguma fonte secreta que subitamente poderia nos salvar do infortúnio. A perspectiva dialética desdobra os componentes objetivos que estão na base de determinada formação social e, da mesma forma como segue o fio de sua construção, torna plausível também a sua desconstrução.

O paradoxo da racionalidade tecnológica é que existe nela um aborto da própria racionalidade, dando espaço a um automatismo onde já ninguém pensa. Tanto produtos como indivíduos e indivíduos, são atravessados por esta lógica e se transformam em mero produtos. Por outro lado, a própria racionalidade tecnológica está investida da capacidade de fazer, ou seja, de criar a *techné*. O produto desta técnica, a tecnologia, jamais captura totalmente a dinâmica de onde surge. A técnica se constitui, destarte, como uma espécie de não-idêntico em relação a um sistema que a reduz a uma unidimensionalidade no seu universalismo. A persistência do pensamento dialético, por conseguinte, leva à análise daquilo que aliena tão a fundo, acabando por desvelar, nesta própria dinâmica, uma força que se opõe à alienação.

Urge reatribuir significação verdadeira a termos como ideia, concepção, criação e reflexão para o alunado e profissionais de arquitetura e urbanismo. Delegar possivelmente a parte mais humana do trabalho de concepção e produção espacial para processos automatizados – que produzem basicamente mais do mesmo – tem como efeito colateral a colonização pela lógica alienante do, quiçá, último espaço no qual o trabalho se realize, obrigatoriamente, mediante o resgate das relações entre *epistéme* e *techné*.

Quem sabe, este tenha sido o efeito mais pernicioso e duradouro do debate primordial sobre arquitetura e urbanismo iniciados na passagem do século XIX para o século seguinte. Passados já cinquenta anos da revisão crítica da arquitetura moderna, é notável, senão espantoso, como boa parte das suas teorias e crenças mantenham-se ainda hegemônicas no ensino e aprendizagem, na esmagadora maioria das escolas de arquitetura.

Referências

ADORNO, T. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**, ano 17, n. 56, p. 24-56, set-dez. 1996.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALVARES, S. C. A pedagogia artesã como práxis educativa em culturas populares tradicionais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/j7qSyhfhNYzh8Hc3xVYhKXm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.

ANDRADE, F. C. D. **Uma poética da técnica**: a produção da arquitetura vernacular no Brasil. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual De Campinas, 2016.

DAUDÉN, J. Ford T e o papel da indústria na construção civil. **ArchDaily**, 01 out. 2018. disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/902558/ford-t-e-o-papel-da-industria-na-construcao-civil>. Acesso em: 28 out. 2024.

FERRO, S. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto, 1982

FERRO, S. Concreto como arma. **Revista Projeto**, Rio de Janeiro, n.111, p. 128-129, 1988.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: campus, 2000.



Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima

Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música

E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego

[...]

Subiu a construção como se fosse sólido
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico
Seus olhos embotados de cimento e tráfego

Sentou pra descansar como se fosse um príncipe
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo
Bebeu e soluçou como se fosse máquina
Dançou e gargalhou como se fosse o próximo

E tropeçou no céu como se ouvisse música
E flutuou no ar como se fosse sábado
E se acabou no chão feito um pacote tímido
Agonizou no meio do passeio náufrago
Morreu na contramão atrapalhando o público

Amou daquela vez como se fosse máquina
Beijou sua mulher como se fosse lógico
Ergueu no patamar quatro paredes flácidas
Sentou pra descansar como se fosse um pássaro
E flutuou no ar como se fosse um príncipe
E se acabou no chão feito um pacote bêbado
Morreu na contramão atrapalhando o sábado

Chico Buarque

17. DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIA, DEPENDÊNCIA E COLONIALIDADE NA PRODUÇÃO DA MORADIA NA AMÉRICA LATINA¹

Andréia Moassab e Gabriel Cunha

Este capítulo procura organizar e avançar em alguns debates que vimos fazendo nos últimos anos a partir do que designamos **geopolítica do conhecimento, dependência e colonialidade na América-Latina**, encadeando algumas possibilidades de arejamento do debate sobre a instrumentalização da arquitetura no capitalismo, especificamente no capitalismo dependente, alertando os e as profissionais da construção civil para as implicações éticas do desenho e da escolha tecnológica nas relações de trabalho, que na América Latina precisam ser compreendidas no âmbito da exploração da colonialidade capitalista. Destacamos que o atrelamento da arquitetura à ideologia do desenvolvimento nos países latino-americanos se enraíza pela via da arquitetura moderna. A experiência modernista representou, entre diversas coisas, a adesão a uma nova etapa da tecnociência capitalista, a qual carrega uma colonialidade tecnocientífica, desvelada, para nós, devido aos aportes teóricos decoloniais e da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Esta colonialidade, tem como um de seus principais componentes,

1 Uma versão reduzida deste debate foi publicada por nós, em 2022, na revista PósFAUUSP, v. 29, n. 54, sob o título “Modernidade-colonialidade na construção da hegemonia tecnocientífica do concreto armado dos países dependentes”.

o que designamos por “ideologia do concreto armado”, correlata da “ideologia do desenvolvimento” (Prado, 2020) e atrelada à forma-canteiro, assinalando a instrumentalização da produção de moradia pelo capitalismo dependente, sobretudo a partir dos anos de 1960.

Desde uma perspectiva decolonial, em diálogo com a teoria marxista da dependência, vimos explorando possibilidades de combater a colonialidade tecnocientífica² na arquitetura, especialmente no nível das práticas sociotécnicas³ de construção. Portanto, temos nos empenhado a entender a dicotomia entre as tecnologias construtivas normatizadas *versus* as não-normatizadas, estabelecida pela colonialidade do saber⁴ tecnológico no sistema-mundo moderno-colonial. As tecnologias não-normatizadas – como as que se utilizam da terra crua, estão mormente ligadas a saberes alijados e silenciados pela modernidade, dominados pelas assim designadas comunidades “tradicionais” – isto é, não-brancas. É um conhecimento desconsiderado pelo saber hegemônico, o qual produz a não-existência (o/a ignorante, o/a subdesenvolvido/a, o/a improdutivo/a, o/a inferior) sob o jugo de totalidades hegemônicas e excludentes, com base em critérios hegemônicos de saber, de desenvolvimento, de produtividade e de classificação social (Santos, 2006).

Por sua vez, a TMD, desde os anos 1960 e 1970, oferece generosas contribuições para compreender as relações de subordinação no interior do capitalismo, escancarando a inconsistência da visão etapista, ou evolutivo-linear cepalina,⁵ em muito

2 Preferimos “tecnociência” a “tecnologia”, quando é para ressaltar que os limites entre ciência e tecnologia estão cada vez mais se dissolvendo (cf Jover, 2015). Com relação à “colonialidade tecnocientífica”, nos referimos às três dimensões da colonialidade: do saber, do poder e do ser (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

3 Isto é, a produção tecnológica e tecnocientífica como práticas sociais, em contraposição à visão ideológica de uma suposta autonomia e independência de ambas em relação às sociedades que as produzem.

4 Aqui desejamos tratar especificamente da colonialidade do saber, separadamente da colonialidade do poder e do ser.

5 Refere-se ao pensamento oriundo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948, como uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Sua sede está em Santiago do Chile.

responsável pela ideologia do desenvolvimento que pautou o período pós-segunda guerra (Prado, 2020), inclusive, o neodesenvolvimentismo defendido pelos governos da esquerda latino-americana, nas duas últimas décadas (Santo Filho, 2016). Em direção convergente e complementar – amadurecida a partir de meados dos anos 2000, por teóricos e teóricas em sua maioria latino-americanos e latino-americanas – o Pensamento Decolonial (Dussel, 2005; Lander, 2005; Quijano, 2005; Mignolo, 2007; Lugones, 2008, Walsh, 2007; Segato, 2012; Grosfoguel, 2016) compreende o mundo através de suas interioridades, espaço geográfico e corpos dissidentes. Este pensamento elabora uma denúncia contundente da modernidade ocidental e sua intrínseca violência colonial, colonialidade do ser, do poder e do saber, a qual resulta numa profunda racialidade do sistema-mundo (Quijano, 2005), cuja materialidade incide também na produção tecnológica.

Ao indicar a racialização do sistema-mundo moderno-colonial, o peruano Aníbal Quijano (2005) aponta um dos pilares mais estruturantes da sociedade nos últimos quinhentos anos, colocando, com a invasão das Américas, a Europa - o branco - no centro do mundo. Ao mesmo tempo, o autor demonstra que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade e que a ideia de raça produziu novas identidades sociais calcadas numa hierarquia racial. A colonialidade do poder, ao hierarquizar as diferenças entre grupos humanos entre conquistadores e conquistados, na ideia de raça, ou seja, “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (Quijano, 2005, p. 107) acabou por classificar toda a população da América Latina e, mais tarde, do mundo. Essa nascente ideia de raça forjou e legitimou um poderoso padrão de dominação social vigente até hoje. O racismo, junto com o patriarcado, será a base de desenvolvimento e consolidação do próprio capitalismo que, atualmente, atravessa uma das suas fases mais agudas (Davis, 2016).

Ao deslocar o marco da modernidade para a invasão das Américas, o giro decolonial expõe alguns problemas do pensamento crítico que se recusa a compreender que o racismo integra o sistema econômico, a produção de riqueza e acumulação

que viabilizaram o “florescimento do esplendor” europeu do século XVII em diante. A centralidade autoimposta da Europa diante do resto do mundo é baseada na hierarquização racial que justifica as barbáries do “processo civilizatório” e constitui ferramenta *sine qua non* para o avanço do colonialismo e do imperialismo, desde o século XIX. A produção tecnológica tem sido invariavelmente instrumentalizada nesse viés, com base na superexploração da força de trabalho dos países dependentes.⁶

Na América Latina, a violência racial, em conjunto com o estupro colonial problematizado pelas feministas negras (Carneiro, 1995; Hooks, 1995; Pacheco, 2008), é constitutiva de uma sociedade sedimentada na estratificação de classes nas suas intersecções raciais, de gênero/sexualidade e de geografia. Estas são intrínsecas ao sistema-mundo colonial-moderno, cujas implicações materiais seguem até hoje como justificativa para o genocídio da população negra ou da população indígena, para a espoliação da natureza e para o feminicídio. Nesta direção, o giro decolonial vem complementar o Materialismo Histórico-Dialético da TMD e o feminismo, ao incluir uma análise mais assertiva da produção da tecnologia que possibilita a compreensão do patriarcado-racista-capitalista, no contexto do capitalismo dependente. Este capítulo é a primeira parte de um trabalho em andamento e sedimenta as bases de nossa hipótese, nesse momento com foco maior na relação entre o racismo e o capitalismo.

Sob esta ótica, acreditamos que a moradia e as políticas habitacionais, como produtora de mercadoria,⁷ naturalizaram uma tecnologia dominante, o concreto armado, cuja cadeia produtiva explora majoritariamente os corpos negros – ou não-brancos – e cujo acesso deixa de fora em grande parte, as mulheres, sobretudo, as mulheres negras. Por estes motivos, julgamos

6 Em simultâneo, Silvia Federici (2017) e outras autoras feministas têm bem apontado como a exploração das mulheres foram igualmente condição para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo desde suas fases iniciais, o que não será desenvolvido por nós no debate ora proposto.

7 Nos dias de hoje, as políticas habitacionais, tendencialmente, se configuram mais como políticas econômicas, atuando como produtoras de mercadoria ao invés de promotoras do direito à moradia.

ser urgente avaliar as implicações das escolhas tecnológicas, no contexto da ideologia do desenvolvimento, consolidada, basicamente, após a II Guerra Mundial, e considerar o papel da arquitetura e do concreto armado na efetivação praticamente exclusiva da moradia na sua forma mercadoria.

Racialização do sistema-mundo, industrialização e advento do concreto armado: notas a partir do capitalismo dependente

O peruano José Mariátegui (2008) sustentou em sua obra que as elites locais nunca tiveram um projeto de autonomia nacional. Outrossim, a burguesia latino-americana é subordinada ao imperialismo – inicialmente respondendo ao projeto colonial e, após as independências, atrelada à crescente geopolítica imperialista em curso. A subordinação apontada por Mariátegui, antes de algo a ser “superado”, é parte estruturante do capitalismo, de acordo com todo o arcabouço teórico-político derivado da TMD (Bambirra, 1978; 2012; Arinii, 2012; Santos, 1978). Dito de outro modo, o capitalismo desde sua gênese – que inclui a invasão das Américas, a expansão do mercantilismo e o enriquecimento da Europa que antecede a Revolução Industrial – se constitui como um sistema expansivo de incorporação e subordinação de países, de forma desigual.

Em simultâneo, avanços tecnológicos e escolhas feitas no centro do imperialismo, guiaram a difusão de tecnologias construtivas desde o século XIX. Num primeiro momento de avanço do capitalismo, a arquitetura de ferro é amplamente consumida no mundo, muitas vezes vinculada a um símbolo de status e modernidade, traduzidas nas linhas “limpas” e adequadas ao novo material, desenvolvidas pelo neoclassicismo, ecletismo e *art nouveau*, dominantes no período (Benevolo, 1989). Ressalte-se que a arquitetura de ferro chegava às Américas pronta, vinda da Inglaterra e outros países europeus, para ser aqui apenas montada, como foi o caso do *Palacio Aguas Corrientes*, na

Argentina, em 1894; da *Estación Central de Ferrocarriles*, no Uruguai, em 1897, e no Brasil, do Mercado de Manaus, em 1883; do Theatro José de Alencar, em Fortaleza, em 1910; da Estação da Luz, em São Paulo, em 1910; e muitos outros edifícios institucionais e residências luxuosas das elites locais. No entanto, a matéria prima era extraída na América Latina, transportada para ser industrializada pelos países centrais, sendo posteriormente (re)comprada pelos mesmos países que a exportaram.

Como se pode notar, é estabelecido, também por meio da arquitetura, um ciclo perverso de reprodução capitalista nos países dependentes, caracterizando aquilo que Ruy Mauro Marini definiu na sua obra como *Dialética da Dependência* (2000), isto é, a integração subordinada das economias dependentes ao mercado mundial, processo no qual há uma transferência de valor da periferia para o centro, cujas origens remontam às relações historicamente desiguais entre colônia e metrópole e que se consolida com a formação da economia mundial capitalista em sua era imperialista. Associada a esta integração no mercado mundial, Marini também elucida sobre a dinâmica da superexploração do trabalho, cuja tendência é relativa à:

maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real (Marini, 2000, p. 160).

A exploração da força física, que marca esta dinâmica, é própria da empreitada colonial que tem por base produtiva prévia a escravização das pessoas negras e indígenas no novo continente. Este é o padrão que vai tipificar as relações de trabalho até os dias de hoje. Diversos estudos recentes demonstram haver uma racialização da pobreza na América Latina (Andrews; La Fuente, 2018),⁸ resultado da violência colonial que afetou

8 Estes trabalhos, contudo, mostram que o estudo da desigualdade racial ainda é consideravelmente mais desenvolvido no Brasil do que nos países *hermanos*, por este motivo, a maior parte da literatura citada neste texto, sobre este aspecto, refletirá em alguma medida essa diferença.

profundamente o território, a sociedade e as relações de trabalho deste lado do Atlântico. É a população não-branca, com menor nível de escolaridade, que compõe a maior parte dos trabalhadores braçais da construção civil – da cidade colonial à de concreto, em todos os países do continente.

Em finais do século XIX, o ferro, que é o material preferido para a construção civil, vai cedendo lugar, paulatinamente, ao recém-descoberto concreto armado, que reúne as qualidades do aço (para suportar a tração) e do concreto (para suportar a compressão). Com a devastação da Europa após a I Guerra Mundial, há uma urgência em suprir a demanda por moradia, quando o desenvolvimento do concreto armado é já suficiente para uma escalada industrial da sua produção (Santos, 2008). Na década de 1920, as encomendas estatais na Alemanha e o emergente debate oriundo da Bauhaus, sobre a relação indiscernível da produção projetiva com a indústria (Kopp, 1990) são marcos significativos na consolidação dessa tecnologia entre as preferidas pelos novos arquitetos e arquitetas autodenominados “modernistas”. Não por acaso, a habitação é o cerne da exposição de arquitetura Weissenhofsiedlung, ocorrida em Stuttgart, em 1927, e do encontro preparatório para o I Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), ocorrido em La Sarraz, em 1928. A exposição alemã, ressalte-se, encorajou o uso do concreto armado tanto como experimentação tecnológica quanto de linguagem arquitetônica e educação do gosto (Cabral, 2011).

Na América Latina, não obstante serem registrados exemplares da arquitetura moderna nesse período, ela vai despontar como linguagem e tecnologia hegemônica após a II Guerra Mundial (Janjulyo, 2020). Antes disso, a experiência mais emblemática é certamente o edifício para Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) – conhecido atualmente como “edifício do MEC”, construído em 1936, no Rio de Janeiro, então capital federal, por uma equipe encabeçada por Lúcio Costa, tendo Oscar Niemeyer como estagiário e com a colaboração de Le Corbusier, que vem ao Brasil especificamente para o projeto, aproveitando o período para divulgar a nova arquitetura pelo Cone Sul (Segre *et al*, 2006). Vale lembrar que o ministro responsável

pela encomenda decidiu rejeitar a proposta vencedora do concurso para a sede do ministério em favor da equipe coordenada por Lúcio Costa, que efetivamente poderia consolidar “o imaginário do homem novo brasileiro” (Segre, 2013) forjado pela Era Vargas. Naquele período, é instaurada uma série de políticas de modernização, cuja sede do MESP cumpria um papel emblemático. A partir da Era Vargas, o mundo urbano-industrial adquire centralidade, exigindo uma configuração estatal que pudesse superar os valores de uma sociedade escravista, rumando a uma sociedade industrial, ainda que subordinada aos países centrais (Ianni, 1968). O período é caracterizado por uma política desenvolvimentista de cunho nacionalista, com vistas a iniciar e estimular progressiva e crescentemente o processo de desenvolvimento capitalista diferente do anterior, o colonial agrário-exportador.

Atendendo à necessidade de formação e desenvolvimento de um Estado Nacional, as vanguardas artísticas brasileiras, da década de 1920 em diante, foram chamadas a participar ativamente, integrando de várias formas o Estado intervencionista, iniciado com o governo de Getúlio Vargas, em 1930. Neste contexto, a arquitetura moderna assume o papel de representar a construção do Brasil moderno. Conforme Carlos Martins (1988), frente às vertentes arquitetônicas distintas que disputavam o lugar de melhor expressão para o novo Brasil que se queria construir, a arquitetura de cunho racionalista – em concreto armado – acabou saindo vitoriosa. Por tais razões, parte do aparelho estatal, nomeadamente, o Ministério da Educação e Saúde Pública, apoia a concepção arquitetônica moderna de sua sede e, na sequência, do Pavilhão da Bienal de Nova York, de 1939, também da autoria de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Gradativamente, a arquitetura moderna ganha mais espaço no Estado, embora não venha a se constituir como uma linguagem arquitetônica efetivamente oficial.

De igual modo, nos anos de 1920 e de 1930, a modernização passa a ser um tema presente por todo o continente, a despeito das especificidades locais. A centralidade do debate sobre identidade nacional se materializa, de modo geral, com as experiências neocoloniais do período, o que mescla a introdução

de novas tecnologias, com a tentativa de forjar as identidades das jovens nações e uma releitura atualizada dos elementos da arquitetura colonial (Segre, 1991). Diversos arquitetos, mais tardes modernistas, têm suas fases neocoloniais: Obregón Santacília, no México; Carlos Villanueva, na Venezuela; Sergio Larrain, no Chile; Julio Vilamajó, no Uruguai; Lúcio Costa, no Brasil; e outros, da primeira geração do modernismo latino-americano (Hitchcok, 1955).

Em paralelo e durante um período relativamente curto, de meados dos anos de 1920 a meados de 1940, a arquitetura *art déco* – também designada “modernidade pragmática” por Hugo Segawa (2014) – e seus ares imponentes com motivos decorativos, vai agradar governantes, como Prestes Maia, em São Paulo, e caracterizar a nova cidade planejada de Goiânia e demais espaços frequentados pelas elites nacionais, como por exemplo o Teatro Carlos Gomes, de 1931, no Rio de Janeiro. Tal “modernidade pragmática” serve tanto como uma transição para sedimentar as bases do modernismo latino-americano como para dotar de ares “metropolitanos” suas cidades, mais do que para encerrar um ciclo. Para muitos críticos de arquitetura, o *art déco* intermedia as propostas de vanguarda com o gosto popular, sendo bem sucedido em alinhar um repertório figurativo com a produção industrial (Segre, 1991), uma espécie de “lógica cultural” do capitalismo industrial de antanho, ao mesmo tempo em que “prepara” o ambiente para a consolidação de uma arquitetura moderna de fato e com características específicas latino-americanas. A presença fugaz do *art déco*, seja no Brasil ou na Venezuela, por exemplo, funcionou como uma “ponte” do neocolonial ao modernismo. Ambos os países, imbuídos da missão de “modernização” naqueles anos, tinham à frente governos de traços autoritários. Por sua vez, no Caribe, o *art déco* tem relação direta com o aumento da influência estadunidense na região (Segre, 1991), com especial destaque para o conjunto paisagístico da cidade de Havana, em Cuba, um dos maiores conjuntos paisagísticos *art déco* na América Latina, com muitas obras construídas sob o regime ditatorial de Fulgêncio Batista.

É sob este ideário modernizante que o uso do concreto armado, em todo o continente, atravessa experimentações efê-

meras de linguagem arquitetônica, para fixar-se iconicamente como “a” tecnologia da modernidade, isto é, o material apto a criar um lugar onde pudesse prosperar o “sujeito moderno brasileiro” (Buzzar, 2001) ou consolidar o já referido “imaginário do homem novo brasileiro”, de acordo com Roberto Segre (2013). Sobretudo após a II Guerra Mundial, era preciso criar um lugar que vinculasse o partido arquitetônico moderno com o projeto social de uma nova nação, o que foi bem articulado, desde os grandes edifícios públicos a equipamentos menores, como escolas e institutos, prédios comerciais, ou uma cidade inteira, como Brasília (Buzzar, 2001). Sob o escopo da modernidade, também foi concebida a habitação popular em escala, principalmente a partir dos anos de 1960, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), quando esta passou a ser promovida e realizada pelo Estado, como política pública. À semelhança, no restante da América-Latina, a moradia em escala parecerá ser a solução preferencial para habitação, com Unidad Vecinal Matute a, em Lima (1952); do Plan Cerro Piloto, em Caracas (1954); da Unidad Cerro Sur, em Montevideo (1955); entre outros conjuntos habitacionais modernistas espalhados de norte a sul do continente.

Assim, desde a década de 1920 até o segundo pós-guerra, foram dadas todas as condições para um ambiente favorável à utilização do concreto armado, processo acompanhado da preparação e desenvolvimento de mão de obra, já que a tecnologia chega ao Brasil, como um sistema de patentes, sem que aqui houvesse nem pessoal para lidar com o material inovador tampouco profissionais para seu cálculo (Telles, 1993).

A lacuna na capacitação da mão de obra, desde a mais básica, foi sentida nos canteiros de obras, forçando as primeiras empresas especializadas, naquelas décadas iniciais, a utilizar mão de obra trazida da Alemanha. A Companhia Construtora Nacional (CCN), fundada em 1924, ligada à alemã Riedlinger, trouxe o material para o país, constituindo-se na primeira empresa de projetos de estruturas de concreto armado do Brasil, tendo no seu quadro de funcionários Emílio Baumgart, engenheiro cujo nome integra os compêndios da Engenharia Civil brasileira (Santos, 2008). Naquela época, o cálculo estrutural

não tinha disciplina específica nas escolas de engenharia - o que um século mais tarde seria inimaginável. Vale enfatizar que a abstração matemática requerida pelo concreto armado tem colaborado para uma hegemonização do ensino e da prática profissionais das áreas da construção mundo afora (Moassab; Cunha, 2019). Completa o ambiente impulsionador do concreto armado, em termos “técnicos”, a fundação, em 1936, da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).

Para além das alterações de ordem estética e funcional nos edifícios e na cidade, a tecnologia do concreto armado promove uma alteração nas formas de estruturação do canteiro de obras, convertendo-se numa organização baseada na indústria. A mudança é tanto técnica quanto na hierarquia interna e na circulação do conhecimento. A separação do projeto, relativamente à obra significou a heteronomia do canteiro, submetido daí em diante à norma do desenho. O interesse maior desta transformação não estava no desenvolvimento tecnológico em si, mas na “rentabilidade promovida pelas alterações no modo de produção” (Santos, 2008, p. 119). No estágio seguinte de profissionalização na área, o conhecimento tecnocientífico é utilizado para desqualificar os mestres de obras – separando definitivamente o canteiro do desenho (Ferro, 1979).

Ao mesmo tempo, foi nos anos de 1920 que germinam os debates em torno da profissionalização e regulamentação das profissões da construção civil, contemporaneamente à introdução da tecnologia no país. A profissionalização tanto da arquitetura quanto da engenharia civil, correspondeu a um projeto coletivo de mobilidade social, articulado em torno de certo tipo de conhecimento, cujo monopólio permite controlar um determinado mercado (Novo, 2020). Trata-se, de fato, de um duplo monopólio, que busca tanto *expertise* no mercado quanto *status* no sistema de estratificação social. Outrossim, a história da regulamentação profissional da construção civil e do seu ensino no país é tributária da ideologia do desenvolvimento, que desde a virada dos séculos XIX para o XX, está profundamente relacionada à expansão do capitalismo e do imperialismo, com o protagonismo crescente dos Estados Unidos da América (EUA) e seus interesses sobre a América do Sul (Atique, 2009). Tal ex-

pansão capitalista tem sido equivocadamente chamada de “desenvolvimento”, já vez que se trata de uma palavra

completamente embebida da suposição de que a expansão do capitalismo pode ser boa para os povos. E o que temos assistido é uma constante expansão do capitalismo e uma tragédia social em escala internacional crescente (Fontes, 2020, n.p.).

Modernidade tecnológica, subalternidade da mão de obra, insalubridade laboral: a equação racista do capitalismo dependente

O arquiteto Sérgio Ferro, com menos reverberação do que merecia, dedicou a sua obra a demonstrar que

a arquitetura moderna não é filha do vidro, do ferro e do concreto, como se conta. O concreto é filho de uma crise enorme no canteiro, uma resposta ao sindicalismo [...] o concreto não precisa nem de pedreiros, nem de carpinteiros (Ferro, 2006, p. 288).

Em outras palavras, a escolha tecnológica pelo concreto armado, há um século, colabora para a alienação e a exploração por meio do trabalho. No caso da América Latina, ou dos países dependentes, tal exploração não pode ser compreendida fora do racismo que estrutura o sistema-mundo (Wallerstein, 1974), debate este ainda com pouca ressonância na arquitetura. A ausência do debate racial em arquitetura deve-se, em parte, ao excessivo eurocentrismo dos referenciais metodológicos da pesquisa no país e no continente, colonizado por uma perspectiva branca, masculina, heteronormativa e urbanocêntrica (Moassab, 2020). Este cenário apenas muito recentemente tem sido revertido, em particular, devido à chegada de alunos, negros e negras na graduação e na pós-graduação, o que implica, afortunadamente, num arejamento da produção científica, na qual a questão racial não poderá ser ignorada.

Semelhantermente, o debate sobre exploração do trabalho e sua profunda relação com a área é muito pouco trazido para as salas de aula, onde o canteiro de obras é, quando muito, ensinado de maneira acrítica, mais como organização da obra do que pelas suas implicações éticas (Moassab, 2021). No entanto, há um enorme potencial de inserir uma reflexão contundente no ensino de arquitetura e de urbanismo, com a inclusão do saber-fazer e a materialização do traço em disciplinas vinculadas a canteiro experimental, pois há uma dimensão oculta nos projetos políticos-pedagógicos dos cursos que merece ser exposta, a respeito à escolha tecnológica e ao seu vínculo indiscernível com o capitalismo (Moassab, 2021). Os anos de 1960, quando o grupo Arquitetura Nova problematizava canteiro de obras, é também o período da ditadura empresarial-militar e sua Reforma Universitária, visando o ensino em série, e do alinhamento unívoco do país ao concreto armado, com forte impacto no ensino, na serialização da produção e sua inserção hegemônica por todo território nacional. Estas questões merecem ser analisadas associadamente.

O acolhimento do concreto armado pelos governos nacionais como sistema construtivo por excelência marcou a segunda metade do século passado, praticamente como principal desdobramento da ideologia do desenvolvimento (Prado, 2020), no mundo inteiro. Hassan Fathy em seu livro “Construindo com o povo” (1980), originalmente publicado nos anos de 1960, narra sua luta para impedir a colonização do modelo construtivo egípcio pelo concreto armado, durante os anos 1940-1950. Fathy rapidamente percebeu que o novo modelo construtivo impunha uma dependência de tecnologia ao país, que não produzia nem cimento, nem aço, nem madeira, essenciais para o concreto armado. Na contramão das tendências internacionais uníssonas, o arquiteto procurou resgatar técnicas construtivas antigas, baseadas nos materiais e no saber local, então, em fase de desaparecimento (Mossab; Cunha, 2019). Em seu livro também é descrito todo o boicote da administração pública ao seu trabalho, em favor do concreto armado. Não é nem exclusivo do Egito, muito menos casual, o acolhimento pelos governos nacionais, do concreto armado como sistema construtivo por

excelência – tanto por meio de subsídios à produção como pelo fomento à pesquisa –, tampouco a dependência externa de insumos para a construção civil. Trata-se de uma escolha política que marca, em termos materiais e construtivos, o capitalismo dependente analisado pela teoria marxista da dependência.

Note-se que a ideologia do desenvolvimento e sua correlata “ideologia do concreto armado”, por nós identificada, acompanha a separação entre os países “desenvolvidos” dos assim designados “subdesenvolvidos”, organizando também uma separação racial do sistema-mundo: na parte considerada desenvolvida estão majoritariamente as populações brancas e, nos países subdesenvolvidos, populações não-brancas, em sua maioria negras, afrodescendentes ou indígenas. A análise tipológica do capitalismo dependente proposta por Vânia Bambirra (2012) traz insumos centrais para os alinhavos que propomos. As tipologias de países estabelecida pela autora estão organizadas em consonância aos grandes tipos de estruturas dependentes, associados ao início da industrialização no país: em fins do século XIX, o tipo A, com Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e Colômbia; após a II Guerra Mundial, o tipo B, com Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba; e basicamente, os países agrário-exportadores, formam o Tipo C, Paraguai, Haiti e Panamá (Bambirra, 2012). Tais tipologias, ordenadas de acordo com os grandes tipos de estruturas dependentes, de certa maneira correspondem às assimetrias regionais da arquitetura moderna, com forte presença na paisagem urbana do Cone Sul e, ao contrário, com pouco impacto nos países andinos, por exemplo. Dito de outra forma, há uma equivalência da inserção e consolidação da arquitetura moderna nos países, condizente com o contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial, em mimese com os países tipo A, B ou C, de Bambirra.

Justamente os países com processo de industrialização mais antigos e consolidados são aqueles com maiores condições para a implementação da cadeia produtiva do concreto armado e, portanto, assumem protagonismo e evidência em torno da arquitetura moderna, constituindo-se destaques regionais do

modernismo e inseridos num circuito internacional, independente de muitas vezes subalternizados na categorização feita por críticos de arquitetura do norte, como é o caso do “regionalismo crítico”.⁹ Os arquitetos mundialmente conhecidos Oscar Niemeyer, Clorindo Testa, Pedro Ramirez e Emilio Duhart são grandes nomes da arquitetura do concreto armado na América Latina, todos oriundos dos países Tipo A. É exceção a Venezuela, inserida por Bambirra no tipo B, mas que desponta com um papel significativo na arquitetura moderna latino-americana, particularmente durante o Estado Petrolero, nos anos de 1950, tendo nas obras de Carlos Villanueva, exemplares marcantes do modernismo latino-americano, como a Ciudad Universitaria, de Caracas e o Conjunto Habitacional 23 de Enero.

Para melhor compreender a relação entre o processo de industrialização e avanço do imperialismo no continente, vale voltar um pouco no tempo. Na virada dos séculos XIX para XX, os países latino-americanos estavam sob disputa imperialista, evidenciada na organização dos Congressos Pan-Americanos. Mais do que um simples termo, o pan-americanismo é uma ideologia da política externa estadunidense, em torno da disputa por hegemonia nas Américas, em particular, em torno do Cone Sul (Spyer, 2013). Foi a Argentina um dos países a reivindicar a designação “América-Latina”, buscando frear o avanço de Washington na região. Os correlatos Congressos Pan-Americanos de Arquitetura, com suas primeiras edições no entreguerras, foram realizados no Uruguai, Chile, Argentina e Brasil, basicamente em torno do debate da regulamentação da profissão e do ensino (Atique, 2009). Com a forte presença estadunidense, estes congressos estiveram extremamente vinculados à Doutrina Monroe e aos interesses de aproximação dos Estados Unidos aos países da América do Sul (Spyer, 2013). A famosa frase “a América para os Americanos” sintetiza a disputa de protagonismo na geopolítica da virada do século, com a ascensão dos Estados Unidos frente ao histórico domínio Europeu.

Os países do Tipo A no capitalismo dependente são basicamente estes de industrialização mais antiga sob forte influ-

9 Este debate foi bastante presente nos anos de 1980, nomeadamente nos Seminários de Arquitetura Latino-Americana (SAL) (Zein; Bastos, 2010).

ência estadunidense na burguesia industrial local, nos quais o processo de industrialização do concreto armado encontra terreno fértil para se desenvolver e os quais se tornam, ao fim e ao cabo, os ícones da arquitetura moderna latino-americana, no pós-II Guerra. Nesse período, a hegemonia dos Estados Unidos sobre os dois tipos de países latino-americanos, A e B, se orienta tanto pelo controle de matérias-primas e conquista de mercados quanto por investimentos no setor industrial, por meio das multinacionais. Dito de outra forma, o novo caráter da dependência, resulta da “penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital estadunidense, no setor mais dinâmico das economias dos países dependentes, ou seja, o setor manufatureiro” (Bambirra, 2012, p. 126).

A modernização vinculada ao desenvolvimento da indústria nacional, embora com capital estrangeiro, tem início na Era Vargas, se consolida no período de Juscelino Kubitschek, cujo slogan foi “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo” e se agiganta durante a ditadura empresarial-militar,¹⁰ também chamada de “ditadura dos empreiteiros” (Campos, 2012). A ascensão e a consolidação do concreto armado como sistema construtivo eleito para o século XX implementam toda uma estrutura econômica, produtiva e lobista que alimenta e é alimentada pelas estruturas de poder. Embora com contornos distintos, a ideologia do desenvolvimento (Prado, 2020), a nosso ver, não sofreu alterações até os dias atuais.

O historiador Pedro Campos, na tese de doutorado *A ditadura dos empreiteiros* (2012), demonstra o vínculo indiscernível entre empreiteiras e o governo brasileiro. Vale destacar que ambos os lados da Guerra Fria apostaram num modelo industrial desenvolvimentista, em prol da produção em série, cujo

10 No Brasil, um dos maiores impactos infraestruturais no pós-guerra é a implantação das montadoras de automóveis, como Mercedes-Benz, Alfa-Romeo, Volkswagen, General Motors e Ford, todas nos anos de 1950, alterando drasticamente o meio de transporte preferencial para vencer o enorme território nacional, as ferrovias, com seu gradual abandono, a partir dos anos de 1960, intensificado durante a ditadura empresarial-militar – até privatização do parque ferroviário nos anos de 1990. Em simultâneo, estas décadas viram aumentar os gastos com a implantação de rodovias e acirrar a dependência do país aos combustíveis fósseis.

exponente na construção civil foi e tem sido o concreto armado (Moassab; Cunha, 2019). Em adição, o processo de fabricação do cimento tem altíssimo impacto ambiental, sendo das atividades industriais que mais consomem energia no país. Ao mesmo tempo, o cimento se constitui uma das principais *commodities* mundiais, servindo até mesmo como indicador econômico. Em outras palavras, as empreiteiras e esse modelo construtivo são tributários do concreto armado, simbiótico da arquitetura moderna, que se consolidou definitivamente no país, com a construção de Brasília (1956-1960). A hegemonia do concreto armado foi garantida ao longo das décadas seguintes, em pleno vigor da ditadura empresarial-militar, tanto pelo seu poder simbólico (cujo destaque do período coube à denominada arquitetura “brutalista” ou “brutalismo” arquitetônico) quanto pelos fartos contratos faraônicos do período (Santos, 2008). Sérgio Ferro também se refere às empreiteiras, ao analisar a brutalidade e a exploração do trabalho no canteiro de obras, já na construção da nova capital:

Nenhum outro canteiro de obras foi tão violento quanto o de Brasília [...] Se contratados [os trabalhadores], eram confinados em acampamentos provisórios cercados pelo exército ou pela polícia privada das empresas. A comida, frequentemente estragada, provocava diarreias intermináveis. Debilitados, eles aguentavam longas jornadas de trabalho cheias de acidentes e de mortes [...] A menor resistência, na ausência de sindicatos mediadores, era resolvida na base de tiros e cacetadas – e mais mortes. Para escapar dessa situação, alguns se jogavam embaixo dos caminhões (Ferro, 2006, p. 322).

Acerca das precárias condições no canteiro de obras de Brasília, o cineasta Vladimir de Carvalho perguntou a Lúcio Costa o que ele pensava do massacre dos candangos,¹¹ episódio sucedi-

¹¹ Em 8 de fevereiro de 1959, em pleno carnaval, a polícia invadiu o dormitório da Construtora Pacheco e executou diversos operários. O motivo teria sido a sua impossibilidade, na hora do almoço, de conter a revolta dos operários contra as condições da comida, que às vezes era servida crua, estragada ou com pequenos animais dentro dela. Até hoje não se sabe o número exato de mortos, pois por anos o governo diminuiu a sua grava-

do durante a edificação da capital, em resposta à manifestação de operários que cobravam melhores condições de trabalho. O arquiteto afirmou que não teria dado a menor importância ao episódio, se tivesse sabido na época (Carvalho, 1992). Passadas cinco décadas da construção de Brasília, Zaha Hadid deu uma declaração semelhante quando questionada sobre as condições de trabalho em Dubai, onde a arquiteta tinha inúmeros projetos em construção – reforçando nossa hipótese da inalteração da relação de produção na construção civil, com a exploração do trabalho da arquitetura moderna à contemporânea em todo o mundo. Hadid respondeu:

Não tenho nada a ver com os trabalhadores. [...] Não estou fazendo pouco caso, mas penso que é o governo que deveria cuidar disso. Não é meu dever como arquiteta resolver isso. Eu não posso fazer nada a respeito pois não tenho este poder. Acho que é um problema em todas as partes do mundo (Hadid, 2014 *apud* Quirk, 2014).

A relação da ditadura empresarial-militar com a precarização do trabalho está fortemente vinculada ao fluxo migratório nordeste-sudeste e campo-cidade, para o qual “a construção civil foi sobretudo um grande escoadouro da mão de obra barata (majoritariamente negra), porque não qualificada” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 13). Lélia Gonzalez, importante intelectual marxista e feminista negra brasileira, segue asseverando que a grandiloquente ponte Rio-Niterói “poderia ser conhecida como túmulo do trabalhador-desconhecido, tal o número de vidas ceifadas durante a sua construção” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 14). Nos anos de chumbo, os dados apontam para cerca de cinco mil mortes anuais na construção civil no país, oficialmente registradas (Campos, 2014) e os acidentes de trabalho eram da ordem de 1,5 milhões por ano (Campos, 2014)¹². Apesar de em

de, chegando até mesmo a negar que tivesse ocorrido (Bicalho, 1983).

12 Sem mencionar, as diversas doenças decorrentes das péssimas condições de trabalho nas grandes obras no período. Por exemplo, em função do trabalho pesado e da alimentação insuficiente provida pelas empresas, a desnutrição era comum. Havia muitos casos de câncer de pele e hiperpirexia devido à exposição à luz do sol ou, ainda, distúrbios no ouvido interno,

menor número, os acidentes em empreendimentos imobiliários urbanos eram igualmente comuns (Campos, 2014). As condições precárias de trabalho e segurança nessas grandes obras, sem excluir Brasília, levando à morte diversos trabalhadores, em sua maioria, certamente negros, passa ao largo dos debates sobre as responsabilidades da área acerca de tais vidas.

Importa ressaltar que estas condições precárias caracterizam a superexploração da força de trabalho estruturante do capitalismo dependente na América Latina. Ruy Mauro Marini (2012) e outros teóricos marxistas da dependência demonstram que o desenvolvimento capitalista no continente é marcado pelo seu passado colonial e pela consequente inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. As precárias condições laborais e a superexploração de trabalhadores e trabalhadoras nos países dependentes expressam a tendência de pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho. A situação de dependência dos países latino-americanos, conforme apontaram os autores e autoras da teoria marxista da dependência, não foi rompida com a industrialização do segundo pós-guerra. Ao contrário, a indústria do concreto armado, consolidada com o advento do modernismo, inserido no contexto do nacional-desenvolvimentismo, reforça, na América Latina, a sua condição dependente.

Ademais, a serialização da construção civil com seus brutais canteiros de obras, espelhou-se no ensino em Arquitetura e Urbanismo na sequência da Reforma Universitária de 1968, realizada durante a ditadura (Arantes, 2011). A padronização que se seguiu no ensino na área construtiva, decorrente da reforma, se dá por meio da abstração matemática, formando profissionais que não sabem lidar com outros materiais e tecnologias, independentemente do contexto, urbano ou rural, ou dos biomas tão distintos quanto a Amazônia, a Caatinga ou a Pampa. A hegemonia do concreto armado modificou um modelo

perturbações psíquicas e insônia devido aos altos ruídos das máquinas. O trabalho com materiais radioativos ou tóxicos, como o pó de amianto, levava a patologias próprias, como a “alergia de pedreiro”, reação à poeira comum entre operários da construção (Campos, 2014).

de ensino que até então era bastante adaptável às diversidades regionais do país (Moassab; Cunha, 2019).

No que toca ao uso do tijolo e de outras técnicas autônomas desenvolvidas nos canteiros de obras e praticadas nos canteiros experimentais das escolas, não há uma reprodução, necessariamente, da alienação pelo trabalho (Moassab; Cunha, 2019). Quando trabalhadores e trabalhadoras dominam os processos construtivos, o saber-fazer e o fazer-autônomo, principalmente, em projetos participativos, desenha-se uma trajetória na direção da autonomia e da emancipação. De fato, se resgataremos a greve de trabalhadores que foi deflagrada no canteiro de obras de Filippo Brunelleschi, na Itália, há cinco séculos, verificamos que não é o concreto armado que inaugura a exploração do trabalho na construção civil. Foi, de fato, a introdução do sistema em que o projeto de arquitetura é concebido que impactará sobremaneira o processo construtivo no canteiro de obras e a exploração destes operários e operárias (Ferro, 2006, p. 334). No entanto, a exploração do trabalho na construção civil desde o limiar do século XX dá um salto tecnológico e de escala. Em convergência com o avanço do capitalismo ocorre uma modernização das relações de dominação por meio dos saberes altamente especializados que o concreto armado exige.

Sob esta perspectiva, a compreensão da tecnologia construtiva dentro do modelo capitalista de exploração do trabalho não pode ser apartada, na América Latina, de uma análise da violência colonial. A escravização das pessoas negras e o tráfico negreiro foram as bases materiais, racializadas, para o nascimento do capitalismo e financiamento da Revolução Industrial, confirmando a tese de Malcon X de que não existe capitalismo sem racismo (2020). A escolha tecnológica, o modelo construtivo e como ele se ajeita no contexto nacional são decisões que perpetuam a exploração da população negra e, no caso dos demais países da América Latina, também da população indígena. Mesmo no campo progressista, na análise de conjuntura nos anos de 1950 e de 1960, ainda estava em voga a aposta na industrialização como uma etapa obrigatória de desenvolvimento para posterior superação do capitalismo. Tal perspectiva só seria revista décadas mais tarde.

Em termos de moradia, a relação indiscernível do Estado com as empresas construtoras vai caracterizar uma política habitacional pautada pela construção massiva de enormes conjuntos habitacionais – desde os tempos da ditadura empresarial-militar, sem relação com o entorno e com moradias padronizadas, de norte a sul do país. Não obstante as críticas mais do que consolidadas a este modelo, a casa em série, ensejada pelo concreto armado e intermediada pelas grandes empreiteiras, continua integrando a agenda de todos os níveis de governo, nos mais diversos países dependentes, em pleno avanço do século XXI.

Neodesenvolvimentismo nos governos de conciliação de classes na América Latina

O período pós-ditadura empresarial-militar, com o processo constituinte dos anos 1980 no Brasil, foi imerso de tensões. O fim deste período mostrou desgaste, após uma anistia e uma eleição indireta, sob os desígnios do imperialismo na sua nova etapa de financeirização do capital. A Nova República vem sendo muito recentemente reavaliada, a partir da leitura de análises de conjuntura e textos daquela altura, atualizando a dominação do regime ditatorial, metamorfoseado num pacto social em torno de uma transição conservadora (Guedes, 2020). Este aspecto é fundamental para compreender as últimas décadas e os seus limites fincados na conciliação de classes de diversos governos progressistas na América Latina das últimas duas décadas. Antes disso, porém, convém lembrar que nas primeiras eleições presidenciais democráticas brasileiras se manteve presente o debate da modernização e do desenvolvimento do país, então travestida na modernização do Estado, defendida por Collor de Mello (Faganelio et al., 2022). O neoliberalismo dá seus primeiros passos no Brasil, com o Programa Nacional de Desestatização, para se firmar sob os auspícios de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a aplicação vigorosa do Consenso de Washington, momento esse em que muitas empresas públicas

foram privatizadas, levando à ascensão de uma “burguesia-rentista”, ligada ao capital internacional e ao mercado financeiro (Cardoso, 2019).

No planejamento urbano, a cidade é transformada em mercadoria por meio dos planos estratégicos, rebatidos nas políticas de turistificação do patrimônio histórico e na conversão de partes das cidades em shopping-centers. Este é o caso da “revitalização” do Pelourinho, em Salvador (1992); da transformação de uma antiga casa de detenção no shopping Punta Carrenas, em Montevideo (1994); e de Puerto Madero, em Buenos Aires (2010) (Zanirato, 2007). No caso de Montevideo, o espaço onde estiveram presos guerrilheiros Tupamaros foi totalmente desmantelado, esvaziando assim a história de um dos maiores movimentos de resistência e luta contra as ditaduras na América Latina. Nesse rumo, a arquitetura pós-moderna se alastra pela região em projetos descolados das realidades locais e protagonistas de processos de especulação imobiliária, tais como Banaven, em Caracas (1978); Bolsa de Valores, na cidade do México (1987); Banespa, em São Paulo (1992) entre outros, cujos ecos ainda são vistos na arquitetura da era digital-financeira (Arantes, 2012), como é o caso do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro (2015).

No que se refere especificamente aos governos de conciliação, partiremos da questão brasileira, focando as atenções nos aspectos diretivos da organização do trabalho notadamente nas relações de superexploração ou do trabalho barato, empregadas na forma-canteiro como vimos apontando. Na perspectiva de Ruy Braga (2010) os dois primeiros governos de Lula (2003-2010) não seriam exatamente um exemplo neoliberal ao pé da letra como o de FHC, em especial em seu segundo mandato, porque de alguma maneira ele parece responder a determinadas demandas represadas dos movimentos sociais. Ao dedicar maior atenção e amplitude ao significado da política de Lula, o autor sugere uma nova denominação: a “hegemonia lulista” (Braga, 2012), fundamentada na ideia de que o governo Lula não pode ser confundido com o populismo e que suas origens estão vinculadas à reconciliação da burocracia sindical, a partir da década de 1980, com a estrutura sindical oficial e com o

Estado capitalista, após o distanciamento entre ambos, ocorrido no ciclo grevista de 1978-1980.

Tal detalhe é particularmente significativo, já que desde os finais dos anos de 1960 o sindicalismo internacional cria ou gere fundos de pensão (Jardim, 2011). No Brasil, é nos anos de 1990, durante o governo FHC, que o sindicalismo brasileiro, anteriormente crítico aos fundos, os vê como provável campo de atuação sindical¹³. É com a chegada de Lula, ex-sindicalista, ao governo federal em 2003, que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) não apenas aderem aos fundos de pensão como difundem o tema entre sindicatos (*ibidem*). Ou seja, esta “nova” burocracia sindical converteu-se na gestora da poupança da classe trabalhadora que financiou o desenvolvimento capitalista dos últimos anos. Também levou para o âmbito nacional a pacificação reformista dos conflitos trabalhistas, em lugar da forma autoritária policial, como no populismo, ou da autoritária militar, como na ditadura. Em conclusão, para Ruy Braga (2012) a hegemonia lulista é quem permitiu coordenar o modelo de desenvolvimento pós-fordista no país sem romper com o ciclo de valorização financeira, pacificando ou amansando politicamente as fontes do trabalho barato, do precariado.¹⁴

13 Em 2001, congressistas do Partido dos Trabalhadores fazem *lobbying* para a votação da lei 108/01, sobre previdência complementar, e da 109/01, que dispõe sobre o regime de previdência complementar (Jardim, 2011).

14 O conceito de precariado, isto é, o proletariado precarizado, foi criado por Ruy Braga (2012), a partir de Karl Marx, para denominar aquela parcela da população trabalhadora que é excedente e basilar para o modo de produção capitalista, a superpopulação relativa, aglutinada em três frações distintas, porém mutuamente permeáveis: a **população flutuante** que seria formada por aqueles trabalhadores e trabalhadoras ora atraídos, ora repelidos pelas empresas; a **população latente**, formada por jovens e trabalhadores ou trabalhadoras não industriais à espera de uma oportunidade para deixar os setores tradicionais e trabalharem na indústria; a **população estagnada**, formada por trabalhadores e trabalhadoras que ocupam funções tão deterioradas e mal pagas que sua condição de vida cairia para níveis subnormais de existência. O precariado, por conseguinte, é a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, cuja renda é situada, por Braga, entre 1 e 2 Salários Mínimos.

A hegemonia lulista não coloca um ponto final à reprodução das condições de produção do trabalho barato, ao contrário, os dados apresentados pelo autor revelam a continuidade do governo Lula em relação aos anteriores, a saber, a reprodução das condições de produção do trabalho barato, isto é, precarizado. O trabalho barato é a linha de continuidade do processo de modernização periférica, que inibe ou limita a renovação permanente da base técnica do capital, retroalimentando o ciclo da dependência. No caso do lulismo, este favorece que a extração do mais-valor encontre “menos resistência entre os subalternos” (Braga, 2012, p. 226).

Pode-se complementar aqui esta abordagem com a noção cunhada por Francisco de Oliveira de “hegemonia às avessas” (Oliveira *et al.*, 2010), criada com o objetivo de tentar descrever a inversão que o sociólogo verificou quanto ao conceito de hegemonia discutido por Antonio Gramsci, que originalmente explica a forma como as classes dominantes exercem a direção moral e política da sociedade, articulando em torno de si um bloco de alianças para obter o “consenso passivo” das classes e camadas dirigidas. A hegemonia às avessas, por sua vez, se caracteriza pela vitória política intelectual e moral dos extratos pobres e tradicionalmente alijados do poder, fortalecendo dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício, não de si próprio, mas dos extratos sociais dominantes (Oliveira *et al.*, 2010). Dito de outra forma, com a vitória de Lula, a “direção intelectual e moral da sociedade brasileira” parecia deslocar-se “no sentido das classes subalternas”, porém, o que se observou foi que a ordem burguesa se mostrou “mais robusta do que nunca” (*ibidem*). Em adição, essa vitória teve como um de seus efeitos políticos, para Oliveira, o sequestro dos movimentos sociais e da organização da sociedade civil e a anulação das esquerdas, que estariam impossibilitadas da crítica, entre outros motivos, por acabar criando uma identificação com a “direita” que se coloca como oposição ao governo.

Poderíamos empreender os mesmos esforços para identificar as semelhanças e diferenças entre Lula e os demais governos progressistas: de Dilma (2011-2016), no Brasil; Evo Morales (2006-2019), na Bolívia; e Rafael Correa (2007-2017), no Equa-

dor. Contudo, isto escaparia aos limites deste capítulo e seus argumentos centrais. O que nos importa salientar, em termos de similaridades, é que todos promoveram uma dilatação do capitalismo com alguma melhoria real nas condições de vida da classe trabalhadora. Desta feita, os primeiros anos do novo milênio foram marcados pelo neodesenvolvimentismo, que se define pela

financeirização que caracteriza o neoliberalismo, e o nacionalismo associado ao desenvolvimentismo "numa" associação espúria e contraditória entre os supostos aspectos salutareos do neoliberalismo com aqueles saudosos do velho desenvolvimentismo (Santos Filho, 2016, p. 57-58).

Há uma recuperação do mito do crescimento com os múltiplos acordos que favoreceram a classe dominante em detrimento da classe trabalhadora. As medidas de inclusão social no Brasil, que efetivamente apresentaram crescimento em comparação com FHC, tiraram milhares de pessoas da pobreza extrema (Santos Filho, 2016). No entanto, falharam na politização da classe trabalhadora, transformando-a em “classe consumidora”, ou no “não-cidadão-imbecil-feliz”, categoria preconizada por Milton Santos, em 1987.

No que tange ao sistema construtivo e a tecnociência que o acompanha, não houve qualquer abalo à hegemonia do concreto armado tampouco a sua correspondente forma-canteiro. Mesmo o debate crítico na área não costuma propor uma revisão tecnocientífica, sendo pautado, majoritariamente, pela realidade das grandes cidades, para as quais, o concreto armado e a solução seriada e massificada da produção arquitetônica, especificamente habitacional, parece ser adequada. Porém, mais de 70% do país e mais da metade da América Latina são formados por outras territorialidades, pelas pequenas e médias cidades, onde a cultura urbana e rural muitas vezes não estão claramente definidas (Moassab, 2013), onde as relações com a natureza e de vizinhança desenham, ao mesmo tempo, outra gramática dos modos de morar, para os quais o concreto armado está longe de ser a solução tecno-construtiva mais apropriada.

da. Pior, ele pode ser um grande problema nos mais de 5,2 mil municípios com menos de 100 mil habitantes no país. Nesses contextos, nenhum pouco desprezíveis, nem numericamente, nem qualitativamente, as técnicas não normatizadas podem ser uma possibilidade bem-sucedida, que são, contudo, menos-prezadas.

A despeito do concreto armado permanecer como opção tecnológica válida para as grandes cidades, é imperioso tensionar as reflexões acerca da cadeia produtiva e identificar os enormes impactos ambientais e sociais na sua produção, que não costumam circunscreverem-se na cidade grande, onde ele é consumido. Trata-se de uma solução que externaliza muitos dos problemas do processo construtivo, desde extração à obtenção da matéria prima até a sua manufatura, distribuição e descarte. Dados da Associação Brasileira de Cimento Portland mostram que no Brasil – e não será muito distinto nos demais países da região – o setor é um dos maiores em volume de produção do mundo, com 100 instalações, entre fábricas e moagem, pertencentes a menos de trinta grupos industriais nacionais e estrangeiros (ABCP, 2017). A maior parte das fábricas estão concentradas nas regiões interioranas do Sudeste e do Nordeste.¹⁵ Ao analisar-se a localização das instalações da Votorantim, o maior grupo cimenteiro do Brasil, constata-se que apenas 20% das fábricas estão situadas em cidades grandes, sendo que mais da metade das instalações fica em cidades com menos de 100 mil habitantes (*ibidem*). Além do alto consumo de energia – sobretudo na queima de combustível fóssil, a extração da matéria-prima, calcário e argila, implica sérios impactos ambientais, tais como desmatamento, movimentação do solo e alteração da topografia. Todo o ecossistema é afetado, inclusive as bacias hidrográficas (ABCP, 2017). Vale notar que diferente de outras tecnologias, o cimento tem uma associação específica – a ABCP – para promover estudos sobre o material e sua aplicação, desde 1936.

Com relação à política habitacional, o enraizamento definitivo do concreto armado e das empreiteiras sob o que denomi-

¹⁵ Ver: <https://cimento.org/>

nados por “ideologia do concreto armado”, se dá nos primeiros anos da ditadura empresarial-militar, com a criação, em 1964, do Banco Nacional de Habitação (BNH), vinculado ao Ministério da Fazenda e, nomeadamente, com a incorporação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da poupança voluntária, a partir de 1967 (Campos, 2012). Em 1986, o BNH é integrado à Caixa Econômica Federal, que passa a guiar as políticas e o orçamento para a habitação no país. Com o fim do BNH, as políticas de habitação caminham na direção do desmonte de uma estrutura política que tinha o Estado como o principal agente promotor. Nos anos seguintes, houve uma descentralização institucional, que acompanhou a reestruturação do Estado brasileiro, até o estabelecimento de alguns programas habitacionais federais de habitação como o Pró-Moradia, o Programa Habitar Brasil/BID e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), ainda no governo FHC. Esse rumo segue inalterado no governo Lula, mesmo com a criação do Ministério das Cidades, do Programa Crédito Solidário, e em particular, do maior deles, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), vinculado à Casa Civil, no final do seu segundo mandato (Cunha, 2014).

A hegemonia às avessas dos dois primeiros governos Lula, bem como suas possíveis correlatas latino-americanas dos governos que aqui denominamos também de conciliação de classes, cumpriu, sob o prisma tecnocientífico, que tanto salientamos neste capítulo, um papel chave e muito ligado às suas próprias contradições: favoreceu, de um lado, a expansão da hegemonia do sistema construtivo do concreto armado, sua lógica tecnocientífica e sua forma-canteiro para novos rincões, novas territorialidades. De outro lado, tal hegemonia permitiu a expansão, ainda que em menor porte, de soluções construtivas que empregaram o cimento ou o concreto armado sob uma outra lógica construtiva e com alterações nas relações de produção.

No caso das primeiras, o PMCMV é um exemplo de produção habitacional que levou a um modelo único de moradia, com um sistema construtivo impermeável às diferenças regionais, submetidas à lógica de produção em escala e com emprego

massivo da manufatura baseada na superexploração da força de trabalho típica da forma-canteiro, ampliando, finalmente, o alcance da colonialidade desta produção tecnocientífica. No segundo caso, poderíamos incluir as cisternas de placas de cimento distribuídas no semiárido nordestino como política de combate à fome e de acesso à água. A escolha do material e do sistema construtivo com cimento em placas mostrou-se mais acertada, do ponto de vista climático e da lógica tecnocientífica, do que aquelas de polietileno, utilizadas por um período durante o primeiro governo Dilma, pois são produzidas com mão de obra local, de forma descentralizada e com possibilidades de participação das famílias no processo de produção.

Ainda, a macropolítica conservadora adotada pelo governo federal dos anos de 2003 a 2016 não alterou o quadro de financeirização característico do neoliberalismo, buscando interligá-lo, contraditoriamente, ao velho desenvolvimentismo. Alguns autores, como Plínio de Arruda Sampaio Júnior, definiram o período como “simulacro desenvolvimentista” (Sampaio Jr., 2012) e outros, como neodesenvolvimentismo (Santos F., 2016). No cenário da ciranda financeira global, os anos de 2007-2008 atravessam uma enorme crise do capital – devido a uma bolha imobiliária, diga-se –, num efeito dominó decorrente da falência de um tradicional banco de investimento estadunidense. Com vistas a tentar frear ou pelo menos minimizar os seus efeitos no Brasil, a criação do PMCMV atropela o Plano Nacional de Habitação, em vias de ser publicado, após longo processo de debate com vários atores sociais e governamentais. Com efeito, o programa era pautado muito mais pela política econômica do que habitacional, numa junção antagônica de políticas. A relação do PMCMV com o mercado se revelava de duas principais maneiras: pela centralidade das empresas de construção civil no programa e com a aplicação de fundo público a promover o desenvolvimento dos negócios desse setor, cujo concreto armado é protagonista (Cunha, 2014).

Além disso, as empresas de construção civil têm exercido, nas últimas décadas, um forte poder de determinação na utilização dos fundos públicos e na ocupação territorial urbana. Isto revela o quanto a política de habitação foi conduzida em fa-

vor dos interesses do capital, sendo toda estruturada de forma a promover o mercado e limitada à distribuição de bens e serviços à sociedade. Há, portanto, uma mercantilização da política social, fortemente vinculada ao simulacro desenvolvimentista que se materializa na tecnologia construtiva consolidada ao longo do século anterior. A “opção” pelas técnicas construtivas convencionais é deliberada: o objetivo do PMCMV foi propriamente reativar a economia, inspirado pelo mecanismo anticíclico keynesiano.

A colonialidade tecnocientífica, por meio do concreto armado, cumpre assim os desígnios da ideologia do desenvolvimento, não se limitando à massificação e serialização da arquitetura dos grandes conjuntos habitacionais, como aquelas do PMCMV. Tanto a Caixa Econômica Federal (CEF) como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) têm obrigado a utilização do concreto armado também por comunidades tradicionais em zonas rurais, pouco importando se estas estabelecem outras territorialidades e práticas de morar muito distintas das grandes cidades.

Na nossa práxis acadêmica de ensino-pesquisa-extensão, temos vindo, desde 2014, a trabalhar junto à Comunidade Quilombola de Apepu, no oeste do Paraná, que foi contemplada com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a vertente rural do programa habitacional de caráter urbano, o PMCMV.¹⁶ Ao contrário do equivalente urbano, o PNHR suscita menor atenção por parte dos pesquisadores e pesquisadoras. O programa não permitia respostas arquitetônicas adequadas a cada contexto, adotando parâmetros padronizados para todo o Brasil, ignorando particularidades culturais e locais. No caso do Quilombo Apepu, que pudemos acompanhar, uma cooperativa de crédito local, responsável pela captação de recursos, propôs para o quilombo o mesmo padrão de moradia usado em outros projetos habitacionais na região, devido à facilidade de já atender aos parâmetros impostos pela CEF. Na comunidade quilombola, a varanda é organizadora da vida cotidiana e da socialização comunitária, onde é instalada a cozinha utilizada

¹⁶ Ver capítulo “E as varandas? (in)adequação cultural e políticas de habitação a partir do quilombo Apepu”.

pelas famílias. Neste espaço exterior são feitas as refeições, ao chegar da roça, e recebidas as visitas. A despeito da sua importância, nas casas propostas pelo PNHR, as varandas foram eliminadas e, as cozinhas, reduzidas e trazidas para o interior da moradia, reproduzindo um padrão tipicamente urbano em meio à zona rural. A mesma desconsideração por parte das políticas habitacionais é verificada, por exemplo, com os modos de construir Mbyá-guarani, que utilizam madeira, pau-a-pique, coberturas vegetais e terra batida (Carrinho, 2010).

Trata-se de uma violência e desrespeito a modos de morar fora dos parâmetros da modernidade colonial, patriarcal, racista e capitalista. Registre-se que o padrão de moradia observado atualmente para as habitações populares, ao fim e ao cabo, são uma mescla da casa colonial do homem branco e da casa burguesa patriarcal-urbano-industrial, cujo modelo é naturalizado pelas políticas públicas de habitação. Neste ponto, cabe ressaltar que a adequação cultural, um dos pressupostos do direito à moradia, tem sido historicamente negligenciado pelas políticas públicas que impõem para todo o imenso território nacional, padrões urbanos e brancocêntricos, agudizados pelo uso do concreto armado, fato que tem ocorrido tanto em comunidades quilombolas quanto em comunidades indígenas.

Queremos também realçar que as políticas habitacionais têm sido pautadas a partir de um déficit quantitativo, resultando em propostas homogêneas de larga escala para atender contextos absolutamente distintos e, muitas vezes, culturalmente inapropriadas. A colonialidade do saber tecnológico também é constatada quando as políticas planejadas para o contexto urbano acabam por se sobrepor à diversidade dos modos de morar das distintas regiões e biomas do território nacional. Os quintais com flores, hortas, pomares, criação de pequenos animais e, muitas vezes, uma cozinha no espaço exterior doméstico caracterizam as moradias no interior do país. Contudo, inúmeros são os projetos de habitação social verticalizados a ignorar a importância deste espaço exterior na organização da vida, como pudemos observar no Quilombo Apepu e outros trabalhos que vimos desenvolvendo na região da fronteira tri-nacional. No que toca ao INCRA, atuante, essencialmente, na

zona rural, há uma imposição ainda mais contundente de materiais para as habitações dos assentamentos da reforma agrária. Rodrigo Nogueira, arquiteto de uma cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), colaborou na construção das casas de dois assentamentos da reforma agrária, no interior fluminense, em 2010 e 2011 (Nogueira, 2020). Apesar de haver sobra de eucaliptos na região, possíveis de serem usados para baratear os custos por unidade habitacional, o INCRA não liberou a utilização de quaisquer materiais não-convencionais, permitindo o uso apenas daqueles adquiridos no mercado da construção civil. Ou seja, a entidade governamental obrigou ao uso do tijolo baiano e do concreto armado naquele e em praticamente em todos os contextos financiados por meio de crédito concedido às famílias assentadas na modalidade “Aquisição de Materiais de Construção”, existente desde 1985 (*ibidem*).

Guardadas as diferenças, de modo similar se consolidam as políticas habitacionais nos demais governos progressistas latino-americanos, nas primeiras décadas do século XX. No Equador, o governo progressista de Rafael Correa logrou conquistas fundamentais na Nova Constituição¹⁷, ao incorporar o *Buen Vivir* e as pautas indígenas dos povos andinos, a diversidade cultural, econômica e territorial. Todavia, no campo da moradia, as concepções críticas em relação aos processos tecnológicos, à organização da produção e, finalmente, ao enfrentamento das contradições da forma-canteiro foram bem menos expressivas. O avanço das políticas habitacionais, implementadas pelo Ministerio de Desarrollo Urbano y Vivienda que acompanharam os planos de desenvolvimento quinquenais estabelecidos com a nova constituição, conseguiram promover um maior acesso à moradia e ao saneamento urbano, todavia difundiram um modelo habitacional homogêneo no tocante ao padrão construtivo e aos modos de morar. Nos referimos aqui aos produtos habitacionais de dois programas de incentivos à produção de moradia implantados no país: o Proyecto de Vivienda Casa Para Todos (CPT) e o Programa Barrio Nuevo (Equador, 2021). Este último, propiciou, ademais, a autogestão habitacional. Entretanto, am-

17 A Nova Constituição do Equador foi aprovada por referendo em setembro de 2008 e entrou em vigor em 2009.

bos apresentaram tipologias habitacionais e processos construtivos convencionais, insistindo no uso indiscriminado do concreto armado, mesmo em contextos pouco urbanizados na região andina do país, como na província de Cotopaxi (Chicaiza, 2019).

Na mesma direção, a Bolívia é outro caso de consolidação do novo constitucionalismo latino-americano, integrando as questões indígenas no texto constitucional e o reconhecimento de um Estado-Plurinacional, de extrema relevância e inovação no campo dos direitos. Contudo, à semelhança do que ocorreu com o Equador, o país não conseguiu transpor estas inovações às políticas habitacionais. O Programa de Vivienda Social y Solidaria (PVSS), criado no primeiro ano do governo de Evo Morales destinou 70% de seus recursos à produção de moradias novas, seguindo a fórmula de combate ao déficit quantitativo. Os demais 30% foram alocados aos problemas qualitativos da moradia como o melhoramento das condições de habitabilidade, nomeadamente, das moradias autoproduzidas, que respondem por aproximadamente metade das habitações da Bolívia, isto é, cerca de um milhão (Gutiérrez *et al.*, 2020). Outro aspecto que reforça nosso argumento é que o PVSS tem privilegiado as entidades financeiras e empresas construtoras com finalidade de lucro e altas expectativas de rentabilidade econômica, imprimindo um caráter mercadológico em conformidade com modelo econômico neoliberal (Gutiérrez *et al.*, 2020).

Em linhas gerais, as tipologias habitacionais e processos construtivos bolivianos seguem aquilo que observamos no Equador ou no Brasil: são “convencionais”, com uso do sistema construtivo do concreto armado e sua característica forma-canteiro e tecnociência. Percebe-se, desse modo, como as políticas habitacionais, executadas pelos governos de distintos países, mesmo quando progressistas, dizem respeito muito mais a “políticas econômicas”, direcionadas ao aquecimento do mercado imobiliário e da cadeia produtiva da construção civil, relacionada à indústria cimenteira e dominada por poucas empresas nos países.

No caso específico do Brasil, a política de *commodities* dos primeiros governos Lula, bem como seu investimento em infra-

estrutura, inclusive habitacional, favoreceu economicamente todo o setor da construção tanto no plano nacional como internacional, neste caso, contando com aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A diferença em relação a outras cadeias produtivas de *commodities* é que, devido à sua logística, para ser competitiva, a produção e comercialização de cimento precisa estar descentralizada e relativamente próxima a grandes centros consumidores, diferente do agronegócio. Por isso, a atuação internacional das cimenteiras é inevitável, como tem feito a Votorantim, que hoje está nas mais altas posições do ranking internacional de empresas do setor.

No que diz respeito ao mercado imobiliário, uma das marcas do neodesenvolvimentismo é a associação entre capital financeiro e capital imobiliário. Nesta nova “era financeira” pós-fordista, o mercado imobiliário assume uma função bastante proeminente: a reprodução do espaço urbano é uma das maneiras pelas quais o capital financeiro se realiza, por meio da produção de um novo espaço sob a forma de produtos imobiliários. A cidade transforma-se cada vez mais num produto eminente da necessidade especulativa do capital imobiliário em seu processo de valorização. A securitização do setor imobiliário foi um dos mecanismos que permitiu uma maior aproximação da produção imobiliária com o capital financeiro, uma vez que melhorou a liquidez dos negócios no setor (Paiva, 2007). As transformações iniciadas por FHC no setor imobiliário foram consolidadas por diversas regulamentações levadas a cabo pelas gestões Lula e Dilma, revelando mais uma vez suas contradições. Em suma, a securitização é um processo muito característico da acumulação de capital financeiro diretamente relacionado à construção civil, por isso, é indissociável ao concreto armado.

Complementarmente, a maior liquidez conferida aos imóveis promoveu mudanças na estrutura de oferta e procura, na concepção, produção e circulação, o que modificou também a estrutura do conflito e os termos da disputa pela riqueza social (Fix, 2011). A aproximação do capital imobiliário ao mercado de capitais eleva o patamar de especulação e modifica a tempo-

ralidade das operações e da acumulação, ao mesmo tempo em que amplia sua escala de atuação, conforme mostrado em trabalhos anteriores (Cunha, 2014). As construtoras com capital aberto na bolsa foram aquelas que, neste contexto do PMCMV aqui descrito, estiveram entre as que mais contrataram unidades em todo o país. No geral, o incremento no preço dos ativos imobiliários passa a ser obrigatório, como aconteceu com os imóveis nos EUA, porque se evita ao máximo a reversão do ciclo especulativo e, conseqüentemente, a explosão da bolha especulativa (*ibidem*).

Com a financeirização do capitalismo, a subordinação dos países dependentes na economia global se aprofunda. Como bem mostrou Mariátegui (2008), as burguesias latino-americanas nunca estiveram comprometidas com a classe trabalhadora ou com um projeto de autonomia nacional. Por um lado, o nacional-desenvolvimentismo, a chamada modernização do país, profundamente atrelada ao modelo tecnológico adotado para a construção civil, impôs condições laborais precárias, sobretudo às pessoas negras. Por outro lado, o neodesenvolvimento e o pacto de conciliação de classes, apesar do contraditório desejo de “humanização do capitalismo”, não gerou ruptura que fosse capaz de partilhar a riqueza socialmente produzida tampouco consolidar direitos sociais previstos na Constituição Nacional, no Brasil, tampouco nos demais países do continente.

Os parques direitos sociais conquistados com muita luta de certo modo naufragaram rapidamente no novo contexto de ultradireita que tomou o país, sem que o atual governo Lula sinalize possibilidade de reversão, como aconteceu com as aprovações da Emenda Constitucional 95 e da Reforma Trabalhista, realizadas ainda no governo golpista de Michel Temer. Além disso, as péssimas condições de trabalho nos canteiros de obras, apontadas por Sérgio Ferro (Ferro, 2006), tendem a se agudizar desde a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017. O direito à moradia, nunca atendido em sua plenitude, sequer constava da agenda do dia do governo Bolsonaro (2019-2022): o PMCMV foi cancelado, sem qualquer outra proposta para a habitação ou para dinamização econômica que o substituísse. No início do terceiro governo Lula, em 2023, foi anunciada a

retomada do programa (Brasil, 2023), planejando a contratação de 2 milhões de habitações até 2026. Entre as novas medidas propostas, houve o anúncio do retorno dos investimentos da Faixa 1, isto é, da população de menor renda (até R\$2.640,00), a ampliação da locação social, a inclusão da população de rua e a recuperação de prédios antigos abandonados. Apesar dos avanços, a revisão tecnocientífica e da lógica da mercadoria ainda está longe de ser uma realidade.

Os anos 1980 não são a década perdida¹⁸

Ao contrário do que a ideologia do desenvolvimento advoga, relativamente aos anos de 1980 terem sido a “década perdida” (CEPAL, 2000), é recomendável revisitar este período do ponto de vista dos movimentos sociais, populares, sindicais e de toda luta em torno do processo constituinte brasileiro. Embora o processo tenha ocorrido no âmbito de um pacto social de transição conservadora, trouxe avanços significativos aos direitos sociais, dentro dos limites do capitalismo dependente. No caso da arquitetura, é uma década fundamental para avigorar o debate sobre a função social da profissão. A despeito de ser um tema marginal até hoje, aqueles anos são um marco em diversas frentes na luta por moradia, com a formação dos primeiros mutirões e assessorias técnicas a movimentos sociais, especialmente, em São Paulo. É nesse período que foi criado o Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes, cujos fundadores deram origem ao Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado; foi divulgado o trabalho da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM), junto aos movimentos urbanos e comunidades eclesiais de base, o que incentivou a experiência pioneira do Mutirão Vila Nova Cachoeirinha; foi fundado o Centro de Assessoria à Autogestão Popular (CAAP) pelo arquiteto uruguaio radicado

¹⁸ Referimo-nos, criticamente, à designação do período dada pela CEPAL, registrada em diversos documentos como “década perdida” para a América Latina em termos de “desenvolvimento” (2000 [1991], p. 889).

em São Paulo, Leonardo Pessina; entre outros episódios significativos (Bastos, 2019). No final da década de 1980, são os grupos envolvidos na luta pela autogestão habitacional, os grandes responsáveis pela eleição da assistente social Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores, cuja gestão seria paradigmática em termos de política habitacional (*ibidem*).

Antecederam a efervescência da luta por direitos sociais dos anos 1980, as primeiras reflexões críticas das relações de produção da indústria da construção e do trabalho no canteiro de obras, por autores e autoras de diferentes abordagens e a partir de distintos repertórios e trajetórias de pesquisa. Foi o momento da publicação de *O canteiro e o desenho* (Ferro, 1979), resultado de debates que vinham ocorrendo desde a década anterior. Sérgio Ferro constatou, nas obras de Brasília, a exploração dos trabalhadores nos canteiros de obras e seu livro é obrigatório para quem deseja analisar em profundidade as relações de produção existentes na construção civil brasileira – mas não apenas nela – a partir da função que o canteiro e o desenho desempenham nestas relações de produção. Seu livro introduziu, de maneira inédita, uma perspectiva de reflexão que até então (e talvez até hoje) nenhum outro trabalho abordou. A figura do arquiteto, apartada do canteiro e afeito ao desenho (o projeto), moldou a área por séculos e instituiu as bases do ensino de arquitetura que se estabeleceu no século XIX. A hegemônica figura do arquiteto da Renascença tampouco foi abalada com o modernismo. O esvaziamento do conteúdo social da arquitetura moderna, logo nas décadas seguintes, minou qualquer possibilidade de revisão da prática profissional ou do papel do desenho (Kopp, 1990).

O debate de Ferro, convergente com outros de seu tempo, ecoou na riqueza das lutas por moradia no Brasil da década de 1980, em paralelo com o próprio processo constituinte e dele fazendo parte. De certa forma, tais autores fornecem contribuições para desmontar consensos e processos que parecem auto-evidentes e “naturais” na atuação de arquitetos e arquitetas. As formas assumidas pelo desenho e outras funções na divisão do trabalho é um ponto não abordado na historiografia crítica e

mesmo Sérgio Ferro não aborda as particularidades deste processo na construção civil em terras americanas e a sua consequente racialização, tampouco trata da mediação (ou não) pelo desenho das construções no período colonial. Ou seja, a colonialidade do saber opera similarmente nas perspectivas críticas mais radicais, posto que exercer a crítica à modernidade a partir de uma perspectiva teórica interna à própria modernidade é muito distinto do que empreendê-lo desde a sua exterioridade e apoiado na experiência histórica da colonialidade, como o faz o Pensamento Decolonial (Palermo, 2020). Isso não implica a desqualificação destas contribuições, como a de Sérgio Ferro, porém, ajuda a compreender os limites do referencial teórico, do lugar epistemológico de sua crítica e, consequentemente, seu alcance.

Nos últimos anos, nossa atuação no ensino, pesquisa e extensão nesta universidade tão singular que é a UNILA tem nos instigado a revisitar estes referenciais, trazendo à tona as diferenças entre ambos os contextos, do novo e do velho mundo nas suas múltiplas e complexas dimensões. Este exercício não se confunde com a replicação literal do contexto europeu na **pátria grande**, ignorando ou silenciando as diversas culturas construtivas e a divisão de trabalho locais, no contexto da violência colonial, e o seu papel para a definição da função do projeto de arquitetura no passado e no presente. A tarefa de reconstrução histórica de tais processos no campo da construção civil, a partir da perspectiva latino-americana é extensa e não se esgota aqui. Constitui um esforço contínuo e constante orientado pelo curso de Arquitetura da UNILA, inserido na própria vocação da universidade. A abundância das experiências e reflexões sobre a produção social da moradia nos ricos anos de 1980 no Brasil e o seu claro diálogo com outros movimentos sociais na América Latina – muito distintos de seus congêneres do Norte – nos fornece insumos suficientes para contradizer com veemência a afirmação cepalina sobre a “década perdida”.

Ilações sobre a “ideologia do concreto armado” e a instrumentalização da produção de moradia pelo capitalismo dependente

Ao longo deste capítulo procuramos encadear algumas possibilidades de arejamento do debate sobre a instrumentalização da arquitetura no capitalismo, especificamente, no capitalismo dependente, re-alertando os e as profissionais da construção civil das implicações éticas do desenho e da escolha tecnológica nas relações de trabalho, que na América Latina precisam ser compreendidas no âmbito da exploração colonial. O atrelamento da arquitetura à ideologia do desenvolvimento nos países latino-americanos, aqueles do Tipo A na categorização de Bambirra e também a Venezuela, se enraíza pela via da arquitetura moderna. A experiência modernista representou, entre diversas coisas, a adesão a uma nova etapa da tecnociência capitalista, a qual carrega uma colonialidade tridimensional – a tecnocientífica (Cunha, 2019), desvelada, para nós, devido aos aportes teóricos decoloniais. A colonialidade tecnocientífica decompõe a colonialidade em suas três dimensões constitutivas e interligadas: do ser, saber e poder, utilizadas neste ensaio para apontar a “ideologia do concreto armado”, correlata da “ideologia do desenvolvimento” proposta por Fernando Prado (2020), e para assinalar a instrumentalização da produção de moradia pelo capitalismo dependente.

Concernente à colonialidade do saber tecnocientífico, nossos argumentos procuraram mostrar que a escolha e uso de determinadas tecnologias construtivas representaram uma homogeneização tecnocientífica em amplos territórios latino-americanos. Esta padronização esconde epistemicídios promovidos pela escolha tecnológica, eliminando em muitos casos e comprometendo em outros, os diversos saberes e práticas construtivas pré-existentes ou formados com o entrecruzamento de saberes resultantes da empreitada colonial. Os aportes decoloniais possibilitam resgatar o momento fundante da modernidade e suas contradições no desembarque de Colombo nas Américas, com a racialização dos povos não-europeus. Sob esta

ótica, é crucial fazer uma revisão cognitiva que se estabeleça, portanto, na dialogia com outras formas de construir e estar no mundo e outros saberes técnicos capazes de vislumbrar espacialidades e territórios fora do patriarcado-racista-capitalista. Mais do que uma solução, propomos um método de análise e compreensão da realidade, com base na decolonialidade e no Materialismo Histórico-Dialético, que opere também no campo dos saberes construtivos e das práticas socioespaciais nos diferentes territórios de *Nuestra América*.

Por sua vez, a colonialidade do poder tecnocientífico permite identificar que o circuito financeiro-industrial do setor construtivo está fortemente imbricado nas instituições que conformam os estados nacionais. Consequentemente, podemos aventar se seu funcionamento não constituiria, em particular, um dos aparelhos ideológicos de estado de Althusser (1992). Com a associação de capitais imobiliários aos financeiros e a força lobista da construção civil no congresso nacional brasileiro, tal hipótese parece ganhar força hodiernamente. Não apenas temos visto órgãos governamentais direcionarem, ou mesmo obrigarem, o uso do concreto armado, como em nossas práticas nas comunidades, não raro há uma rejeição por qualquer alternativa tecnológica, pela crença difundida de que o concreto armado seria uma espécie de garantia a melhores condições de vida.

Finalmente, em referência à colonialidade do ser tecnocientífico, rememoramos o debate da Arquitetura Moderna sobre educar o espírito novo com a máquina de morar, o *Existenzminimum* e a serialização da arquitetura. O engajamento das vanguardas nos distintos projetos nacionais-desenvolvimentistas da região, a introdução do concreto armado e sua adoção como solução para a habitação estão atreladas à hegemonia do ser-urbano (Delgado; Ruiz, 2014). Em outras palavras, o *ethos* urbano solapa outros modos de ser e estar no mundo e passa a representar com exclusividade um padrão “avançado” de vida, que tem como missão superar o “subdesenvolvimento” ligado ao “passado rural” ou “ancestral”.

As três dimensões constitutivas da colonialidade dão melhor acabamento ao árduo processo de uma interpretação da

realidade dos países latino-americanos promovidos pela TMD. A crítica à mercadoria, que também se aplica, obviamente à casa, deve vir acompanhada da compreensão das implicações das escolhas tecnológicas, que em nosso caso, se ateve ao contexto da ideologia do desenvolvimento e o papel da arquitetura e do concreto armado, instrumentalizados pelo capitalismo, na efetivação praticamente exclusiva da moradia na sua forma mercadoria.

Analogamente, a crítica ao impacto ambiental da tecnologia não deve vir apartada desta condicionante da colonialidade. Ou seja, as escolhas tecnológicas há muito tempo desprezaram o respeito à natureza das racionalidades não-capitalistas. A invasão das Américas e a consequente racialização do mundo estruturou as bases da sociedade e da exploração nos últimos cinco séculos, a qual pressupõe a separação entre ser-humano e natureza. A atual crise ambiental, destarte, é o próprio colapso anunciado e previsível do patriarcado-racista-capitalista, com consequências dramáticas para a sociedade e, até mesmo, na sobrevivência da humanidade. Ressalte-se que a exploração do trabalho e da natureza, como direito de dominação autodesignada pelo capitalismo, está levando à destruição do planeta e à morte de milhares de pessoas. Nessa equação entre natureza-trabalho-tecnologia, entendemos que o modelo produtivo materializado no território é um aspecto relevante. Julgamos fulcral compreender como tecnologia, ciência e industrialização estão submetidos ao capitalismo, cuja exploração, por sua vez, atinge com mais intensidade a classe trabalhadora dos países dependentes e, mais ainda, nesse grupo, as pessoas negras, indígenas e mulheres, debate ainda pouco avançado na arquitetura.

Por fim, lembremos da Reforma de Córdoba, em 1918, em favor da democratização do ensino superior e suas instituições, da descolonização cultural, da autonomia e da popularização do conhecimento. No caso específico do Brasil, os últimos cinquenta anos foram tensionados pelos constantes ataques à educação pública cujo marco de retrocesso remonta à Reforma Universitária de 1968, imposta pela ditadura empresarial-militar, acirradas com a privatização da educação em avanço nos últimos anos. O saber, agora tecnocientífico, supostamen-

te objetivo e neutro subsidia a formação de profissionais mais voltados e voltadas ao aumento da eficiência e da eficácia, respondendo a padrões de medidas da produtividade capitalista, e cada vez menos aptos e aptas à reflexão crítica destes próprios padrões. O novo Marco Legal das Ciências, Tecnologias e Inovação, aprovado em 2016, acirra ainda mais este cenário, alterando drasticamente a forma de produzir e socializar conhecimento, diretamente relacionado com o saber tecnocientífico. O que está em curso, de fato, é a manutenção de privilégios históricos desenhados desde a dominação colonial e muito apropriados para a manutenção do capitalismo dependente.

A almejada transformação da sociedade, com a superação do patriarcado-racista-capitalista e consolidação de uma outra relação com a natureza só será completa se fizermos uma revisão cognitiva radical da tecnologia. É imperativo questionar a racionalidade tecnocientífica capitalista, pois não bastam mudar os meios de produção e a propriedade, sem que a tecnologia seja cognitivamente repensada e o “resíduo capitalista” da tecnologia, combatido, conforme aponta Renato Dagnino (2014). Por mais que reconheçamos os avanços tecnológicos também de países não-capitalistas, a racionalidade implicada nessa produção parece continuar reproduzindo condições bastante precárias de trabalho e de exploração da natureza. Dito de outra maneira, precisamos construir historicamente condições para que estas formas de produção possam vir a ser superadas e fazer valer os desígnios de José Mariátegui para um conhecimento autóctone latino-americano, sem negar a contribuição que os processos revolucionários no século XX já aportaram e tomando em conta as implicações de gênero-sexualidade-raça-classe nessa imprescindível revisão cognitiva da tecnologia.

Referências

ABCP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Indústria brasileira de cimento**. Brasília: CNI, 2017.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ANDREWS, G.; LA FUENTE, A. **Estudos afro-latino-americanos**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

ATIQUE, F. Articulações profissionais. *In*: GOMES, M. **Urbanismo na América do Sul**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-92.

BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia**. México: Era, 1978.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BASTOS, T. **Autogestão e a luta pela desmercantilização da moradia**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

BENÉVOLO, L. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BICALHO, N. **Construtores de Brasília**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRAGA, R. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, F. *et al.* (org.). **Hege-
monia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRAGA, R. **A Política do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Minha Casa, Minha Vida é retomado com a entrega de 2.745 unidades habitacionais em seis estados brasileiros**. Brasília, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/minha-casa-minha-vida-e-retomado-com-a-entrega-de-2-745-unidades-habitacionais-em-seis-estados-brasileiros>. Acesso em: 28 fev. 2025.

BUZZAR, M. **Rodrigo Brotero Lefèvre e a ideia de vanguarda**. São Paulo: USP, 2001. TD.

CABRAL, C. Prefácio. In: ESKINAZI, M. **Interbau Berlim 1957**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

CAMPOS, P. H. P. **A ditadura dos empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. 584 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024..

CAMPOS, P. H. P. Os empreiteiros de obras públicas e as políticas da ditadura para os trabalhadores da construção civil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 65-83, 2014.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro, Amazon, 2019.

CARDOSO, A.; JAENISCH. **22 anos de política habitacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.

CARRINHO, R. G. **Habitação de interesse social em aldeias indígenas**: uma abordagem sobre o ambiente construído mbyá-guarani no litoral de Santa Catarina. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94054/289151.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2024.

CARVALHO, V. **Conterrâneos velho de guerra**. 1992. 1 vídeo (154 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDcz3Uw21wI>. Acesso em: 24 out. 2024.

CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Transformação Produtiva com Equidade. In: BIELSCHOWSKI, R (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 887-910.

CHICAIZA, H. **El buen vivir en mi hogar**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu: UNILA, 2018.

CUNHA, G. R. **O programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto/SP: estado, mercado, planejamento urbano e habitação**. 2014. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002660115>. Acesso em: 28 out. 2024.

CUNHA, G. R. Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 1, p. 142-163, 2019.

DAGNINO, R. **Tecnologia social**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Y; RUIZ, A. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial. **Polis**, Santiago, n. 37, maio 2014. Disponível em: <http://polis.revues.org/9891>. Acesso em: 30 set. 2016.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70.

EQUADOR. MINISTERIO DE DESARROLLO URBANO Y VIVIENDA. **Plan Nacional de Hábitat y Vivienda**. Disponível em: <https://www.habitatyvivienda.gob.ec/proyecto-casa-para-todos/>. Acesso em: 06 maio 2021.

FAGANELLO, M. A.; SIMONI JR., S.; CATELANO, O. Z. Revisitando 1989: uma análise da eleição de Collor com novos dados e modelos de regressão espacial. **Revista Sociologia Política**,

Curitiba, v. 30, e013, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6Z4jgg3nyjTpTm9MbMQvTN/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FATHY, H. **Construindo com o povo**. São Paulo: Edusp, 1980.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRO, S. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FIX, M. A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FONTES, V. **Imperialismo e subimperialismo na América Latina**. [live]. UFAL. Transmitido em 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Ljy-QvkE44&feature=youtu.be>. Acesso em: 28 out. 2020.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GROSFOGUEL, R. (org). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUEDES, J. G. T. Nós que lá estivemos, por vós esperávamos. **Simbiótica**, Vitória, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28457>. Acesso em: 28 out. 2024.

GUTIERREZ, F. *et al.* El derecho a la vivienda en Bolivia. **Cuadernos Manuel Giménez Abad**, n. 20, p. 238-252, 2020.

HITCHCOK, H. **Latin American architecture since 1945**. Nova York: Moma, 1955.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, n. 2, p. 464-478, 1995.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

JANJULIO, M. S. Arquitetura e consumo no Pós-Segunda Guerra Mundial: os paralelos Brasil-EU. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 17, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4328>. Acesso em: 29 out. 2024.

JARDIM, M. Presença de centrais e sindicatos no mercado financeiro. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 321-339, 2011.

JOVER, J. **La ciencia y la tecnología como procesos sociales**. Havana: Editorial Universitária Felix Varela, 2015.

KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel, 1990.

LANDER, E (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008

MALCON X. **Há uma revolução mundial em andamento**. São Paulo: Lavrapalavra editorial, 2020.

MARIÁTEGUI, J. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, R. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, R. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, C. **Arquitetura e estado no Brasil**. São Paulo: USP, 1987.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. *In*: MOASSAB, A.; NAME, L. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MOASSAB, A. O curso de arquitetura e urbanismo da unila e a integração solidária de Nuestra América. *In*: LANFRI, N.; DOBRY, S. **50 años del Taller Total**. Córdoba: Editorial de la FADU, 2021. p. 427-445.

MOASSAB, A.; CUNHA, G. Descolonizando o ensino de estruturas em arquitetura. **Arquitextos**, ano 19, n. 228.02, maio 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.228/7389>. Acesso em: 26 set. 2021.

NOVO, L. F. De debates locais a tramas transnacionais: o exercício de legitimar a profissão de arquiteto no início do século XX. **América - Revista da Pós-graduação da Escola da Cidade**, São Paulo, n. 2, 2020. Disponível em: <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/article/view/57/71>. Acesso em: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, F. *et al.* (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PACHECO, A. C. L. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 317 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/410076>. Acesso em: 28 out. 2024..

PAIVA, C. C. **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo**: a irracionalidade em processo. 2004. 206 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unicamp>.

br/Resultado/Listar?guid=1726683504051. Acesso em: 28 out. 2024.

PALERMO, Z. “Nueva normalidad”, ¿nuevas formas de colonialidad? **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 1–14, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/15813>. Acesso em: 29 out 2024.

PRADO, F. **A ideologia do desenvolvimento**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIRK, V. Zaha Hadid sobre a morte de trabalhadores no Qatar: “não é meu dever como arquiteta”. **ArchDaily Brasil**, 28 fev. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/180082/zaha-hadid-sobre-a-morte-de-trabalhadores-no-qatar-nao-e-meu-dever-como-arquiteta>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SAMPAIO JR., P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, out-dez 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XSSKWS-3N6nGBxSfFwy7cvTF/>. Acesso em: 28 out. 2024.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006

SANTOS, F. **Além do PT**. São Paulo: Elefante. 2016.

SANTOS, R. E. **A armação do concreto no Brasil**: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia. 2008. 327 f. Tese (Doutorado) - Pós Graduação em Educação: “Conhecimento e Inclusão Social”, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84KQ4X>. Acesso em: 28 out. 2024..

SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. México: Era, 1978.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade. **E-Cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2012.

SEGAWA, H. **Arquitetura no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 2014.

SEGRE, R. **América Latina fim de milênio**. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

SEGRE, R. **Ministério da Educação e Saúde**. São Paulo: Romano Guerra, 2013.

SEGRE, R.; BARKI, J.; KÓS, J.; VILAS BOAS, N. O edifício do Ministério da Educação e Saúde (1936-1945): museu “vivo” da arte moderna brasileira. **Arquitextos**, Vitruvius, São Paulo, ano 06, n. 069.02, fev. 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.069/376>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SPYER, T. **As conferências pan-americanas (1889-1928)**. São Paulo: Alameda, 2013.

TELLES, P. **História da Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Clavero, 1993.

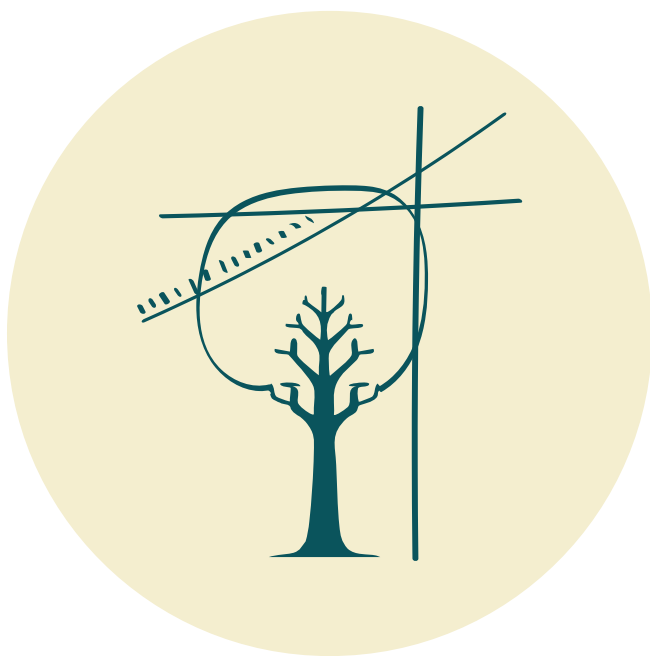
WAISMAN, M. **O interior da história**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**. Nova York: Academic Press, 1974.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (org.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 47-62.

ZANIRATO, S. H. A restauração do Pelourinho no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil: Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. **História, cultura e cidade**. **Haol**, n. 14, p. 35-47, 2007.

ZEIN, R.; BASTOS, M. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.



AUTORAS E AUTORES

Ana Paula do Val - Arquiteta e urbanista, mestra em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Pesquisadora e docente do Observatório da Diversidade Cultural (UEMG/UFBA) e colaboradora do núcleo de desenvolvimento no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP. É Pesquisadora do MALOCA

André Luís André - Licenciado, bacharel e doutor em Geografia. Foi professor de Geografia Humana na UNILA. Foi chefe do Departamento de Pesquisa na mesma instituição. Desde 2019, é docente do Departamento de Geografia, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe. É autor do livro “A guerra híbrida à brasileira: das jornadas de 2013 às perspectivas da próxima década” (2020). É pesquisador do MALOCA.

Andréia Moassab - Arquiteta e urbanista, doutora em Comunicação e Semiótica. Em Cabo Verde, foi consultora do Ministério do Desenvolvimento, Habitação e Ordenamento do Território e das Nações Unidas. Na Universidade de Cabo Verde, foi coordenadora do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território. Autora, de diversos trabalhos publicados na Alemanha, Itália, Portugal e Brasil, com destaque para os livros "Panorama da Arquitetura Habitacional em Cabo Verde", com Patricia Anahory, e "Brasil Periferia(s)", finalista do prêmio Jabuti 2013, na categoria ciências humanas. Pela EDUNILA, publicou "Morar na Barranca", com Egon Vettorazzi, e “Por um ensino insurgente em Arquitetura e Urbanismo”, com Leo Name, considerado o segundo melhor livro do

ano de 2021 pela ABEU – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, na categoria ciências sociais aplicadas. Atualmente, é professora na UNILA e líder do MALOCA - Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul.

Bruno Oliveira - É educador e artista visual, especialista em Artes Plásticas e Contemporaneidade, mestre em Estudos Interdisciplinares Latino-Americanos pela UNILA e doutor em Artes Visuais pela UFMG. Atuou como coordenador de programação da Casa 1. Atualmente, é educador e gestor no JAMAC - Jardim Miriam Arte Clube, criado em 2004 pela artista Mônica Nador, na periferia de São Paulo. É autor, com outros, do livro “*Another grammar for Oslo: the coffee kettle and other stories*”, publicado na Noruega, em 2022. É pesquisador do MALOCA.

Cecilia Quevedo - É bacharela e doutora em ciência política. Atua como pesquisadora assistente do CONICET - *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina*, na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. É docente da cátedra Política e Comunicação, na mesma instituição. É membro do *Grupo Interdisciplinario de Estudios sobre el Hábitat* – GIEH e do *Programa de Investigación Ideología*.

Céline Veríssimo - É arquiteta, mestre em Arquitetura Sustentável pela Universidade de Chiba, no Japão, e doutora pela University College London, na Inglaterra, com tese sobre o espaço exterior doméstico em Moçambique. Trabalhou como arquiteta, pesquisadora e docente na Noruega, Japão, Malásia, Portugal, Moçambique e Árabia Saudita, e desenvolveu pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal. Atualmente, é docente da UNILA e pesquisadora do MALOCA - Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul e do grupo de pesquisa ;DALE! Decolonizar a América Latina e Seus Espaços.

Fernando Vanoli - é arquiteto, doutor em Estudos Sociais da América Latina, pela Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. É docente e investigador, atualmente, bolsista de pós-doutorado no *Centro Experimental de Vivienda Económica*, do CONICET - *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina*, integrando a pesquisa “*Estudios socioterri-*

toriales del hábitat". Seus temas de interesse são hábitat, espaço, território e ambiente. É membro do *Grupo Interdisciplinario de Estudios sobre el Hábitat* - GIEH.

Gabriel Cunha - Arquiteto e urbanista, mestre e doutor pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP/São Carlos, com tese sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Trabalhou com urbanismo e meio ambiente no Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo. Foi professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. É professor de Tecnologia no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e vice-líder do MALOCA.

Isadora de Assis Bandeira - Antropóloga pela UNILA e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora na área de gênero com ênfase em raça, sexualidade e subjetividade, com foco principal no espaço prisional, sobretudo em prisões femininas. Atualmente, é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, com a pesquisa "Cadeia, substantivo negro e feminino (ato III): mulheres e narrativas que transitam entre o dentro e o fora da prisão". Integra o Grupo de Estudos em Oralidade e Performance GESTO/UFSC.

Marcos de Jesus - Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília com estágio no *Center for Interdisciplinary Gender Studies* do Departamento de Sociologia e Política Social da Universidade de Leeds, no Reino Unido. Realizou pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Licenciado em Letras e mestre em Literatura e Práticas Sociais, na mesma instituição. Também é licenciado em Sociologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, é professor da UNILA.

Marcos Santos - Arquiteto, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP/São Carlos. Desde 2010 é docente na Universidade Federal do Tocantins. Desenvolve pesquisa na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em história da arquitetura e urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura e

urbanismo modernos no Brasil, arquitetura e urbanismo das vanguardas europeias. Integra o conselho editorial do periódico Amazônia Moderna.

Maria Estela Ramos-Penha - Arquiteta e urbanista, mestra e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. É pesquisadora na temática de patrimônios culturais, espacialidades e arquitetura em comunidades negras em áreas rurais e urbanas, com ênfase na formação de bairros negros. Atua como arquiteta, designer de interiores e professora nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores na Unime-Lauro de Freitas, onde é coordenadora do Escritório Modelo de Arquitetura e Interesse Social. É pesquisadora do MALOCA.

Mãe Marina Tunirê (*in memorian*) - Iyalorixá do Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilayó. Foi consagrada a Ogún pelas mãos da Iyalorixá Osun Sikonsé em Londrina, no Paraná, descendente do Terreiro de Angola do Bate Folha, em Salvador. Em 1996, se fixou em Foz do Iguaçu, onde seguiu sua vida religiosa, fundando sua própria casa. Em 2011, fundou o Afoxé Ogún Fúnmilayó. Participava da Rede de Mulheres Negras do Paraná, do Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana e da RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde. Foi eleita a primeira presidenta do Conselho da Igualdade Racial de Foz do Iguaçu. Foi homenageada pelo Governo do Paraná, no dia da Mulher Negra, Afro-Latina-Americana e Caribenha. Foi membro do Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Maurício Santos - Antropólogo e mestre em Estudos Latino-Americanos pela UNILA. É autor nos livros “Direito dos Povos de Terreiro, Volume II” (2020) e “Rompendo o Cerco” (2021). Coordenou, com Andréia Moassab, o Caderno MALOCA n. 02, dossiê “Dicionário de Arquitetura dos Terreiros” e, em conjunto com Céline Veríssimo e João Pena, os cadernos MALOCA números 3 e 4, dedicados ao racismo ambiental. É Omo Orixá no Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilayó. É membro do GT dos Povos de Terreiro, em Foz do Iguaçu, e do Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana. É pesquisador dos grupos ORLA e MALOCA.

Miriam Chugar - Arquiteta, mestra e doutora em Ciências em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pesquisa de pós-doutorado em Paisagem, Patrimônio e Território pelo Laboratório de Pesquisa da Universidade de Minho, em Portugal. Foi professora de graduação, pós-graduação e coordenadora de pesquisa do curso de arquitetura da Universidade Católica Boliviana San Pablo, em *Santa Cruz de la Sierra*; professora de pós-graduação na Universidade Gabriel Rene Moreno; da Universidade Mayor, da *Pontificia San Francisco Xavier* e do ESSAM (*Escuela de Negocios*), todas na Bolívia. É pesquisadora do MALOCA.

Oneide Perius - Doutor em Filosofia. Tem mestrado profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. Atua principalmente nas seguintes áreas de pesquisa: Teoria Crítica, Teoria Crítica e Direitos Humanos, Hermenêutica e Linguagem. É professor no curso de Filosofia da Universidade Federal do Tocantins e autor dos livros “Esclarecimento e Dialética Negativa: sobre a negatividade do conceito em Theodor Adorno” (2008) e “Walter Benjamin: a filosofia como exercício” (2013).

Patti Anahory – Arquiteta, mestra em arquitetura pela Princeton University (EUA). Ganhadora do prêmio Rotch Fellowship (EUA). Foi diretora do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território da Universidade de Cabo Verde. Em 2017, foi júri da primeira edição do prêmio Africa Architecture Awards. É coordenadora do projeto Storia Na Lugar. Atualmente, exerce a função de Vice Diretora no African Futures Institute. É membra do MALOCA.

Pedro Fiori Arantes - Arquiteto e urbanista, mestre e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Desde 1999, é integrante do grupo Usina, entidade sem fins lucrativos que presta assessoria técnica a movimentos populares na área de habitação e reforma urbana, da qual foi coordenador por seis anos. Na UNIFESP é professor na graduação e pós-graduação no Curso de História da Arte e no curso de Geografia. Atua principalmente em teoria e crítica de arquitetura e arte contemporâneas, políticas e projetos de habitação popular, autogestão e reforma urbana. É membro do MALOCA.

Raquel Souza - Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, com a pesquisa “No baile dos mortos quem performa são as vivas: das narrativas à criação de cosmopolítica em San Basilio de Palenque, Colômbia”. Mestre em Integração Contemporânea da América-Latina e bacharela em História - América Latina pela UNILA, sempre trabalhando com o debate étnico-racial na América Latina. Realizou intercâmbio acadêmico na *Universidad de Cauca*, na Colômbia, e na UNILAB. Participou do projeto de extensão “Cartografias do devir no quilombo Apepu”, no âmbito do MALOCA.

Thiago Hoshino - Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Mestre e doutor pelo PPGD/UFPR. Membro da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde e do Fórum Paranaense das Religiões de Matrizes Africanas. Pesquisador do Núcleo Constitucionalismo e Democracia e do LABÁ - Direito, Espaço e Política (UFRJ/UFPR/UNIFESP). Coordenador da coleção “Direitos dos Povos de Terreiro”. Foi Ouvidor-Geral Externo da Defensoria Pública do Estado do Paraná, entre 2019 e 2021. É membro do MALOCA.

Tiago Bastos - Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Mestre na mesma área pela Universidade Federal Fluminense. Em 2011, integrou a equipe ganhadora de concurso internacional de projetos promovido pela Superintendência de Habitação Popular da Prefeitura de São Paulo. Atualmente, é professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. É coautor do caderno MALOCA n. 01, dossier “Direito ao Território no Quilombo Apepu”, com Andréia Moassab. É autor do livro “Autogestão e a Luta pela Desmercantilização da Moradia: Uma experiência no Rio de Janeiro” (2019). É pesquisador do MALOCA.

Virginia Martínez – É doutora em Estudos Sociais da América Latina, pela Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. É bolsista de pós-doutorado do Instituto de Tecnologias da Universidade da República, Uruguai. Integra o *Grupo Interdisciplinario de Estudios sobre el Hábitat* - GIEH e o grupo de Avaliação de Políticas de Habitação Social da FADU-Udelar, Uruguai. Seus

temas de pesquisa são habitação e hábitat, ruralidade, políticas públicas e economia popular.

NUESTRO NORTE SIGUE SIENDO EL SUR

apontamentos para arquiteturas-outras

As tecituras desse livro remontam ao “I Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul – MALOCA”, realizado em 2017, em Foz do Iguaçu. De lá pra cá, o mundo atravessou uma pandemia avassaladora e observa, atávico, o avanço da extrema direita. As desigualdades socioespaciais, a violência contra pessoas negras, indígenas e mulheres, a partir do interior da casa, nas ruas e na floresta, nunca foi tão politicamente aceita, assim como, a violência contra a natureza nunca foi tão destruidora. Nesse contexto, é cada vez mais determinante a dimensão espacial na luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, de modo que os textos aqui reunidos estão impregnados desta história recente, ainda que nem sempre de forma explícita.

Este livro defende as arquiteturas-outras, que apelam à pluriversalidade latino-americana, com vistas à almejada transformação da sociedade e à consolidação de uma outra relação com a natureza, com humanos e humanas e com não-humanos. Nessa direção, há que se valorizar as tecnologias construtivas, formas de viver, de sentipensar e de ensinar/aprender não normatizadas, cujo saber-fazer é intergeracional e cuja produção está fora dos auspícios da ciência moderna-capitalista.

Organização:



Apoio:

